



**cggee**

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
*Ciência, Tecnologia e Inovação*

---

# **Dinâmicas Populacionais e Movimentos Demográficos**

## **Demografia e Fluxos Migratórios (Inter e Intraregionais)**

*Rosana Baeninger  
Fausto Brito  
Simone Azevedo*

Brasília  
Dezembro, 2006



## **SUMÁRIO EXECUTIVO**

Análise das principais mudanças demográficas em curso, em especial as transformações na estrutura etária e os movimentos migratórios, a fim de subsidiar políticas sociais. A dimensão territorial entrará como recorte teórico-metodológico para o entendimento dos processos demográficos.

O estudo em questão contempla a dimensão territorial para a espacialização das análises acerca das diversidades dos processos demográficos, em particular estrutura etária e movimentos migratórios.

O recorte territorial adotado refere-se à Metrópole e Interior para o conjunto do Brasil e para cada uma de seus estados; no caso do Interior contempla-se a dimensão urbana e rural.

## SUMÁRIO

<b>PARTE I - TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL E TRANSIÇÃO NA ESTRUTURA ETÁRIA.....</b>	<b>5</b>
<b>1. ESTRUTURA ETÁRIA EM MUDANÇA .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1. <i>Estrutura de Idade: Metrôpoles e Interior do Brasil</i> .....</b>	<b>11</b>
<b>1.2. <i>Estruturas de Idade para o Brasil Urbano Metropolitano e Capitais</i> .....</b>	<b>14</b>
1.2.1. Região Norte.....	15
1.2.2. Região Nordeste .....	15
1.2.3. Região Sudeste .....	15
1.2.4. Região Sul .....	16
1.2.5. Região Centro-Oeste .....	16
<b>1.3. <i>As Relações Intergeracionais</i>.....</b>	<b>16</b>
<b>PARTE II - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO.....</b>	<b>31</b>
<b>1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NO BRASIL: 1940-2000 .....</b>	<b>31</b>
<b>2. CRESCIMENTO DAS CIDADES, DAS METRÓPOLES E DO INTERIOR .....</b>	<b>36</b>
<b>PARTE III - MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTER E INTRA-REGIONAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>1. BREVE RETROSPECTO: A EMERGÊNCIA DE NOVAS TENDÊNCIAS DESDE OS ANOS 80 .....</b>	<b>56</b>
<b>2. MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERESTADUAIS- 1995-2000 E 1999-2004.....</b>	<b>60</b>
<b>3. MIGRAÇÃO NO INÍCIO DOS 2000: METRÓPOLE E INTERIOR.....</b>	<b>79</b>
<b>4.O Brasil na Rota das Migrações Internacionais</b>	
<b>PARTE IV - GRANDES TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS E OS CENÁRIOS FUTUROS.....</b>	<b>91</b>
<b>1. AS TENDÊNCIAS DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO: 1940-2050.....</b>	<b>91</b>
<b>2. AS DIFERENÇAS REGIONAIS E SOCIAIS NA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA.....</b>	<b>108</b>
<b>3. PROJEÇÕES DE POPULAÇÃO: 2011, 2015 E 2020.....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>128</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>132</b>

## PARTE I - Transição Demográfica no Brasil e Transição na Estrutura Etária

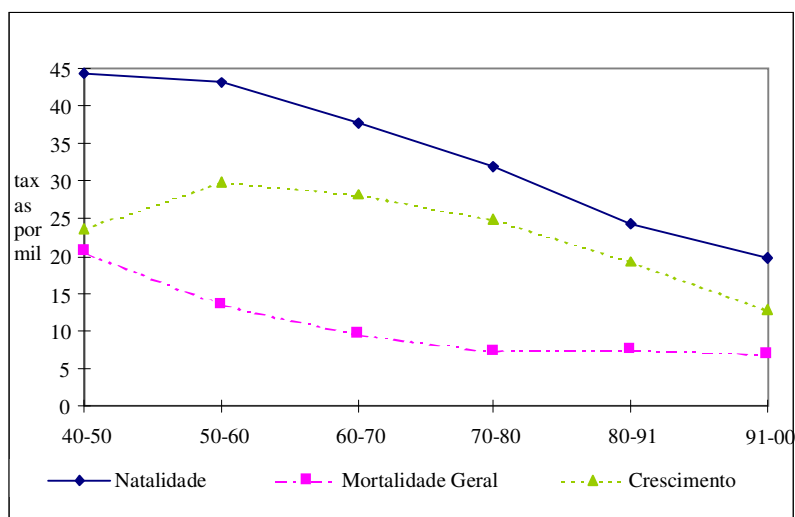
Rosana Baeninger

Simone Azevedo

A evolução demográfica da população brasileira vem sendo marcada, nos últimos cinquenta anos, pelo processo de transição demográfica, decorrentes de mudanças nos níveis de mortalidade e fecundidade<sup>1</sup>. Esse processo teve seu início nos anos 40 com o declínio da mortalidade, acentuando-se nos anos 50 e 60. Até este período os níveis de fecundidade permaneceram estáveis (em torno de 6,2 filhos por mulher), configurando uma etapa da dinâmica demográfica brasileira marcada por altas taxas de crescimento da população (Gráfico 1).

Gráfico 1

**Evolução das Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade e da Taxa de Crescimento da População Total Brasil 1940-2000**



Fonte: Fundação IBGE (1994); Anuário Estatístico do Brasil de 1995; Censo Demográfico de 2000.

De fato, entre 1940 e 1960, a intensificação no ritmo de crescimento da população se deveu ao acentuado declínio da mortalidade, descenso este que se traduziu

<sup>1</sup> A transição demográfica brasileira teve pouca influência da migração internacional, que a partir dos anos 40 foi bastante reduzida; apenas recentemente este fenômeno migratório vem se acentuando no país.

em um ganho de dez anos na esperança de vida ao nascer: de 41,5 anos, em 1940, para 51,6 anos em 1960. Nesse contexto de menor mortalidade e manutenção da taxa de fecundidade, o ritmo de crescimento da população apresentava-se elevado.

Em 1940, a população brasileira era de 41,2 milhões de habitantes, atingindo 70,2 milhões, em 1960. De uma taxa de crescimento de 2,3% a.a., entre 1940-1950, passou-se a 3,0% a.a., no período 1950-1960 (Tabela 1).

**Tabela 1**

**População Total e Taxas de Crescimento (% ao ano)**

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
<b>População</b>	41.236.315	51.944.397	69.930.293	93.139.037	119.002.706	146.825.475	169.872.854
<b>Taxas de Crescimento (% ao ano)</b>							
	1940/1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	
	2,34	3,02	2,91	2,48	1,93	1,65	

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

A partir de 1960, o ritmo anual do crescimento populacional começou a se desacelerar, passando a 2,9% a.a. e 2,5% a.a. nos períodos de 1960-70 e 1970-80, respectivamente, com o início da queda da fecundidade (5,6 filhos por mulher, em 1970) e a continuidade do declínio da mortalidade. A esperança de vida chegou a 68 anos em 2000, correspondendo aos brasileiros um ganho da ordem de 17 anos a mais de vida, de 1960 para 2000

As etapas seguintes da transição demográfica brasileira foram marcadas pelo forte descenso da fecundidade; de 4,3 filhos por mulher, em 1970, para 2,6 filhos por mulher, em 1991, baixando para 2,3 em 2000 (Tabela 2).

Tabela 2

**Evolução das Taxas de Fecundidade Total e Expectativa de Vida ao Nascer  
Brasil 1940-2020**

Anos	Taxa Fecundidade Total	Expectativa de Vida ao Nascer
1940	6,16	41,53
1950	6,21	45,51
1960	6,28	51,64
1970	5,76	53,46
1980	4,35	59,09
1991	2,57	65,9
2000	2,35	68,51
2005	1,92	70,09
2020	1,81	75,51

Fonte: FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1995 e Censo Demográfico de 2000

Apesar do declínio generalizado dos níveis de mortalidade e de fecundidade, persistem marcantes diferenças regionais (Tabelas 3 e 4). De fato, enquanto o Nordeste apresentava uma esperança de vida de 38,7 anos, em 1940, esta já era de 43,5 anos no Sudeste. Em 1980, o Sudeste apresentava 14 anos a mais na esperança de vida que o Nordeste: 63,5 anos e 49,0 anos, respectivamente. Atualmente, este diferencial diminuiu, conquanto ainda persista a diferença em torno de 5 anos entre essas duas regiões; no Sudeste, a esperança de vida era de 73 anos, em 2004, e no Nordeste, 68,6 anos.

Tabela 3

**Expectativa de Vida ao Nascer  
Grandes Regiões do Brasil, 1940-2000**

Regiões	Esperança de Vida						
	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2004
Norte	40,7	44,9	53,6	54,7	63,6	67,4	70,7
Nordeste	38,8	39,0	41,1	45,6	49,0	64,2	68,6
Sudeste	43,6	49,6	56,8	57,4	63,6	67,5	73,2
Sul	49,6	53,5	60,4	60,7	65,5	68,6	73,9
Centro-Oeste	48,1	51,2	56,9	58,9	63,1	67,8	72,9
Brasil	41,5	45,5	51,6	53,5	59,1	65,6	71,7

Fonte: FIBGE, Anuário Estatístico. IDB/DATASUS-MS (2000)

**Tabela 4**

**Taxas de Fecundidade Total  
Grandes Regiões do Brasil, 1940-2000**

Grandes Regiões	Taxa de fecundidade total						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
<b>Brasil</b>	<b>6,16</b>	<b>6,21</b>	<b>6,28</b>	<b>5,76</b>	<b>4,35</b>	<b>2,89</b>	<b>2,38</b>
Norte	7,17	7,97	8,56	8,15	6,45	4,20	3,16
Nordeste	7,15	7,50	7,39	7,53	6,13	3,75	2,69
Sudeste	5,69	5,45	6,34	4,56	3,45	2,36	2,10
Sul	5,65	5,70	5,89	5,42	3,63	2,51	2,24
Oeste	6,36	6,86	6,74	6,42	4,51	2,69	2,25

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Nupcialidade e Fecundidade - Resultados da Amostra, 2000, p.58.

Com relação às taxas de fecundidade, esses diferenciais regionais eram mais contrastantes até os anos 60. De fato, enquanto no Norte a média era, em 1960, de 8,5 filhos por mulher, na Região Sul registrava 5,8 filhos por mulher. A partir dos anos 60, a fecundidade inicia um processo de declínio acentuado e rápido que, progressivamente, vai incorporando segmentos mais amplos da população em todas as regiões brasileiras, envolvendo, inclusive, grupos sociais de mais baixos rendimentos e mesmo a população rural (Merrick e Berquó, 1983).

Assim, em 1984, a fecundidade na Região Sul atingia 2,9 filhos por mulher e a do Nordeste baixava para 4,9 filhos por mulher. Em 2000, as regiões Norte e Nordeste apresentavam uma fecundidade em torno de 3 filhos por mulher e as regiões Sul e Sudeste de 2 filhos por mulher.

Esse decréscimo do número de filhos por mulher contribuiu significativamente para a diminuição nas taxas de crescimento da população, que de 2,5 % a.a. nos anos 70, passou-se para 1,93% a.a., no período 1980-1991, baixando para a 1,6% a.a. no período 1991-2000.

As rápidas alterações observadas na dinâmica populacional brasileira indicam que nossa Transição Demográfica deverá estar concluída no desenrolar deste novo século, alcançando a fecundidade valores próximos aos níveis de reposição; estima-se 1,9 filhos por mulher em 2005 e 1,8 em 2020. Esses novos padrões representarão menores taxas de crescimento da população e a configuração de um novo perfil demográfico da população, com uma estrutura etária bastante



cambiante e distinta daquelas que prevaleceram em décadas passadas<sup>2</sup>.

A transição demográfica brasileira que se completará nas próximas décadas refletirá muito mais o comportamento demográfico da população urbana, uma vez que este contingente tende a predominar no conjunto da população. Deve-se considerar também que, no contexto interno ao país, as migrações entre as cidades, regiões e estados desempenharão papel fundamental nos processos de transições demográficas das distintas localidades.

Nesse contexto, o país experimenta um novo fenômeno demográfico, denominado “Transição da Estrutura Etária”. Segundo Carvalho e Wong (2005, p.5), “a Transição da Estrutura Etária (TEE) engloba as mudanças produzidas pelo declínio da fecundidade e que se fazem sentir, depois, no tamanho relativo e absoluto das diversas coortes. Elas são mediadas pelas alterações nos padrões de sobrevivência e, em muitos casos, pelos fluxos migratórios”.

O Brasil apresentou um acelerado declínio da fecundidade se comparado a países europeus, o que fará com que a TEE, ocorra numa velocidade mais rápida. Isto reforça a necessidade de planejamento das demandas sociais futuras, a fim de que se possa aproveitar as oportunidades que se vislumbram em curto prazo, ocasionadas pelas mudanças nas relações entre os diferentes grupos etários.

Outra característica a ser destacada no caso brasileiro é que há grandes diferenças regionais e socioeconômicas em seu território, sendo, portanto preciso investigar estas diferenças, pois na verdade ocorrem simultaneamente diferentes TEE, exigindo diferentes ações governamentais. Para tanto serão analisadas, neste trabalho, as diferenças brasileiras entre suas capitais ou regiões metropolitanas e interior, sendo este último subdividido em urbano e o rural.

Porém, apesar das diferenças regionais do Brasil, alguns pressupostos gerais são assumidos para todo o país, no intuito de desenhar cenários futuros sobre a estrutura etária da população. São eles: irreversibilidade da queda da fecundidade, queda continuada da mortalidade e, quanto as migrações internas e internacional, embora sejam difíceis de se prever, supõe-se que suas alterações não causariam mudanças substanciais nas projeções para os próximos

---

<sup>2</sup> Veja-se Berquó (2000).

qüinqüênios (Carvalho e Wong, 2005, p. 95).

## 1. Estrutura Etária em Mudança

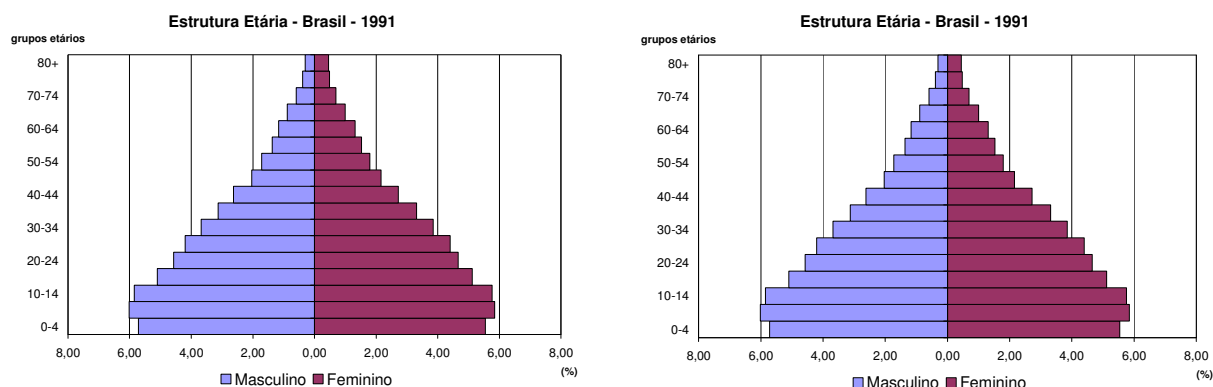
A história da dinâmica populacional reflete-se na composição atual da população por sexo e idade. Ou seja, a distribuição da população por grupos etários é resultante do comportamento pretérito das componentes demográficas: fecundidade, mortalidade e migração.

As representações da população por grupos etários e sexo costumam ser graficamente representadas por pirâmides etárias (Gráfico 2).

*O eixo horizontal de uma pirâmide etária representa o número absoluto ou a proporção da população, enquanto o eixo vertical representa os grupos etários. O lado direito do eixo horizontal é destinado à representação do contingente ou proporção de mulheres e o esquerdo, dos homens. (...) O nome pirâmide vem da configuração piramidal da distribuição etária típica de regiões que vivenciaram alta fecundidade no passado. Quando tem base larga e ápice estreito, a pirâmide retrata uma população bastante jovem. Na medida em que a fecundidade declina menos crianças nascem e a base da pirâmide vai se estreitando, com uma tendência a forma retangular, característica de uma população envelhecida (CARVALHO e SAWYER, 1998, p.26).*

## Gráfico 2

### Pirâmides Etárias por Sexo, Brasil 1991 e 2000



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000

Devido à acelerada queda da fecundidade pós 1970, as pirâmides etárias do Brasil, já apresentam tendência a assumir o formato mais retangular, entretanto com diferenças dentro do país, conforme ressaltado a seguir.

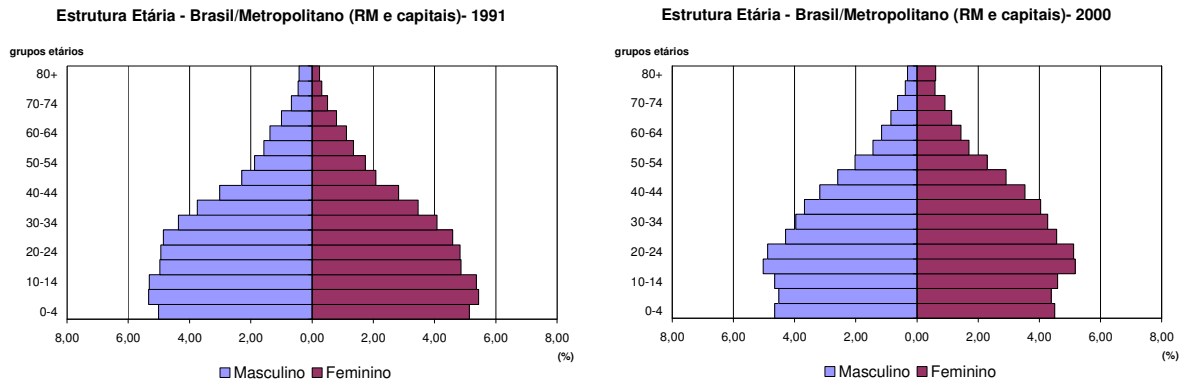
#### 1.1. Estrutura de Idade: Metrôpoles e Interior do Brasil

As pirâmides etárias elaboradas de acordo com o recorte territorial metrópole e interior, permitem visualizar distintos momentos e etapas da transição demográfica no espaço, refletindo-se em estruturas etárias diversificadas.

As pirâmides do Brasil-Metropolitano, em 1991 e 2000, assumem forma mais retangular, sendo bastante evidente a participação da migração nos grupos etários de 15-24 anos, com destaque para a população feminina (Gráfico 3). A base do Brasil Metropolitano é menos larga, indicando uma fecundidade mais reduzida.

### Gráfico 3

#### Pirâmides Etárias, Brasil Metropolitano, 1991 e 2000

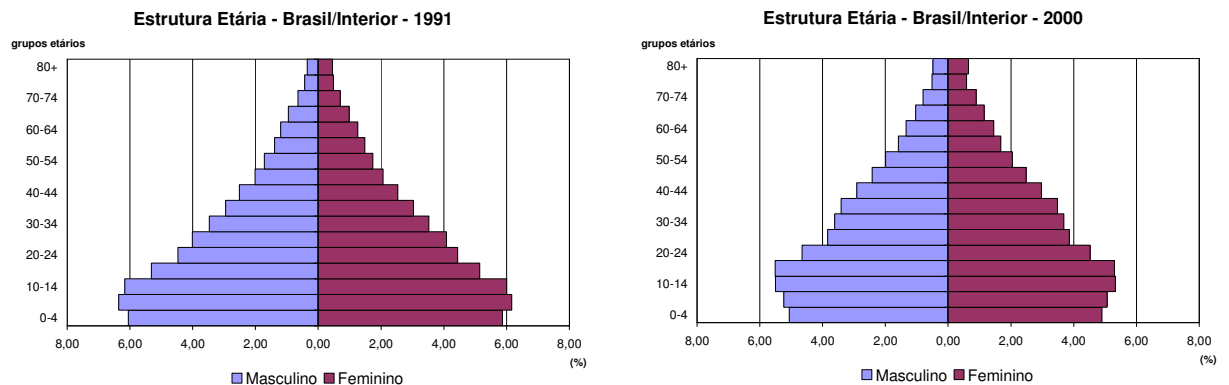


Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000

Já para as áreas interioranas do Brasil nota-se uma base da pirâmide mais alargada ainda em 1991, estreitando-se consideravelmente em 2000 (Gráfico 4), refletindo o efeito da queda da fecundidade. É bastante evidente também o efeito conjunto da diminuição da mortalidade nos grupos infantis (5-9 anos) que, como em ondas sucessivas, alcançam os grupos jovens na década posterior.

### Gráfico 4

#### Pirâmides Etárias para o Interior do Brasil, 1991 e 2000

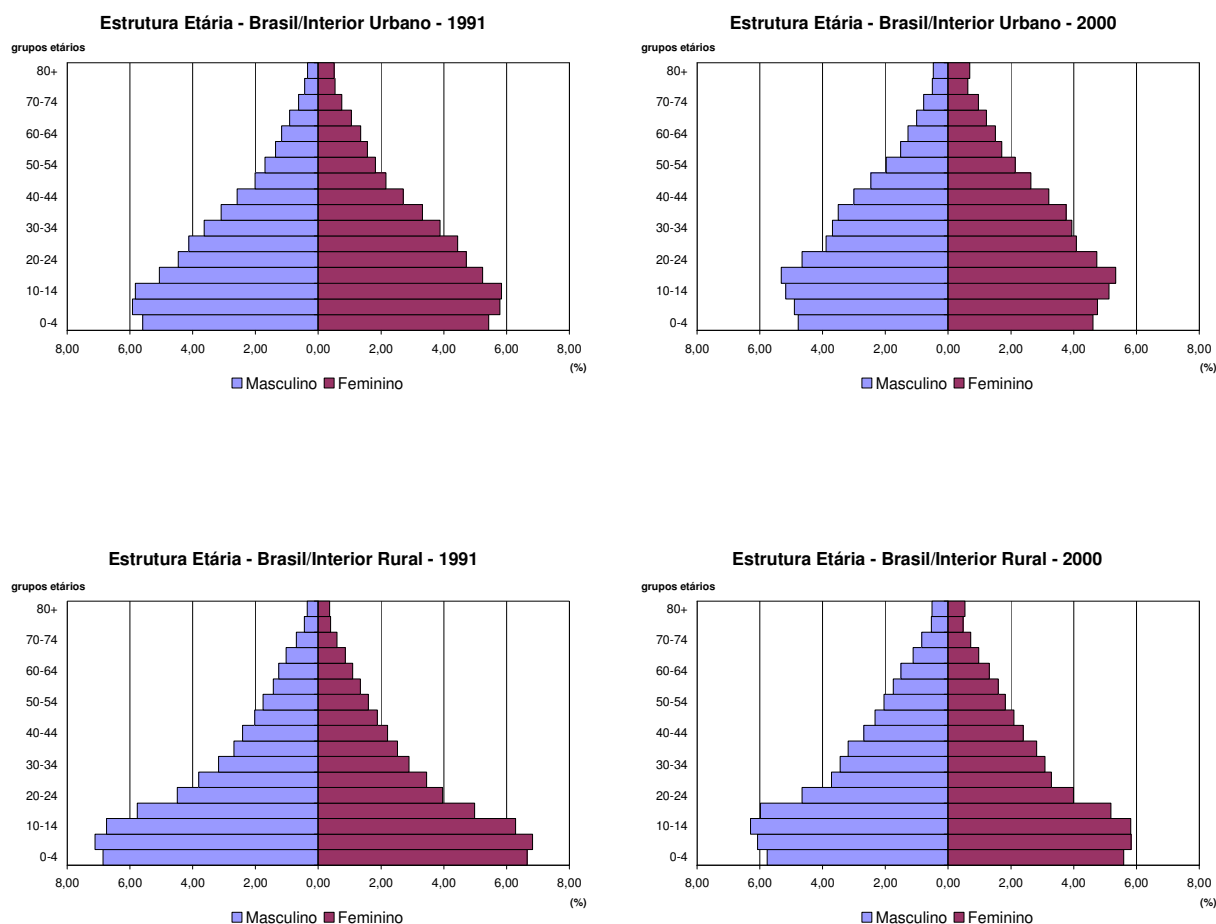


Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000

Considerando as dimensões territoriais rural e urbana, para o Interior do país, nota-se que o Interior Urbano apresenta uma estrutura etária bastante diferenciada do Interior Rural do Brasil; o interior rural ainda se encontra bastante rejuvenescido em relação ao próprio interior urbano, bem como em relação às capitais e regiões metropolitanas. Nas áreas rurais, embora a fecundidade também esteja caindo, ela ainda atinge níveis mais altos e o ápice da pirâmide, representando população idosa, é mais estreito (Gráfico 5).

**Gráfico 5**

**Pirâmides Etárias do Interior Urbano e do Interior Rural, Brasil – 1991 e 2000**



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000

A distribuição da população por grandes grupos de idades para os diferentes

recortes territoriais do país (Tabela 5) permitem observar que as áreas metropolitanas e capitais e o Interior Urbano do Brasil registram as menores proporções de população até 15 anos de idade (em torno de 29% do total), enquanto que o Interior Rural reflete ainda os efeitos da fecundidade mais elevada, com 35% de sua população no grupo jovem.

Já a população em idade ativa (15-64 anos) encontra-se com maiores proporções nas áreas urbanas (tanto metropolitanas quanto interioranas), sendo que a população idosa apresenta proporção ligeiramente superior no Interior Urbano (6,3% da população total), em comparação com as áreas metropolitanas e capitais (5,8%). Neste último caso, os efeitos advindos da migração, certamente, contribuem para o rejuvenescimento das populações metropolitanas.

**Tabela 5**

**Distribuição (%) da População por Grandes Grupos de Idade  
Brasil Metropolitano e Interiorano Urbano e Rural, 2000**

<b>Grupos de Idade</b>	<b>até 15 anos</b>	<b>15 a 64 anos</b>	<b>65 e mais</b>	<b>Total</b>
BRASIL/interior urbano	21.705.109	47.568.857	4.638.067	73.912.033
%	29,37	64,36	6,28	100
BRASIL/interior rural	10.553.562	17.571.350	1.699.956	29.824.868
%	35,39	58,92	5,7	100
BRASIL/interior	32.258.672	65.140.207	6.338.024	103.736.903
%	31,1	62,79	6,11	100
BRASIL/Capitais+ Regiões Metropolitanas	145.447.025	315.991.160	28.875.522	490.313.707
%	29,66	64,45	5,89	100
BRASIL TOTAL	50.315.735	109.629.941	9.927.172	169.872.848
%	29,62	64,54	5,84	100

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000

## 1.2. Estruturas de Idade para o Brasil Urbano Metropolitano e Capitais<sup>3</sup>

As análises a seguir, descrevem brevemente as tendências das estruturas de idade para as áreas urbanas metropolitanas e as capitais, de acordo com as Grandes Regiões do Brasil.

<sup>3</sup> No Anexo 1 encontram-se as pirâmides etárias para todas as áreas metropolitas e para as capitais em 1991 e 2000.

### **1.2.1. Região Norte**

As capitais da região Norte em 2000, de modo geral, apresentam a base de suas pirâmides largas, com a população de 0 a 4 anos em torno de 6%. Entretanto quando comparadas com as pirâmides de 1991, confirma-se a tendência generalizada de queda da fecundidade, com a redução dos grupos etários mais jovens. A exceção ocorre apenas para a Região Metropolitana de Belém; nesta área a pirâmide já assume forma mais retangular, característica de população mais envelhecida, e o grupo 0 a 4 está mais reduzido, com um peso relativo em torno de 5%.

Destaca-se que Boa Vista, em 1991, apresenta um aumento de população no grupo masculino de 20 a 34 anos, sugerindo que houve migração. Na pirâmide de 2000, os grupos de 30 a 54 que seriam o correspondente a este aumento de população verificado em 1991, estão reduzidos, sugerindo que houve perda desta população, ou seja, emigração.

A capital de Palmas tem sua pirâmide bastante irregular e com grande participação dos grupos menores de 40 anos. Esta forma é resultante da forte migração que a capital recebeu nas últimas décadas.

### **1.2.2. Região Nordeste**

Das capitais do Nordeste, São Luis, Aracaju e Teresina apresentam um maior estreitamento da base de suas pirâmides, entre 1991 e 2000, indicando que nestas capitais a redução do grupo de 0-4 anos foi mais recente, portanto uma queda da fecundidade um pouco mais tardia. O grupo de 0-4 anos apresenta um peso relativo um pouco abaixo de 5%.

As RMs desta região em geral já apresentam suas pirâmides em forma mais retangular do que as capitais desta mesma região. Destaca-se que a RM de Salvador apresenta um estreitamento forte da base da pirâmide, entre 1991 e 2000, indicando uma redução mais intensa da queda da fecundidade nesta RM.

### **1.2.3. Região Sudeste**

Na região sudeste apenas Vitória não se configura como região metropolitana. Vitória apresenta uma pirâmide já bastante retangular, apenas com um aumento mais pronunciado no grupo de 15 a 24 anos, e uma participação pequena do

grupo de 0 a 4 anos, menos de 8%, uma das menores do Brasil, perdendo apenas para Florianópolis. Os grupos etários acima de 65 anos apresentam uma considerável participação no peso da população, um pouco acima de 6%.

A RM do Rio de Janeiro, ao lado da RM de Porto Alegre são as que apresentam estrutura etária mais envelhecidas. Os grupos etários de 65 anos ou mais participam no peso relativo da população com 7,6% e 6,3%, respectivamente. A RMs de São Paulo, Campinas e Belo Horizonte são mais rejuvenescidas. O peso relativo dos grupos etários de 65 anos ou mais fica em torno de 5,5% e o do grupo de 0 a 4 anos está em torno de 8,5%.

#### **1.2.4. Região Sul**

Conforme já destacado a RM de Porto Alegre apresenta estrutura etária envelhecida, com 6,3% de população no grupo de 65 anos ou mais. A RM de Curitiba ainda tem uma participação significativa dos grupos etários acima de 20 anos, e o estreitamento de sua base não é muito intenso. Florianópolis apresenta um intenso estreitamento de sua base da pirâmide, havendo significativa redução do grupo de 0 a 4 anos, estando ao lado de Vitória com as menores proporções do país, menos de 4%.

#### **1.2.5. Região Centro-Oeste**

A RM de Goiânia já apresenta um formato mais retangular. Já a RM de Brasília ainda encontra-se com formato mais de pirâmide e sua base no grupo de 0 a 4 anos está, se comparada às outras RM, levemente maior que o de 5 a 9 anos, sugerindo a não estabilização da fecundidade nesta RM. Campo Grande e Cuiabá apresentam ainda o formato mais de pirâmide, mas com redução de suas bases.

### **1.3. As Relações Intergeracionais**

A Razão de Dependência (RD) define a relação entre os diferentes grupos etários. Ela pode ser dividida em Razão de Dependência de Jovens (RDJ) e Razão de Dependência de Idosos (RDI).

Desde a década de 1970, a Razão de Dependência tem diminuído em função de duas tendências opostas: aumento no tamanho absoluto da população mais velha e diminuição, seguida de estabilização, do segmento com menos de 15 anos (CARVALHO e WONG, 2005, p. 8).



Embora a RDI deva se duplicar entre 2000 e 2025, isto não será suficiente para fazer com que a RD volte a atingir os patamares registrados na década de 1970, onde a “participação da população em idade ativa (entre 15 e 64 anos) permaneceu basicamente constante e com valores extremamente altos. O contingente dependente (com menos de 15 e acima de 65 anos) era quase a metade da população total, sendo que mais de 90% eram crianças com menos de 15 anos” (CARVALHO e WONG, 2005, p. 8).

O Índice de Envelhecimento é uma medida que considera apenas os dois grupos etários extremos, ou seja, menores de 15 anos e acima de 65 anos. Ele mostra a velocidade do processo de envelhecimento, sendo que no caso brasileiro este processo tem ocorrido em ritmo bastante rápido. Estima-se que “em 2025, o Índice de Envelhecimento será, provavelmente, três vezes maior do que aquele observado em 2000. Na população brasileira haverá, então, mais de 50 adultos com 65 anos ou mais, por cada conjunto de 100 jovens menores de 15 anos. Em 2045, o número de pessoas idosas ultrapassa o de crianças” (CARVALHO e WONG, 2005, p. 9).

Dado que o Brasil tem apresentando baixas razões de dependência, com tendência a atingir seus menores valores até 2025, cerca de 46,2, pode-se considerar que estamos diante de uma janela de oportunidades (CARVALHO e WONG, 2005, p. 9). Assim, o tamanho menor das gerações de crianças, favorece o atendimento das demandas sociais deste grupo, como saúde e educação. Ao mesmo tempo o aumento do peso da população idosa ainda é pequeno, fazendo com que o gasto com suas demandas sociais ainda não seja tão alto.

Entretanto é preciso cuidado nesta discussão a respeito da janela de oportunidades. Se por um lado à redução do peso relativo de grupos etários alvos de políticas públicas específicas favorece o atendimento da demanda, por outro as

*mudanças socioeconômicas dentro do qual se dá a transição da fecundidade, pode mudar as características da demanda, minimizando ou anulando esta vantagem inicial. Um exemplo típico é a demanda por educação infantil (creche e maternal) que pode aumentar desproporcionalmente à variação do número de crianças, devido entre outras razões, ao*

*crescimento da participação feminina na força de trabalho, e à difusão de atitudes modernas, incentivando as crianças a interagirem, além da fronteira de seus lares (CARVALHO e WONG, 2005, p. 22).*

Outra questão importante a ser destacada é a necessidade de investimentos nas gerações de crianças, pois elas serão responsáveis a médio e longo prazo pela força produtiva, a qual favorece um bom desempenho da economia, e também serão responsáveis pelo sustento das crescentes taxas de dependência da população idosa.

A Tabela 6 apresenta as razões de dependência para Brasil Total, Brasil Metropolitano e Interiores Urbano e Rural do Brasil, permitindo uma investigação mais detalhada das diferenças nacionais.

Tabela 6

## Razão de Dependência, Distribuição Relativa e Índice de Envelhecimento

## Brasil: Metropolitano e Interiorano, 1991 e 2000

	Período	Dependência						Índice de Envelhecimento (4)	
		Razão			Distribuição Relativa (%)				
		Total (1)	Jovem (2)	Idosa (3)	Total	Jovem	Idosa		
BRASIL	BRASIL	1991	65,4	57,5	8,0	100,0	87,8	12,2	13,9
		2000	55,0	45,9	9,1	100,0	83,5	16,5	19,7
	BRASIL/Capitais+RMs	1991	56,3	49,4	6,9	100,0	87,7	12,3	14,0
		2000	48,7	40,6	8,1	100,0	83,4	16,6	19,9
	BRASIL/interior (urbano+ rural)	1991	71,3	62,7	8,6	100,0	88,0	12,0	13,7
		2000	59,3	49,5	9,7	100,0	83,6	16,4	19,6
	BRASIL/interior urbano	1991	65,5	56,9	8,6	100,0	86,9	13,1	15,0
		2000	55,4	45,6	9,8	100,0	82,4	17,6	21,4
	BRASIL/interior rural	1991	82,6	73,9	8,6	100,0	89,5	10,5	11,7
		2000	69,7	60,1	9,7	100,0	86,1	13,9	16,1
CAPITAIS	Porto Velho	1991	72,9	69,2	3,7	100,0	94,9	5,1	5,4
		2000	59,7	55,3	4,4	100,0	92,5	7,5	8,1
	Rio Branco	1991	76,8	70,9	5,9	100,0	92,4	7,6	8,3
		2000	63,1	56,9	6,2	100,0	90,2	9,8	10,9
	Manaus	1991	68,4	64,1	4,3	100,0	93,8	6,2	6,7
		2000	57,4	52,5	4,9	100,0	91,5	8,5	9,3
	Boa Vista	1991	66,0	62,7	3,2	100,0	95,1	4,9	5,2
		2000	63,3	59,0	4,3	100,0	93,2	6,8	7,3
	Macapá	1991	86,1	81,4	4,7	100,0	94,6	5,4	5,8
		2000	67,0	62,3	4,7	100,0	93,0	7,0	7,5
	Palmas	1991	68,4	66,1	2,3	100,0	96,6	3,4	3,5
		2000	52,6	50,2	2,4	100,0	95,5	4,5	4,8
	São Luis	1991	67,9	62,7	5,1	100,0	92,4	7,6	8,2
		2000	52,1	46,3	5,8	100,0	88,8	11,2	12,6
	Teresina	1991	69,7	64,2	5,5	100,0	92,1	7,9	8,6
		2000	52,7	46,3	6,4	100,0	87,8	12,2	13,9
	Natal	1991	61,7	54,1	7,6	100,0	87,6	12,4	14,1
		2000	50,8	42,6	8,2	100,0	83,9	16,1	19,2
	João Pessoa	1991	62,0	54,1	7,8	100,0	87,3	12,7	14,5
		2000	49,8	41,5	8,4	100,0	83,2	16,8	20,2
	Maceió	1991	60,5	54,5	5,9	100,0	90,2	9,8	10,9
		2000	52,7	46,0	6,7	100,0	87,3	12,7	14,5
	Aracaju	1991	61,3	55,1	6,2	100,0	89,8	10,2	11,4
		2000	48,4	41,1	7,3	100,0	85,0	15,0	17,6
	Vitória	1991	53,6	46,6	7,0	100,0	86,9	13,1	15,1
		2000	43,8	34,9	8,9	100,0	79,7	20,3	25,5
	Campo Grande	1991	60,1	54,3	5,8	100,0	90,3	9,7	10,7
		2000	49,9	42,6	7,2	100,0	85,5	14,5	17,0
Cuiabá	1991	63,6	59,3	4,3	100,0	93,3	6,7	7,2	
	2000	48,7	43,2	5,4	100,0	88,8	11,2	12,6	
Florianópolis	1991	52,5	45,0	7,4	100,0	85,8	14,2	16,5	
	2000	41,8	33,9	8,0	100,0	80,9	19,1	23,6	

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepo-Unicamp)

(1) Razão de Dependência (RDT) = Razão de Dependência Jovem (RDJ) + Razão de Dependência Idosa

(2) RDJ = Pop. menor de 15 anos/Pop. de 15-64 anos

(3) RDI = Pop. de 65 anos ou mais/ pop. de 15-64 anos

(4) Índice de Envelhecimento = (Pop. Com 65 anos ou mais/pop. Com menos de 15 anos)\*100

**Tabela 6 (continuação)**
**Razão de Dependência, Distribuição Relativa e Índice de Envelhecimento**
**Brasil: Metropolitano e Interiorano, 1991 e 2000**

	Período	Dependência						Índice de Envelhecimento (4)	
		Razão			Distribuição Relativa (%)				
		Total (1)	Jovem (2)	Idosa (3)	Total	Jovem	Idosa		
REGIÕES METROPOLITANAS	RM Fortaleza	1991	65,5	59,0	6,5	100,0	90,0	10,0	11,1
		2000	56,2	48,6	7,7	100,0	86,4	13,6	15,8
	RM Recife	1991	60,1	53,0	7,2	100,0	88,0	12,0	13,6
		2000	49,8	41,5	8,2	100,0	83,5	16,5	19,8
	RM Salvador	1991	62,1	56,6	5,5	100,0	91,2	8,8	9,7
		2000	46,0	39,7	6,3	100,0	86,4	13,6	15,8
	RM Belo Horizonte	1991	57,0	50,7	6,3	100,0	89,0	11,0	12,3
		2000	47,3	39,8	7,6	100,0	84,0	16,0	19,1
	RM Rio de Janeiro	1991	50,8	41,6	9,2	100,0	81,9	18,1	22,1
		2000	47,8	36,5	11,3	100,0	76,4	23,6	31,0
	RM São Paulo	1991	53,4	46,5	6,9	100,0	87,1	12,9	14,7
		2000	46,8	38,8	8,0	100,0	82,9	17,1	20,7
	RM Campinas	1991	54,0	46,9	7,1	100,0	86,8	13,2	15,3
		2000	45,7	37,2	8,4	100,0	81,5	18,5	22,7
	RM Curitiba	1991	55,7	49,4	6,3	100,0	88,7	11,3	12,8
		2000	48,4	41,2	7,2	100,0	85,1	14,9	17,5
	RM Porto Alegre	1991	53,9	46,1	7,8	100,0	85,6	14,4	16,8
		2000	48,2	38,8	9,4	100,0	80,6	19,4	24,1
	RM Belém	1991	61,7	56,1	5,6	100,0	90,9	9,1	10,0
		2000	51,7	45,3	6,4	100,0	87,7	12,3	14,0
RM Goiânia	1991	56,3	51,3	5,1	100,0	91,0	9,0	9,9	
	2000	46,5	40,5	6,0	100,0	87,2	12,8	14,7	
RM DF	1991	60,7	56,7	4,0	100,0	93,4	6,6	7,1	
	2000	50,4	45,6	4,9	100,0	90,4	9,6	10,6	

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepo-Unicamp)

(1) Razão de Dependência (RDT) = Razão de Dependência Jovem (RDJ) + Razão de Dependência Idosa

(2) RDJ = Pop. menor de 15 anos/Pop. de 15-64 anos

(3) RDI = Pop. de 65 anos ou mais/ pop. de 15-64 anos

(4) Índice de Envelhecimento = (Pop. Com 65 anos ou mais/pop. Com menos de 15 anos)\*100

Para o Brasil percebe-se uma queda da RD entre 1991 e 2000 de quase 10%, sendo que o grupo que mais contribui para a queda foi o de jovens (menos de 15 anos). No Interior do Brasil, sobretudo no interior rural, a redução da RDJ é maior do que no Brasil metropolitano, embora ainda apresente uma maior participação da RDJ na composição total da RD, quando comparadas com o Brasil metropolitano. Isto se dá, provavelmente devido à queda mais tardia da fecundidade nestas áreas.

Decompondo a RD em RDJ e RDI, percebe-se que a RDJ tem um peso maior, um pouco acima de 80% e decrescendo entre 1991 e 2000 em todos os recortes espaciais de análise, enquanto a RDI apresenta valores em torno de 15% e tendência de crescimento entre 1991 e 2000. Conforme explicado anteriormente, estas tendências opostas, contribuem para a queda da RD geral, pois o ritmo de aumento da RDI é mais lento que a queda da RDJ.

Das capitais de estado, todas da região Norte apresentam RD mais altas que a média brasileira de 55,0 em 2000, sendo que do total de dependentes a peso maior está na componente RDJ, a qual responde por mais de 90%. Entretanto, observa-se que nestas mesmas capitais a queda percentual entre da RD entre 1991 e 2000 foi maior, sugerindo ser resultado da queda da fecundidade mais tardia.

Destaca-se que os valores da RD de Boa Vista são mais baixos, provavelmente devido ao aumento de população em idade ativa decorrente de migrações ocorridas na década de 1980 e apontadas pela análise de suas pirâmides etárias. Em relação à região Nordeste, São Luis e Teresina que em 1991 apresentavam RD mais altas que as brasileiras, em 2000 já apresentam RD menores que a RD brasileira.

As demais capitais do país, já apresentam RD mais baixas que as nacionais, sendo que Florianópolis e Vitória detêm as menores RDs brasileiras, nos valores de 41,8 e de 43,8, respectivamente. A análise de suas pirâmides etárias aponta para um peso bastante reduzido do grupo de 0 a 9 anos.

Das regiões metropolitanas, somente a RM de Fortaleza apresenta RD maior que a brasileira em 2000. A RM de Salvador destaca-se pela alta queda percentual da RD entre 1991 e 2000, de 62,1 para 46 respectivamente, devido a uma redução grande do peso do grupo de 0 a 9 anos.

As RMs na decomposição da RD apresentam cerca de 80% do total da RD no grupo de RDJ. Destaca-se a RM do Rio de Janeiro que apresenta os menores valores de RDJ e os maiores de RDI, 76,4 e 23,6, respectivamente. Em seguida aparece a Região Metropolitana de Porto Alegre com 80,6 para RDJ e 19,4 para a RDI.

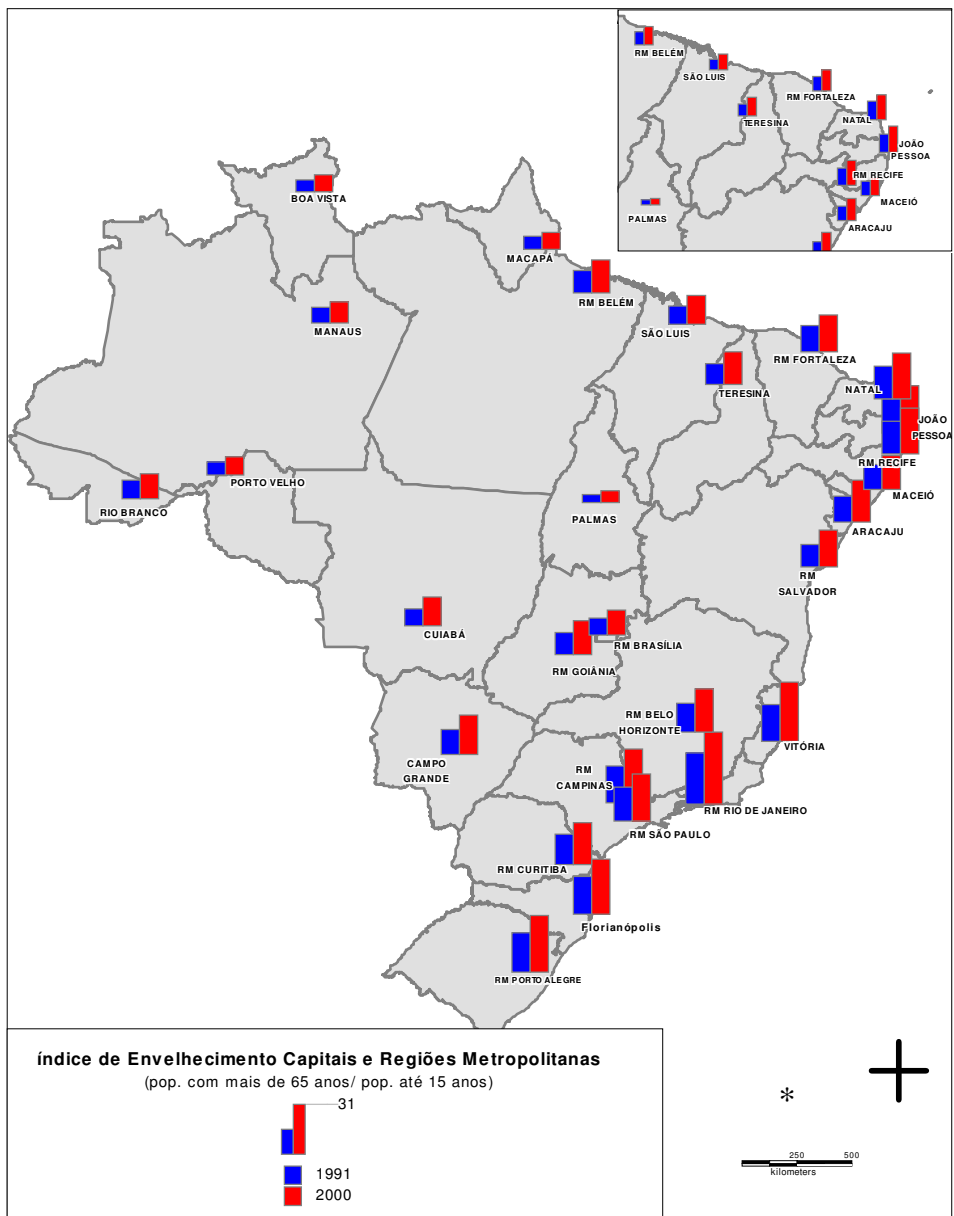
Em síntese, percebe-se que as capitais da região norte, com exceção de Boa Vista e Belém, somadas a João Pessoa, Aracaju, Teresina, São Luis e Cuiabá, apresentaram queda forte na RD entre 1991 e 2000; enquanto das regiões Metropolitanas apenas a RM de Salvador apresentou uma queda da mesma magnitude.

Já as RMs do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre apresentaram as menores quedas na diferença de RD, entre 1991 e 2000. Por outro, lado estas RMs, ao lado de Vitória e Florianópolis apresentam as menores RDJ e as maiores RDI. Estes números sugerem que estas regiões e capitais já se encontram numa etapa mais adiantada da TEE.

A análise do IE aponta que o mesmo teve um aumento diferencial entre 1991 e 2000 variando de 1,8 em Macapá até 10,9 em Vitória. Assim, enquanto Macapá em 2000, apresenta 7,5 pessoas com 65 anos ou mais para cada grupo de 100 jovens, Vitória apresentava 25,5 (Mapa 1).

Mapa 1

Índice de Envelhecimento das Regiões Metropolitanas/Capitais , 1991- 2000



Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepo-Unicamp)

A RM do Rio de Janeiro é a que apresenta maior IE, ou seja, 31 pessoas com 65 anos ou mais para cada grupo de 100 jovens. Palmas e Boa Vista apresentam os menores IE, de 4,8 e 7,3, respectivamente. No entanto como se tratam de áreas que receberam migrantes em idade ativa, o número de idosos torna-se menor em relação ao grupo etário de 15 a 64 anos.

A Tabela 7 apresenta participação percentual dos grupos etários no total da população para 1991 e 2000, assim como suas respectivas taxas de crescimento. Percebe-se que para o Brasil e mais fortemente para o Interior Rural as taxas de crescimento são negativas no grupo etário até 15 anos. No Interior Rural apenas o grupo de 65 anos ou mais tem crescimento positivo, indicando perda de população dos outros grupos de idade.

Em quase todas as capitais ou regiões Metropolitanas o crescimento deste grupo etário é negativo ou abaixo de 1,5 %. Apenas Macapá, Boa Vista e Palmas apresentam crescimento na casa dos 3%. Como as duas últimas capitais receberam migrantes em idade ativa isto pode ter contribuído para manter a fecundidade mais alta, dado que houve um aumento de população em idade reprodutiva. Já Macapá parece ser a capital que se encontra em um estágio mais atrasado da TEE.





cgée

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Ciência, Tecnologia e Inovação

Tab. 17

### Distribuição Relativa da População por Grupos de Idade e Taxas de Crescimento (% ao ano) Brasil: Capitais, Metrópoles e Interior, 1991 e 2000

	1991					2000					Taxas de crescimento 91/2000 (% a.a.)			
	ate 15 anos	de 15 a 24 anos	de 25 a 64 anos	65 anos e mais	Total	ate 15 anos	de 15 a 24 anos	de 25 a 64 anos	65 anos e mais	Total	ate 15 anos	de 15 a 24 anos	de 25 a 64 anos	65 anos e mais
Aracaju	34,1	22,6	39,4	3,9	100,0	27,7	22,5	45,0	4,9	100,0	-0,8	1,5	3,0	4,2
Belém	34,7	23,0	38,9	3,5	100,0	29,9	22,5	43,4	4,2	100,0	1,7	3,1	4,6	5,6
Belo Horizonte	32,3	19,7	44,0	4,0	100,0	27,0	20,6	47,3	5,1	100,0	0,6	3,2	3,5	5,6
Boa Vista	37,8	21,6	38,7	2,0	100,0	36,1	22,5	38,8	2,6	100,0	3,2	4,2	3,8	7,2
Brasília	35,3	21,7	40,5	2,5	100,0	30,3	22,0	44,5	3,2	100,0	1,9	3,8	4,7	6,5
Campinas	30,4	18,9	46,1	4,6	100,0	25,6	19,4	49,3	5,8	100,0	0,6	2,8	3,3	5,1
Campo Grande	33,9	20,0	42,5	3,6	100,0	28,4	20,3	46,4	4,8	100,0	0,6	2,8	3,6	5,9
Cuiabá	36,3	20,8	40,3	2,6	100,0	29,1	22,1	45,1	3,7	100,0	-0,4	2,7	3,3	5,9
Curitiba	31,7	19,9	44,4	4,1	100,0	27,8	19,8	47,6	4,9	100,0	2,0	3,4	4,3	5,6
Florianópolis	29,5	19,3	46,3	4,9	100,0	23,9	20,4	50,1	5,6	100,0	0,9	4,0	4,2	5,0
Fortaleza	35,6	20,9	39,5	3,9	100,0	31,1	20,9	43,1	4,9	100,0	1,4	2,9	3,9	5,4
Goiânia	32,8	21,8	42,2	3,2	100,0	27,7	21,7	46,6	4,1	100,0	1,2	3,1	4,3	5,8
João Pessoa	33,4	21,1	40,7	4,8	100,0	27,7	21,1	45,6	5,6	100,0	-0,1	2,1	3,4	3,7
Macapá	43,7	21,3	32,4	2,5	100,0	37,3	22,9	37,0	2,8	100,0	3,4	6,1	6,7	6,5
Maceió	34,0	22,5	39,8	3,7	100,0	30,1	21,2	44,2	4,4	100,0	1,3	2,0	3,9	4,6
Manaus	38,1	22,7	36,7	2,5	100,0	33,4	23,0	40,5	3,1	100,0	2,2	3,9	4,9	6,1
Natal	33,5	21,0	40,8	4,7	100,0	28,3	21,1	45,2	5,4	100,0	-0,1	1,8	3,0	3,4
Palmas	39,2	21,3	38,1	1,4	100,0	32,9	24,4	41,1	1,6	100,0	18,9	23,1	22,2	22,9
Porto Alegre	30,0	17,3	47,7	5,0	100,0	26,2	18,5	48,9	6,3	100,0	0,6	2,9	2,4	4,7
Porto Velho	40,0	21,0	36,8	2,2	100,0	34,6	21,6	41,1	2,8	100,0	0,1	2,0	3,0	4,7
Recife	33,1	21,1	41,3	4,5	100,0	27,7	20,6	46,2	5,5	100,0	-0,3	1,4	2,9	4,0
Rio Branco	40,1	21,4	35,1	3,3	100,0	34,9	22,5	38,9	3,8	100,0	1,2	3,3	4,0	4,3
Rio de Janeiro	27,6	17,8	48,5	6,1	100,0	24,7	18,0	49,6	7,6	100,0	-0,1	1,3	1,4	3,8
Salvador	34,9	21,3	40,4	3,4	100,0	27,2	23,0	45,5	4,3	100,0	-0,6	3,0	3,5	4,9
São Luis	37,4	23,6	36,0	3,1	100,0	30,4	24,2	41,6	3,8	100,0	0,2	2,8	4,1	5,1
São Paulo	30,3	18,8	46,4	4,5	100,0	26,4	19,7	48,4	5,5	100,0	0,1	2,1	2,1	3,9
Teresina	37,8	22,3	36,7	3,2	100,0	30,3	23,2	42,3	4,2	100,0	-0,5	2,5	3,6	5,0
Vitória	30,3	19,3	45,8	4,6	100,0	24,3	20,7	48,9	6,2	100,0	-1,1	2,1	2,1	4,8
BRASIL/interior urbano	34,4	19,5	40,9	5,2	100,0	29,4	20,1	44,3	6,3	100,0	0,8	2,9	3,5	4,8
BRASIL/interior rural	40,5	19,2	35,6	4,7	100,0	35,4	19,8	39,1	5,7	100,0	-2,7	-0,8	-0,2	0,9
BRASIL/interior	36,6	19,4	39,0	5,0	100,0	31,1	20,0	42,8	6,1	100,0	-0,5	1,7	2,4	3,6
BRASIL/Capitais+ Reg.Metropolitanas	31,6	19,6	44,4	4,4	100,0	27,3	20,2	47,1	5,4	100,0	0,5	2,5	2,8	4,5
BRASIL TOTAL	34,7	19,5	41,0	4,8	100,0	29,6	20,1	44,5	5,8	100,0	-0,2	2,0	2,6	3,9

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepo-Unicamp)



O grupo etário onde a força de trabalho mais se concentra (entre 25 e 64 anos) pode ser subdividido em mão-de-obra júnior (15 a 24 anos) e sênior (25 a 64 anos) O subgrupo júnior é composto, sobretudo por aqueles que estão entrando na força de trabalho pela primeira vez. Se esta mão-de-obra júnior é grande, em particular no grupo de 20 a 24 anos, tende a ocorrer forte pressão na economia, com a necessidade da geração de novos empregos. A mão-de-obra sênior registra normalmente altas taxas de atividades e é composto pelos contribuintes fiscais mais expressivos da força de trabalho (CARVALHO e WONG, 2005, p. 12-3).

No Brasil a mão-de-obra júnior tem apresentado crescimento menor que a sênior. Mesmo assim, Boa Vista, Florianópolis, RM de Brasília, Manaus, Macapá e Palmas apresentam crescimento acima de 3,5% neste grupo, indicando que ainda existem forte pressões sobre o mercado de emprego nos próximos anos.

Quanto à mão-de-obra sênior, com exceção da RM do Rio de Janeiro todas as capitais ou RMs tem tido um crescimento acima de 2%. Destaca-se que Rio Branco, São Luís, Florianópolis, RM de Goiânia, RM de Curitiba, RM de Belém, RM de Brasília, Manaus, Macapá e Palmas apresentam um crescimento igual ou maior a 4%. Porém é preciso que as oportunidades que esta redução dos mais jovens dentro da população em idade ativa possa oferecer, dado a menor pressão por novos empregos, seja vista com cuidado.

De um lado poderá haver outra janela de oportunidades; o crescimento positivo no grupo etário que inclui trabalhadores seniores, que normalmente possuem maiores taxas de emprego do que a mão de obra júnior implica, também, maiores contribuições fiscais. De outro, o desafio será mais difícil se a força de trabalho sênior não for preparada ou estiver subempregada, o que é o caso, principalmente, nas regiões brasileiras menos desenvolvidas. Nestas circunstâncias, o bônus demográfico gerado pela menor pressão por novos postos de trabalho pode perder sua eficácia inicial (CARVALHO e WONG, 2005, p. 14).

É importante destacar que embora o grupo de 15 a 24 anos tenha apresentado crescimento menor se comparados com o grupo de 20 a 64 anos, ainda existem áreas onde seu crescimento é bastante intenso. A análise dos gráficos por idade da população total (Gráfico 6) mostra que para o Brasil em 2000, os maiores

volumes de população estavam faixa de 10 a 19 anos<sup>4</sup>. O mesmo ocorre para o interior brasileiro.

Em 2000, o Brasil metropolitano apresenta a maior concentração de população nos grupos de 15 a 24 anos, indicando ser esta década a de maior pressão sobre novos empregos para as RMs e capitais.

Ou seja, em linhas gerais, a janela de oportunidades está adiantada quase uma década nas RMs e capitais em relação ao interior do Brasil, em particular o interior Rural. Por outro lado, este interior Rural é o que apresenta menores taxas de crescimento em todos os grupos etários, sendo preciso levar em conta estes diferenciais no planejamento de ações políticas. As dificuldades enfrentadas neste momento para o Brasil Metropolitano hoje serão os desafios de amanhã para o interior do Brasil.

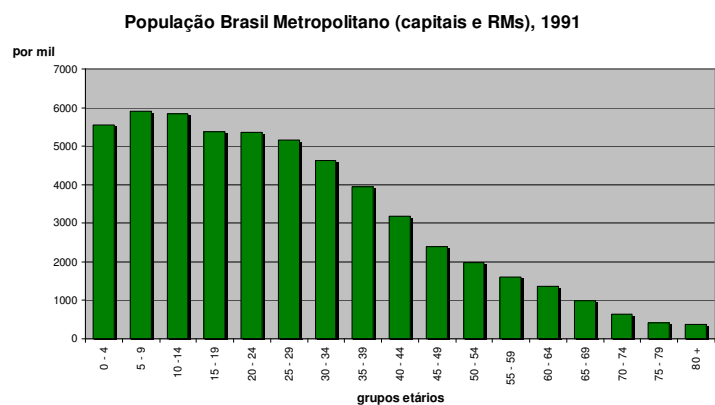
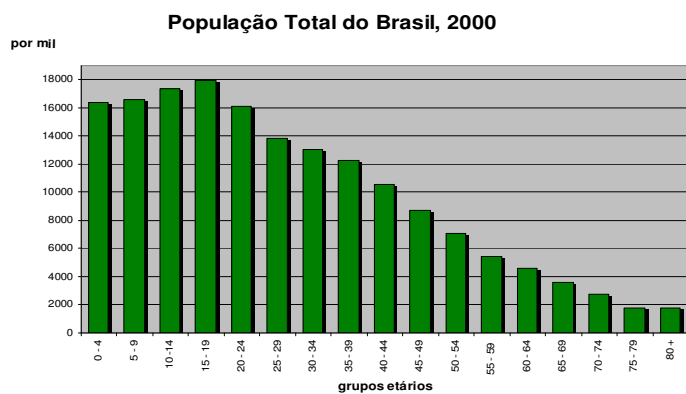
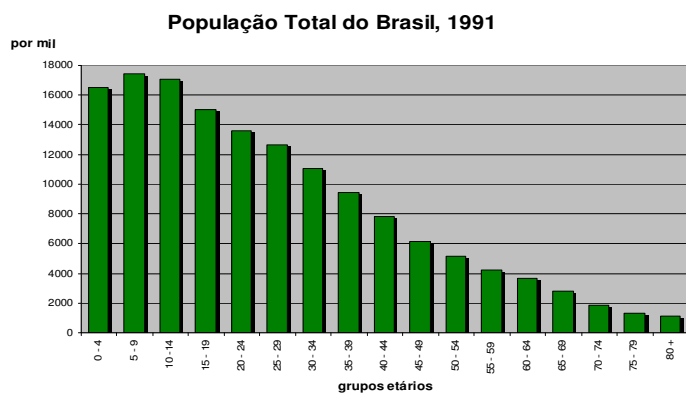
---

<sup>4</sup> No Anexo 2 encontram-se as distribuições da população por idade para todas as regiões metropolitanas em 1991 e 2000.

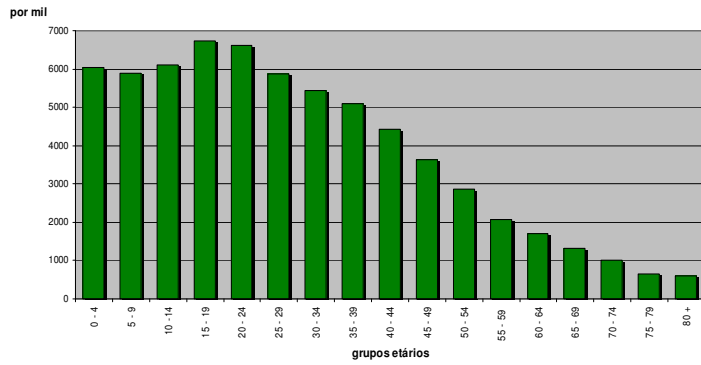
### Gráfico 6

Distribuição da População Total por Grupos Quinqüenais

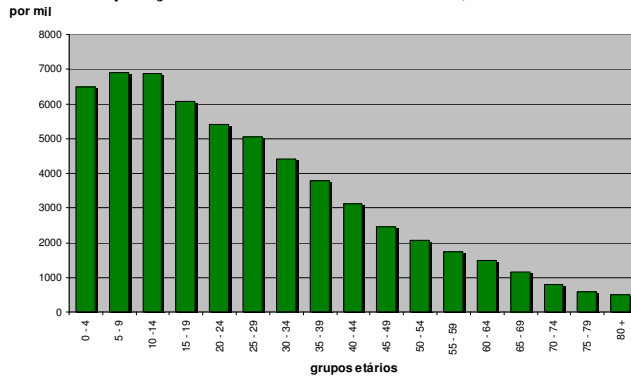
Brasil: Metropolitano, Interior Urbano e Interior Rural, 1991 e 2000



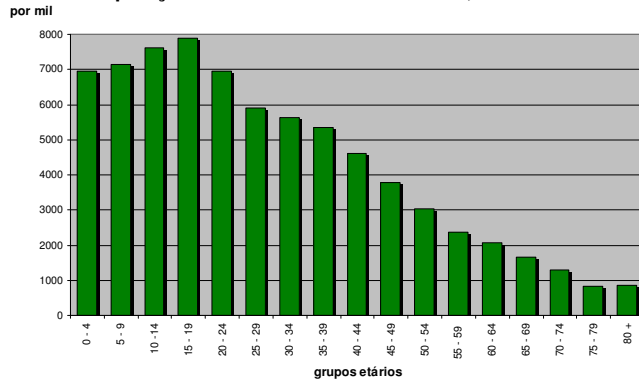
**População Brasil Metropolitano (capitais e RMs), 2000**



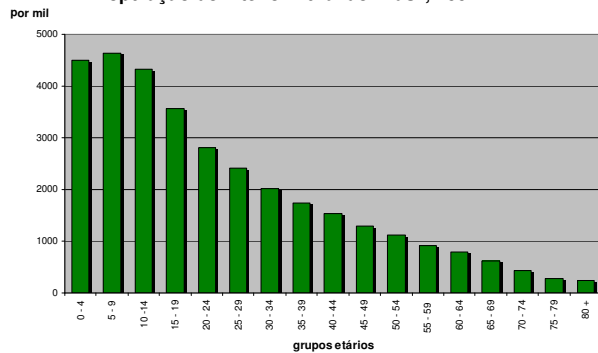
**População do Interior Urbano do Brasil, 1991**

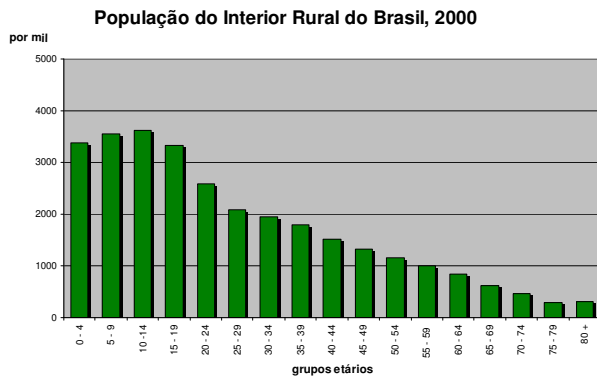


**População do Interior Urbano do Brasil, 2000**



**População do Interior Rural do Brasil, 1991**





Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepo-Unicamp)

## Parte II - Crescimento da População

**Rosana Baeninger**

**Fausto Brito**

**Simone Azevedo**

### 1. Evolução da População Urbana no Brasil: 1940-2000 <sup>5</sup>

O processo histórico de formação da sociedade brasileira, incluindo a transição demográfica, se interliga com as fases e faces da urbanização no País. A intensidade e a forma como se processaram a urbanização e a redistribuição espacial da população brasileira acentuou, ao longo de cinquenta anos, enormes transformações econômicas, sociais, demográficas e políticas; nesse contexto, presenciou-se do ponto de vista da urbanização, a dinâmica concentradora de determinadas áreas<sup>6</sup>. A dinâmica das cidades e o processo de urbanização modificaram-se ao longo do tempo, acompanhando as transformações da sociedade em seu conjunto.

Desde os anos 40, tem-se observado no Brasil aumento significativo de sua população urbana. Em 1940, 12,8 milhões de pessoas residiam no meio urbano, sendo que a população rural ainda representava 69% do total nacional; em 1991, mais de 110 milhões de habitantes residiam em áreas urbanas, passando para 137 milhões em 2000 (Tabela 8). Ou seja, em 2000, 18,7% da população nacional viviam em áreas rurais - cerca de 31,8 milhões de pessoas (Gráfico 7)

---

<sup>5</sup> O item 1 constitui versão ampliada de estudo anterior; veja-se Baeninger (2002).

<sup>6</sup> Faria (1983) conclui que o processo de desenvolvimento, de 1950-1980, não contribuiu para maior concentração da população urbana no Brasil, porém mesmo que "tendendo a um equilíbrio no que se refere à distribuição por classes de tamanho, tanto a população urbana como as cidades apresentam-se, no Brasil, bastante concentradas em termos territoriais"(p.140).

**Tabela 8**

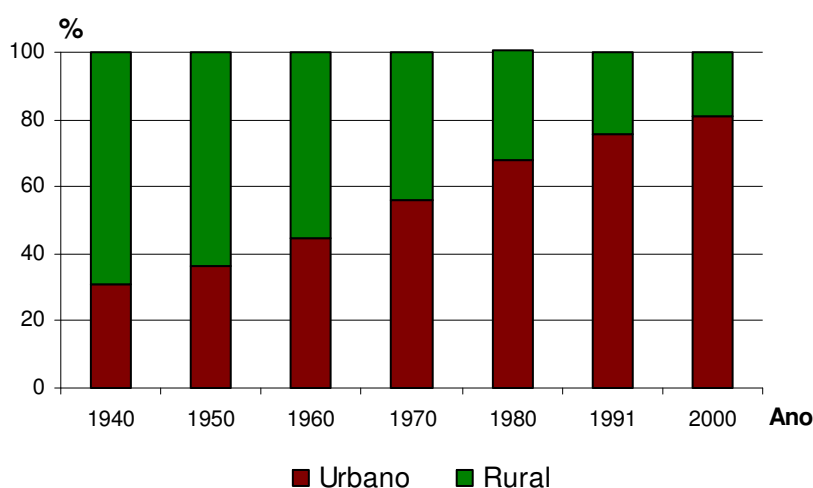
**População urbana e rural Brasil, 1940-2000**

População	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Urbana	12.880.182	18.782.891	31.214.700	52.084.984	80.436.419	110.990.990	137.697.439
Rural	28.356.133	33.161.506	38.715.593	41.054.053	39.066.297	35.834.485	31.847.004
Total	41.236.315	51.944.397	69.930.293	93.139.037	119.002.706	146.825.475	169.544.443

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000; apud Brito (2006)

**Gráfico 7**

**Distribuição relativa da população urbana e rural Brasil, 1940-2000**



Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2000; apud Brito (2006).

Até os anos 70, os fenômenos da urbanização e da redistribuição espacial da população, marcados por intensos fluxos migratórios, apontavam para o crescimento progressivo das grandes cidades. O afluxo crescente de pessoas para o meio urbano, particularmente na década de 70, fez com que tal período fosse marcado pela "explosão do crescimento urbano", com o processo de concentração da população em cidades cada vez maiores (Martine, 1987). Esse panorama concentrador de redistribuição interna da população foi se montando ao longo de quase meio século, indicando a rapidez das transformações urbanas no Brasil. Estima-se que cerca de 50 milhões de pessoas deixaram a área rural em busca de áreas urbanas entre 1950-2000 (Rigotti et al 2001).

Por outro lado, o processo de urbanização no Brasil gerou a criação de significativa



rede urbana, diferentemente de outros países latino-americanos que se caracterizam por uma primazia urbana (Faria, 1983; Villa e Rodríguez, 1994). O dinamismo e a complexidade desse processo se expressou na multiplicação do número de cidades no País. Entre 1950 e 2000 passou-se de 1.889 cidades, no início do período, para 5.507, ao seu final.

De fato, o enorme esvaziamento do campo que se operou, a partir dos anos 50, levou a aceleração do processo de urbanização; a taxa de crescimento da população urbana passou de 3,8% a.a., no período 1940-50, para 5,2% a.a. entre 1950-60 (Tabela 9). O impacto da transferência de população rural para o meio urbano se fez sentir de maneira mais acentuada nos anos 50 e 60, uma vez que a base demográfica não era tão extensa; à medida que essa base foi se alargando, o impacto dessa população foi diminuindo e apresentando, portanto, taxas menores de crescimento urbano: 4,4% a.a. entre 1970/80; 2,9% a.a. no período 1980-91, chegando a 2,4% entre 1991-2000.

**Tabela 9**

**Taxas Anuais de Crescimento da População (%)**

**Brasil, 1940-2000**

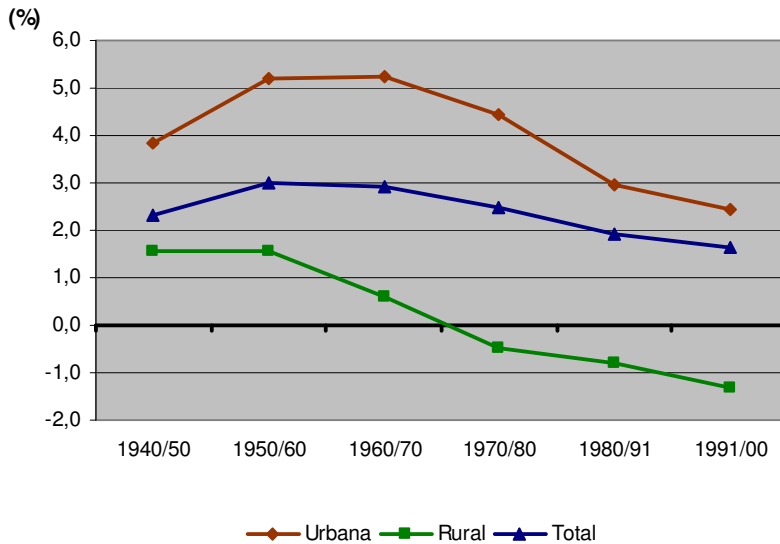
População	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/00
<b>URBANA</b>	3,84	5,21	5,25	4,44	2,97	2,45
<b>RURAL</b>	1,58	1,56	0,59	-0,50	-0,78	-1,31
<b>TOTAL</b>	2,34	3,02	2,91	2,48	1,93	1,63

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000; apud Brito (2006)

Em contrapartida, a população rural vem apresentando participação cada vez menor no conjunto da população brasileira (Gráfico 8). Os anos 50 marcaram uma mudança expressiva na distribuição da população no País: a taxa de crescimento da população rural passara de 1,5% a.a., entre 1950-60, para 0,6% a.a., no período 1960-70, alcançando taxas negativas, em torno de 0,5% a.a., nos anos 70 e -0,78% a.a. nos 80. Em 1980, aliás, a população rural brasileira registrou pela primeira vez na história deste século diminuição em números absolutos; em 2000, sua taxa de crescimento alcançou -1,3% a.a.

**Gráfico 8**

Taxas Anuais de crescimento da população  
Brasil, 1940-2000



Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2000; *apud* BRITO (2006)

Embora tanto a taxa anual de crescimento da população brasileira quanto a taxa de crescimento urbano tenham registrado decréscimos ao longo do período em estudo, o acelerado processo de urbanização pode ser evidenciado através da elevação da participação da população urbana no total populacional: 45%, em 1960; 56%, em 1970; 67%, em 1980; 75%, em 1991 e 81%, em 2000. O incremento médio anual da população urbana, que era de 590 mil pessoas entre 1940-1950, alcançou 3 milhões entre 1991-2000 (Tabela 10).

Esse incremento da população urbana foi conseqüência, basicamente, de três fatores: do próprio crescimento vegetativo das áreas urbanas, da migração com destino urbano e da expansão do perímetro urbano de muitas localidades, antigamente consideradas rurais. Neste último caso, os anos 80 parecem indicar claramente o problema da classificação de áreas urbanas e rurais, quando observa-se um decréscimo no incremento médio anual (2,7 milhões), se comparado aos anos 70 (2,8 milhões) e a retomada do incremento nos 90 (Gráfico 9).

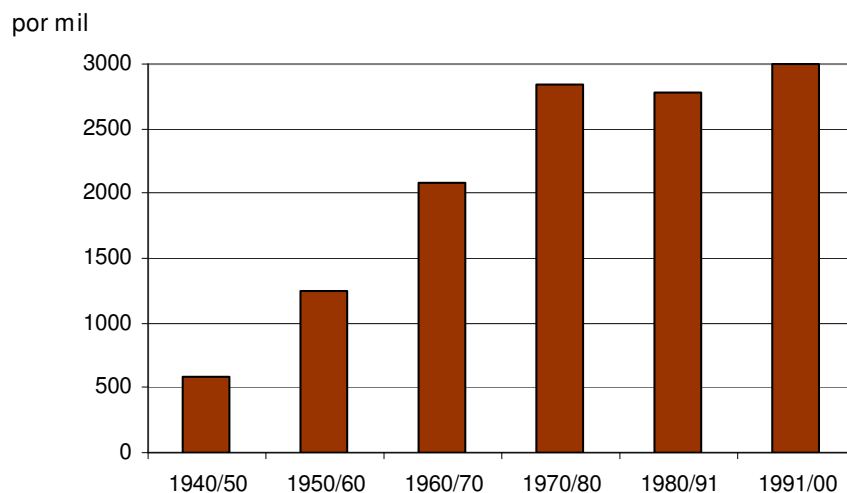
**Tabela 10**  
**Incremento médio anual da população urbana**  
**Brasil, 1940-2000**

População	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/00
Urbana	590.271	1.243.181	2.087.028	2.835.144	2.777.688	2.995.116

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 1980; apud Brito (2006).

**Gráfico 9**

**Incremento médio anual da população urbana Brasil, 1940-2000**



Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2000; apud BRITO (2006)

Até os anos 70, o processo de urbanização e de redistribuição espacial da população brasileira esteve condicionado a três vertentes: o progressivo esvaziamento do campo e conseqüente crescimento urbano, notadamente dos centros regionais; os deslocamentos populacionais com destino às fronteiras agrícolas; e o contínuo e intenso fenômeno da metropolização. De fato, o processo de urbanização no Brasil, pós-60, foi tão acelerado que se confundiu com processos de concentração urbana e de metropolização.

Contudo, algumas dessas tendências já estavam em transformação no período 1970-80, particularmente os deslocamentos com destino às fronteiras agrícolas e

os grandes movimentos populacionais do campo para a cidade, independente do seu porte, que predominaram até 1960. Iniciou-se a intensificação do movimento urbano-urbano, em especial nos anos 80, com novas modalidades de deslocamentos populacionais (pendular, de retorno, intrametropolitano etc.).

## **2. Crescimento das Cidades, das Metr6poles e do Interior**

A mudan7a no padr6o de urbaniza76o brasileiro iniciou-se, j6 nos anos 80, justamente com o menor crescimento das 6reas metropolitanas e com enormes transforma76es no processo de redistribui76o espacial da popula76o.

Os primeiros anos da d6cada de 90 consolidam esta tend6ncia, deixando as regi6es metropolitanas, em especial suas sedes, perderem posi76es no ranking das maiores taxas de crescimento do pa7s. O ritmo de crescimento da popula76o urbana apresentou expressivos decr6scimos a partir dos anos 80, indicando a import6ncia da espacializa76o e da utiliza76o da dimens6o territorial para o entendimento dos processos demogr6ficos.

Desse modo, o crescimento das pequenas e m6dias cidades, retratado pelo Censo de 1991 e de 2000, bem como as novas realidades da din6mica regionais contribuíram significativamente para minimizar o caos urbano-metropolitano que se previa. Por outro lado, a emerg6ncia de novas aglomera76es urbanas, centros e subcentros metropolitanos e n6o-metropolitanos, bem como os crescimentos dos pequenos munic7pios, ancorados nos espa7os das aglomera76es urbanas, constituem os novos arranjos espaciais no desenho da rede urbana brasileira, onde a dualidade metr6pole – interior come7a a perder for7a, pelo menos no que se refere ao processo de distribui76o da popula76o urbana.

Conquanto isto venha se tornando evidente, a concentra76o de popula76o nas cidades de maior porte delinea a trajet6ria hist6rica da urbaniza76o no Brasil (Tabela 11). Por outro lado, a tend6ncia 6 concentra76o da popula76o nos maiores centros urbanos se mant6m, mais ou menos, est6vel desde 1970 (33% da popula76o do total da popula76o urbana), indicando uma relativa desconcentra76o populacional (Gr6fico 10).

**Tabela 11**

Distribuição Relativa (%) da população urbana segundo o tamanho das cidades (%)

Brasil, 1940-2000

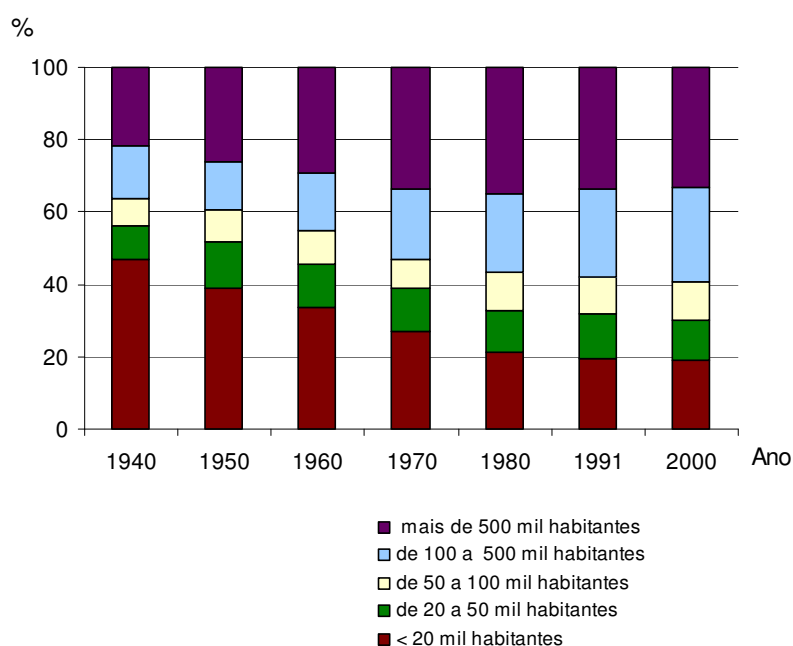
		1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Tamanho das cidades	< 20 mil	46,82	38,78	33,77	26,92	21,35	19,34	18,81
	de 20 a 50 mil	9,41	13,01	11,61	12,04	11,40	12,44	11,49
	de 50 a 100 mil	7,65	8,86	9,57	7,80	10,50	10,23	10,57
	de 100 a 500 mil	14,55	13,43	16,06	19,59	21,92	24,43	26,11
	mais de 500 mil	21,6	25,9	29,0	33,7	34,8	33,6	33,0

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000; apud Brito (2006)

**Gráfico 10**

Distribuição da população urbana, segundo o tamanho das cidades

Brasil, 1940-2000



Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2000; apud Brito (2006)

De fato, o fenômeno da desconcentração populacional, mesmo que de forma relativa, vem se configurando no Brasil, apesar das especificidades regionais. Assim, analisando-se o incremento médio anual da população urbana por tamanho das localidades (Tabela 12 e Gráfico 11) verifica-se, ao longo de sessenta anos, expressivo aumento até os anos 70 em todas as categorias de

tamanhos de cidades, quando então algumas delas passam a registrar decréscimos em seu incremento anual de população.

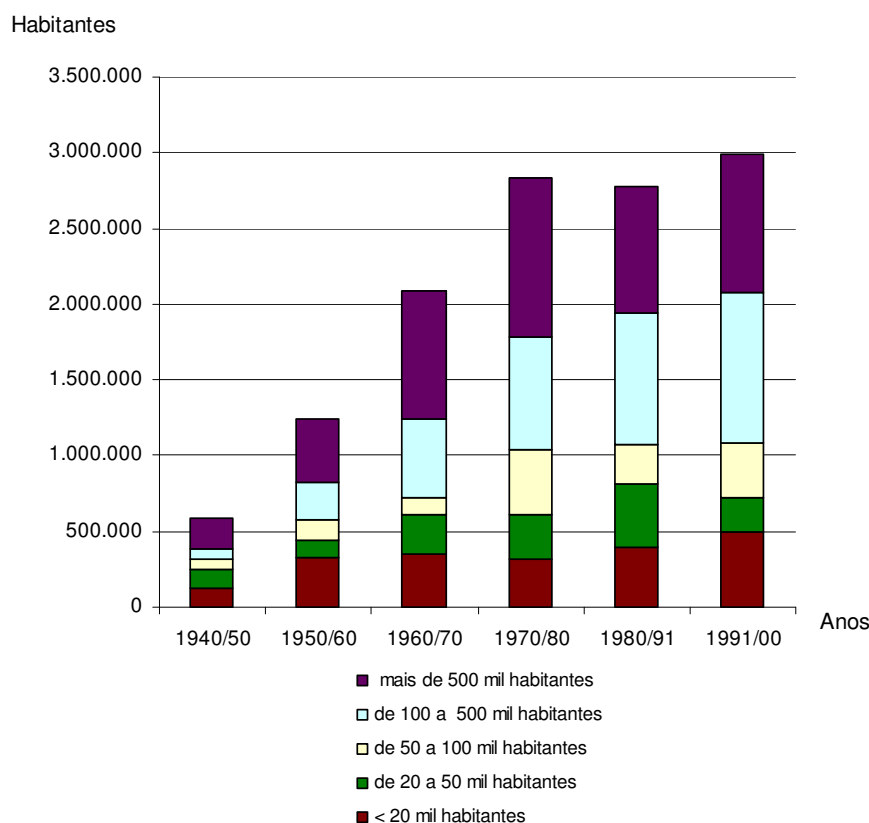
A população urbana das cidades pequenas (< 20 mil habitantes) registra elevado incremento dos anos 40 (125 mil) para os 50 (325 mil pessoas), em função da transferência da população rural para o meio urbano dos próprios municípios; esta tendência é reforçada nos anos 60 (348 mil). Nos anos 70, esta categoria de cidades foi a única que diminui seu incremento anual (315 mil), provavelmente em função da passagem de localidades –antes nesta categoria – para cidades de portes mais elevados, bem como pela própria emigração oriunda das pequenas cidades para as metrópoles e cidades de porte médio. Nos anos 80, as cidades pequenas passam a registrar elevação em seu incremento populacional urbano (390 mil pessoas), superando o incremento das cidades de 50 mil-100 mil habitantes. Nos anos 90, as cidades pequenas apresentaram o maior incremento de suas populações urbanas (497 mil pessoas) dentre as cidades até 100 mil habitantes; a formação de aglomerações urbanas – metropolitanas e não-metropolitanas - contribui para o incremento médio anual da população dessa categoria de cidades.

O período 1991-2000 traz novas evidências a respeito da distribuição da população urbana: de um lado, observa-se a importância das cidades pequenas, como mencionado acima; de outro lado, as cidades entre 100 a 500 mil habitantes passam a ter incremento anual bastante semelhante, a partir dos anos 80, àquelas com mais de 500 mil, inclusive com as primeiras registrando incremento superior (991 mil pessoas) às segundas (921 mil pessoas), em 1991-2000.

**Tabela 12**  
**Incremento Médio Anual da População segundo Categorias de Tamanhos de Cidades**  
**Brasil, 1940 a 2000**

		1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/00
Tamanho das cidades (habitantes)	< 20 mil	125.350	325.720	348.007	315.190	390.226	497.409
	de 20 a 50 mil	123.163	118.037	264.701	289.872	421.593	225.887
	de 50 a 100 mil	67.883	132.308	107.538	438.320	264.414	358.906
	de 100 a 500 mil	64.848	249.054	519.037	742.821	862.131	991.144
	mais de 500 mil	209.027	418.374	847.433	1.048.941	838.316	921.471

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2000; *apud* Brito (2006)

**Gráfico 11****Incremento Médio Anual da População Residente nas Cidades segundo os seus Diferentes Tamanhos Brasil, 1940-2000**

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2000; *apud* Brito (2006)

Considerando as taxas de crescimento da população residente nas cidades (Tabela 13 e Gráfico 12), observa-se as marcantes diferenças nos ritmos de crescimento da população. As cidades com mais de 500 mil habitantes passam a diminuir, progressivamente, seus ritmos de crescimento: de 5,7% a.a., nos 40, alcança 6,8 % a.a., nos 60, baixando para 2,2 % a.a., entre 1991-2000.

O período que marca a reversão na tendência das maiores cidades é 1980-1991, com os anos 90 confirmando esta tendência. De fato, as cidades médias (100 a 500 mil habitantes) registraram, entre 1991-2000, os maiores ritmos de crescimento da população (3,2% a.a.), seguidas daquelas entre 50 a 100 mil habitantes (2,8 % a.a.) e das de menos de 20 mil habitantes; esses crescimentos

refletem as formações espaciais ditadas por cidades fora dos eixos metropolitanos.

**Tabela 13**

**Taxas Anuais de crescimento da população segundo Categorias de Tamanhos de Cidades**

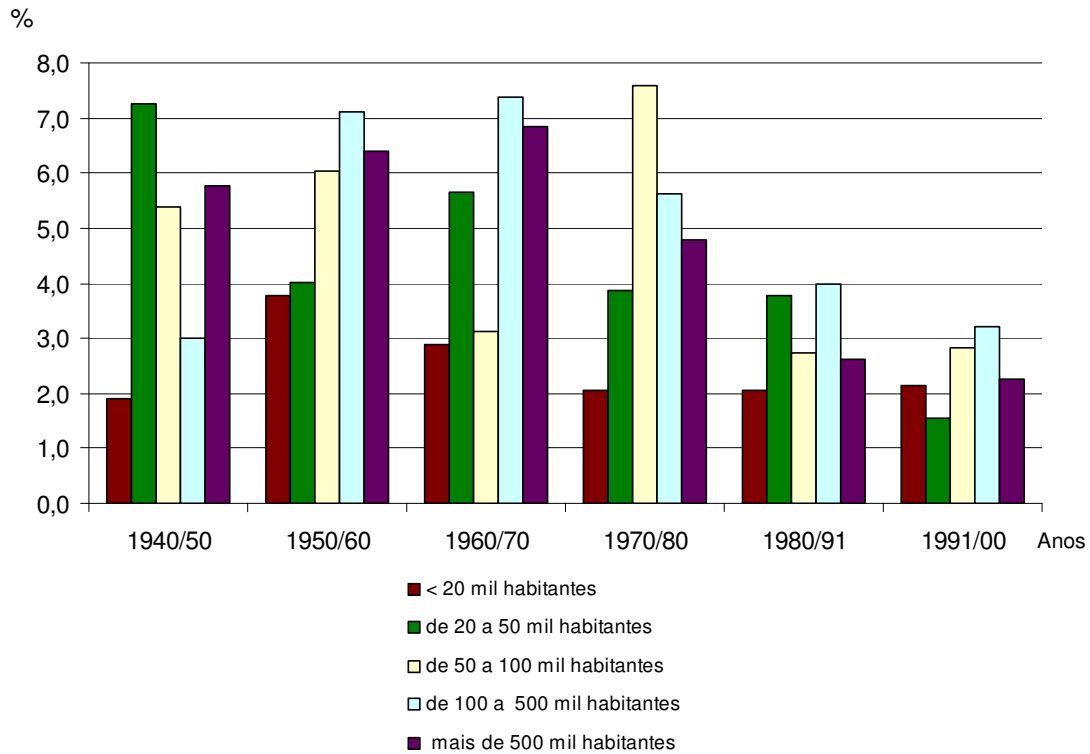
		1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/00
Tamanho das cidades (habitantes)	< 20 mil	1,91	3,77	2,89	2,05	2,05	2,13
	de 20 a 50 mil	7,26	4,02	5,64	3,87	3,79	1,54
	de 50 a 100 mil	5,38	6,02	3,12	7,59	2,73	2,82
	de 100 a 500 mil	3,02	7,11	7,37	5,62	3,99	3,21
	mais de 500 mil	5,77	6,40	6,83	4,80	2,62	2,26

**Brasil, 1940 a 2000**

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2000; *apud* Brito (2006)

**Gráfico 12**

**Taxas Anuais de crescimento da população (%) segundo Categorias de Tamanhos de Cidades Brasil, 1940 a 2000**



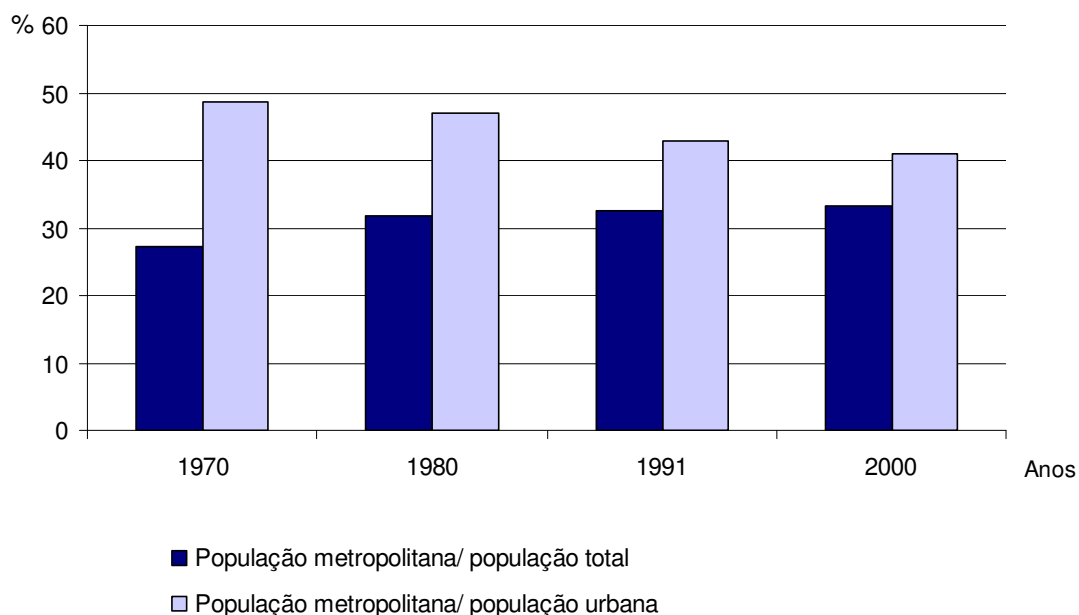
Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2000; *apud* Brito (2006)



De fato, a distribuição da população urbana segundo cidades metropolitanas e não metropolitanas e de acordo com tamanho de cidades (Gráfico 13) revela o aumento da concentração relativa da população urbana em cidades não-metropolitanas, desde os anos 70, 51% do total da população urbana nacional, chegando a 59% em 2000 (Tabela 14).

**Gráfico 13**

**Participação Relativa da População Metropolitana Brasil, 1970 – 2000**



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2000.

Enquanto as cidades pequenas concentravam metade da população urbana não metropolitana em 1970, esta situação modifica-se em 2000, quando as cidades pequenas dividem com as cidades de 100 a 500 mil habitantes, seguidas pelas de 20 a 50 mil habitantes, a concentração da população urbana não-metropolitana. Essa nova distribuição da população entre as categorias de cidades indica a importância do interior dos estados na retenção ou absorção de população, em função das aglomerações urbanas espalhadas pela rede de cidades.

**Tabela 14**

**Distribuição Relativa (%) da População Urbana segundo Cidades Metropolitanas \* e Não-**

CIDADES	POPULAÇÃO URBANA TOTAL			
	1970	1980	1991	2000
<b>Cidades Não Metropolitanas</b>				
< 20 mil habitantes	25,82	20,92	19,07	18,53
de 20 a 50 mil habitantes	9,48	9,91	11,29	10,62
de 50 a 100 mil habitantes	5,77	7,4	8,07	8,27
de 100 a 500 mil habitantes	10,29	14,84	16,41	17,32
mais de 500 mil habitantes	0	0	2,23	4,25
<b>Total de Cidades não Metropolitanas</b>	<b>51,36</b>	<b>53,07</b>	<b>57,07</b>	<b>59</b>
<b>Cidades Metropolitanas</b>				
< 20 mil habitantes	1,09	0,43	0,27	0,28
de 20 a 50 mil habitantes	2,56	1,49	1,15	0,87
de 50 a 100 mil habitantes	2,03	3,1	2,16	2,3
de 100 a 500 mil habitantes	7,47	6,62	8,02	8,79
mais de 500 mil habitantes	1,4	4,19	4,76	4,92
<b>Total Metropolitanas (sem Núcleos)</b>	<b>14,55</b>	<b>15,83</b>	<b>16,36</b>	<b>17,16</b>
Núcleos Metropolitanos	34,09	31,11	26,56	23,83
<b>Total Cidades Metropolitanas</b>	<b>48,64</b>	<b>46,93</b>	<b>42,93</b>	<b>41</b>
Total da População Urbana	100,0	100,0	100,0	100,0

**Metropolitanas Brasil, 1970 a 2000**

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2000; *apud* Brito (2006)

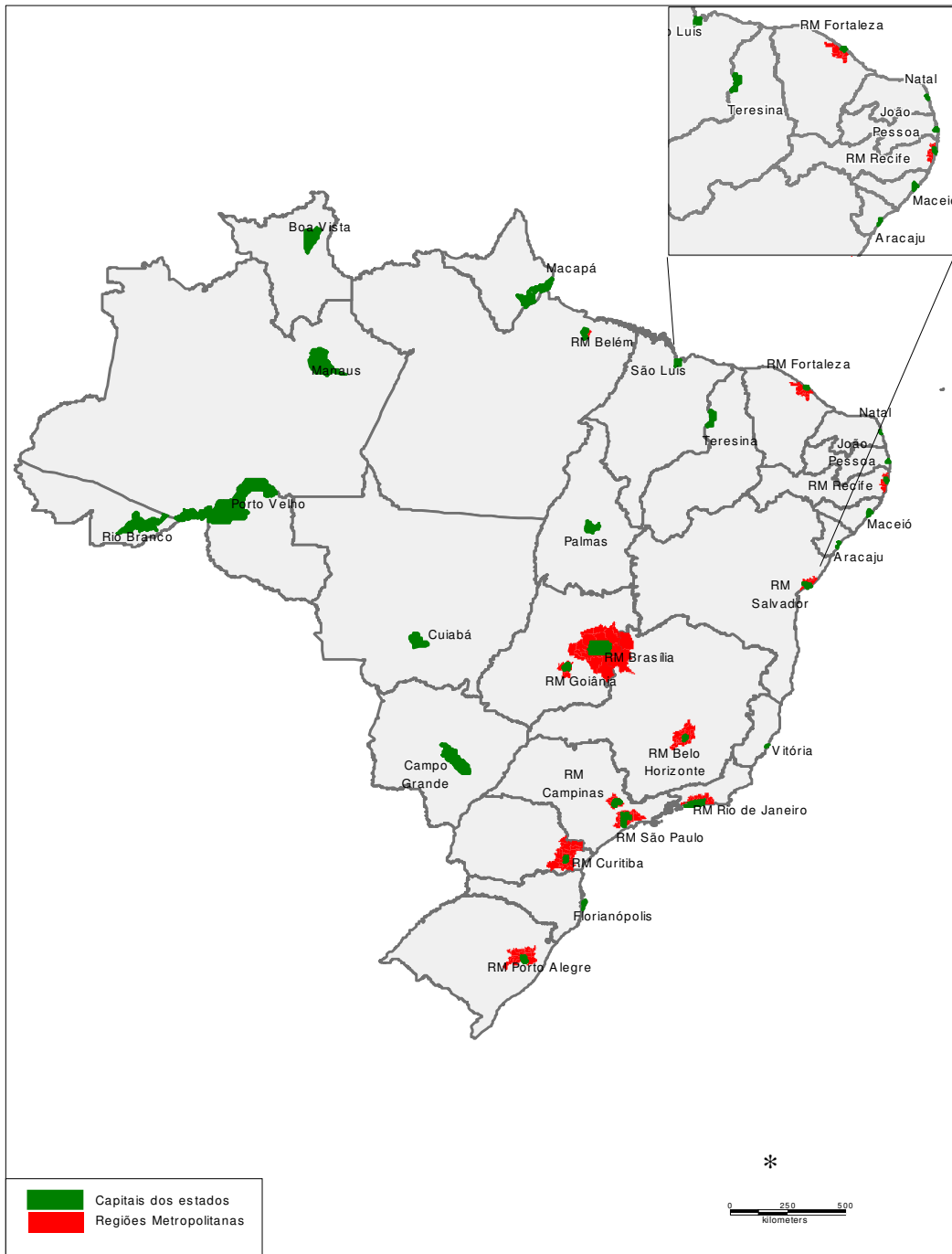
(\*) Considera-se como áreas metropolitanas, as antigas Regiões Metropolitanas acrescentando-se Brasília, Campinas e Goiânia.

Considerando a importância das regiões metropolitanas no processo de urbanização e de redistribuição da população nacional (Mapa 2)<sup>7</sup>, cerca de 57 milhões de brasileiros viviam nessas localidades em 2000 (Tabela 15). Contudo, sua participação no total da população urbana decresce de 48%, em 1970, para 41%, em 2000. Os núcleos metropolitanos passam a perder peso relativo, desde a década de 70, reforçando os processos de mobilidade intra-metropolitana e de periferização da população

<sup>7</sup> Considera-se como áreas metropolitanas, as antigas Regiões Metropolitanas acrescentando-se Brasília, Campinas e Goiânia.

Mapa 2

Brasil, Regiões Metropolitanas e Capitais



Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepe-Unic)



**Tabela 15**

População Total das Regiões Metropolitanas

1970-2000

AGLOMERADOS METROPOLITANOS	POPULAÇÃO TOTAL			
	1970	1980	1991	2000
Belém	669.768	1.021.486	1.332.840	1.795.536
Fortaleza	1.070.114	1.627.042	2.306.676	2.984.689
Recife	1.755.083	2.347.005	2.874.555	3.337.565
Salvador	1.135.818	1.752.839	2.496.521	3.021.572
Belo Horizonte	1.619.792	2.570.281	3.436.060	4.350.022
Rio de Janeiro	6.879.183	8.758.420	9.814.574	10.894.156
São Paulo	8.113.873	12.552.203	15.444.941	17.879.997
Campinas	644.490	1.221.104	1.866.025	2.338.148
Curitiba	809.305	1.427.782	2.000.805	2.726.580
Porto Alegre	1.590.798	2.307.586	3.026.819	3.658.376
Goiânia	424.588	807.626	1.239.277	1.639.516
Brasília	625.916	1.357.171	2.152.307	2.958.484
TOTAL AGLOMERADO(1)	25.338.728	37.750.545	47.993.391	57.586.641
POPULAÇÃO BRASIL(2)	93.134.846	119.002.706	146.855.994	169.872.852
(1)/(2)	27,21	31,72	32,45	33,31
POPULAÇÃO URBANA(3)	52.097.271	80.436.409	110.990.990	137.953.959
(1)/(3)	48,64	46,93	43,24	41,74

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2000; *apud* Brito (2006)

As taxas de crescimento da população metropolitana segundo núcleo e periferia permitem observar que as regiões metropolitanas antigas (nove RMs) e novas (Campinas, Goiânia e Brasília) já apresentam taxas de crescimento do núcleo bastante semelhantes, em torno de 1% a.a. (e até bem abaixo deste valor), à exceção de Fortaleza, Curitiba e Brasília, com taxas superiores a 2% a.a. (Tabela 16).

No que refere-se às áreas periféricas, as taxas são muito elevadas desde os anos 70, passando por uma transição deste crescimento – para níveis bem mais baixos - apenas a periferia de São Paulo (2,8% a.a.), a do Rio de Janeiro (1,6% a.a.) e a do Recife (1,8% a.a.).

**Tabela 16**

Taxas de Crescimento da População ( % ao ano) segundo Núcleo e Periferia

Agglomerados Metropolitanos, 1970-2000

AGLOMERADOS METROPOLITANOS	NÚCLEO			PERIFERIA		
	1970/80	1980/91	1991/2000	1970/80	1980/91	1991/2000
Belém	3,95	2,65	0,31	9,26	5,36	14,29
Fortaleza	4,3	2,78	2,15	4,18	5,42	3,31
Recife	1,27	0,69	1,03	5,11	2,96	1,82
Salvador	4,08	2,98	1,84	6,91	4,31	3,62
Belo Horizonte	3,73	1,15	1,11	7,45	5,11	3,97
Rio de Janeiro	1,82	0,67	0,74	3,39	1,49	1,66
São Paulo	3,67	1,16	0,85	6,37	3,22	2,81
Campinas	5,86	2,24	1,5	7,56	4,79	3,33
Curitiba	5,34	2,29	2,13	7,24	4,72	5,15
Porto Alegre	2,43	1,06	0,83	5,3	3,71	2,16
Goânia	6,54	2,31	1,9	7,48	10,94	7,01
Brasília	8,15	2,84	2,77	7,38	7	7,18
<b>TOTAL AGLOMERADOS</b>	<b>3,49</b>	<b>1,5</b>	<b>1,21</b>	<b>5,32</b>	<b>3,28</b>	<b>2,99</b>

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2000; *apud* Brito (2006)

O padrão de urbanização que se processou no Brasil foi marcado por um crescimento rápido, amplo e concentrado da população, contribuindo, de um lado, para a emergência de grandes metrópoles, e de outro, para a expansão de uma diversificada rede urbana nacional, com o crescimento acelerado das capitais regionais e subregionais, bem como com o aumento da população urbana em grande número de cidades de diferentes tamanhos (Faria, 1983). Esse processo de concentração urbana em determinadas localidades teve momentos de maior intensidade e, ao que tudo indica, atualmente está-se frente a um movimento de desaceleração no ritmo de crescimento populacional dos grandes centros urbanos.

As novas formas de estruturação do espaço urbano têm se caracterizado por um crescente processo de conurbação e de complexa interação entre as cidades, configurando a emergência de novas áreas metropolitanas e a formação de aglomerações urbanas não-metropolitanas no interior do País<sup>8</sup>.

Na dinâmica do processo de redistribuição espacial da população, portanto, essas novas espacialidades vêm assumindo importância crescente, já que podem ser

<sup>8</sup> Veja-se o estudo recente "Caracterização e Tendências da Rede Urbana Brasileira". NESUR - Instituto de Economia – UNICAMP/ IPEA, 1998.

capazes tanto de absorver quanto de reter grande parte dos fluxos migratórios que, anteriormente, se dirigiriam às grandes concentrações metropolitanas.

Nesse sentido, os padrões recentes do processo de urbanização no Brasil possibilitam apreender as seguintes tendências:

- decréscimo no ritmo de crescimento das áreas metropolitanas;
- novas formas de distribuição da população no interior das metrópoles (com menores taxas de crescimento, inclusive para as áreas periféricas),
- adensamento da rede de cidades no interior e seu conseqüente processo de aglomeração urbana;
- relativa desconcentração populacional metropolitana
- interiorização da população

Considerando a população residente nos estados brasileiros segundo o recorte territorial metrópole e interior, sendo este último subdividido em interior urbano e interior rural, é possível apreender o novo padrão de urbanização no país, em particular as novas configurações da dinâmica do crescimento populacional nestes espaços (Tabela 17).

Para o Brasil em seu conjunto, 92 milhões de habitantes viviam no Interior do país, em 1991, volume que alcançou 103 milhões no ano 2000. As regiões metropolitanas e capitais estaduais juntas somavam, em 2000, 66 milhões de habitantes. As taxas de crescimento entre metrópoles/capitais e interior urbano situaram-se bastante próximas, entre 1991-2000, sendo para o interior urbano um pouquinho mais elevada: 2,1 % a.a. e 2,6% a.a., respectivamente. Ou seja, as áreas urbanas, quer sejam metropolitanas quer sejam interioranas – para o Brasil como um todo – registram ritmos de crescimento da população semelhantes, indicando a “recuperação” demográfica do interior do país (Mapa 3). O interior urbano representou 43% da população nacional, em 2000, contra 38,9% das regiões metropolitanas/capitais.

Tabela 17

População Total, Brasil, Unidades da Federação, Metrôpoles (RM) ou Capitais, Interior rural e Interior urbano, 1991 e 2000

	1991	1991 (%)	2000	2000 (%)	Taxa de crescimento (% a.a)
<b>BRASIL</b>	146.855.994	100,0	169.872.852	100,0	1,6
<b>RMs + capitais</b>	54.710.208	37,3	66.135.945	38,9	2,1
<b>Interior</b>	92.145.786	62,7	103.736.907	61,1	1,3
Interior Rural	33.243.559	22,6	29.824.870	17,6	-1,2
Interior Urbano	58.902.226	40,1	73.912.031	43,5	2,6
<b>Rondônia</b>	1.133.266	100,0	1.380.952	100,0	2,2
<b>Porto Velho</b>	287.289	25,4	334.661	24,2	1,7
<b>Interior</b>	845.977	74,6	1.046.291	75,8	2,4
Interior Rural	416.454	36,7	435.215	31,5	0,5
Interior Urbano	429.523	37,9	611.076	44,3	4,0
<b>Acre</b>	417.098	100,0	557.882	100,0	3,3
<b>Rio Branco</b>	197.376	47,3	253.059	45,4	2,8
<b>Interior</b>	219.722	52,7	304.823	54,6	3,7
Interior Rural	129.533	31,1	159.898	28,7	2,4
Interior Urbano	90.190	21,6	144.925	26,0	5,4
<b>Amazonas</b>	2.102.776	100,0	2.817.252	100,0	3,3
<b>Manaus</b>	1.011.501	48,1	1.405.835	49,9	3,7
<b>Interior</b>	1.091.275	51,9	1.411.417	50,1	2,9
Interior Rural	594.483	28,3	696.939	24,7	1,8
Interior Urbano	496.792	23,6	714.478	25,4	4,1
<b>Roraima</b>	217.583	100,0	324.397	100,0	4,5
<b>Boa Vista</b>	144.249	66,3	200.568	61,8	3,7
<b>Interior</b>	73.334	33,7	123.829	38,2	6,0
Interior Rural	52.243	24,0	73.117	22,5	3,8
Interior Urbano	21.091	9,7	50.712	15,6	10,2
<b>Pará</b>	4.949.207	100,0	6.195.965	100,0	2,5
<b>RM Belém</b>	1.332.840	26,9	1.795.536	29,0	3,4
<b>Interior</b>	3.616.367	73,1	4.400.429	71,0	2,2
Interior Rural	1.941.660	39,2	2.033.114	32,8	0,5
Interior Urbano	1.674.707	33,8	2.367.315	38,2	3,9
<b>Tocantins</b>	918.394	100,0	1.157.690	100,0	2,6
<b>Palmas</b>	24.334	2,6	137.355	11,9	21,2
<b>Interior</b>	894.060	97,4	1.020.335	16,7	1,5
Interior Rural	381.933	41,6	290.762	3,4	-3,0
Interior Urbano	512.127	55,8	729.573	13,3	4,0
<b>Amapá</b>	289.039	100,0	477.032	100,0	5,7
<b>Macapá</b>	179.441	62,1	283.308	59,4	5,2
<b>Interior</b>	109.598	37,9	193.724	40,6	6,5
Interior Rural	29.444	10,2	39.692	8,3	3,4
Interior Urbano	80.154	27,7	154.032	32,3	7,5

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepo-Unicamp)

Tabela 17 (continuação)

População Total, Brasil, Unidades da Federação, Metrôpoles (RM) ou Capitais, Interior rural e Interior urbano,

1991 e 2000

	1991	1991 (%)	2000	2000 (%)	Taxa de crescimento (% a.a)	
<b>NORDESTE</b>	<b>Maranhão</b>	4.929.681	100,0	5.657.552	100,0	1,5
	<b>São Luis</b>	696.371	14,1	870.028	15,4	2,5
	<b>Interior</b>	4.233.310	85,9	4.787.524	84,6	1,4
	Interior Rural	2.505.584	50,8	2.262.001	40,0	-1,1
	Interior Urbano	1.727.725	35,0	2.525.524	44,6	4,3
	<b>Piauí</b>	2.582.072	100,0	2.843.428	100,0	1,1
	<b>Teresina</b>	599.272	23,2	715.360	25,2	2,0
	<b>Interior</b>	1.982.800	76,8	2.128.068	74,8	0,8
	Interior Rural	1.172.414	45,4	1.017.208	35,8	-1,6
	Interior Urbano	810.386	31,4	1.110.860	39,1	3,6
	<b>Ceará</b>	6.366.115	100,0	7.431.597	100,0	1,7
	<b>RM Fortaleza</b>	2.306.676	36,2	2.984.689	40,2	2,9
	<b>Interior</b>	4.059.439	63,8	4.446.908	59,8	1,0
	Interior Rural	2.147.004	33,7	2.013.093	27,1	-0,7
	Interior Urbano	1.912.435	30,0	2.433.815	32,7	2,7
	<b>Rio Grande do Norte</b>	2.415.077	100,0	2.777.509	100,0	1,6
	<b>Natal</b>	606.887	25,1	712.317	25,6	1,8
	<b>Interior</b>	1.808.190	74,9	2.065.192	74,4	1,5
	Interior Rural	745.955	30,9	743.733	26,8	0,0
	Interior Urbano	1.062.235	44,0	1.321.458	47,6	2,5
	<b>Paraíba</b>	3.201.329	100,0	3.444.794	100,0	0,8
	<b>João Pessoa</b>	497.600	15,5	597.934	17,4	2,1
	<b>Interior</b>	2.703.729	84,5	2.846.860	82,6	0,6
	Interior Rural	1.149.395	35,9	1.000.405	29,0	-1,5
	Interior Urbano	1.554.334	48,6	1.846.455	53,6	1,9
	<b>Pernambuco</b>	7.127.947	100,0	7.929.154	100,0	1,2
	<b>RM Recife</b>	2.874.555	40,3	3.337.565	42,1	1,7
<b>Interior</b>	4.253.392	59,7	4.591.589	57,9	0,9	
Interior Rural	1.933.972	27,1	1.771.421	22,3	-1,0	
Interior Urbano	2.319.420	32,5	2.820.168	35,6	2,2	
<b>Alagoas</b>	2.512.665	100,0	2.827.856	100,0	1,3	
<b>Maceió</b>	629.041	25,0	797.759	28,2	2,7	
<b>Interior</b>	1.883.624	75,0	2.030.097	71,8	0,8	
Interior Rural	984.950	39,2	906.938	32,1	-0,9	
Interior Urbano	898.674	35,8	1.123.159	39,7	2,5	
<b>Sergipe</b>	1.491.876	100,0	1.784.829	100,0	2,0	
<b>Aracaju</b>	402.341	27,0	461.534	25,9	1,5	
<b>Interior</b>	1.089.535	73,0	1.323.295	74,1	2,2	
Interior Rural	488.818	32,8	512.255	28,7	0,5	
Interior Urbano	600.717	40,3	811.039	45,4	3,4	
<b>Bahia</b>	11.867.338	100,0	13.085.769	100,0	1,1	
<b>RM Salvador</b>	2.496.521	21,0	3.021.572	23,1	2,1	
<b>Interior</b>	9.370.817	79,0	10.064.197	76,9	0,8	
Interior Rural	4.776.203	40,2	4.268.762	32,6	-1,2	
Interior Urbano	4.594.615	38,7	5.795.434	44,3	2,6	

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepo-Unicamp)



Tabela 17 (continuação)

População Total, Brasil, Unidades da Federação, Metrôpoles (RM) ou Capitais, Interior rural e Interior urbano, 1991 e 2000

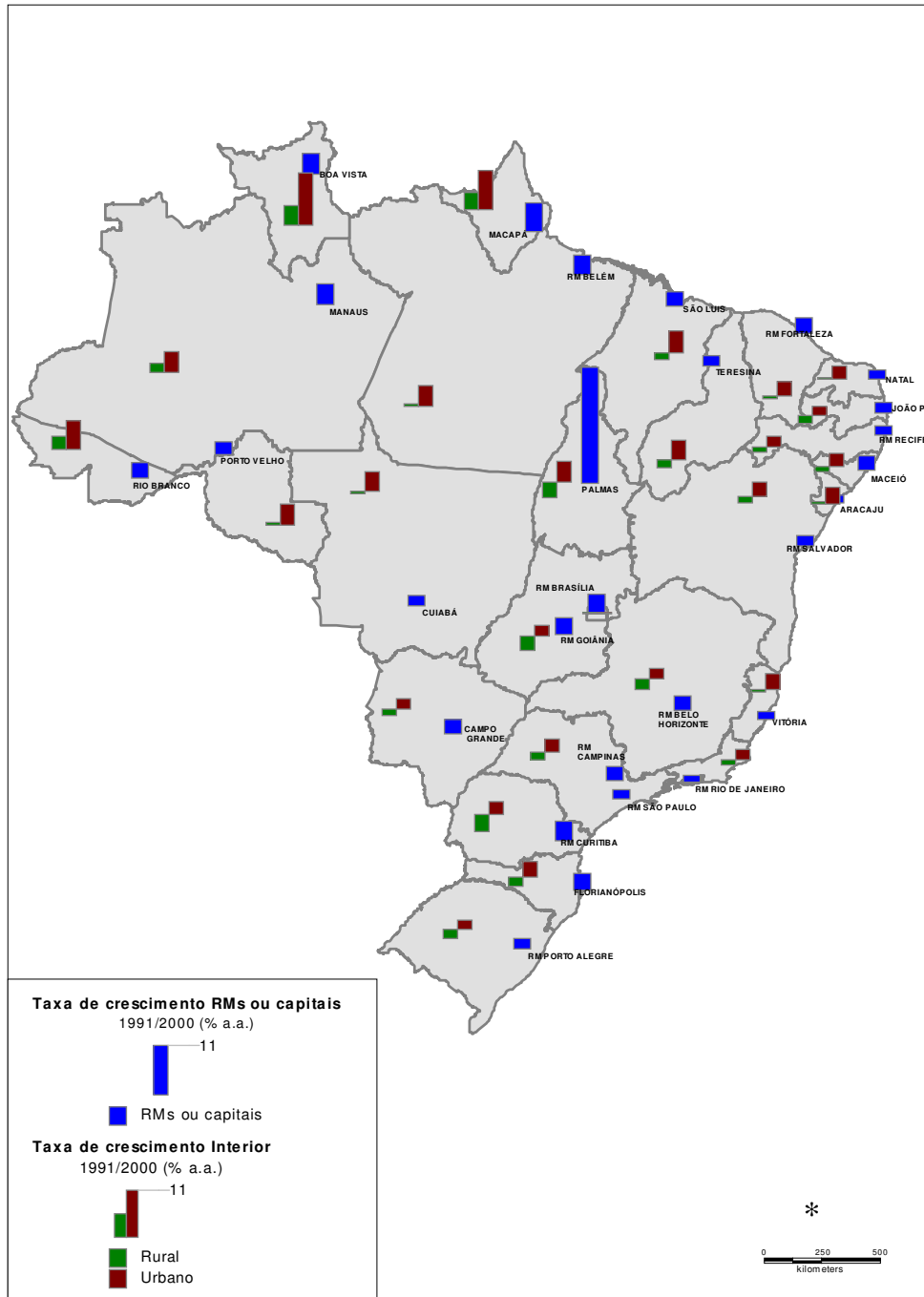
		1991	1991 (%)	2000	2000 (%)	Taxa de crescimento (% a.a)
SUDESTE	<b>Minas Gerais*</b>	15.655.504	100,0	17.808.778	100,0	1,4
	<b>RM Belo Horizonte</b>	3.436.060	21,9	4.350.022	24,4	2,7
	<b>Interior</b>	12.219.444	78,1	13.458.756	75,6	1,1
	Interior Rural	3.743.217	23,9	3.117.791	17,5	-2,0
	Interior Urbano	8.476.228	54,1	10.340.965	58,1	2,2
	<b>Espírito Santo</b>	2.600.618	100,0	3.097.498	100,0	2,0
	<b>Vitória</b>	258.777	10,0	292.304	9,4	1,4
	<b>Interior</b>	2.341.841	90,0	2.805.194	90,6	2,0
	Interior Rural	676.005	26,0	635.061	20,5	-0,7
	Interior Urbano	1.665.836	64,1	2.170.133	70,1	3,0
	<b>Rio de Janeiro</b>	12.807.195	100,0	14.392.106	100,0	1,3
	<b>RM Rio de Janeiro</b>	9.814.574	76,6	10.894.156	75,7	1,2
	<b>Interior</b>	2.992.621	23,4	3.497.950	24,3	1,7
	Interior Rural	527.351	4,1	490.525	3,4	-0,8
	Interior Urbano	2.465.269	19,2	3.007.425	20,9	2,2
	<b>São Paulo</b>	31.588.825	100,0	37.035.456	100,0	1,78
<b>RM São Paulo</b>	15.444.941	48,9	17.879.997	48,3	1,64	
<b>RM Campinas</b>	1.866.025	5,9	2.338.148	6,3	2,54	
<b>Interior</b>	14.277.859	45,2	16.817.311	45,4	1,84	
Interior Rural	1.849.529	5,9	1.620.494	4,4	-1,46	
Interior Urbano	12.428.329	39,3	15.196.817	41,0	2,26	
SUL	<b>Paraná</b>	8.448.623	100,0	9.564.643	100,0	1,4
	<b>RM Curitiba</b>	2.000.805	23,7	2.726.580	28,5	3,5
	<b>Interior</b>	6.447.818	76,3	6.838.063	36,6	0,7
	Interior Rural	2.127.940	25,2	1.555.532	5,1	-3,4
	Interior Urbano	4.319.878	51,1	5.282.531	31,4	2,3
	<b>Santa Catarina</b>	4.542.032	100,0	5.357.864	100,0	1,9
	<b>Florianópolis</b>	255.390	5,6	342.315	6,4	3,3
	<b>Interior</b>	4.286.642	94,4	5.015.549	93,6	1,8
	Interior Rural	1.317.814	29,0	1.129.970	21,1	-1,7
	Interior Urbano	2.968.827	65,4	3.885.578	72,5	3,0
CENTRO OESTE	<b>Rio Grande do Sul</b>	9.138.459	100,0	10.187.842	100,0	1,2
	<b>RM Porto Alegre</b>	3.026.819	33,1	3.658.376	35,9	2,1
	<b>Interior</b>	6.111.640	66,9	6.529.466	64,1	0,7
	Interior Rural	2.029.272	22,2	1.720.182	16,9	-1,8
	Interior Urbano	4.082.369	44,7	4.809.283	47,2	1,8
	<b>Mato Grosso do Sul</b>	1.780.373	100,0	2.078.070	100,0	1,7
	<b>Campo Grande</b>	526.126	29,6	663.621	31,9	2,6
	<b>Interior</b>	1.254.247	70,4	1.414.449	68,1	1,3
	Interior Rural	358.516	20,1	323.470	15,6	-1,1
	Interior Urbano	895.731	50,3	1.090.979	52,5	2,2
	<b>Mato Grosso</b>	2.026.071	100,0	2.505.245	100,0	2,4
	<b>Cuiabá</b>	402.813	19,9	483.346	19,3	2,0
	<b>Interior</b>	1.623.258	80,1	2.021.899	80,7	2,5
	Interior Rural	533.610	26,3	510.247	20,4	-0,5
	Interior Urbano	1.089.648	53,8	1.511.651	60,3	3,7
	<b>Goiás**</b>	3.594.524	100,0	4.193.208	100,0	1,7
<b>RM Goiânia</b>	1.239.277	34,5	1.639.516	39,1	3,2	
<b>Interior</b>	2.355.247	65,5	2.553.692	60,9	0,9	
Interior Rural	630.260	17,5	497.045	11,9	-2,6	
Interior Urbano	1.724.986	48,0	2.056.646	49,0	2,0	
<b>Distrito Federal</b>						
<b>RM DF</b>	2.152.307	100,0	2.958.484	100,0	3,6	

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepe-Unicamp)

(\*) e (\*\*) na soma de população dos estados de GO e MG não foram considerados os municípios que fazem parte da Ride (DF)

**Mapa 3**

Taxas de Crescimento da População Regiões Metropolitanas/Capitais, Interior Urbano e Interior Rural,



1991-2000

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepo-Unicamp)

É no interior rural brasileiro que se evidencia os decréscimos de população, com uma taxa média de crescimento de  $-1,2\%$  a.a., no período de 1991-2000; à exceção da Região Norte, os demais interiores rurais do país registraram taxas de crescimento negativas. A população do interior rural registrou um decréscimo, passando de 33 milhões de pessoas, em 1991, para 29,8 milhões em 2000.

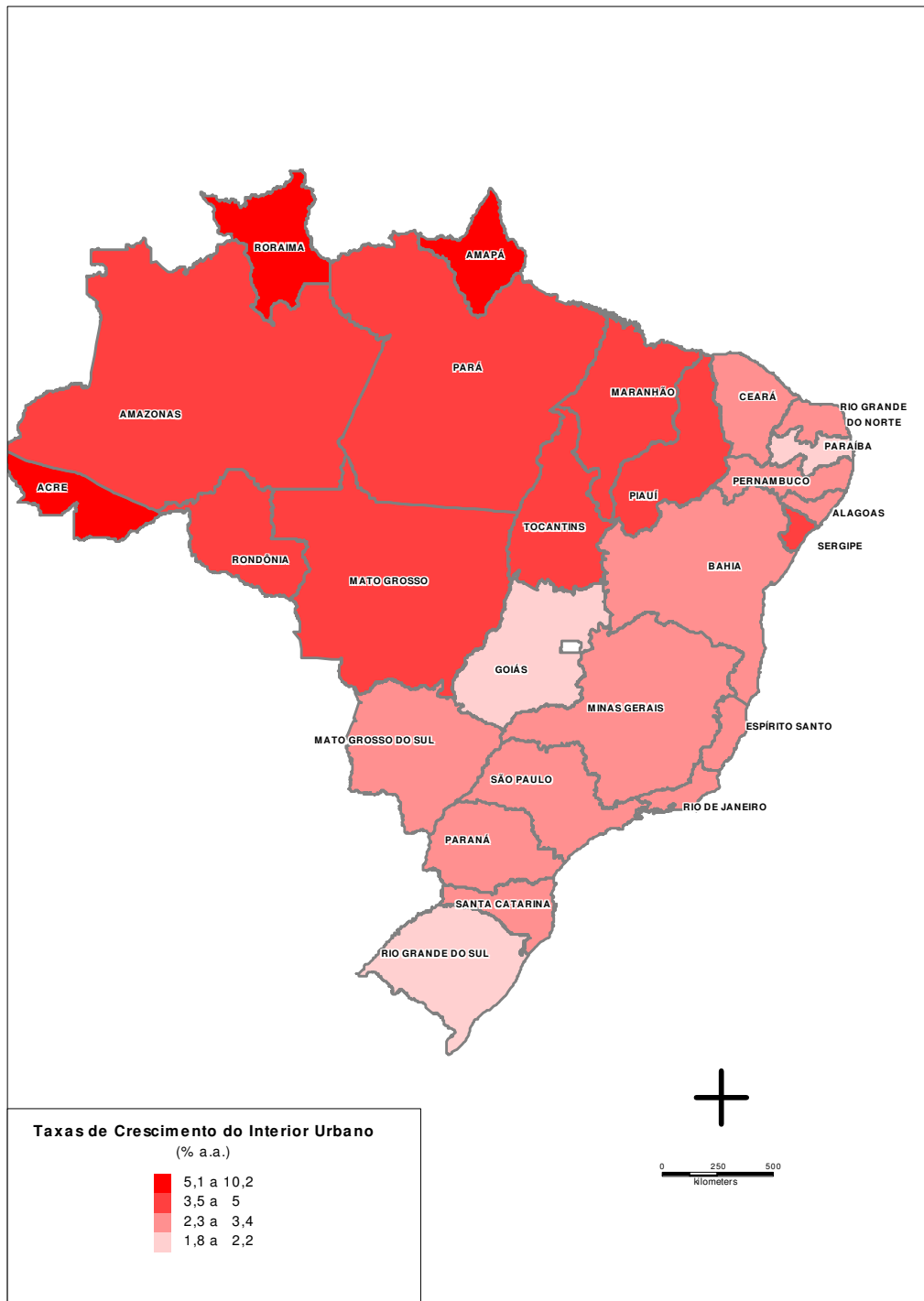
De fato, chama a atenção algumas taxas de crescimento positivas do interior rural dos estados do Norte. No Acre, seu interior rural cresceu a uma taxa de  $2,4\%$  a.a., entre 1991-2000, sendo que sua capital registrou um crescimento de  $2,8\%$  a.a.; o interior rural de Roraima apresentou taxa de crescimento de  $3,8\%$  a.a. e Boa Vista,  $3,7\%$  a.a.; o Amapá apresentou um interior rural com taxa de crescimento de  $3,4\%$  a.a. e Pará e Rondônia de  $0,5\%$  a.a. (Mapas 4 e 5).

Esse crescimento da população rural ainda pode ser reflexo da expansão agrícola, mas pode também indicar problemas na definição do rural, uma vez que as taxas de crescimento urbano são bastante elevadas, podendo denotar um processo de expansão das áreas urbanas. As taxas de crescimento do interior urbano da Região Norte são as mais altas do Brasil interiorano: acima de  $4\%$  a.a.. chegando Roraima a registrar  $10,2\%$  a.a.; o interior urbano do Amapá  $7,5\%$  a.a.; do Acre,  $5,4\%$  a.a.; de Rondônia e do Pará, em torno de  $4\%$  a.a. (Tabela 17).

Essas evidências apontam para um forte processo de urbanização da população regional, com o expressivo aumento do peso relativo das populações do interior urbano no contexto estadual. À exceção de Manaus e da RM de Belém, as demais capitais perderam peso relativo no total da população de seus respectivos estados, em favor do interior urbano, já que o interior rural desses estados do Norte perdeu peso relativo no total da população.

**Mapa 4**

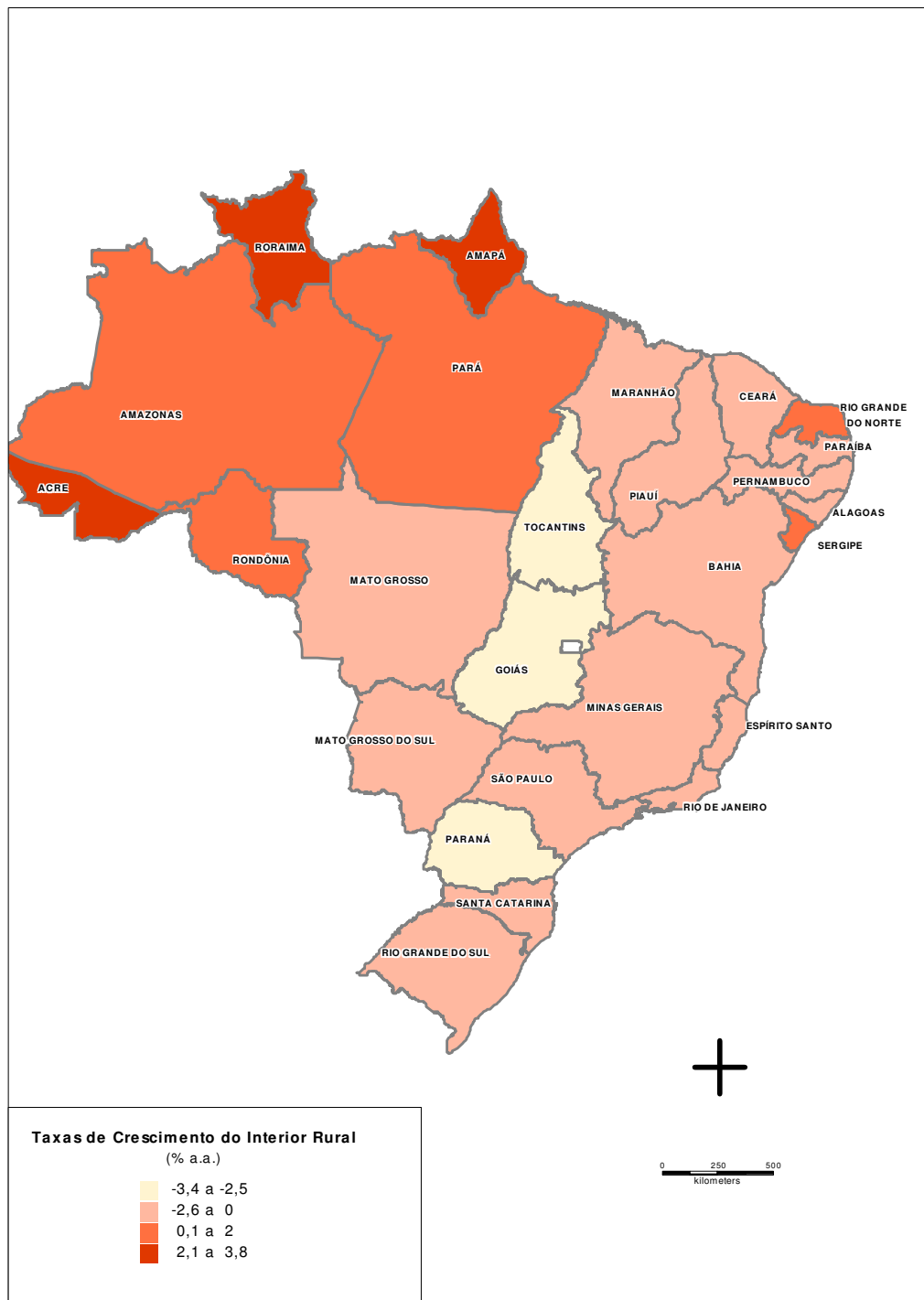
Taxas de Crescimento Brasil - Interior Urbano ,  
1991- 2000



Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepo-Unicamp)

**Mapa 5**

Taxas de Crescimento Brasil - Interior Rural,  
1991- 2000



Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Tabulações especiais/ Nepo-Unicamp)

Na Região Nordeste, o processo de esvaziamento do interior rural é evidente para todos os estados, apenas com Sergipe registrando um crescimento baixo de seu interior rural (0,5 % a.a.) e o interior rural do Rio Grande do Norte com taxa próxima de zero. No caso do interior urbano nordestino, este cresce a taxas superiores à das regiões metropolitanas e capitais, como são os casos dos contextos estaduais do interior urbano do Maranhão (4,3% a.a.), do Piauí (3,6% a.a.), do Rio Grande do Norte (2,5% a.a.), de Pernambuco (2,2% a.a.), de Sergipe (3,4% a.a.) e da Bahia (2,6% a.a.); para o Ceará e Alagoas as taxas de suas RMs/Capitais são ligeiramente superiores que para o interior urbano, embora sejam bastante próximas (Tabela 17). Esse crescimento da população das áreas urbanas do interior do Nordeste reflete a interiorização do processo de urbanização, bem como os novos destinos migratórios, com o aumento da participação do interior urbano no total das populações estaduais.

No Centro-Oeste, as áreas do interior rural registram taxas negativas, com um enorme crescimento urbano concentrado nas RMs/Capitais; apenas o interior urbano do Mato Grosso registra taxa de crescimento (3,7% a.a.) superior à de Cuiabá (2,0% a.a.). Destaca-se o alto crescimento populacional de Palmas, com um ritmo de crescimento de 21,2% a.a. As regiões Sudeste e Sul seguem com suas taxas negativas de crescimento da população do interior rural, sendo mais elevadas na Região Sul (com o Paraná registrando taxa de -3,0% a.a.) (Tabela 17).

O Interior urbano dos estados do Sudeste registram taxas de crescimento superiores às suas RMs/Capitais nos casos do Espírito Santo (3,0% a.a. contra 1,4 % a.a. para Vitória), do Rio de Janeiro (2,2% a.a. contra 1,2% a.a. da RMRJ), de São Paulo (2,3% a.a. contra 1,6% a.a. da RMSP, mas menor que para a RM de Campinas: 2,5% a.a.). Ou seja, apenas o interior urbano de Minas Gerais registrou crescimento um pouco mais baixo (2,2% a.a.) que a RMBH (2,7% a.a.) (Tabela 17).

De qualquer modo, esses crescimentos da população de estados com importantes regiões metropolitanas – historicamente concentradoras de população – acenam para o relativo processo de desconcentração da população em âmbito estadual. Na região Sul, a situação não favorece o interior urbano, com as taxas de crescimento das RMs/capitais bastante superior às dos respectivos interiores urbanos.

O diferenciado ritmo de crescimento da população dos espaços metropolitanos/capitais e de áreas do interior resulta do último fio do êxodo rural em várias localidades, bem como de movimentos migratórios interestaduais e intra-estaduais, além da possibilidade de retenção de população em áreas anteriormente expulsoras de população como o interior urbano de vários estados. Voltaremos nesta questão na Parte III.

## Parte III - Movimentos Migratórios Inter e Intra-Regionais<sup>9</sup>

### 1. Breve retrospecto: a emergência de novas tendências desde os anos 80

As mudanças recentes no processo migratório nacional tiveram, nos anos 70, o deslançar de suas transformações. No contexto dos deslocamentos interestaduais<sup>10</sup>, apesar da centralidade migratória no Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro foram os dois estados dessa Região que já haviam assistido a uma redução em seus volumes de imigrantes dos anos 70 para os 80 (Baeninger, 1999). O Sudeste que chegava a ter um movimento migratório que envolvia quase 5 milhões de pessoas nos anos 70, diminuiu este volume para 4,3 milhões no período 1981-1991.

Na Região Centro-Oeste, os Estados do Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal também diminuíram seus volumes de imigrantes entre esses dois períodos. O Mato Grosso do Sul demonstrava sinais do “fechamento de sua fronteira” (Martine, 1994) e o Distrito Federal iniciava, no período 1981-1991, seu processo de expansão metropolitana atingindo os municípios do Estado de Goiás, com significativos fluxos migratórios para seu entorno.

Ao longo dos cinquenta anos, as migrações internas reorganizaram a população no território nacional, onde as vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas constituíram os eixos da dinâmica da distribuição espacial da população no âmbito interestadual, muito embora a primeira vertente detivesse os fluxos mais volumosos. Nesse sentido, as análises a respeito do processo de distribuição espacial da população nos anos 70<sup>11</sup>, e até mesmo durante a década de 80, estiveram baseadas e preocupadas em apontar o crescente e intenso movimento de concentração: da migração, com a predominância do fluxo para o Sudeste; do processo de urbanização, com a enorme transferência de população do campo para a cidade, quando cerca de 15,6 milhões deixaram as áreas rurais

---

<sup>9</sup> Este item baseia-se em Baeninger (1999; 2004; 2005), bem como nos relatórios de pesquisas dos projetos em andamento sobre o tema no Núcleo de Estudos de População-UNICAMP.

<sup>10</sup> Neste item, os movimentos interestaduais incluem os intra-regionais e os inter-regionais

<sup>11</sup> Veja-se a importante contribuição de Martine (1987), Taschner e Bógus (1986), entre outros.



nesse período (Martine, 1994); e, da população, manifestada no processo de metropolização.

De fato, essas características representaram e compuseram a sociedade urbano-industrial brasileira (Faria, 1991), com a concentração tanto de atividades econômicas quanto populacional. É revelador nesse processo, no entanto, que os efeitos da desconcentração relativa das atividades econômicas<sup>12</sup>, iniciada no decorrer dos anos 70, não tivesse tido reflexos imediatos nos deslocamentos populacionais captados pelo censo demográfico de 1980; somente no período 1981-1991 é que esse processo tornou-se mais evidente, sugerindo uma defasagem entre os deslocamentos das atividades econômicas e os deslocamentos de população<sup>13</sup>.

No entanto, além das “trajetórias dominantes”<sup>14</sup>, fenômenos de suma importância para a dinâmica da mobilidade espacial da população já emergiam naquele período. Um deles referia-se ao refluxo de mineiros para seu Estado já nos anos 70<sup>15</sup>, apontando o incipiente processo de reversão emigratória da área; cerca de 35,6% dos imigrantes para o Estado de Minas Gerais eram de retorno naquele período. O processo de desconcentração das atividades econômicas que marcava o período 1970-1980 beneficiou Minas Gerais, podendo já ter contribuído, nesse período, para a absorção de sua população natural, bem como para atração e, inclusive, refluxo de população.

Outro aspecto a considerar refere-se aos possíveis destinos migratórios nos anos 70. Martine e Carvalho (1989) sintetizam os deslocamentos populacionais, desse período, destacando a ocorrência do aumento no número de estados expulsores de população e a redução nos receptores. Na verdade, das vinte e seis UF's existentes em 1980<sup>16</sup>, onze delas haviam registrado trocas migratórias positivas com outros estados, das quais cinco estavam no Norte, indicando que entre 1970-1980 essa fronteira foi capaz de aumentar o número de estados absorvedores de população no País; no cômputo geral, havia, nos anos 70, mais estados

---

<sup>12</sup> Veja-se Negri (1996), Diniz (1995); Cano (1995); Pacheco (1998).

<sup>13</sup> Negri (1996) aponta essa possível defasagem entre dinâmica econômica e dinâmica migratória em seu estudo a respeito do processo de desconcentração da indústria no País.

<sup>14</sup> Veja-se Brito (1997).

<sup>15</sup> Brito (1997) indica essa tendência para os anos 70.

<sup>16</sup> Tocantins ainda fazia parte de Goiás.

“perdedores” que “ganhadores” de população<sup>17</sup>. Essa situação inverteu-se na década seguinte, com os anos 80 entrando na história migratória recente do País com o maior número de “espaços ganhadores” nas migrações interestaduais, mesmo tendo o Rio de Janeiro registrado perdas populacionais. Dentre as vinte e sete UF’s existentes em 1991, quatorze delas registraram trocas migratórias positivas no período 1981-1991, destacando-se, além dos estados do Norte (à exceção do Acre), o saldo positivo do Estado de Sergipe (no Nordeste), do Espírito Santo (no Sudeste) e de Goiás (no Centro-Oeste).

De fato, de uma para outra década, ocorreram significativas mudanças econômicas que tiveram rebatimentos sobre os movimentos migratórios. Ao lado do processo de esgotamento das fronteiras agrícolas, o País conviveu com o importante processo de desconcentração relativa da indústria, que implicou na alteração da distribuição das atividades econômicas, em particular as industriais. De acordo com Pacheco (1998), em 1970, o Estado de São Paulo concentrava 58,1% da indústria de transformação nacional, baixando para 51,9%, em 1985; nesse processo, a Região Metropolitana de São Paulo reduziu sua participação de 43,4% para 29,4%, nos respectivos períodos, em favor do crescimento do seu Interior (de 14,7% para 22,5%), bem como de outros estados, como Minas Gerais (que concentrava 6,4% da indústria de transformação brasileira, em 1970, elevando essa participação para 8,3%, em 1985); Paraná (3,1% e 4,9%, respectivamente); Bahia (de 1,5% para 3,8%); Santa Catarina (2,6% e 3,9%) e Rio Grande do Sul (6,3% e 7,9%). Essa desconcentração relativa da indústria propiciou também fluxos migratórios nessas direções, bem como reteve uma população que potencialmente migraria destas áreas.

Foi particularmente importante, no período 1981-1991, o movimento de retorno aos estados de nascimento, os quais também contribuíram para a elevação no número de estados ganhadores. Nos anos 70, o movimento de retorno aos estados de nascimento representava apenas 11,0% do total da migração nacional, proporção que chegou a dobrar no período 1981-1991, alcançando 24,5% do total; passou-se de um volume anual de retorno de 105.482 pessoas, no período 1970-1980, para 259.582, entre 1981-1991.

---

<sup>17</sup> Eram 15 estados perdedores de população contra 11 ganhadores.

Dentre os estados nordestinos, os volumes anuais de retorno mais que dobraram dos anos 70 para os 80, embora já se pudesse notar, no período 1970-1980, expressiva participação de retorno na imigração do Ceará, Paraíba e de Pernambuco (superior a 30,0% do total)<sup>18</sup>. No Sudeste, Minas Gerais que já registrava, nos anos 70, o maior fluxo de retorno do País, 21.701 migrantes ao ano, atingiu 37.702, entre 1981-1991.

Assim, os anos 80 já indicavam a expansão dos espaços da migração<sup>19</sup>, tendência que se viu confirmada nos anos 90, particularmente quando se consideram os movimentos intra-regionais e os inter-regionais separadamente.

As particularidades do processo de distribuição espacial da população, no período 1981-1991, podem ser assim elencadas:

- a intensificação da urbanização, em todos os estados, contribuiu para a expansão dos espaços da migração, principalmente para os estados marcados pelo processo de “urbanização da fronteira”<sup>20</sup>, como Rondônia, Pará, Mato Grosso e Goiás;
- os efeitos multiplicadores advindos do processo de urbanização, de maneira geral, e do processo de desconcentração das atividades econômicas reteve a população em seus âmbitos regionais, propiciando movimentos migratórios de curta distância;
- aumentaram o número de estados “ganhadores”;
- a crise econômica em São Paulo refletiu-se na importância de sua emigração de retorno.

Nesse contexto, os anos 80 marcaram o início do processo de expansão dos espaços da migração interestadual, muito embora parte desses espaços ainda estivesse relacionado, no processo de distribuição espacial da população, à vertente das fronteiras agrícolas.

Na continuidade das mudanças nos movimentos migratórios, as tendências na migração dos anos 90 apontaram:

---

<sup>18</sup> Alguns estudos mostram como o fluxo de migrantes nordestinos tem um constante “ir e vir”, que se expressa na migração de retorno; veja-se Amaral e Nogueira (1992), Baeninger (1996), por exemplo.

<sup>19</sup> Veja-se Baeninger (1999).

<sup>20</sup> Veja-se Martine (1987).

- 1) os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas;
- 2) mantiveram-se como *área de absorção* de fluxos de longa distância, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste;
- 3) houve a recuperação migratória no âmbito intra-regional de “espaços perdedores” no âmbito nacional, especialmente os estados nordestinos;
- 3) houve o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, com a maior parte dos estados tornando-se “ganhadores” de população - mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos.

A análise dos movimentos migratórios, em anos recentes, como se procederá a seguir, indica o reforço da tendência de configuração de novos espaços da migração, agora, no entanto, muito mais relacionados ao âmbito de suas próprias regiões.

## **2. Movimentos Migratórios Interestaduais- 1995-2000 e 1999-2004**

Quando se considera os movimentos migratórios interestaduais<sup>21</sup> e suas trocas migratórias pode-se verificar, do período 1995-2000 para 1999-2004, a manutenção no número de estados ganhadores de população, 17 estados, quando em 1970 eram 11, em 1980, 14 estados. Houve uma diminuição no volume da migração interestadual, que passou de 5,2 milhões para 4,6 milhões, respectivamente (Tabela 18).

---

<sup>21</sup> Incluem os intra-regionais e os inter-regionais

**Tabela 18**

Volumes de Imigração, emigração e saldo migratórios por unidades da Federação

Brasil, 1995/2000 e 1999/2004

	1995/2000				1999/2004			
	I (imigração)	E (emigração)	Trocas	Índice de Eficácia ( I-E/ I+E)	I (imigração)	E (emigração)	Trocas	Índice de Eficácia ( I-E/ I+E)
Rondônia	83.325	72.734	10591	0,07	49.046	55.239	-6193	-0,06
Acre	13.635	16.069	-2434	-0,08	14.777	13.212	1565	0,06
Amazonas	89.626	58.658	30968	0,21	64.001	52.928	11073	0,09
Roraima	47.750	14.380	33370	0,54	38.384	13.325	25059	0,48
Pará	182.045	234.213	-52168	-0,13	235.111	187.426	47685	0,11
Amapá	44.582	15.113	29469	0,49	32.525	18.281	14244	0,28
Tocantins	95.430	82.513	12917	0,07	82.312	112.004	-29692	-0,15
<b>NORTE</b>	<b>556.393</b>	<b>493.680</b>	<b>62713</b>	<b>0,06</b>	<b>516.156</b>	<b>452.415</b>	<b>63741</b>	<b>0,07</b>
Maranhão	100.820	274.470	-173650	-0,46	180.924	258.016	-77092	-0,18
Piauí	88.736	140.815	-52079	-0,23	119.646	113.952	5694	0,02
Ceará	162.926	186.709	-23783	-0,07	141.680	120.574	21106	0,08
Rio Grande do Norte	77.917	71.286	6631	0,04	73.494	37.284	36210	0,33
Paraíba	102.005	163.485	-61480	-0,23	138.328	95.857	42471	0,18
Pernambuco	164.872	280.289	-115417	-0,26	179.932	204.868	-24936	-0,06
Alagoas	55.967	127.949	-71982	-0,39	81.318	85.668	-4350	-0,03
Sergipe	52.109	56.921	-4812	-0,04	45.843	43.258	2585	0,03
Bahia	250.572	517.930	-267358	-0,35	290.343	378.618	-88275	-0,13
<b>NORDESTE</b>	<b>1.055.924</b>	<b>1.819.854</b>	<b>-763930</b>	<b>-0,27</b>	<b>1.251.508</b>	<b>1.338.095</b>	<b>-86587</b>	<b>-0,03</b>
Minas Gerais	447.836	408.659	39177	0,05	429.438	398.460	30978	0,04
Espírito Santo	129.169	95.149	34020	0,15	107.132	108.669	-1537	-0,01
Rio de Janeiro	319.749	274.223	45526	0,08	166.036	255.653	-89617	-0,21
São Paulo	1.223.809	884.121	339688	0,16	823.557	978.689	-155132	-0,09
<b>SUDESTE</b>	<b>2.120.563</b>	<b>1.662.152</b>	<b>458411</b>	<b>0,12</b>	<b>1.526.163</b>	<b>1.741.471</b>	<b>-215308</b>	<b>-0,07</b>
Paraná	297.308	336.998	-39690	-0,06	260.478	271.182	-10704	-0,02
Santa Catarina	199.651	139.665	59986	0,18	214.287	139.268	75019	0,21
Rio Grande do Sul	113.395	152.891	-39496	-0,15	116.643	146.372	-29729	-0,11
<b>SUL</b>	<b>610.354</b>	<b>629.554</b>	<b>-19200</b>	<b>-0,02</b>	<b>591.408</b>	<b>556.822</b>	<b>34586</b>	<b>0,03</b>
Mato Grosso do Sul	97.709	108.738	-11029	-0,05	90.071	97.271	-7200	-0,04
Mato Grosso	166.297	123.726	42571	0,15	192.691	81.011	111680	0,41
Goiás	372.702	169.887	202815	0,37	315.571	168.574	146997	0,30
Distrito Federal	216.200	188.551	27649	0,07	152.073	199.982	-47909	-0,14
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>852.908</b>	<b>590.902</b>	<b>262006</b>	<b>0,18</b>	<b>750.406</b>	<b>546.838</b>	<b>203568</b>	<b>0,16</b>
<b>Total</b>	<b>5196142</b>	<b>5196142</b>			<b>4635641</b>	<b>4635641</b>		

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004. Tabulação Nepo/Unicamp

\* Não inclui os imigrantes estrangeiros nem os de UF não especificada

A região Nordeste continuou sua tendência de decréscimo em seus saldos migratórios negativos, de 763 mil pessoas, entre 1995-2000, para 86 mil pessoas, entre 1999-2004, indicando a força da migração de retorno na composição de sua imigração. É importante destacar, nesse sentido, que no período 1999-2000 apenas Rio Grande do Norte registrava saldo positivo nas trocas migratórias interestaduais, tendência que se ampliou para Piauí, Ceará, Paraíba e Sergipe, no período 1999-2004.

Na Região Norte, o início dos anos 2000 aponta a inversão dos processos migratórios em Rondônia, com a manifestação de saldo negativo neste período,

bem como para Tocantins, ao passo que Acre e Pará passam a registrar ganhos migratórios de um para outro período.

Na Região Sudeste, os movimentos migratório, no período 1999-2004, transformaram os grandes estados de atração populacional dos anos 70 - São Paulo e Rio de Janeiro - em áreas de evasão de população, bem como o Espírito Santo.

Na Região Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul seguiu com sua tendência de perda de população, sendo que o Distrito Federal também inverteu seu tendência de ganhos migratórios, ainda em 1995-2000, para evasão de população em 1999-2004.

A Região Sul passou a ter saldo positivo, de um para outro período, em função dos ganhos migratórios de Santa Catarina, uma vez que Paraná e Rio Grande do Sul continuaram registrando saldos migratórios negativos, apesar da diminuição em seus volumes.

Considerando-se o Índice de Eficácia Migratória<sup>22</sup> da migração interestadual, nos períodos 1995-2000 e 1999-2004, nota-se que o país vivencia uma intensa mobilidade da população, com o aumento das áreas de circulação migratória (índice de eficácia migratório, tanto positivo quanto negativo, bastante próximos de 0); ou seja, já não há mais estados de grande absorção migratória e nem de elevada evasão populacional; os estados com os índices mais elevados são Roraima e Mato Grosso (mesmo assim, o índice é de 0,4).

Assim, os estados com índice de eficácia próximos da circulação migratória – mesmo com valores negativos – são: Rondônia, Tocantins, Maranhão, Alagoas, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do sul, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal. Como estados de absorção migratória baixa encontram-se: Roraima, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Goiás (Mapas 6 e 7).

De fato, considerando-se os fluxos migratórios entre as Grandes Regiões brasileiras (Tabela 20), para o período 1999-2004, observa-se que a região Norte perde população para as regiões Sul e Centro-Oeste, sendo uma área de circulação com os fluxos que estabelece com o Sudeste e uma área de absorção dos fluxos do Nordeste.

Já o Nordeste apresenta-se como área de circulação migratória com o Sudeste e Sul, o que confere um novo papel desta região no cenário migratório nacional; suas

---

<sup>22</sup> Este índice varia de 0-1; quanto mais próximo de 1 será uma área de forte absorção migratória.

perdas são para as regiões Norte e Centro Oeste.

A inversão dos saldos migratórios do Sudeste com todas as regiões, passando a ser negativos, revela a consolidação dos espaços da migração no país, onde a complementariedade migratória - historicamente existente entre Nordeste-Sudeste – se redefine num cenário de circulação de população.

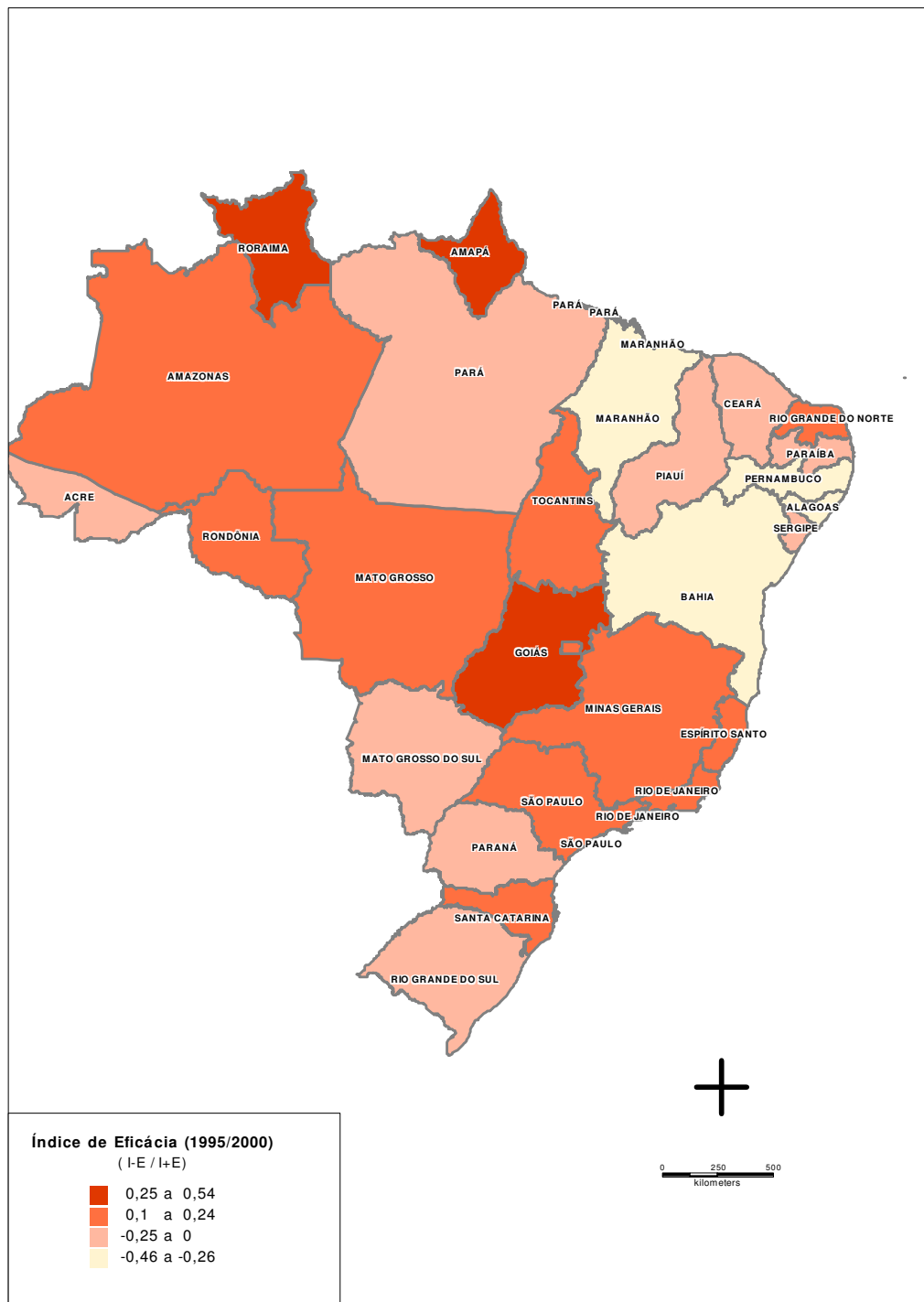
No caso da região Sul, as trocas migratórias que estabelece com outras regiões , ainda a caracteriza como área de evasão para a Região Centro-Oeste e para o Nordeste.

Dentre as regiões, apenas a Centro-Oeste apresenta ganhos migratórios em suas trocas com as demais regiões, registrando os índices de eficácia mais elevados.

**Mapa 6**

Índice de Eficácia Migratória por Unidades da Federação, Brasil,

1995- 2000



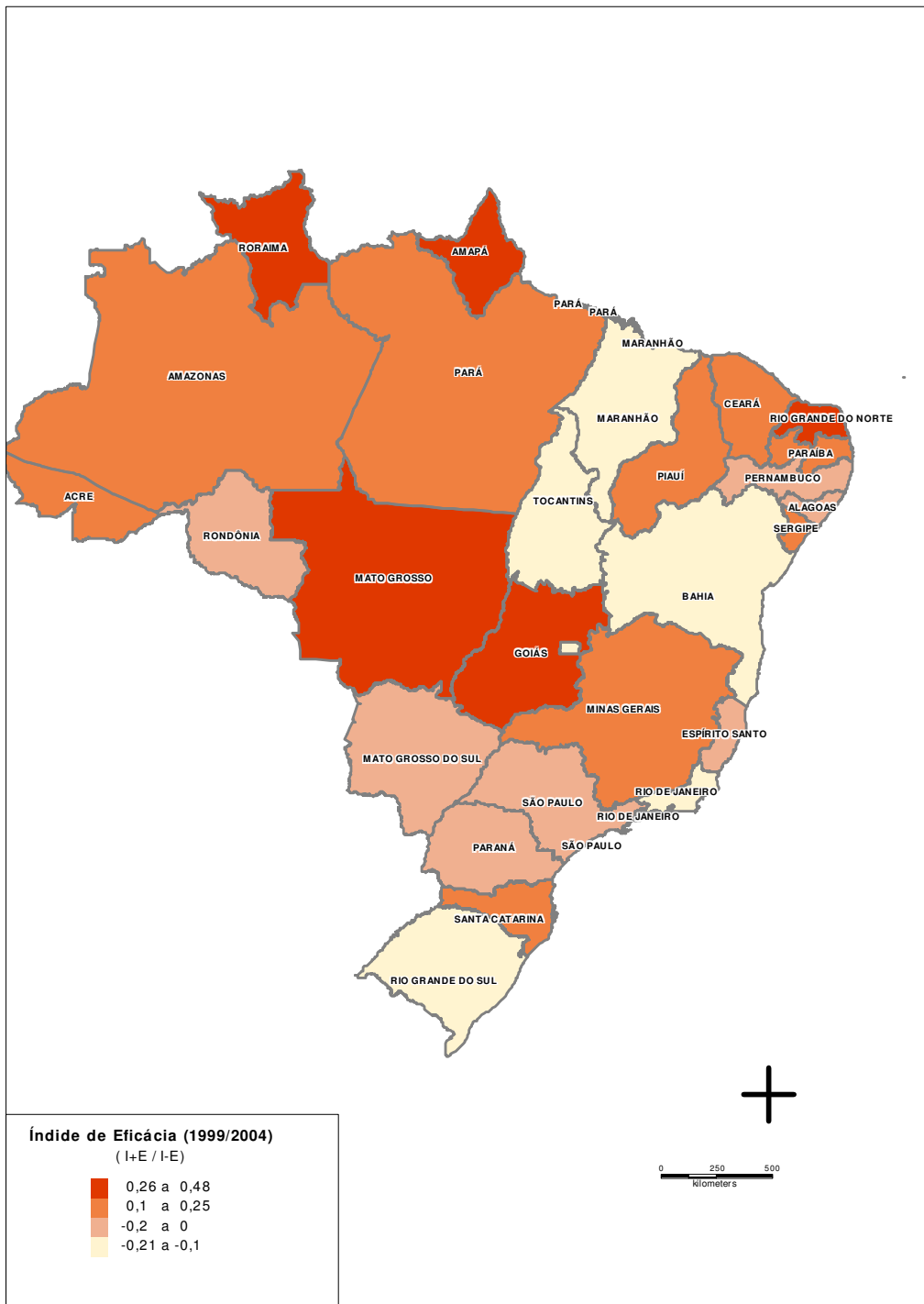
Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004. Tabulação Nepo/Unicamp



### Mapa 7

Índice de Eficácia Migratória por Unidades da Federação, Brasil,

1999- 2004



**Tabela 19**

Fluxos Migratórios Inter-regionais, 1995-2000

		I (Imigrantes)	E (emigrantes)	Trocas	Índice de Eficácia (I-E / I+E)
N	NE	182.712	86.838	95.874	0,36
	SE	75.466	68.185	7.281	0,05
	S	26.990	22.954	4.036	0,08
	CO	70.270	114.770	-44.500	-0,24
	exterior	13.789	-	-	-
	<b>Total *</b>	<b>355.438</b>	<b>292.747</b>	<b>62.691</b>	<b>0,10</b>
NE	N	86.838	182.712	-95.874	-0,36
	SE	462.626	969.435	-506.809	-0,35
	S	27.898	31.027	-3.129	-0,05
	CO	70.013	228.249	-158.236	-0,53
	exterior	20.860	-	-	-
	<b>Total *</b>	<b>647.375</b>	<b>1.411.423</b>	<b>-764.048</b>	<b>-0,37</b>
SE	N	68.185	75.446	-7.261	-0,05
	NE	969.435	462.626	506.809	0,35
	S	205.975	214.918	-8.943	-0,02
	CO	161.276	193.274	-31.998	-0,09
	exterior	88.136	-	-	-
	<b>Total *</b>	<b>1.404.871</b>	<b>946.284</b>	<b>458.587</b>	<b>0,20</b>
S	N	22.954	26.990	-4.036	-0,08
	NE	31.027	27.898	3.129	0,05
	SE	214.918	205.975	8.943	0,02
	CO	61.715	88.951	-27.236	-0,18
	exterior	52.665	-	-	-
	<b>Total *</b>	<b>330.614</b>	<b>349.814</b>	<b>-19.200</b>	<b>-0,03</b>
CO	N	114.770	70.270	44.500	0,24
	NE	228.249	70.013	158.236	0,53
	SE	193.274	161.276	31.998	0,09
	S	88.951	61.715	27.236	0,18
	exterior	26.770	-	-	-
	<b>Total *</b>	<b>625.244</b>	<b>363.274</b>	<b>261.970</b>	<b>0,27</b>

\* exclui o exterior

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004. Tabulação Nepo/Unicamp

Tabela 20

Fluxos Migratórios Inter-regionais, 1999-2004

		I (Imigrantes)	E (emigrantes)	Trocas	Índice de Eficácia (I-E / I+E)
N	NE	186.675	100.613	86.062	0,30
	SE	55.738	50.939	4.799	0,04
	S	26.307	29.742	-3.435	-0,06
	CO	61.940	85.625	-23.685	-0,16
	exterior	9.207	-	-	-
	Total *	330.660	266.919	63.741	0,11
NE	N	100.613	186.675	-86.062	-0,30
	SE	620.334	548.513	71.821	0,06
	S	25.584	20.745	4.839	0,10
	CO	101.471	178.656	-77.185	-0,28
	exterior	14.556	-	-	-
	Total *	848.002	934.589	-86.587	-0,05
SE	N	50.939	55.738	-4.799	-0,04
	NE	548.513	620.334	-71.821	-0,06
	S	125.545	206.284	-80.739	-0,24
	CO	119.680	177.557	-57.877	-0,19
	exterior	73.233	-	-	-
	Total *	844.677	1.059.913	-215.236	-0,11
S	N	29.742	26.307	3.435	0,06
	NE	20.745	25.584	-4.839	-0,10
	SE	206.284	125.545	80.739	0,24
	CO	48.292	93.041	-44.749	-0,32
	exterior	37.171	-	-	-
	Total *	305.063	270.477	34.586	0,06
CO	N	85.625	61.940	23.685	0,16
	NE	178.656	101.471	77.185	0,28
	SE	177.557	119.680	57.877	0,19
	S	93.041	48.292	44.749	0,32
	exterior	23.445	-	-	-
	Total *	534.879	331.383	203.496	0,23

\* exclui o exterior

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004. Tabulação Nepo/Unicamp

Nas principais trocas migratórias ocorridas entre os estados brasileiros, no período 1999-2004, São Paulo continuou absorvendo a população migrante oriunda dos estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Alagoas e Pará, dentre os mais

expressivos. Contudo, registrou trocas negativas com Pernambuco, Ceará, Paraíba, Paraná, Piauí, Santa Catarina e Maranhão, onde a migração de retorno exerce papel importante na configuração de refluxos populacionais (Tabela 21).

Os maiores ganhos populacionais, no período 1999-2004, puderam ser observados nos fluxos:

- Maranhão para o Pará: PA com saldo migratório de 52 mil pessoas
- Bahia para São Paulo: SP com saldo positivo de 30 mil pessoas
- São Paulo para o Piauí: PI com saldo positivo de 32 mil pessoas
- São Paulo para o Paraná: PR com saldo positivo de 55 mil pessoas
- Distrito Federal para Goiás: GO com saldo positivo de 61 mil pessoas
- Paraná para o Mato Grosso: MT com saldo positivo de 21 mil pessoas
- Rio de Janeiro para a Paraíba: PB com saldo positivo de 20 mil pessoas
- Bahia para Goiás: GO com saldo positivo de 30 mil pessoas

**Tabela 21**

Principais Fluxos Migratórios Inter-estaduais, 1999-2004

		Imigrantes	Emigrantes	Trocas	Índice de Eficácia (I-E / I+E)	
<b>Região Norte</b>	<b>Rondônia</b>	Mato Grosso	7.661	13.860	-6199	-0,29
		Mato Grosso Sul	946	4.318	-3372	-0,64
		Paraná	5.299	8.715	-3416	-0,24
		Amazonas	6.045	4.906	1139	0,10
		Acre	3.310	3.456	-146	-0,02
	<b>Acre</b>	Rondônia	3.456	3.310	146	0,02
		Amazonas	3.020	2.491	529	0,10
	<b>Amapá</b>	Pará	22.604	11.423	11181	0,33
		Maranhão	5.337	797	4540	0,74
	<b>Roraima</b>	Maranhão	15.285	1.594	13691	0,81
		Pará	9.583	438	9145	0,91
		Paraná	483	2.988	-2505	-0,72
		Distrito Federal	161	1.644	-1483	-0,82
		Amazonas	6.759	6.425	334	0,03
	<b>Tocantins</b>	Pará	17.243	38.452	-21209	-0,38
		Goiás	15.939	28.972	-13033	-0,29
		Maranhão	15.500	24.707	-9207	-0,23
	<b>Amazonas</b>	Pará	21.949	17.628	4321	0,11
		Maranhão	8.442	798	7644	0,83
		Roraima	6.425	6.759	-334	-0,03
		São Paulo	5.198	3.602	1596	0,18
		Paraíba	305	5.877	-5572	-0,90
		Rondônia	4.906	6.045	-1139	-0,10
	<b>Pará</b>	Maranhão	91.177	38.258	52919	0,41
		Tocantins	38.452	17.243	21209	0,38
		Amazonas	17.628	21.949	-4321	-0,11
		Goiás	10.635	14.142	-3507	-0,14
		Amapá	11.423	22.604	-11181	-0,33
		São Paulo	8.518	18.519	-10001	-0,37
Minas Gerais		7.827	3.287	4540	0,41	
Bahia		6.814	2.988	3826	0,39	
Pernambuco		6.397	213	6184	0,94	
Paraná		6.808	2.949	3859	0,40	
Ceará		5.259	4.040	1219	0,13	

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004. Tabulação Nepo/Unicamp

**Tabela 21 (continuaça)**

Principais Fluxos Migrat3rios Inter-estaduais, 1999-2004

		Imigrantes	Emigrantes	Trocas	Índice de Eficácia (I-E / I+E)	
<b>Região Nordeste</b>	<b>Maranh3o</b>	Piauí	47.024	22.467	24557	0,35
		Par3	38.258	91.177	-52919	-0,41
		Tocantins	24.707	15.500	9207	0,23
		S3o Paulo	19.926	16.764	3162	0,09
		Cear3	9.564	6.584	2980	0,18
		Goi3s	7.173	22.764	-15591	-0,52
		Distrito Federal	7.173	16.033	-8860	-0,38
	Mato Grosso	7.173	20.124	-12951	-0,47	
	<b>Piauí</b>	S3o Paulo	47.023	14.787	32236	0,52
		Maranh3o	22.467	47.024	-24557	-0,35
		Distrito Federal	19.329	14.179	5150	0,15
		Cear3	8.360	11.984	-3624	-0,18
	<b>Cear3</b>	S3o Paulo	50.211	38.152	12059	0,14
		Rio de Janeiro	18.978	6.515	12463	0,49
		Pernambuco	11.982	2.087	9895	0,70
		Paraíba	1.592	8.588	-6996	-0,69
		Maranh3o	6.584	9.564	-2980	-0,18
		Minas Gerais	4.470	10.439	-5969	-0,40
	Piauí	11.984	8.360	3624	0,18	
	<b>Paraíba</b>	S3o Paulo	42.039	32.073	9966	0,13
		Rio de Janeiro	39.782	19.340	20442	0,35
		Pernambuco	11.755	16.698	-4943	-0,17
		Cear3	8.588	1.592	6996	0,69
		Rio Grande do Norte	7.233	5.616	1617	0,13
		Amazonas	5.877	305	5572	0,90
	<b>Pernambuco</b>	S3o Paulo	75.469	57.835	17634	0,13
		Alagoas	28.277	31.799	-3522	-0,06
		Bahia	19.247	33.317	-14070	-0,27
Paraíba		16.698	11.755	4943	0,17	
Cear3		2.087	11.982	-9895	-0,70	
Rio de Janeiro		14.138	9.041	5097	0,22	
<b>Bahia</b>	S3o Paulo	152.456	182.669	-30213	-0,09	
	Pernambuco	33.317	19.247	14070	0,27	
	Minas Gerais	20.537	31.068	-10531	-0,20	
	Sergipe	14.472	21.082	-6610	-0,19	
	Distrito Federal	10.131	12.954	-2823	-0,12	
	Espírito Santo	9.849	23.963	-14114	-0,42	
	Goi3s	5.378	36.212	-30834	-0,74	
	Rio de Janeiro	15.090	12.664	2426	0,09	

Fonte: FIBGE, Censo Demogr3fico de 2000 e PNAD 2004. Tabulaça3o Nepo/Unicamp

Tabela 21 (continuaçã)

Principais Fluxos Migratórios Inter-estaduais, 1999-2004

		Imigrantes	Emigrantes	Trocas	Índice de Eficácia (I-E / I+E)	
Região Sudeste	Minas Gerais	São Paulo	193.891	200.028	-6137	-0,02
		Espírito Santo	49.170	35.243	13927	0,16
		Rio de Janeiro	42.981	27.761	15220	0,22
		Goiás	30.303	33.107	-2804	-0,04
		Bahia	31.068	20.537	10531	0,20
		Distrito Federal	14.483	23.421	-8938	-0,24
		Ceará	10.439	4.470	5969	0,40
	Espírito Santo	Minas Gerais	35.243	49.170	-13927	-0,16
		Bahia	23.963	9.849	14114	0,42
		São Paulo	7.048	12.259	-5211	-0,27
		Rio de Janeiro	22.553	21.126	1427	0,03
	Rio de Janeiro	Espírito Santo	21.126	22.553	-1427	-0,03
		Minas Gerais	27.761	42.981	-15220	-0,22
		São Paulo	27.319	42.179	-14860	-0,21
		Paraíba	19.340	39.782	-20442	-0,35
		Ceará	6.515	18.978	-12463	-0,49
		Bahia	12.664	15.090	-2426	-0,09
	São Paulo	Bahia	182.669	152.456	30213	0,09
		Minas Gerais	200.028	193.891	6137	0,02
Pernambuco		57.835	75.469	-17634	-0,13	
Ceará		38.152	50.211	-12059	-0,14	
Paraíba		32.073	42.039	-9966	-0,13	
Rio de Janeiro		42.179	27.319	14860	0,21	
Alagoas		28.341	26.348	1993	0,04	
Paraná		61.634	117.343	-55709	-0,31	
Piauí		14.787	47.023	-32236	-0,52	
Santa Catarina		18.219	41.122	-22903	-0,39	
Pará		18.519	8.518	10001	0,37	
Maranhão		16.764	19.926	-3162	-0,09	
Região Sul	Paraná	São Paulo	117.343	61.634	55709	0,31
		Santa Catarina	51.195	80.503	-29308	-0,22
		Rio Grande do Sul	27.124	19.649	7475	0,16
		Mato Grosso	8.463	29.364	-20901	-0,55
		Mato Grosso do Sul	13.667	24.985	-11318	-0,29
		Rondônia	8.715	5.299	3416	0,24
	Santa Catarina	Paraná	80.503	51.195	29308	0,22
		Rio Grande do Sul	60.811	47.063	13748	0,13
		São Paulo	41.122	18.219	22903	0,39
	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	47.063	60.811	-13748	-0,13
		Paraná	19.649	27.124	-7475	-0,16
São Paulo		18.586	17.360	1226	0,03	
Região Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	São Paulo	25.600	18.388	7212	0,16
		Mato Grosso	8.638	31.343	-22705	-0,57
		Paraná	24.985	13.667	11318	0,29
	Mato Grosso	Goiás	34.315	8.277	26038	0,61
		Mato Grosso do Sul	31.343	8.638	22705	0,57
		Paraná	29.364	8.463	20901	0,55
		Maranhão	20.124	7.173	12951	0,47
		São Paulo	18.478	15.734	2744	0,08
		Rondônia	13.860	7.661	6199	0,29
		Rio Grande do Sul	12.540	4.075	8465	0,51
	Goiás	Distrito Federal	88.980	27.745	61235	0,52
		Bahia	36.212	5.378	30834	0,74
		São Paulo	34.489	10.503	23986	0,53
		Minas Gerais	33.107	30.303	2804	0,04
		Mato Grosso	8.277	34.315	-26038	-0,61
Tocantins		28.972	15.939	13033	0,29	
Maranhão		22.764	7.173	15591	0,52	
Distrito Federal	Goiás	27.745	88.980	-61235	-0,52	
	Minas Gerais	23.421	14.483	8938	0,24	
	Maranhão	16.033	7.173	8860	0,38	
	Piauí	14.179	19.329	-5150	-0,15	

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004. Tabulação Nepo/Unicamp

Nesse contexto de redefinição de áreas de atração e expulsão de população, define-se uma etapa dos processos migratórios que resulta muito em espaços de circulação de população, é de fundamental importância a análise das migrações no contexto de cada uma das Grandes Regiões, ou seja, identificar a mobilidade populacional entre os estados de uma mesma região (Tabela 22)

Na região Norte, o Estado do Pará passa a ser a maior área de evasão de população no contexto de sua própria região. Sua polarização se dá com os estados vizinhos do Maranhão (maior saldo migratório inter-regional, 52 mil pessoas)<sup>23</sup> e de Tocantins (20 mil pessoas). O Amazonas torna-se área de evasão com Rondônia, Acre, Tocantins e Pará, configurando área de circulação com a migração oriunda do Amapá. Roraima se destaca como pólo regional, com saldos positivos com todos os estados do Norte.

Na Região Nordeste, o Maranhão apresenta como área de absorção dos fluxos do Piauí. O Ceará ganha população de Pernambuco, Bahia e Piauí, sendo que Pernambuco perde população também para Maranhão e Piauí. A Bahia parece se configurar com uma área de circulação migratória regional.

Dentre os estados da Região Sudeste, São Paulo é também uma área de circulação migratória, perdendo população para outras regiões e não intra-regional; Minas Gerais ainda perde população para São Paulo; Rio de Janeiro é a maior área de evasão populacional intra-regional.

Na região Sul, o Paraná perde população para Santa Catarina, sendo que o Rio Grande do Sul perde para os outros dois; Santa Catarina é o pólo regional de absorção migratória.

Finalmente, no Centro-Oeste, o Estado do Mato Grosso do Sul perde população para o Mato Grosso e este também ganha de Goiás, mas é Goiás o pólo migratório regional, inclusive com saldos migratórios bastante superiores ao do Distrito Federal.

Em síntese, pode-se caracterizar os espaços da migração:

-área de absorção migratória nacional e regional: Goiás

-área de absorção migratória regional: Mato Grosso, Pará, São Paulo

-área de evasão migratória nacional: São Paulo, Bahia

-área de evasão migratória regional: Paraná, Distrito Federal

---

<sup>23</sup> Para se ter uma idéia da importância deste fluxo, em termos quantitativos, o Estado de São Paulo, por exemplo, não registrou nenhum saldo migratório desta magnitude.



Tabela 22

Principais Fluxos Migratórios Intra-regionais 1999/2004

		Imigrantes	Emigrantes	Trocas	Índice de Eficácia (I-E / I+E)	
<b>Região Norte</b>	<b>Rondônia</b>	Acre	3.310	3.456	-146	-0,02
		Amazonas	6.045	4.906	1.139	0,10
		Roraima	236	483	-247	-0,34
		Pará	3.645	612	3.033	0,71
		Amapá	0	0	0	0,00
		Tocantins	0	219	-219	-1,00
		Outras Regiões	35.810	45.563	-9.753	-0,12
	<b>Acre</b>	Rondônia	3.456	3.310	146	0,02
		Amazonas	3.020	2.491	529	0,10
		Roraima	0	322	-322	-1,00
		Pará	309	174	135	0,28
		Amapá	155	209	-54	-0,15
		Tocantins	0	0	0	0,00
		Outras Regiões	7.837	6.706	1.131	0,08
	<b>Amazonas</b>	Rondônia	4.906	6.045	-1.139	-0,10
		Acre	2.491	3.020	-529	-0,10
		Roraima	6.425	6.759	-334	-0,03
		Pará	21.949	17.628	4.321	0,11
		Amapá	1.838	0	1.838	1,00
		Tocantins	0	219	-219	-1,00
		Outras Regiões	26.392	19.257	7.135	0,16
	<b>Roraima</b>	Rondônia	483	236	247	0,34
		Acre	322	0	322	1,00
		Amazonas	6.759	6.425	334	0,03
		Pará	9.583	438	9.145	0,91
		Amapá	643	0	643	1,00
		Tocantins	482	0	482	1,00
		Outras Regiões	20.112	6.226	13.886	0,53
<b>Pará</b>	Rondônia	612	3.645	-3.033	-0,71	
	Acre	174	309	-135	-0,28	
	Amazonas	17.628	21.949	-4.321	-0,11	
	Roraima	438	9.583	-9.145	-0,91	
	Amapá	11.423	22.604	-11.181	-0,33	
	Tocantins	38.452	17.243	21.209	0,38	
	Outras Regiões	166.384	112.093	54.291	0,19	
<b>Amapá</b>	Rondônia	0	0	0	0,00	
	Acre	209	155	54	0,15	
	Amazonas	0	1.838	-1.838	-1,00	
	Roraima	0	643	-643	-1,00	
	Pará	22.604	11.423	11.181	0,33	
	Tocantins	0	218	-218	-1,00	
	Outras Regiões	9.712	4.004	5.708	0,42	
<b>Tocantins</b>	Rondônia	219	0	219	1,00	
	Acre	0	0	0	0,00	
	Amazonas	219	0	219	1,00	
	Roraima	0	482	-482	-1,00	
	Pará	17.243	38.452	-21.209	-0,38	
	Amapá	218	0	218	1,00	
	Outras Regiões	64.413	73.070	-8.657	-0,06	

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004. Tabulação Nepo/Unicamp

**cg ee**Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
Ciência, Tecnologia e Inovação**Tabela 22 (continuação)**  
Principais Fluxos Migratórios Intra-regionais 1999/2004

		Imigrantes	Emigrantes	Trocas	Índice de Eficácia (I-E / I+E)	
<b>Região Nordeste</b>	<b>Maranhão</b>	Piauí	47.024	22.467	24.557	0,35
		Ceará	9.564	6.584	2.980	0,18
		Rio Grande do Norte	0	468	-468	-1,00
		Paraíba	0	0	0	0,00
		Pernambuco	5.579	3.706	1.873	0,20
		Alagoas	797	0	797	1,00
		Sergipe	0	335	-335	-1,00
		Bahia	0	1.698	-1.698	-1,00
	Outras Regiões	117.960	222.758	-104.798	-0,31	
	<b>Piauí</b>	Maranhão	22.467	47.024	-24.557	-0,35
		Ceará	8.360	11.984	-3.624	-0,18
		Rio Grande do Norte	0	0	0	0,00
		Paraíba	2.613	1.356	1.257	0,32
		Pernambuco	3.135	1.533	1.602	0,34
		Alagoas	0	0	0	0,00
		Sergipe	1.045	0	1.045	1,00
		Bahia	2.091	1.484	607	0,17
	Outras Regiões	79.935	50.571	29.364	0,23	
	<b>Ceará</b>	Maranhão	6.584	9.564	-2.980	-0,18
		Piauí	11.984	8.360	3.624	0,18
		Rio Grande do Norte	3.110	5.148	-2.038	-0,25
		Paraíba	1.592	8.588	-6.996	-0,69
		Pernambuco	11.982	2.087	9.895	0,70
		Alagoas	0	2.727	-2.727	-1,00
		Sergipe	0	1.004	-1.004	-1,00
		Bahia	5.779	2.130	3.649	0,46
	Outras Regiões	100.649	80.966	19.683	0,11	
	<b>Rio Grande do Norte</b>	Maranhão	468	0	468	1,00
Piauí		0	0	0	0,00	
Ceará		5.148	3.110	2.038	0,25	
Paraíba		5.616	7.233	-1.617	-0,13	
Pernambuco		1.874	2.214	-340	-0,08	
Alagoas		1.404	0	1.404	1,00	
Sergipe		0	669	-669	-1,00	
Bahia		936	215	721	0,63	
Outras Regiões	58.048	23.843	34.205	0,42		
<b>Paraíba</b>	Maranhão	0	0	0	0,00	
	Piauí	1.356	2.613	-1.257	-0,32	
	Ceará	8.588	1.592	6.996	0,69	
	Rio Grande do Norte	7.233	5.616	1.617	0,13	
	Pernambuco	11.755	16.698	-4.943	-0,17	
	Alagoas	4.520	0	4.520	1,00	
	Sergipe	0	669	-669	-1,00	
	Bahia	1.808	3.419	-1.611	-0,31	
Outras Regiões	103.068	65.250	37.818	0,22		
<b>Pernambuco</b>	Maranhão	3.706	5.579	-1.873	-0,20	
	Piauí	1.533	3.135	-1.602	-0,34	
	Ceará	2.087	11.982	-9.895	-0,70	
	Rio Grande do Norte	2.214	1.874	340	0,08	
	Paraíba	16.698	11.755	4.943	0,17	
	Alagoas	28.277	31.799	-3.522	-0,06	
	Sergipe	212	335	-123	-0,22	
	Bahia	19.247	33.317	-14.070	-0,27	
Outras Regiões	105.958	105.092	866	0,00		
<b>Alagoas</b>	Maranhão	0	797	-797	-1,00	
	Piauí	0	0	0	0,00	
	Ceará	2.727	0	2.727	1,00	
	Rio Grande do Norte	0	1.404	-1.404	-1,00	
	Paraíba	0	4.520	-4.520	-1,00	
	Pernambuco	31.799	28.277	3.522	0,06	
	Sergipe	8.179	1.671	6.508	0,66	
	Bahia	4.089	5.826	-1.737	-0,18	
Outras Regiões	34.524	43.173	-8.649	-0,11		
<b>Sergipe</b>	Maranhão	335	0	335	1,00	
	Piauí	0	1.045	-1.045	-1,00	
	Ceará	1.004	0	1.004	1,00	
	Rio Grande do Norte	669	0	669	1,00	
	Paraíba	669	0	669	1,00	
	Pernambuco	335	212	123	0,22	
	Alagoas	1.671	8.179	-6.508	-0,66	
	Bahia	21.082	14.472	6.610	0,19	
Outras Regiões	20.078	19.350	728	0,02		
<b>Bahia</b>	Maranhão	1.698	0	1.698	1,00	
	Piauí	1.484	2.091	-607	-0,17	
	Ceará	2.130	5.779	-3.649	-0,46	
	Rio Grande do Norte	215	936	-721	-0,63	
	Paraíba	3.419	1.808	1.611	0,31	
	Pernambuco	33.317	19.247	14.070	0,27	
	Alagoas	5.826	4.089	1.737	0,18	
	Sergipe	14.472	21.082	-6.610	-0,19	
Outras Regiões	227.782	323.586	-95.804	-0,17		

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004. Tabulação Nepo/Unicamp

Tabela 22 (continuação)

Principais Fluxos Migratórios Intra-regionais 1999/2004

			Imigrantes	Emigrantes	Trocas	Índice de Eficácia (I-E / I+E)
Região Sudeste	Minas Gerais	Espírito Santo	49.170	35.243	13.927	0,16
		Rio de Janeiro	42.981	27.761	15.220	0,22
		São Paulo	193.891	200.028	-6.137	-0,02
		Outras Regiões	143.396	135.428	7.968	0,03
	Espírito Santo	Minas Gerais	35.243	49.170	-13.927	-0,16
		Rio de Janeiro	22.553	21.126	1.427	0,03
		São Paulo	7.048	12.259	-5.211	-0,27
		Outras Regiões	42.288	26.114	16.174	0,24
	Rio de Janeiro	Minas Gerais	27.761	42.981	-15.220	-0,22
		Espírito Santo	21.126	22.553	-1.427	-0,03
		São Paulo	27.319	42.179	-14.860	-0,21
		Outras Regiões	89.830	147.940	-58.110	-0,24
São Paulo	Minas Gerais	200.028	193.891	6.137	0,02	
	Espírito Santo	12.259	7.048	5.211	0,27	
	Rio de Janeiro	42.179	27.319	14.860	0,21	
	Outras Regiões	569.091	750.431	-181.340	-0,14	
Região Sul	Paraná	Santa Catarina	51.195	80.503	-29.308	-0,22
		Rio Grande do Sul	27.124	19.649	7.475	0,16
		Outras Regiões	182.159	171.030	11.129	0,03
	Santa Catarina	Paraná	80.503	51.195	29.308	0,22
		Rio Grande do Sul	60.811	47.063	13.748	0,13
		Outras Regiões	72.973	41.010	31.963	0,28
	Rio Grande do Sul	Paraná	19.649	27.124	-7.475	-0,16
		Santa Catarina	47.063	60.811	-13.748	-0,13
		Outras Regiões	49.931	58.437	-8.506	-0,08
Região Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	8.638	31.343	-22.705	-0,57
		Goiás	4.015	7.241	-3.226	-0,29
		Distrito Federal	0	2.054	-2.054	-1,00
		Outras Regiões	77.418	56.633	20.785	0,16
	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	31.343	8.638	22.705	0,57
		Goiás	34.315	8.277	26.038	0,61
		Distrito Federal	660	2.259	-1.599	-0,55
		Outras Regiões	126.373	61.837	64.536	0,34
	Goiás	Mato Grosso do Sul	7.241	4.015	3.226	0,29
		Mato Grosso	8.277	34.315	-26.038	-0,61
		Distrito Federal	88.980	27.745	61.235	0,52
		Outras Regiões	211.073	102.499	108.574	0,35
	Distrito Federal	Mato Grosso do Sul	2.054	0	2.054	1,00
		Mato Grosso	2.259	660	1.599	0,55
		Goiás	27.745	88.980	-61.235	-0,52
Outras Regiões		120.015	110.342	9.673	0,04	

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004. Tabulação Nepo/Unicamp

Considerando os movimentos migratórios interestaduais dos anos 90, estes já indicavam que parte das mudanças ocorridas nos 80 não se sustentou na década seguinte (Cunha e Baeninger, 2005) - como por exemplo, áreas de fronteira que reduziram sua atração migratória, em especial no Mato Grosso e Rondônia. Porém, redefinindo esta fronteira, o Mato Grosso é um dos pólos migratórios nacionais no período 1999-2004, sendo que Rondônia passa efetivamente a deixar o cenário das migrações internas no Brasil.

A complementaridade em termos de transferências de população do Nordeste para o Sudeste, que parecia ter diminuído nos anos 80, volta a ser retomada nos 90, porém se redesenhando no início dos 2000. O Nordeste registrava um total de 1,3 milhão de emigrantes para outras regiões, em 1986-1991, elevando-se para 1,4 milhão em 1995-2000, mas baixando para 934 mil pessoas entre o período 1999-2004. O fluxo migratório inter-regional do Nordeste para o Sudeste era de 969 mil pessoas, entre 1995-2000, passando para 548 mil entre 1999-2004. Nas trocas migratórias entre os estados do Nordeste e São Paulo, somente a Bahia continuou perdendo população. Essas oscilações nos volumes da migração entre o Nordeste e Sudeste parece confirmar as enormes idas-e-vindas

As migrações no início dos 2000 redefinem seus pólos, conferindo às migrações nacionais uma faixa que se estende do Mato Grosso passando por Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí até o Pará as maiores **áreas de absorção migratória** (mesmo que os volumes de migrantes sejam menores que o verificado entre as regiões Nordeste e Sudeste). Os pólos nacionais da migração são: Goiás, Mato Grosso e Pará (Mapa 8).

Já o outro corredor da migração nacional é historicamente conformado pelos fluxos Nordeste-Sudeste, e agora pelos seus refluxos Sudeste-Nordeste, onde transitam os volumes mais elevados da migração do país, com intensas **áreas de circulação migratória**, mas com *espacialidades migratórias em âmbito sub-regional*, como são os casos de Minas Gerais, Bahia e São Paulo. Na Região Sul também se configura esse espaço sub-regional da migração, com a espacialidade migratória de Santa Catarina. Já no extremo norte do país, além da baixa mobilidade populacional, não há como caracterizar nenhum espaço migratório que se defina como centralidade destes movimentos, apesar da importância do Amazonas na recepção dos fluxos migratórios do Pará.

Essas espacialidades migratórias, presentes também na área de absorção migratória (faixa central do país), refletem a dinâmica econômico-regional, bem como a expansão das aglomerações populacionais, como é o caso do Distrito Federal, que perdeu, nos 2000, seu papel de centralidade migratória dos fluxos nordestinos, repassando para Goiás esses fluxos, bem como sua própria população na conformação da RIDE e da RM de Goiânia.

Assim a **complementaridade entre processos migratórios** contribui para o entendimento das tendências migratórias que se estende desde os anos 90<sup>24</sup>. Essa complementaridade, estabelecida através das relações entre modalidades migratórias, reflete-se na articulação da migração de longa distância com movimentos migratórios intra-regionais e da articulação entre migrações metrópole-interior e migrações interestaduais.

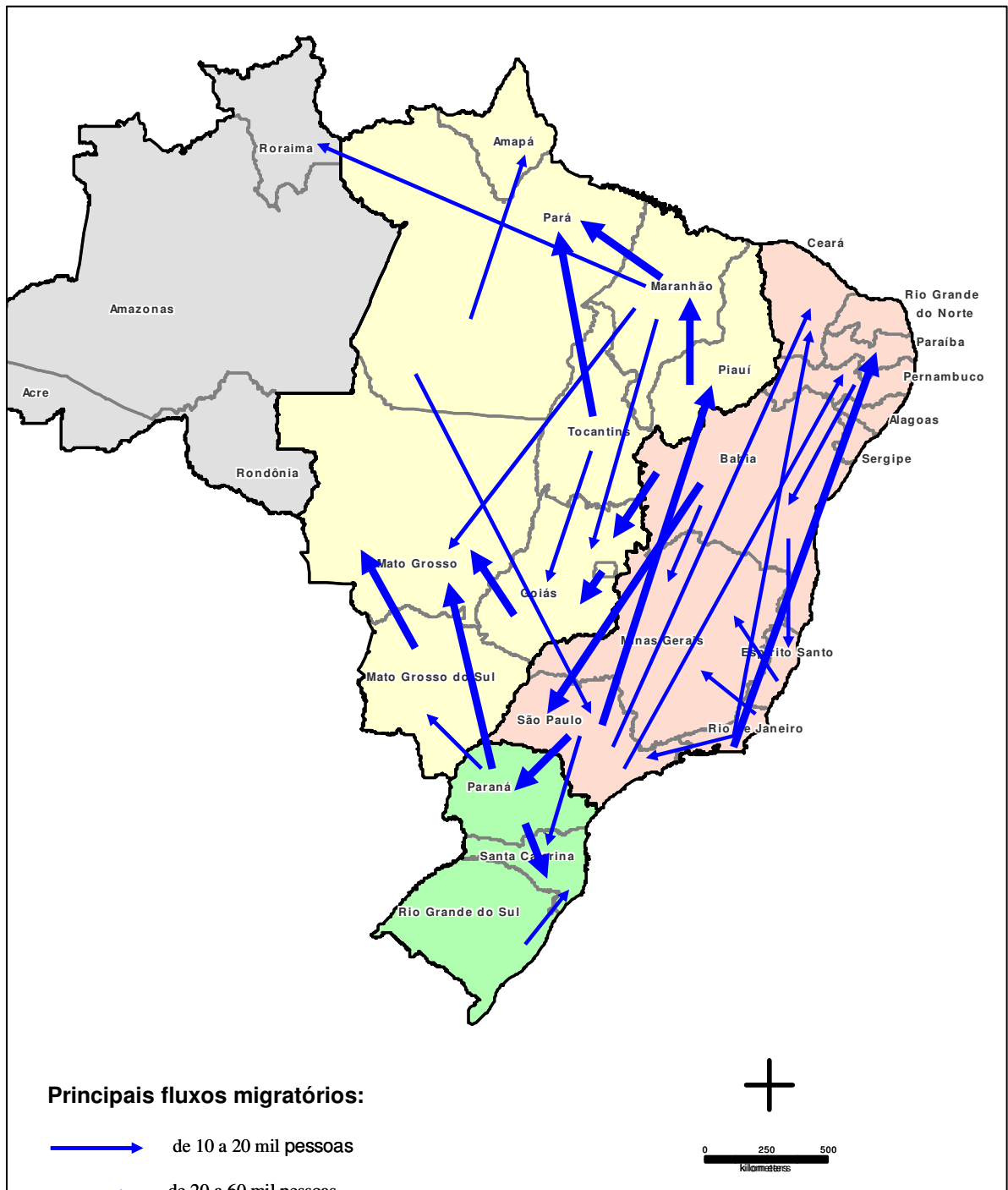
---

<sup>24</sup> Veja-se Cunha e Baeninger (2005).

## Mapa 8

Principais Fluxos Migratórios Inter-estaduais,

1999- 2004



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004. Tabulação Nepo/Unicamp

### 3. Migração no início dos 2000: Metrópole e Interior

Os destinos migratórios no Brasil tiveram, em especial nos anos 60, e 70, as áreas metropolitanas como seus principais espaços, apesar dos esforços de ocupação demográfica das fronteiras agrícolas (Martine e Camargo, 1984). Essa tendência começou a se modificar a partir dos anos 80, com o interior de vários estados apresentando relativa recuperação demográfica; mesmo que ainda não fossem capazes de absorver a migração que para l  se dirigia. De fato, em estudo anterior (Baeninger, 1999), já contemplando o início dos anos 90, p de-se apreender que em termos de volumes de imigração, as áreas interioranas recebem mais migrantes que as áreas metropolitanas, contudo estas últimas apresentam capacidade de absorção desta população migrante, enquanto que o interior, além de pouca capacidade de absorção também expulsava sua população para outros estados.

Para o período 1999-2004, a migração interestaduais<sup>25</sup> para as regiões metropolitanas (nove regiões antigas) representou 35% dos movimentos migratórios nacionais (cerca de 929 mil pessoas), enquanto que a migração em direção ao interior chegou a 1,7 milhão de pessoas.

Das saídas da região Norte, para estados com regiões metropolitanas, 71% se dirigiu ao interior dos estados (Tabela 23). Os destinos para o Interior revelam-se como majoritários , mesmo para o Nordeste, onde ainda concentra-se a emigração com destino   RMSP, e para o Sul, onde Curitiba e Florianópolis desempenham papel importante no contexto das migrações intra-regionais.

Dos migrantes que saíram de Minas Gerais, em anos recentes, para outros estados 57% foram para o Interior e 43% para outras regiões metropolitanas; já daqueles migrantes que deixaram São Paulo, em especial os nordestinos, 77% foram para o interior de seus estados.

Os principais fluxos emigrat rios interestaduais, no período 1999-2004, entre metrópole e interior foram:

-entre os estados do Nordeste, com a emigração do Rio Grande do Norte para RM Recife, representando 51% de sua emigração para Pernambuco e 77% dos emigrantes da Paraíba; al s na emigração destes dois estados para outros estados do Nordeste prevalece o destino metropolitano, uma vez que os fluxos para a Bahia

---

<sup>25</sup> Não se considera a migração metrópole-interior dentro de cada um dos estados.

confirmam esta tendência

-dos fluxos migratórios do Nordeste para São Paulo, somente o Piauí tem como destino primaz o interior, nos demais fluxos predominam a RMSP; o mesmo ocorre com a emigração dentro do Paraná, onde a RM Curitiba é o destino desses emigrantes

Ou seja, na **área de circulação migratória nacional** predominam as migrações com destinos metropolitanos (mas seu contra-fluxo é para o interior); nesse sentido, a menor capacidade de absorção de população na dinâmica econômica das regiões metropolitanas, em especial do Sudeste, com destaque para São Paulo, contribuem para o retorno da população; por outro lado, este retorno em direção ao interior<sup>26</sup>, também sem oportunidades de emprego, alimenta continuamente as intensas idas-e-vindas, desenhando no espaço áreas de circulação migratória.

No caso das espacialidades migratórias sub-regionais desta grande área de circulação migratória, nota-se as especificidades da dinâmica do Sudeste, com os fluxos migratórios interestaduais divididos entre metrópole e interior para Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

---

<sup>26</sup> Encontra-se em fase de elaboração a tabulação referente ao fluxo emigratório com o recorte metrópole-interior com os dados da PNAD 2004 e a imigração metrópole-interior, a fim de atualizar essas informações, as quais ainda se baseiam nos anos 90. Esta tabulação torna-se fundamental para o entendimento do saldo migratório negativo do Estado de São Paulo, por exemplo, pois se supõe que esta perda de população ocorre fundamentalmente da RMSP para outros estados e não do Interior de São Paulo.



**Tabela 23**

Volumes de Imigração Interestadual com Destino às Metrôpoles e Interior

Grandes Regiões, Brasil: 1999-2004

		Residência Atual * 2004					
		RM	Interior	Total	% RM	% Interior	Total
Residência em 1999	<b>Norte</b>	43.230	107.183	150.413	28,7	71,3	100,0
	<b>Nordeste</b>	393.971	435.124	829.095	47,5	52,5	100,0
	<b>Sudeste</b>	339.924	818.927	1.158.851	29,3	70,7	100,0
	Minas Gerais	116.437	152.101	268.538	43,4	56,6	100,0
	Rio de Janeiro	55.766	91.710	147.476	37,8	62,2	100,0
	São Paulo	143.861	499.932	643.793	22,3	77,7	100,0
	<b>Sul</b>	90.162	198.390	288.552	31,2	68,8	100,0
	<b>Centro Oeste</b>	62.150	154.157	216.307	28,7	71,3	100,0
<b>Total</b>		<b>929.437</b>	<b>1.713.781</b>	<b>2.643.218</b>	<b>35,2</b>	<b>64,8</b>	<b>100,0</b>

\* A residência inclui somente as UFs que possuem as 9 antigas Regiões Metropolitanas, ou seja, PA, CE, PE, BA, MG, RJ, SP, PR e F  
 (\*\*) Não inclui os fluxos entre interior e metrópole dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Fonte: FIBGE, PNAD 2004; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP

Para o entendimento da importância do recorte metrópole e interior no estudo dos movimentos migratórios torna-se relevante analisar as migrações com origem nas metrópoles com destinos ao interior dos respectivos estados<sup>27</sup>.

Desde os anos 80, o país assiste a um processo de desconcentração migratória, com o conseqüente crescimento das localidades não metropolitanas, sobretudo as de tamanho médio (Baeninger, 2000). Os fluxos migratórios entre áreas metropolitanas e interior dos estados permitem captar parte da complementaridade entre as tendências da migração atual.

Apesar do processo de metropolização brasileiro continuar com significativo fôlego, tal processo não se consolida apenas com as migrações de longa distância, como

<sup>27</sup> Esta informação somente é possível de ser captada com os censos demográficos; desse modo, tais análises referem-se ao período 1995-2000 e baseiam-se em Cunha e Baeninger (2005).

foram os casos de São Paulo e Rio de Janeiro nos anos 70, mas ganham força e vigor os movimentos migratórios intra-regionais e intra-estaduais..

Considerando o fluxo migratório metrópole-interior para cada região metropolitana (Tabela 24) pode-se notar que a 'interiorização da migração' ainda nos anos 80 era mais evidente para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro; nos anos 90, esse processo começa a se desencadear também para outros contextos estaduais. No período 1986-1991, São Paulo e Rio de Janeiro eram as áreas que registravam perdas de população em direção ao interior, situação que se manteve no período 1995-2000, inclusive com aumento em suas perdas: a RMSP de -272 mil para -339 mil e Rio de Janeiro, de -24 mil para -48 mil, respectivamente. No período 1995-2000, além dessas áreas, a RM de Recife passou a apresentar expressiva perda populacional para o interior, invertendo a tendência anterior e passando de um ganho de 39 mil pessoas, entre 1986-1991, para uma perda de 72 mil pessoas, entre 1995-2000.

**Tabela 24**  
**Volumes de Imigração e Emigração com relação ao interior dos respectivos estados**  
**Regiões Metropolitanas selecionadas - Brasil: 1986-1991 e 1995 e 2000**

Região Metropolitana	1986-1991			1995-2000		
	Imigrantes	Emigrantes	I - E	Imigrantes	Emigrantes	I - E
Belém	62.819	32.917	29.902	71.208	44.483	26.725
Fortaleza	118.584	40.548	78.036	84.200	54.255	29.945
Recife	68.919	29.877	39.042	58.204	33.774	24.430
Salvador	108.459	47.143	61.316	103.370	65.682	37.688
Belo Horizonte	335.170	13.111	322.059	29.093	20.439	8.654
Rio Janeiro	43.230	67.978	-24.748	49.231	97.635	-48.404
São Paulo	110.391	382.728	-272.337	128.866	468.296	-339.430
Curitiba	118.393	36.607	81.786	133.004	52.481	80.523
Porto Alegre	145.295	81.748	63.547	131.864	91.212	40.652

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP

Dentre as áreas metropolitanas, apenas Belo Horizonte, Curitiba e Belém sustentaram ganhos populacionais próximos entre os períodos analisados, sendo que as demais regiões metropolitanas diminuíram significativamente seu potencial de retenção migratória no contexto estadual. Fortaleza, por exemplo, passou de uma troca positiva de 78 mil pessoas, entre 1986-1991, para 29 mil, entre 1995-2000. Destaca-se, nesse caso, a diminuição da imigração e o aumento da emigração, refletindo uma nova dinâmica para o interior do Ceara; este fenômeno contribui para os ganhos populacionais deste estado no contexto da Região Norte. Essa tendência

verificou-se para as três metrópoles do Nordeste, sendo que para a RM Salvador o aumento da emigração foi o componente de maior peso, já que o volume de imigração manteve-se no mesmo patamar. Mesmo as metrópoles que experimentaram maiores ganhos populacionais vindos do interior também registraram um aumento da emigração, podendo indicar menor capacidade de absorção migratória nessas áreas.

“As mudanças ocorridas nas relações entre metrópole e interior nas principais RMs do país, sugerem um fenômeno importante que permitiria entender, por exemplo, se não a totalidade, ao menos parte do recrudescimento da emigração dos estados do Nordeste nos anos 90 (...) os dados sugerem que a redução da emigração do interior para as metrópoles nordestinas nos anos 90 – em certos casos significativas, como em Fortaleza e Recife - e o incremento das saídas de migrantes destas para o interior estejam refletindo um processo de relativo (ou significativo) arrefecimento do poder de absorção de migrantes provenientes das áreas mais deprimidas de seus estados; em especial, das zonas semi-áridas que - mesmo no contexto de alguma recuperação econômica de seus estados - continuariam a se constituírem em verdadeiros celeiros de migrantes em potencial” (Cunha e Baeninger, 2005).

Possivelmente, para o início dos anos 2000, com a diminuição da emigração, sobretudo do Nordeste para o Sudeste – atente-se para as oscilações verificadas nesses volumes com um sobe-desce que se verifica nos três últimos períodos (1986-1991, 1995-2000, 1999-2004), as áreas metropolitanas do Nordeste passam a constituir importantes espacialidades migratórias intra-regionais, ao mesmo tempo que o interior redefine sua condição de área de evasão para suas respectivas metrópoles.

#### **4. O Brasil na Rota das Migrações Internacionais**

As migrações internacionais vêm ganhando destaque no cenário mundial em função das enormes transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas experimentadas desde o final dos anos 80; as desigualdades regionais acentuadas e crescentes, os conflitos bélicos, a destruição do bloco soviético, a formação de blocos econômicos, constituem o pano de fundo desses deslocamentos populacionais contemporâneos. O Brasil começou também, a partir das últimas duas décadas do século passado, a se inserir nesse novo contexto das migrações internacionais tanto

com fluxos de saídas de brasileiros para o exterior quanto com a recente entrada de estrangeiros no País. O tema das migrações internacionais ressurgiu, pois, como questão demográfica no Brasil ao final do século 20 e será uma das questões demográficas mais importantes do século XXI.

Depois de quase um século da entrada em massa dos estrangeiros no Brasil, a virada para o século 21 aponta novamente a importância desse fenômeno social.

A história da composição e formação da população brasileira é marcada por distintos movimentos de imigrantes estrangeiros, inseridos em momentos diferentes da economia. Desde o descobrimento do Brasil tivemos a presença do imigrante. Os portugueses foram os primeiros que chegaram. Por volta de 1550, com a necessidade de braços para a lavoura canavieira, iniciou-se o tráfico de escravos africanos (estima-se que cerca de 3 milhões de africanos entraram no País de 1550 a 1850). A partir da segunda metade do século XIX, a implantação da cultura do café conduziu a uma imigração europeia de grande magnitude; na primeira onda de imigração estrangeira (de 1880 a 1903) entraram 1,9 milhão de europeus, principalmente italianos, seguidos de portugueses, espanhóis, alemães (Levy, 1974), na segunda onda (de 1904 a 1930) entraram outros 2,1 milhões, destacando-se que essa etapa – em particular no pós Primeira Guerra Mundial – além dos italianos, nota-se a presença de poloneses, russos e romenos. A terceira onda de imigrantes estrangeiros (1930-1953) foi marcada por volumes bastante inferiores de entradas, com a chegada dos japoneses entre 1932 a 1935 e das novas imigrações espanholas, gregas e sírio-libanesas entre 1953-1960 (imigrações dirigidas em parte ao setor industrial). Os anos 60 encerraram a recepção da imigração estrangeira ao Brasil. Na verdade, com a imigração estrangeira diminuindo progressivamente depois de 1930, as próximas etapas da economia brasileira contaria com a participação das migrações internas.

No entanto, a segunda metade dos anos 80 voltou a trazer a questão da migração internacional para a agenda de pesquisa dos estudiosos. Num primeiro momento, foi o movimento de saída de brasileiros para o exterior que chamou a atenção do fenômeno e revelou a nova característica migratória do País; mais de um milhão de brasileiros encontravam-se fora do Brasil nos anos 90, principalmente no Paraguai, nos Estados Unidos e no Japão, além de outros países como a Itália, Portugal, Inglaterra, França, Canadá, Austrália, Suíça, Alemanha, Bélgica, Holanda e Israel. Ressalte-se, contudo, que a emigração de brasileiros para o Paraguai data dos anos

70, (re)aparecendo e sendo visualizada agora no novo contexto das migrações internacionais; os brasiguaios constituem o segundo maior volume de emigrantes brasileiros (cerca de 300 mil pessoas), perdendo apenas para os Estados Unidos (mais de 500 mil).

A outra face do fenômeno migratório internacional no Brasil revela-se pela entrada de novos contingentes de imigrantes. O cenário da globalização encurta distâncias, redefine localizações e cria blocos econômicos, assim o País assiste, principalmente a partir dos anos 90, desde a entrada de coreanos até o crescente afluxo de latino-americanos. A indústria de confecção em São Paulo vem sendo administrada por coreanos, que, por sua vez, contratam bolivianos, peruanos e colombianos, na maioria em situação irregular, para trabalharem nesse setor.

No contexto da América Latina, o Brasil figurava até os anos 70 como uma área de evasão populacional para os países vizinhos, em especial para o Paraguai e Argentina. A partir dos anos 80, o País passa a se configurar como uma das áreas de recepção migratória de latino-americanos.

No cenário dos movimentos internacionais na América Latina e Caribe, o Brasil concentra o quarto maior estoque desses estrangeiros (118.525 pessoas, ao redor dos anos 90), contra 181.273 brasileiros residentes nos países da região. Embora o número de emigrantes supere o de imigrantes, ao se examinar os destinos desses emigrantes pode-se apreender que se tratam de situações heterogêneas, revelando, desse modo, as atuais modalidades das migrações latino-americanas de e para o Brasil.

A evolução dos estoques de brasileiros nos países da região indica, principalmente a partir de 1980, uma nova situação do Brasil no contexto regional. O estoque de brasileiros na Argentina de 1960 a 1991 vem diminuindo (de 48 mil para 33 mil pessoas, respectivamente), ao passo que o de argentinos no Brasil vem se elevando (de 15 mil para 25 mil pessoas, nesses 40 anos). Esse mesmo fenômeno vem ocorrendo também com o Uruguai, onde o número de brasileiros tem se estabilizado desde 1975 (em torno de 14 mil pessoas), enquanto que de 11 mil uruguaios no Brasil, em 1960, passou-se para 22 mil em 1991; com o Peru, de 3 mil brasileiros em 1972 para 2,5 mil, em 1993, sendo que haviam 2,5 mil peruanos aqui, em 1960, alcançando 5,8 mil, em 1991; e, com a Colômbia, que chegou a registrar 2,3 mil brasileiros, em 1960, baixando para 1,4 mil, em 1993, registrando o Brasil 2 mil

colombianos, em 1991, contra os 685, de 1960.

Alem dos fluxos, já mencionados, o Brasil vem contando com a entrada de fluxos imigrantes de mão-de-obra qualificada vindos da Argentina e do Chile, em direção principalmente à metrópole de São Paulo. Ou seja, no fluxo de entrada de latino-americanos configuram-se grupos sociais distintos e, em particular, com destino metropolitano; já na emigração de brasileiros para os países da América Latina predominam os agricultores, em direção às áreas de fronteiras. Nesse sentido, o Mercosul precisa também considerar, na elaboração de suas políticas, esses diferentes fluxos que compõem as migrações na região.

Outros fluxos de estrangeiros de mão-obra especializados também vêm crescendo no Brasil; o Ministério do Trabalho indica a entrada, por tempo determinado, de especialistas, gerentes e administradores com origem nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França.

Desse modo, o século 21 inicia-se reforçando as tendências dessa migração, consolidando o Brasil na rota dos deslocamentos populacionais internacionais, tanto no que se refere à saída de brasileiros quanto à entrada de estrangeiros no país.

<b>Tabela - Estoques de Emigrantes Brasileiros e Imigrantes no Brasil (1960-90)</b>				
Países	Emigrantes Brasileiros		Imigrantes no Brasil	
Argentina	1960	48.195	1960	15.877
	1970	48.600	1970	17.213
	1980	42.134	1980	26.633
	1991	33.543	1991	25.468
Paraguai	1972	34.276	1960	17.748
	1980	97.791	1970	20.025
	1990	107.452	1980	17.560
			1991	19.018
Bolívia	1976	8.492	1960	8.049
	1992	8.586	1970	10.712
			1980	12.980
Chile	1970	930	1960	1.458
	1982	2.076	1970	1.900
	1992	4.610	1980	17.830
			1991	20.437
Peru	1972	3.077	1960	2.487
	1981	2.926	1970	2.410
	1993	2.523	1980	3.789
			1991	5.833

Uruguai	1960	17.748	1960	17.748
	1970	20.025	1970	20.025
	1980	17.560	1980	17.560
	1991	19.018	1991	19.018
Venezuela	1971	17.748	1960	1.246
	1981	20.025	1970	989
	1990	17.560	1980	1.262
			1991	1.226
Colômbia	1964	2.267	1960	685
	1993	1.383	1970	870
			1980	1.490
Costa Rica	1963	17.748	1991	2.076
	1973	20.025	1960	129
	1984	17.560	1970	152
			1980	327
		1991	357	
Fonte: IMILA/CELADE (2000).				

Para uma agenda dos movimentos migratórios internacionais é imprescindível que se considere os deslocamentos na fronteira, uma vez que este espaço articula diferentes correntes migratórias que assumem formas diversas quanto a duração, alcance e intensidade. Nesse sentido, pode-se caracteriza os espaços de fronteira, no que se refere aos movimentos migratórios<sup>28</sup>:

a) fronteira de vizinhança recíproca;

<sup>28</sup> Projeto Espaços Migratórios e Ambiente no Mercosul. NEPO-UNICAMP/IRD-França. Veja-se também Cunha, Souchaud e Baeninger (2006).



- 2) a fronteira unilateral;
- 3) a fronteira urbana diversificada; e
- 4) a fronteira metropolitana exclusiva.

No que se refere às migrações bolivianas e paraguaias no Brasil, os volumes parecem ser comparáveis. Contudo, a distribuição no espaço é nitidamente distinta e observa-se uma dispersão maior da comunidade boliviana em relação à paraguaia. Assim, nesses dois casos, há uma tendência à diminuição da migração transfronteiriça, ou, pelo menos, uma concentração mais forte em alguns lugares caracterizados por sua forte acessibilidade, no caso as cidades de fronteira.

Ao mesmo tempo, têm-se algumas indicações que levam a pensar que os lugares de origem dos migrantes evoluem, sendo mais distantes geograficamente da fronteira.

Nesse contexto, a fronteira parece assumir, cada vez mais, o papel de **espaço de trânsito, de intermediário, em circuitos migratórios mais amplos** que unem pólos urbanos distantes, os quais *a priori* tecem poucos laços com os espaços de fronteiras. Por exemplo, alguns migrantes bolivianos instalam-se em Corumbá provisoriamente, à espera de uma oportunidade de passagem até São Paulo, e, eventualmente, adiam várias vezes a “re-emigração” até se instalarem de forma prolongada em Corumbá. Note-se que Corumbá oferece aos migrantes bolivianos um estatuto privilegiado, que favorece melhor inserção profissional e acesso a sistemas de saúde e educação. Mas, passados os limites da cidade, um controle drástico aparece. Então, Corumbá é, ao mesmo tempo, um lugar de trânsito, de refugio e de permanência.

A agenda de pesquisa sobre migrações internacionais de e para o Brasil deverá ainda apresentar os seguintes pontos:

-Fluxos Emigratórios Internacionais de Brasileiros

- a) Brasileiros nos Estados Unidos
- b) Brasileiros no Japão
- c) Brasileiros no Paraguai

-Fluxos Imigratórios Internacionais de Brasileiros:

- a) Bolivianos no Brasil

- b) Paraguaio no Brasil
- c) Migrantes Refugiados

#### -Remessas

Estas migrações internacionais apresentam especificidades, temporalidades, causas e conseqüências muito distintas e, portanto, merecem estudos mais detalhados para que possam subsidiar as políticas sociais em função do perfil variado de tais deslocamentos.

## Parte IV - Grandes Tendências Demográficas e os Cenários Futuros

### 1. As Tendências do Crescimento Demográfico Brasileiro: 1940-2050

a) O notável crescimento da população brasileira entre 1940 e 2000 possibilitou um aumento na sua população total de 129 milhões de habitantes. Neste século, até a sua metade, estima-se um acréscimo de mais 90 milhões (Tabela 25 e Gráfico 14). Não resta dúvida que são grandezas consideráveis, podendo despertar nos mais desavisados a velha expectativa de uma “explosão demográfica”.

**Tabela 25**  
População Total e Projeções de População

<b>Anos</b>	<b>População total</b>
1940	41.236.315
1950	51.944.397
1960	69.930.293
1970	93.139.037
1980	119.002.706
1991	146.825.475
2000	169.872.854
2004	182.060.108
2010	196.834.086
2015	208.468.035
2020	219.077.729
2025	228.873.717
2030	237.737.676
2035	245.323.136
2040	251.418.006
2045	256.198.374
2050	259.769.964

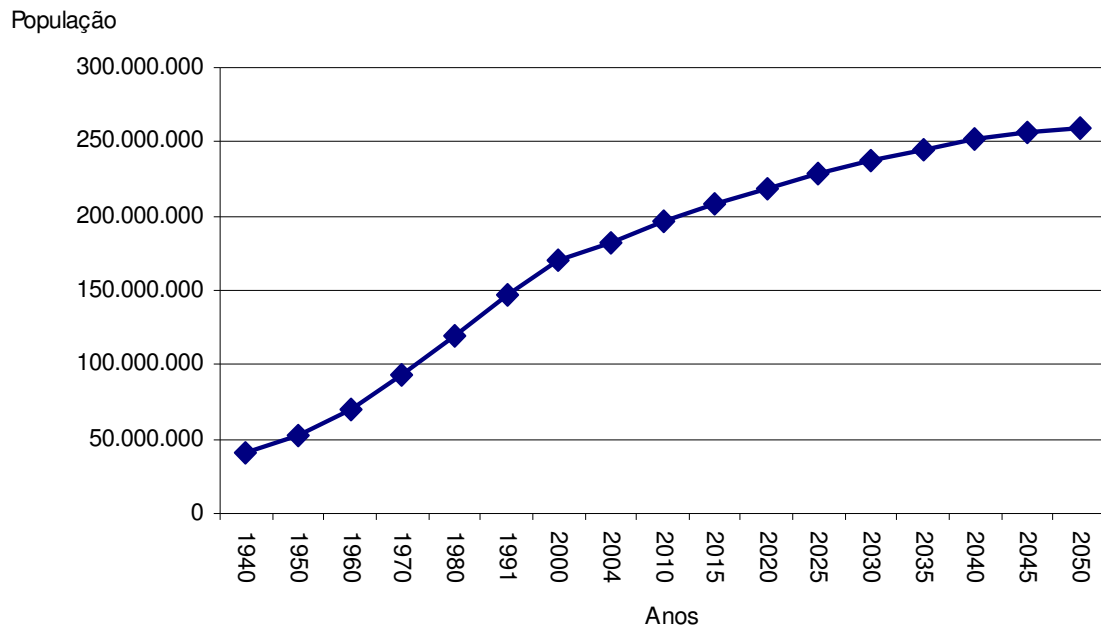
Brasil, 1940-2050

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

#### Gráfico 14

População Total e Projeções de População

Brasil, 1940-2050



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

b) Considerando, não a evolução em termos absolutos da população, mas sim o seu incremento médio anual, torna-se possível uma melhor aproximação da realidade demográfica brasileira. Encerra-se nesta década o auge do incremento médio anual da população, que se iniciou em 1970 (Tabela 26). Na metade do século XXI a quantidade de habitantes que será acrescentada anualmente, em média, à população brasileira será menor do que nos anos quarenta do século passado (Gráfico 15). Isso significa que a população brasileira ainda cresce substancialmente, mas crescerá, no futuro próximo, cada vez menos.

## Tabela 26

Incremento Médio Anual da População

Brasil, 1940-2050

<b>Períodos</b>	<b>Incremento médio anual</b>
1940/1950	1.070.808
1950/1960	1.798.590
1960/1970	2.320.874
1970/1980	2.586.367
1980/1991	2.529.343
1991/2000	2.560.820
2000/2010	2.696.123
2010/2020	2.224.364
2020/2030	1.865.995
2030/2040	1.368.033
2040/2050	835.196

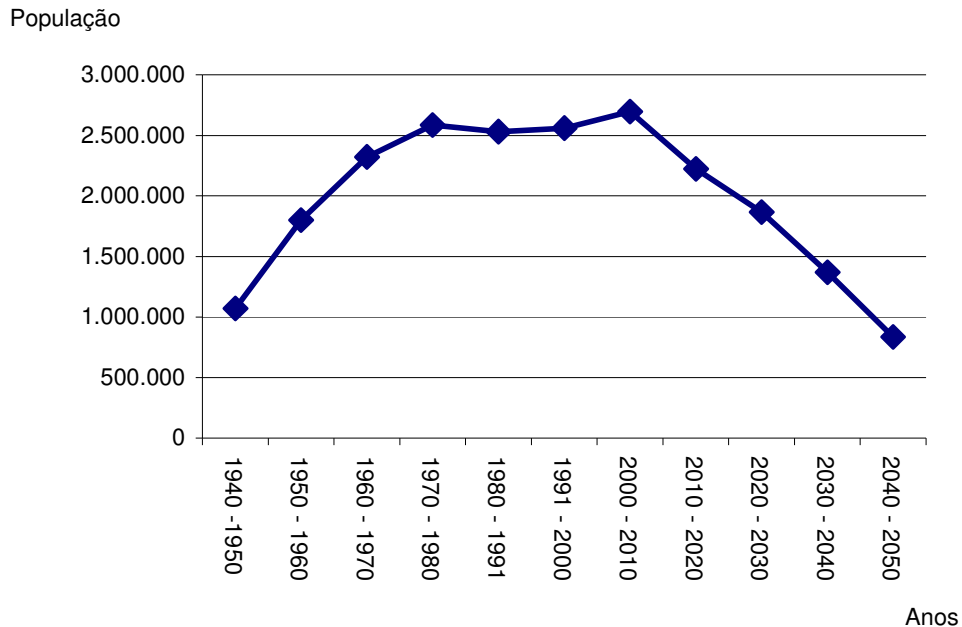
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

### Gráfico 15

Incremento Médio Anual da População Total

Brasil, 1940-2050



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

c) Em outras palavras, pode-se dizer que a tendência do ritmo do crescimento da população brasileira é decrescente. Entre a década de cinquenta e a de oitenta, a sua taxa de crescimento geométrica anual ficou entre 2,5 e 3,0% ao ano (Tabela 27). Uma velocidade altíssima de crescimento, muito acima do que tinha sido a experiência dos países desenvolvidos.

Porém, nota-se que, já nos anos setenta, inicia-se uma redução nessa velocidade (Gráfico 16). Na década atual, a taxa anual de crescimento da população brasileira deve ser de 1,5%, apontando para um crescimento muito próximo de zero na metade deste século. Ou seja, em torno da metade do século XXI a população brasileira será estacionária e, permanecendo com um saldo migratório internacional inexpressivo para o seu crescimento, começará a diminuir em termos absolutos.

**Tabela 27**

Taxas de Crescimento da População (% ao ano)

Brasil, 1950-2050

<b>Períodos</b>	<b>Taxas de Crescimento</b>
1940/1950	2,34
1950/1960	3,02
1960/1970	2,91
1970/1980	2,48
1980/1991	1,93
1991/2000	1,65
2000/2010	1,48
2010/2020	1,08
2020/2030	0,82
2030/2040	0,56
2040/2050	0,33

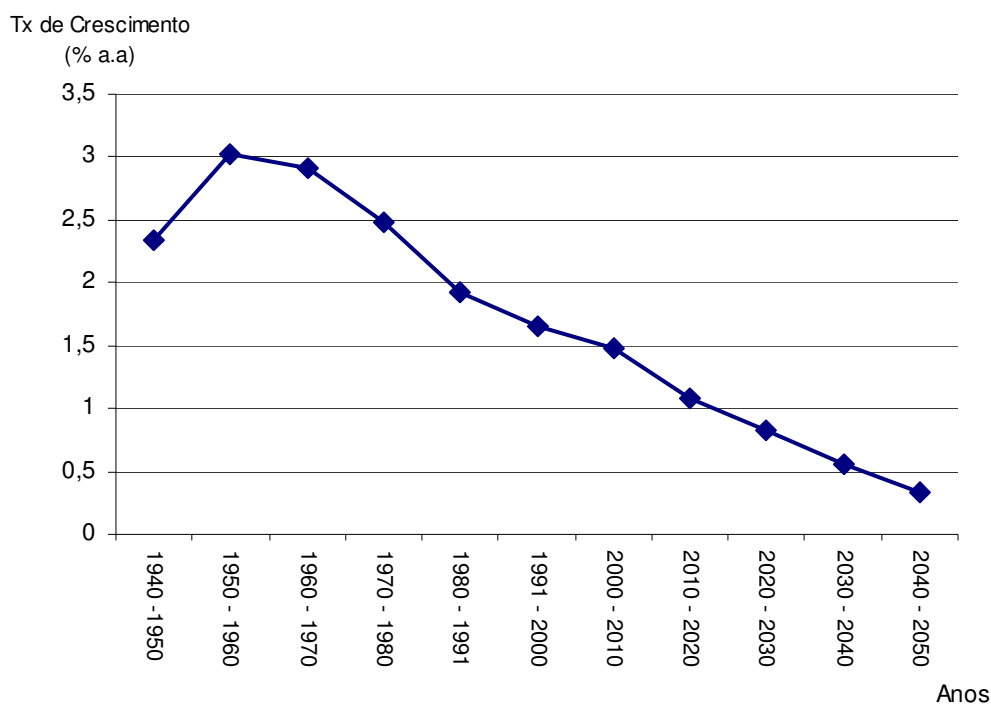
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

### Gráfico 16

Taxa de Crescimento Anual da População

Brasil, 1940 – 2050



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

d) A principal causa da redução do ritmo de crescimento da população brasileira foi o declínio acentuado das taxas de fecundidade total (TFT), ou seja, do número médio de filhos de uma mulher em idade reprodutiva. Com essa velocidade no seu declínio, em pouco mais de quarenta anos, a TFT passou de 6,3 em 1960 para 2,1 em 2004 (Tabela 28). Uma redução notável, no curto prazo, com conseqüências decisivas sobre a estrutura etária da população brasileira. Em 2030, a taxa de fecundidade estará abaixo da taxa de reposição, para o conjunto do país: 1,92 filhos por mulher; em 2050, esta taxa baixará para 1,85 filhos por mulher (Gráfico 17).



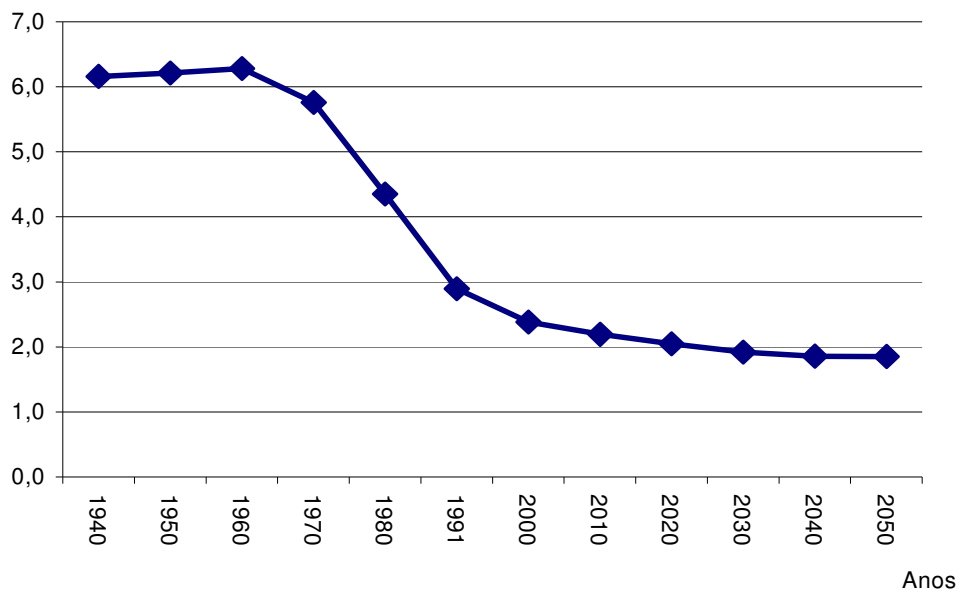
**Tabela 28**  
Taxa de Fecundidade Total - Brasil, 1940-2050

Anos	Taxa de Fecundidade Total
1940	6,16
1950	6,21
1960	6,28
1970	5,76
1980	4,35
1991	2,89
2000	2,38
2010	2,20
2020	2,05
2030	1,92
2040	1,86
2050	1,85

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000  
IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

**Gráfico 17**  
Taxa de Fecundidade Total - Brasil, 1940-2050

Tx de Fec Total



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

e) Antes de analisar a chamada “transição da estrutura etária”, torna-se importante chamar atenção para dois fenômenos importantes e articulados.

O primeiro é o aumento da esperança de vida ao nascer do brasileiro. Entre 1940 e 2000, ou seja, nos últimos sessenta anos do século passado, a esperança de vida ao nascer teve um ganho de trinta anos, um significativo aumento na longevidade do brasileiro (Tabela 29 e Gráfico 18). Esse aumento permanece e deve proporcionar, na metade do século XXI, uma esperança de vida de 81 anos. Praticamente o dobro do que vivia o brasileiro, em média, na década de quarenta do século passado.

**Tabela 29**

**Esperança de Vida ao Nascer - Brasil, 1940-2050**

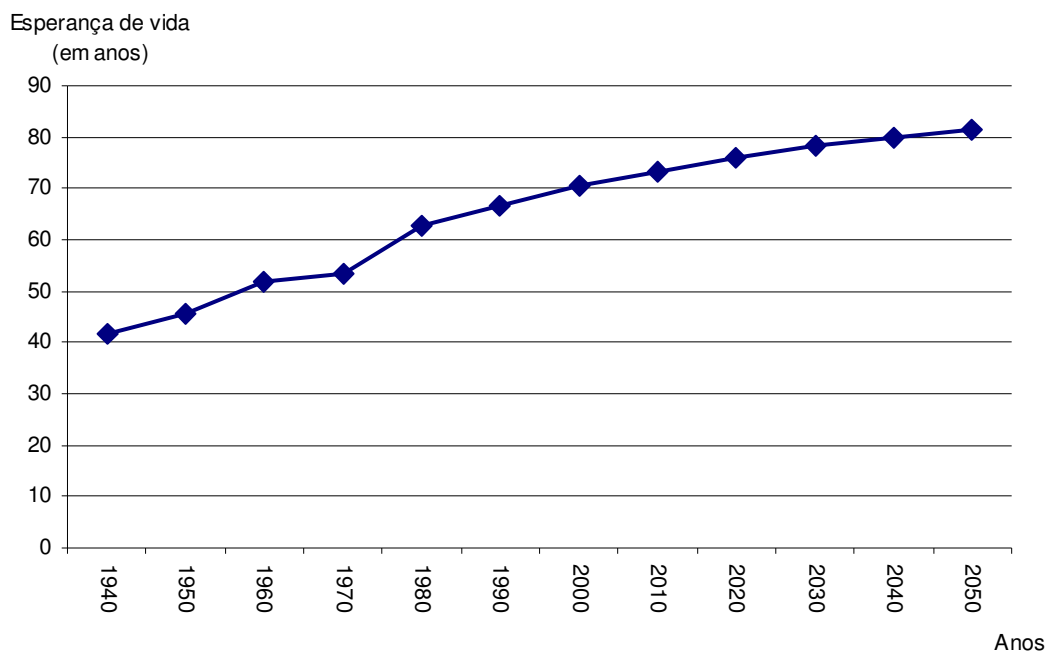
<b>Anos</b>	<b>Esperança de Vida (anos)</b>
1940	41,53
1950	45,51
1960	51,64
1970	53,46
1980	62,60
1990	66,57
2000	70,43
2010	73,40
2020	76,06
2030	78,23
2040	79,95
2050	81,29

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

Gráfico 18

### Esperança de Vida ao Nascer, Brasil 1940 – 2050



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

Um outro fenômeno importante foi a redução da mortalidade infantil, uma síndrome das condições sociais do Brasil (Gráfico 19). Em 1940 a mortalidade infantil alcançava o exorbitante número de 140 crianças por mil nascidos vivos. Ou seja, para cada mil crianças nascidas, 140 morriam antes de alcançar o seu primeiro ano de vida.

Nos anos 90, esse número diminuiu para 30,1; ainda muito alto, segundo o padrão social dos países desenvolvidos, mas a tendência é decrescente, chegando, provavelmente a 6,4 óbitos de crianças menores de um ano por mil nascidos vivos em 2050 (Tabela 30).

**Tabela 30**

Taxas de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Brasil, 1940-2050

<b>Anos</b>	<b>Taxas de Mortalidade Infantil (por mil)</b>
1940	150,0
1945	144,0
1950	135,0
1955	128,2
1960	124,0
1965	116,0
1970	115,0
1975	100,0
1980	82,8
1985	56,7
1990	47,0
1995	37,9
2000	30,1
2005	25,8
2010	21,6
2015	18,2
2020	15,3
2025	13,0
2030	11,0
2035	9,5
2040	8,2
2045	7,2
2050	6,4

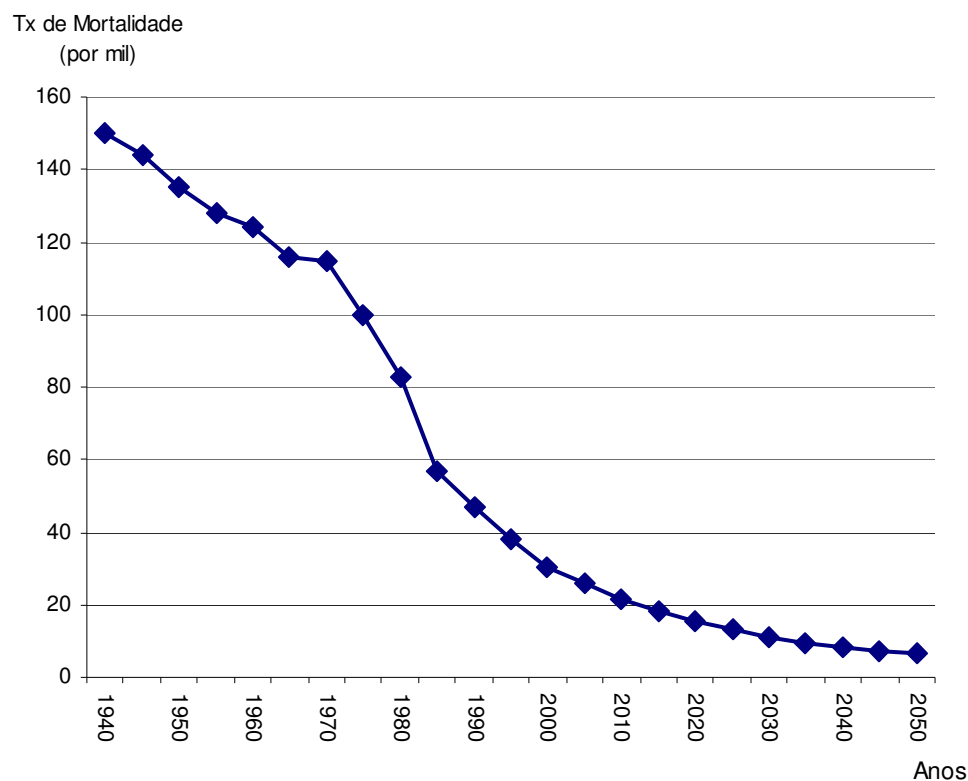
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

**Gráfico 19**

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil),

Brasil 1940 – 2050



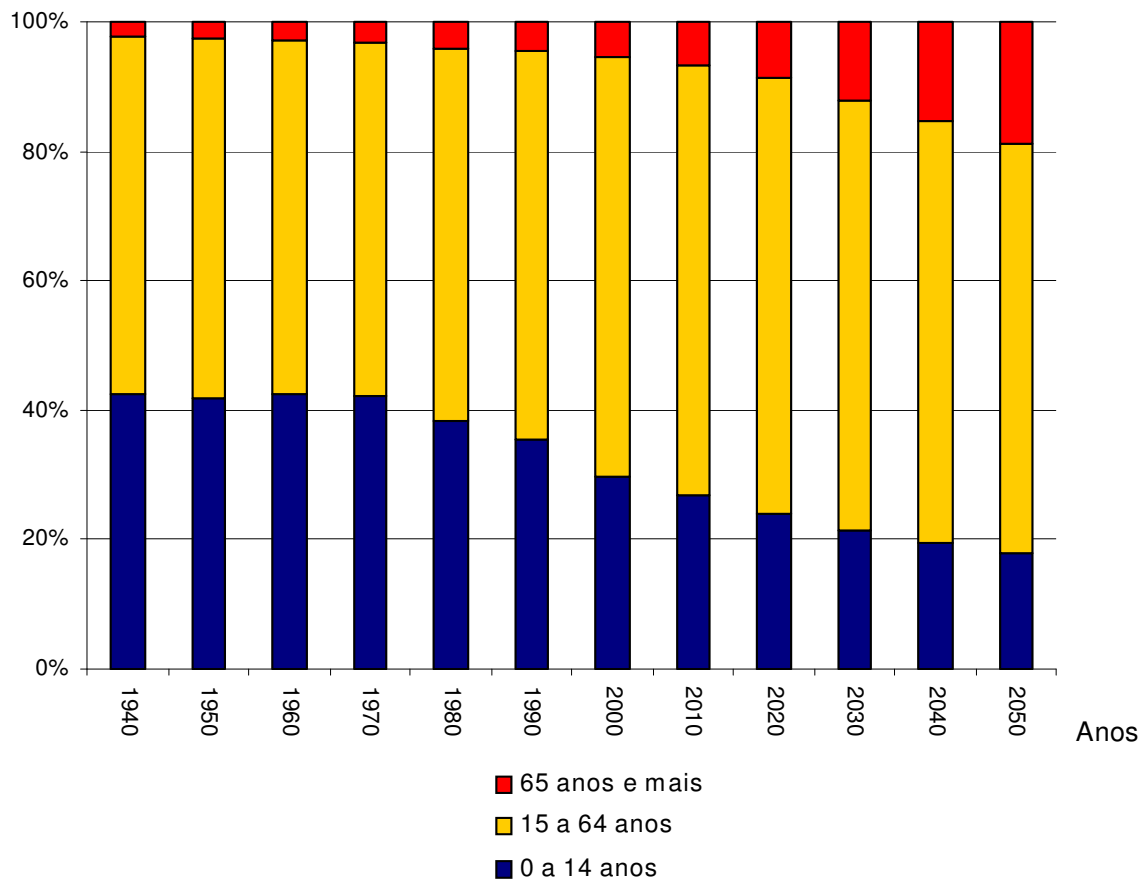
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

f) A transição da estrutura etária reflete nas mudanças ocorridas nas suas diferentes coortes em função do declínio nas taxas de fecundidade total. Considerando os grandes grupos etários, os jovens (0 a 14 anos); a população em idade ativa (15 a 64 anos) e os idosos (com 65 anos de idade ou mais), apresenta-se sua distribuição relativa, entre 1940 e 2050 (Gráfico 20).

### Gráfico 20

Distribuição da População por Grupos de Idade,  
Brasil, 1940 –2050



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

Três grandes fenômenos se destacam. O primeiro se refere à população jovem e tem a ver com a acentuada redução da sua distribuição proporcional. Um país notavelmente jovem até a década de 60, quando esse contingente populacional representava 42,0% da população total, deixa de sê-lo gradualmente. No final do século XX, os jovens eram 30,0% e, na metade do atual, serão apenas 18,0% da população total.

O segundo fenômeno, decorrente do declínio da fecundidade e do aumento da

longevidade, é o crescimento do envelhecimento da população, isto é, a proporção de pessoas com sessenta e cinco anos ou mais. Na década atual essa proporção deve ser de 7,0%, era de 2,4 % em 1940, e deve chegar em 2050 a 19,0%. De uma população jovem a uma população em processo de envelhecimento, essa é a trajetória demográfica brasileira no século atual.

O terceiro fenômeno é que a PIA continuará aumentando o seu volume até 2040-50, ainda que, em termos proporcionais, ela comece a diminuir a partir de 2030 (Tabela 31). Em 2010, a população em ativa ativa será de 110 milhões de pessoas, chegando a 165 milhões em 2050.

#### Tabela

População e Projeções de População por grupos de Idade

Brasil, 1940-2050

Anos	População por Grupos de Idade			
	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais	Total
1940	17.523.641	22.661.809	979.839	41.165.289
1950	21.670.246	29.008.161	1.263.360	51.941.767
1960	29.854.870	38.300.582	1.915.005	70.070.457
1970	39.130.433	51.083.523	2.925.081	93.139.037
1980	45.460.763	68.771.511	4.770.432	119.002.706
1990	51.789.936	88.410.746	6.391.897	146.592.579
2000	51.002.937	110.951.338	9.325.607	171.279.882
2010	53.020.931	130.619.449	13.193.706	196.834.086
2020	52.712.184	147.240.806	19.124.739	219.077.729
2030	50.553.835	158.329.914	28.853.927	237.737.676
2040	48.611.317	164.365.651	38.441.038	251.418.006
2050	46.324.365	164.546.946	48.898.653	259.769.964

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

g) A análise da distribuição proporcional dos grandes grupos etários é necessária, mas não é suficiente. Deve ser considerado o comportamento de cada grupo etário. Em um primeiro momento, considere-se o incremento médio anual de cada um deles. O grupo mais jovem passa, a partir de 1980, a reduzir o seu incremento médio anual,

chegando a valores negativos (-78 mil jovens por ano entre 1990-2000; os efeitos da estrutura etária cambiante faz com que entre 2000/2010 volte-se a incremento positivo (cerca de 200 mil jovens por ano); a partir de então, este grupo etário começará, sistematicamente, a diminuir em termos absolutos, chegando a um decréscimo de 228 mil jovens por ano (Tabela 32). Os idosos, ao contrário, passam a ter, desde os anos 90 do século passado, um incremento anual superior ao dos jovens; de um incremento de 28 mil idosos por ano nos anos 40, chegará a um incremento de mais de um milhão de idosos por ano entre 2040-2050. Na verdade, na década de 30 do século atual, já será o grupo com maior crescimento absoluto (cerca de 958 mil idosos por ano, contra 603 mil adultos em idade ativa por ano, com um decréscimo absoluto de cerca de 194 mil jovens por ano). A população em idade ativa, desde 1940, tem um crescimento muito superior ao dos dois outros grupos juntos até 2030, quando o seu crescimento torna-se inferior aos dos idosos (Gráfico 21)

**Tabela 32**

**Incremento Médio Anual da População por Grupos de Idade - Brasil, 1940-2050**

Períodos	Incremento Anual Populacional por Grupos de Idade		
	0-14 anos	15-64 anos	65 anos e mais
1940 - 1950	414.661	634.635	28.352
1950 - 1960	818.462	929.242	65.165
1960 - 1970	927.556	1.278.294	101.008
1970 - 1980	633.033	1.768.799	184.535
1980 - 1990	632.917	1.963.924	162.147
1990 - 2000	-78.700	2.254.059	293.371
2000 - 2010	201.799	1.966.811	386.810
2010 - 2020	-30.875	1.662.136	593.103
2020 - 2030	-215.835	1.108.911	972.919
2030 - 2040	-194.252	603.574	958.711
2040 - 2050	-228.695	18.130	1.045.762

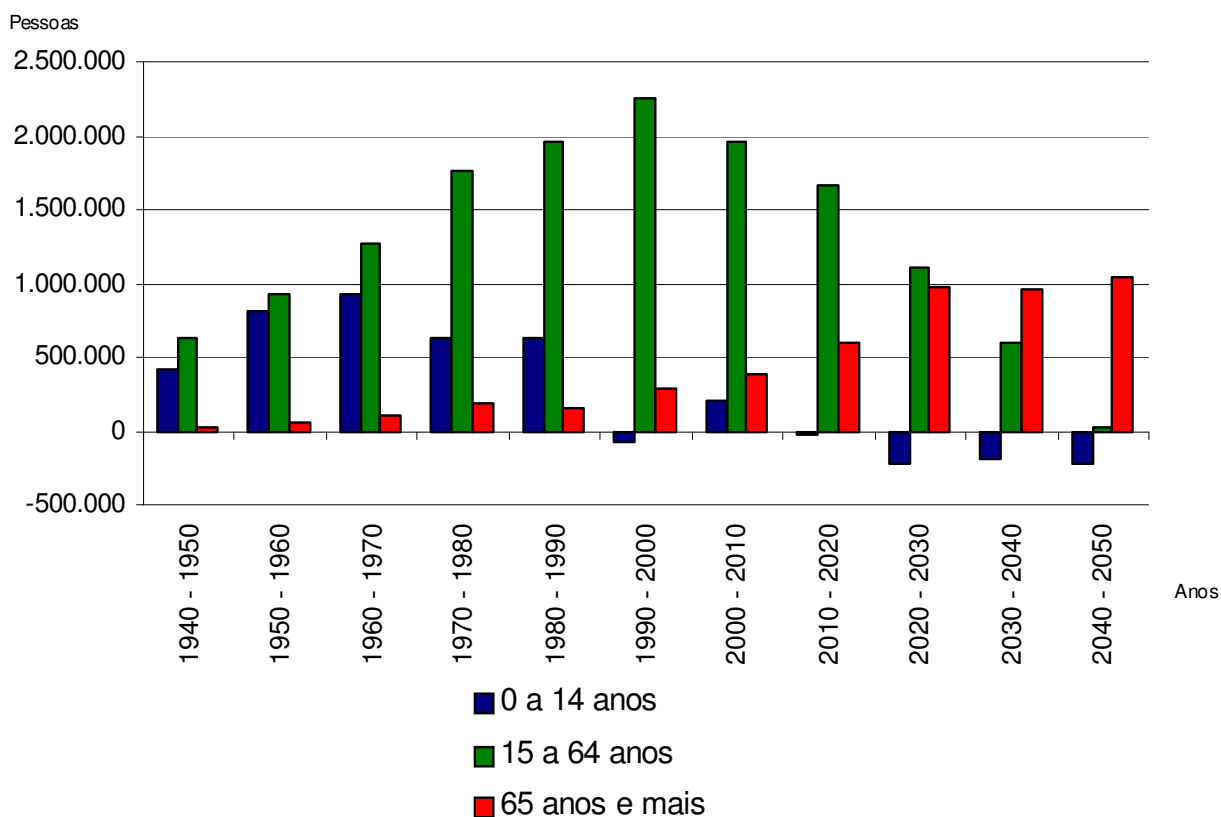
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004



**Gráfico 21**

Incremento Medio Anual dos Grandes Grupos Etários,  
Brasil, 1940 –2050



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

Um outro modo de observar cada um dos grandes grupos etários é através da sua taxa de crescimento anual (Tabela 33 e Gráfico 22). A do grupo jovem já aparece com a tendência decrescente desde 1970, logo após o início do declínio da fecundidade no Brasil, passando de 2,7 nos anos 60 para 1,5 nos anos 70. Com uma ligeira oscilação no final do século passado e início deste, desde 2010 terá taxas de crescimento negativas. A velocidade do crescimento dos idosos tende a ser sempre superior aos outros dois grupos e assim será até 2050. A PIA pelo seu peso demográfico, mais de 60,0% da população total desde 1990, acompanha de perto a tendência da velocidade do crescimento do conjunto da população; aproximará de zero somente após 2040.

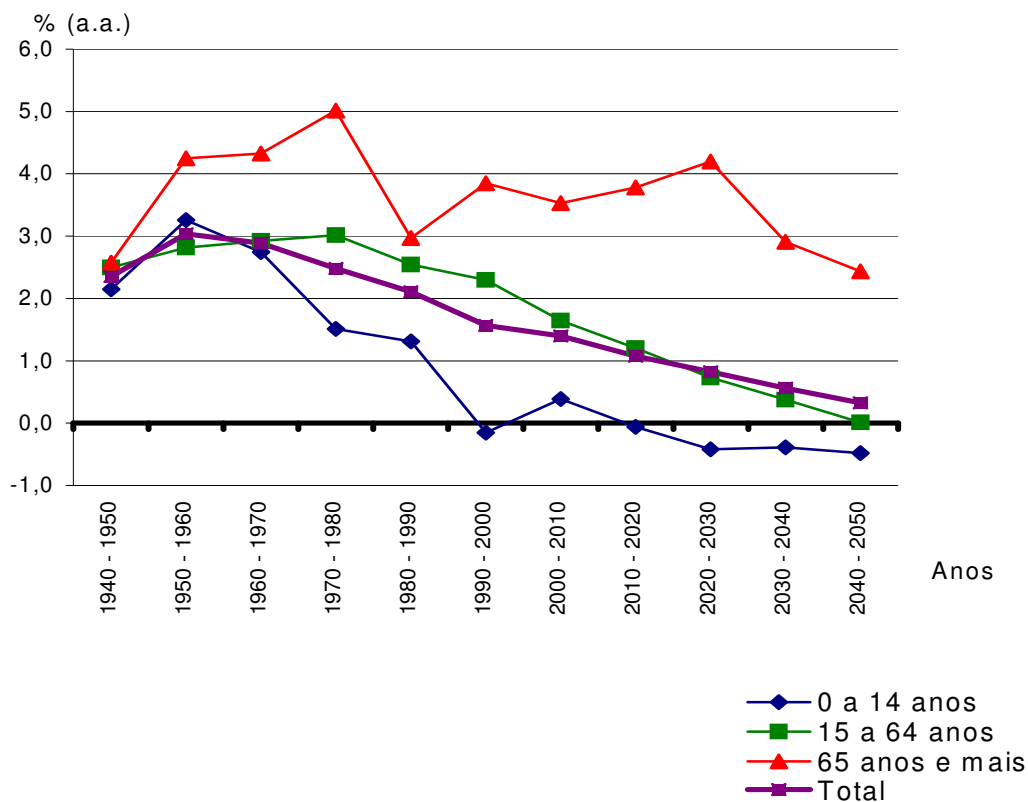
**Tabela 33**  
**Taxas de Crescimento da População Total por Grupos de Idade - Brasil, 1940-2050**

Períodos	Taxas de Crescimento (% ao ano) por Grupos de Idade			
	0-14 anos	15-64 anos	65 anos e mais	Total
1940 - 1950	2,15	2,5	2,57	2,35
1950 - 1960	3,26	2,82	4,25	3,04
1960 - 1970	2,74	2,92	4,33	2,89
1970 - 1980	1,51	3,02	5,01	2,48
1980 - 1990	1,31	2,54	2,97	2,11
1990 - 2000	-0,15	2,3	3,85	1,57
2000 - 2010	0,39	1,65	3,53	1,4
2010 - 2020	-0,06	1,21	3,78	1,08
2020 - 2030	-0,42	0,73	4,2	0,82
2030 - 2040	-0,39	0,37	2,91	0,56
2040 - 2050	-0,48	0,01	2,44	0,33

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

**Gráfico 22**  
**Taxa Anual de Crescimento por Grandes Grupos de Idade**  
**Brasil, 1940-2050**



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

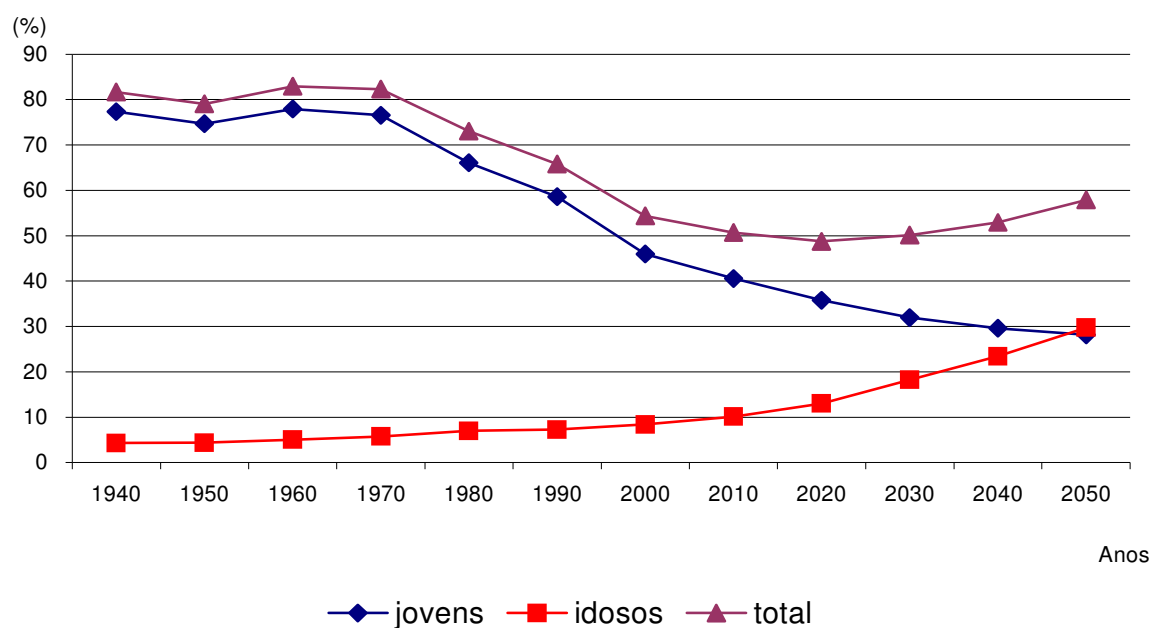
IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

h) As relações intergeracionais podem ser melhor especificadas pela análise das relações de dependência demográfica, ou seja, pelas relações entre os jovens e os idosos, em conjunto e separadamente, com a PIA (Gráfico 23).

**Gráfico 23**

Razão de Dependência (%)

Brasil, 1940-2050



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

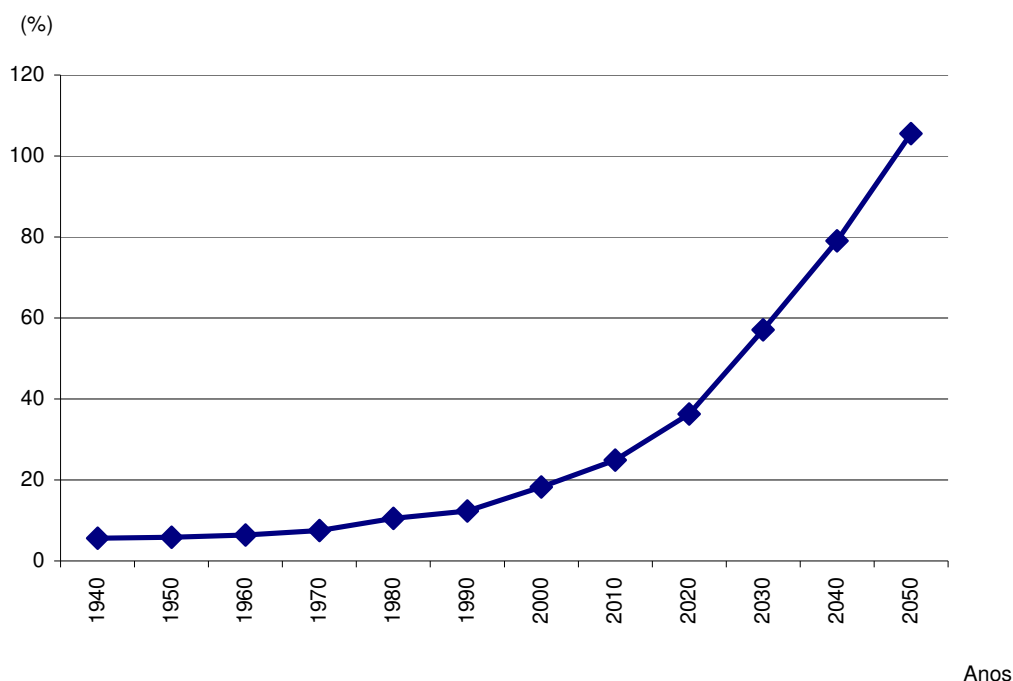
IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

Em 1940, para cada 100 pessoas na PIA tinha-se 81,6 pessoas, 77,3 jovens e 4,3 idosos. Essa relação permanece relativamente estável até 1970 quando começa a decrescer. O que ocorrerá até a próxima década quando para cada 100 pessoas na PIA ter-se-á metade de jovens (31,2) e de idosos (18,2). Note-se que o declínio na razão de dependência total foi fortemente favorecido pelo declínio na razão dos jovens, mais acentuado do que o aumento da dos idosos. O que se transformará com o crescimento mais acelerado da razão de dependência dos idosos, a partir de 2020, levando às duas razões a se aproximarem em 2050, com ligeira predominância dos idosos.

Uma outra maneira de medir o envelhecimento da população é relacionar a população idosa com os a jovem (Gráfico 24). Em 1940, para cada 100 jovens tinha-se apenas 5,5 idosos. Em 2000 essa proporção já era de 19,7. A tendência é que em 2050 para cada 100 jovens ter-se-á 105,6 idosos.

**Gráfico 24**

Índice de Idosos  
Brasil, 1940-2050



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2004

## 2. As diferenças regionais e sociais na transição demográfica

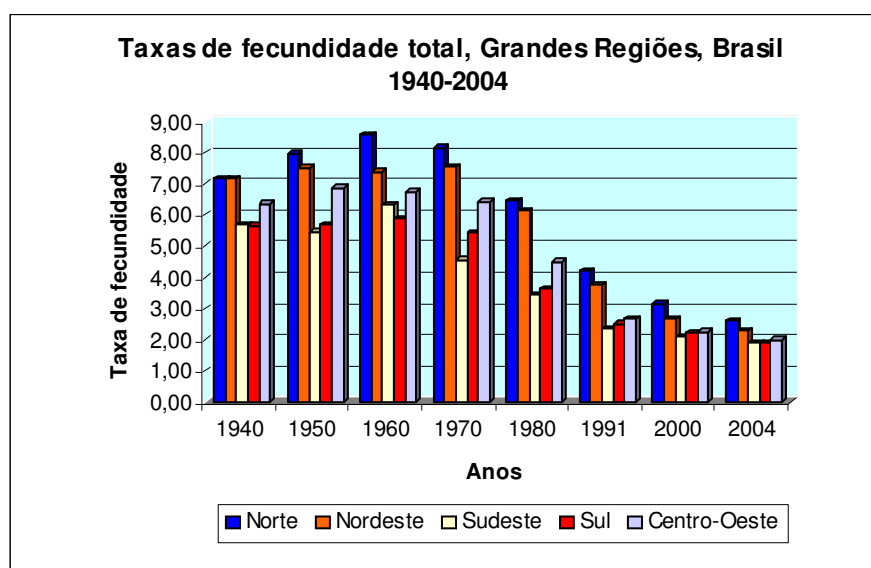
a) Os desequilíbrios regionais e sociais no Brasil são bastante acentuados e as transformações demográficas não acontecem independentemente deles. As taxas de fecundidade aparecem regionalmente diferenciadas, ainda que, em todas se observe um declínio generalizado (Gráfico 25). A fecundidade para o conjunto do Brasil

chegou, em 2004, ao nível de reposição, 2,1 filhos, em média, por mulher em idade reprodutiva. Entretanto, algumas regiões como o Norte e Nordeste apresentam uma fecundidade acima da média nacional e outras, como o Sudeste e o Sul, abaixo dela. As diferenças regionais, como podem ser observadas, ainda que declinantes são persistentes no tempo.

#### Gráfico 25

Taxas de fecundidade total,

Brasil, Grandes Regiões, 1940-2004



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos e Síntese de Indicadores Sociais, 2006.

Dentro de cada uma das regiões existe uma diferença entre as áreas urbanas e rurais. Sendo que a primeira é sempre maior do que a segunda. Em 2000, apesar de menores do que em 1991, as taxas de fecundidade na área rural ainda permaneciam muito altas, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste, ambas acima da média nacional (Tabela 34).

**Tabela 34**

Taxas de fecundidade total (TFT), por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões

Brasil, 1991-2000

<b>Grandes regiões e situação do domicílio</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Brasil urbano	2,47	2,18
Brasil rural	4,5	3,49
Norte urbano	3,47	2,71
Norte rural	5,54	3,83
Nordeste urbano	2,98	2,32
Nordeste rural	5,39	3,81
Sudeste urbano	2,23	2,02
Sudeste rural	3,59	2,92
Sul urbano	2,35	2,14
Sul rural	3,09	2,75
Centro-Oeste urbano	2,51	2,18
Centro-Oeste rural	3,58	2,88

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Nupcialidade e Fecundidade - Resultados da Amostra, 2000, p.59

b) A esperança de vida, sempre maior para as mulheres, reflete, também, as disparidades regionais. No Nordeste e no Norte ela está bem abaixo da média nacional e nas outras regiões, acima (Tabela 35). A diferença entre o Nordeste e as outras regiões, exceção do Norte, pode chegar a mais de cinco anos. No que se refere à mortalidade infantil, muito mais sensível às condições sociais, as desigualdades ainda são maiores: no Nordeste ela é a mais alta, praticamente o dobro da das taxas do Sul e Sudeste.

**Tabela 35**

Taxas de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer, por sexo,

Grandes Regiões	Taxa de mortalidade infantil (‰)	Esperança de vida ao nascer		
		Total	Homens	Mulheres
Brasil	26,6	71,7	67,9	75,5
Norte	27,4	70,7	68	73,7
Nordeste	39,5	68,6	65,1	72,4
Sudeste	19,5	73,2	69,2	77,4
Sul	17,8	73,9	70,5	77,4
Oeste	20,7	72,9	69,5	76,5

Brasil, Grandes Regiões, 2004

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2005, 2006, p.43

c) As diferenças regionais não poderiam deixar de refletir nas estruturas etárias, na razão de sexo e no envelhecimento. Em função de estágios diferentes no declínio da fecundidade, a região Norte e Nordeste têm uma maior proporção de jovens e o Sudeste e o Sul de idosos. Alguns indicadores mostram essas características da estrutura etária. Um deles é a idade mediana. Em 2004, a metade da população brasileira tinha menos do que 26,2 anos. O Sudeste e o Sul, em fases mais adiantadas da transição demográfica tinham uma idade mediana acima da média nacional, próximos de 29 anos. As relações entre os grupos etários, podem ser observadas pela razão de dependência demográfica e pelo índice de envelhecimento. Os dois apontam, logicamente, na mesma direção, ou seja, para um maior envelhecimento da população do Sul e do Sudeste (Tabela 36)

**Tabela 36**

Razão de dependência total, índice de envelhecimento e idade mediana,

Brasil e Grandes Regiões, 1991- 2004

Grandes Regiões	Razão de dependência total		Índice de envelhecimento		Idade mediana	
	1991	2004	1991	2004	1991	2004
Brasil	65,4	51	13,9	24,6	21,7	26,2
Norte	83,7	62,3	7,1	12,3	17,2	21,4
Nordeste	80,1	57,3	12,8	21,2	18,7	23,5
Sudeste	57,1	47	16,5	30,3	24	28,5
Sul	58,5	46,7	15,6	28,1	23,6	28,8
Centro-Oeste	62,7	49	9,3	18,1	20,9	25,4

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2005, 2006, p.41

d) Além das diferenças regionais, temos as diferenças sociais no comportamento das variáveis demográficas. A tabela 37 mostra as variações das taxas de fecundidade segundo o nível educacional, anos de estudo das mulheres, e o rendimento familiar per capita. As mulheres com até três anos de educação tinham, em 1991, 2,8 filhos a mais do que aquelas com oito anos ou mais de estudo. Essa diferença diminuiu, mas ainda persiste, 2,4 filhos a mais em 2004.

Quanto ao rendimento familiar da mulher, as diferenças são persistentes, comparando, no caso, 1991 e 2000. Aquelas com rendimento familiar inferior a um quarto do salário mínimo tinham, em 1991, 3,9 filhos a mais do que as mulheres com rendimento familiar superior a cinco salários mínimos. Em 2000 essa diferença passou para 4,2 (Gráfico 27).



**Tabela 37**

Taxa de fecundidade total, por grupos de anos de estudo das mulheres,

Brasil e Grandes Regiões, 1991- 2004

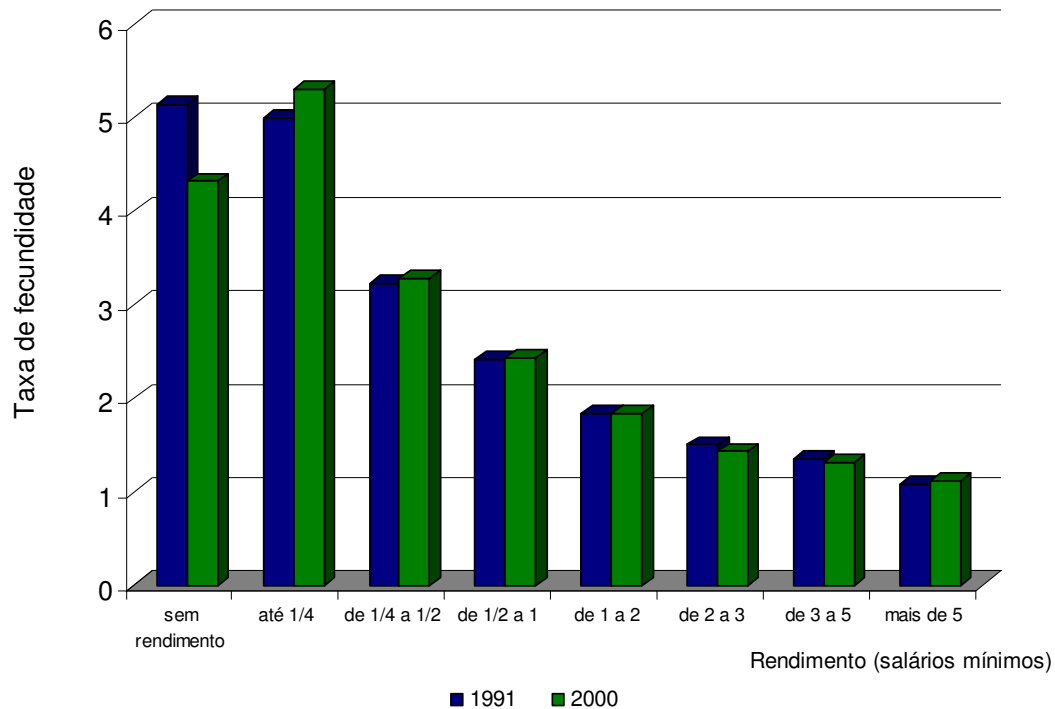
<b>Taxa de fecundidade total, por grupos de anos de estudo das mulheres</b>				
<b>Grandes Regiões</b>	<b>Total</b>	<b>Até 3 anos</b>	<b>4 a 7 anos</b>	<b>8 anos ou mais</b>
<b>1991</b>				
Brasil	2,9	4,6	3	1,8
Norte	4,2	6,2	4,1	2,2
Nordeste	3,8	5,5	3,5	1,9
Sudeste	2,4	3,5	2,7	1,7
Sul	2,5	3,6	2,8	1,9
Centro-Oeste	2,7	3,8	2,9	2,1
<b>2000</b>				
Brasil	2,4	3,8	3	1,6
Norte	3,2	4,9	3,7	2
Nordeste	2,7	4	3	1,6
Sudeste	2,1	3,3	2,9	1,6
Sul	2,2	3,5	2,9	1,6
Centro-Oeste	2,3	3,3	2,8	1,7
<b>2004</b>				
Brasil	2,1	3,9	3,1	1,5
Norte	2,8	4,6	3,7	1,9
Nordeste	2,3	4,1	3	1,5
Sudeste	2	3,8	3,1	1,5
Sul	1,9	3,7	3,2	1,3
Centro-Oeste	2,1	3,7	3,1	1,5

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2005, 2006, p.44

Até 3 anos de estudo inclui sem declaração

**Gráfico 27**

Taxas de fecundidade total, por classes de rendimento nominal mensal familiar per capita, em salários mínimos, Brasil, 1991-2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Nupcialidade e Fecundidade - Resultados da Amostra, 2000, p.86

f) A mortalidade infantil, também, tem uma variação significativa com o nível educacional da mãe e com a sua renda familiar per capita. Ela é 2,4 vezes maior para as crianças cujas mães têm menos de três anos de estudo quando comparadas àquelas com oito anos ou mais. Levando em conta o primeiro e o último quinto da renda familiar da mãe, a mortalidade infantil mais do que dobra (Tabelas 38 e 39)

**Tabela 38**

Taxas de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade por 1 000 nascidos vivos, por anos de estudo da mulher, Brasil e Grandes Regiões, 2000

Grandes Regiões	Taxas de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade				Relação entre as taxas de mortalidade infantil dos grupos até 3 anos de estudo e 8 ou mais anos de estudo
	Total	Anos de estudo da mulher			
		Até 3	4 a 7	8 ou mais	
Brasil	29,7	40,2	26,6	16,7	2,4
Norte	29,5	37,5	25,6	18,8	2
Nordeste	44,7	57,9	36,8	23,4	2,5
Sudeste	21,3	28,1	22,9	15,3	1,8
Sul	18,9	27,4	18,8	14,2	1,9
Centro-Oeste	21,6	30,7	20,9	16,7	1,8

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Nupcialidade e Fecundidade - Resultados da Amostra, 2000, p.111

**Tabela 39**

Taxas de mortalidade infantil por quintos de renda familiar per capita, Brasil e Grandes Regiões, 2000

Grandes Regiões	Taxas de mortalidade infantil, por quintos de renda familiar per capita				
	1o quinto	2o quinto	3o quinto	4o quinto	5o quinto
Brasil	34,9	28,1	24	17,3	15,8
Norte	32,3	30,1	29,3	26,4	20,2
Nordeste	48,9	46,5	44,4	39,6	27,7
Sudeste	22,3	20,8	18,2	16,6	12,2
Sul	21,7	19,1	18,1	15,2	11,2
Centro-Oeste	24,2	21,2	20,4	17,8	15,2

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Nupcialidade e Fecundidade - Resultados da Amostra, 2000, p.114

### 3. Projeções de População: 2011, 2015 e 2020

**Tabela 40**

Projeção de População por Idade e Sexo,

Brasil - 2011

Grupo etário	Ambos os sexos	Masculino	Feminino	Razões de sexo (%)	Excedente feminino
0- 4	18.083.225	9.183.130	8.900.095	103,18	-283.035
5- 9	18.032.578	9.148.649	8.883.929	102,98	-264.720
10-14	17.132.214	8.685.460	8.446.754	102,83	-238.706
15-19	16.427.737	8.304.807	8.122.930	102,24	-181.877
20-24	16.996.897	8.543.183	8.453.714	101,06	-89.469
25-29	17.677.091	8.832.189	8.844.902	99,86	12.713
30-34	16.023.871	7.953.754	8.070.117	98,56	116.363
35-39	14.152.706	6.991.793	7.160.913	97,64	169.120
40-44	13.331.654	6.498.393	6.833.261	95,10	334.868
45-49	12.555.529	5.975.383	6.580.146	90,81	604.763
50-54	10.548.370	4.956.465	5.591.905	88,64	635.440
55-59	8.306.426	3.854.863	4.451.563	86,60	596.700
60-64	6.345.097	2.921.156	3.423.941	85,32	502.785
65 e +	13.641.019	5.922.700	7.718.319		
65-69	4.730.822	2.127.721	2.603.101	81,74	475.380
70-74	3.676.059	1.625.460	2.050.599	79,27	425.139
75-79	2.469.429	1.046.868	1.422.561	73,59	375.693
80+	2.764.709	1.122.651	1.642.058	68,37	519.407
Total	199.254.414	97.771.925	101.482.489	96,34	3.710.564

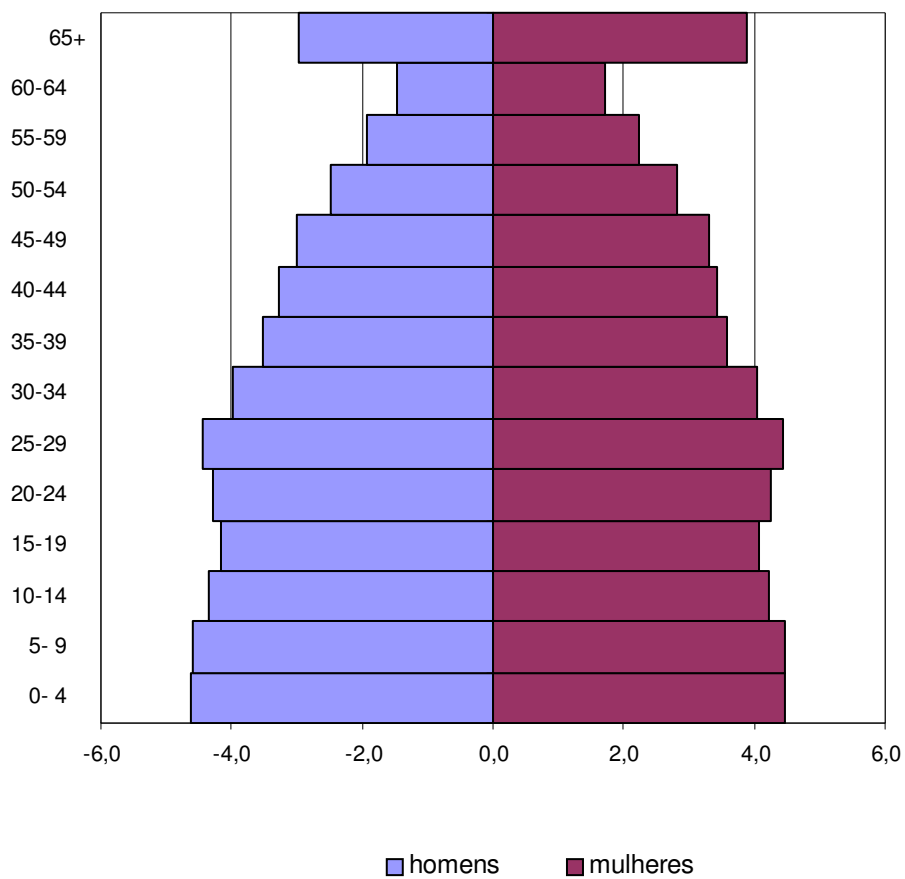
Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2004

**Gráfico 28**

Estrutura etária,

Brasil - 2011

Grupos Etários

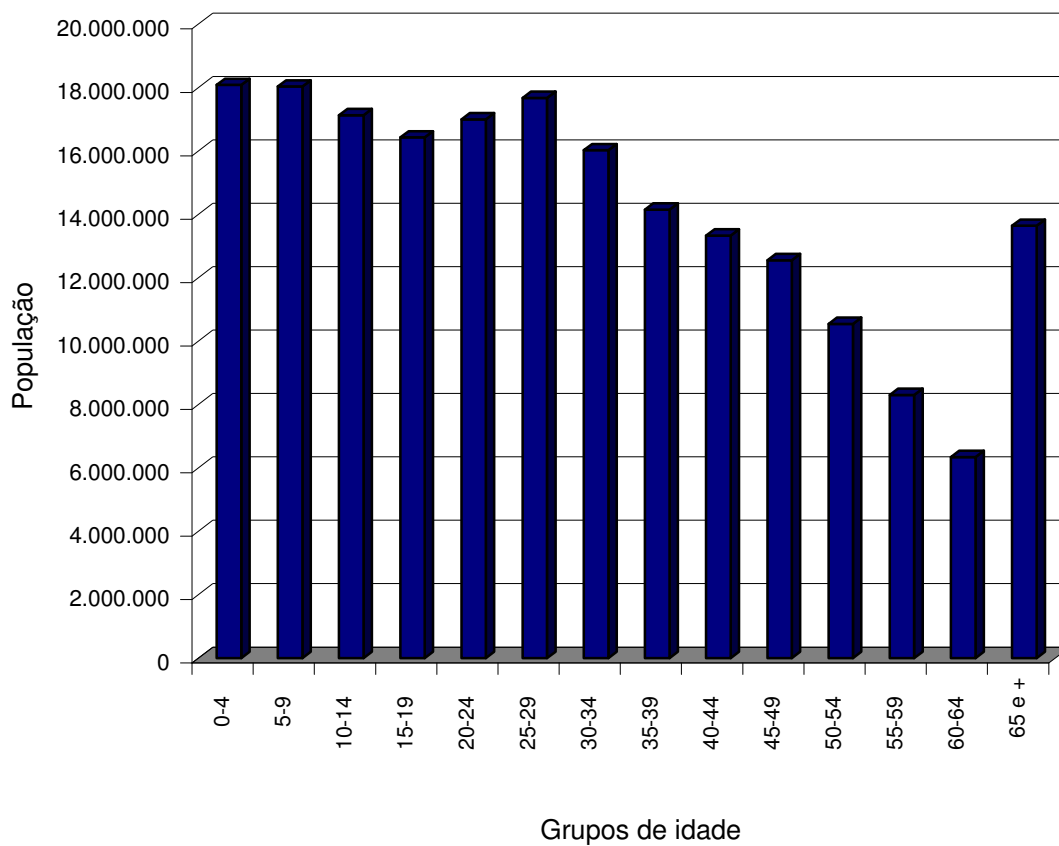


Fonte: FIBGE, Projeções de População; Revisão 2004.

### Gráfico 29

População residente, por grupo de idade,

Brasil – 2011



Fonte: FIBGE, Projeções de População; Revisão 2004

Tabela 41

Projeção de População por Idade e Sexo,

Brasil - 2015

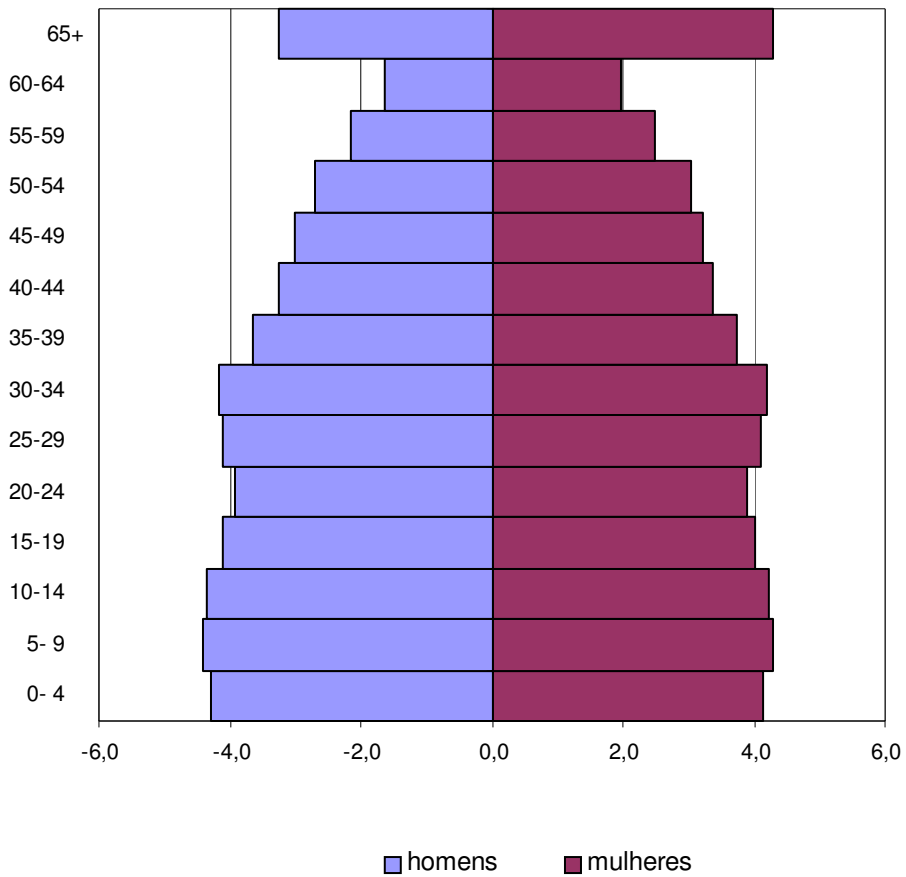
Grupo etário	Ambos os sexos	Masculino	Feminino	Razões	Excedente
0- 4	17.593.576	8.937.073	8.656.503	103,24	-280.570
5- 9	18.101.202	9.185.444	8.915.758	103,02	-269.686
10-14	17.870.958	9.062.828	8.808.130	102,89	-254.698
15-19	16.912.128	8.559.105	8.353.023	102,47	-206.082
20-24	16.308.179	8.211.268	8.096.911	101,41	-114.357
25-29	17.107.360	8.558.016	8.549.344	100,10	-8.672
30-34	17.472.298	8.688.391	8.783.907	98,91	95.516
35-39	15.408.005	7.608.894	7.799.111	97,56	190.217
40-44	13.764.717	6.755.052	7.009.665	96,37	254.613
45-49	12.985.720	6.266.467	6.719.253	93,26	452.786
50-54	11.981.962	5.634.152	6.347.810	88,76	713.658
55-59	9.731.638	4.514.677	5.216.961	86,54	702.284
60-64	7.500.463	3.421.365	4.079.098	83,88	657.733
65 e +	15.729.829	6.779.524	8.950.305		
65-69	5.568.325	2.507.193	3.061.132	81,90	553.939
70-74	4.006.840	1.742.907	2.263.933	76,99	521.026
75-79	2.925.248	1.239.359	1.685.889	73,51	446.530
80+	3.229.416	1.290.065	1.939.351	66,52	649.286
	208.468.035	102.182.256	106.285.779	96,14	4.103.523

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2004

**Gráfico 30**

Estrutura etária,  
Brasil – 2015

Grupos Etários



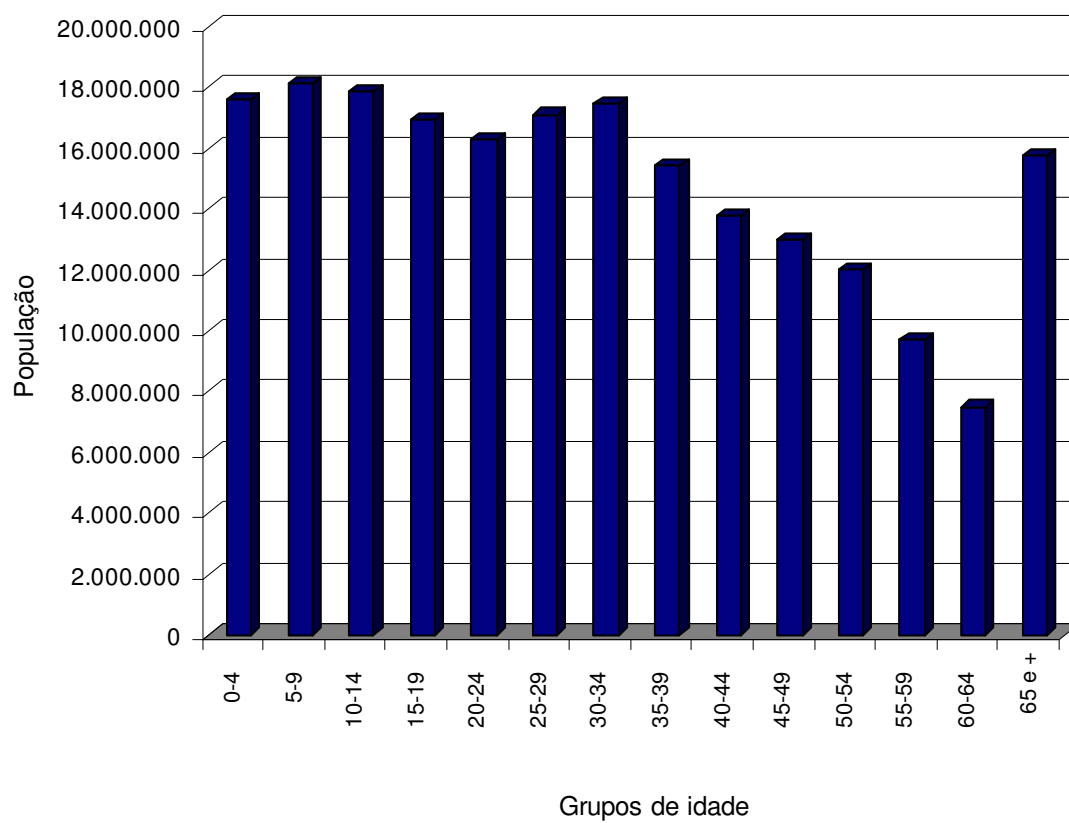
Fonte: FIBGE, Projeções de População; Revisão 2004



### Gráfico 31

População residente, por grupo de idade,

Brasil – 2015



Fonte: FIBGE, Projeções de População; Revisão 2004

**Tabela 42**

Projeção de População por Idade e Sexo,

Brasil - 2023

<b>Grupo etário</b>	<b>Ambos os sexos</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Razões</b>	<b>Excedente</b>
0- 4	16.940.829	8.611.341	8.329.488	103,38	-281.853
5- 9	17.207.318	8.738.040	8.469.278	103,17	-268.762
10-14	17.786.223	9.024.503	8.761.720	103,00	-262.783
15-19	18.085.799	9.160.660	8.925.139	102,64	-235.521
20-24	17.394.208	8.780.981	8.613.227	101,95	-167.754
25-29	16.429.876	8.253.471	8.176.405	100,94	-77.066
30-34	16.316.458	8.143.988	8.172.470	99,65	28.482
35-39	17.255.447	8.556.224	8.699.223	98,36	142.999
40-44	16.489.977	8.113.372	8.376.605	96,86	263.233
45-49	14.238.654	6.954.781	7.283.873	95,48	329.092
50-54	12.917.507	6.226.009	6.691.498	93,04	465.489
55-59	12.020.262	5.638.863	6.381.399	88,36	742.536
60-64	10.328.992	4.705.569	5.623.423	83,68	917.854
65 e +	21.638.925	9.199.507	12.439.418		
65-69	7.838.866	3.491.066	4.347.800	80,29	856.734
70-74	5.610.109	2.424.767	3.185.342	76,12	760.575
75-79	3.730.089	1.547.686	2.182.403	70,92	634.717
80+	4.459.861	1.735.988	2.723.873	63,73	987.885
	225.050.475	110.107.309	114.943.166	95,79	4.835.857

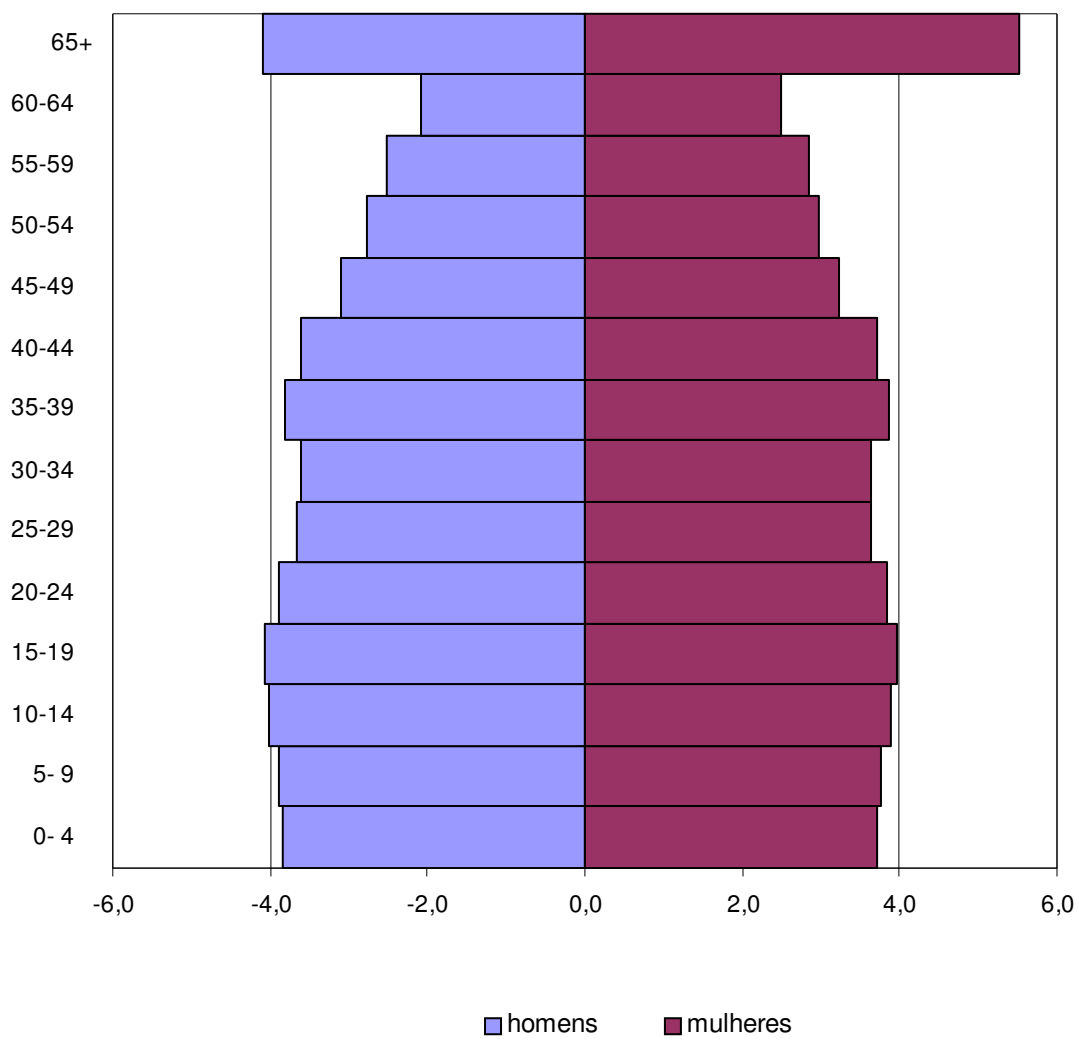
Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2004

**Gráfico 32**

Estrutura etária,

Brasil – 2023

Grupos Etários

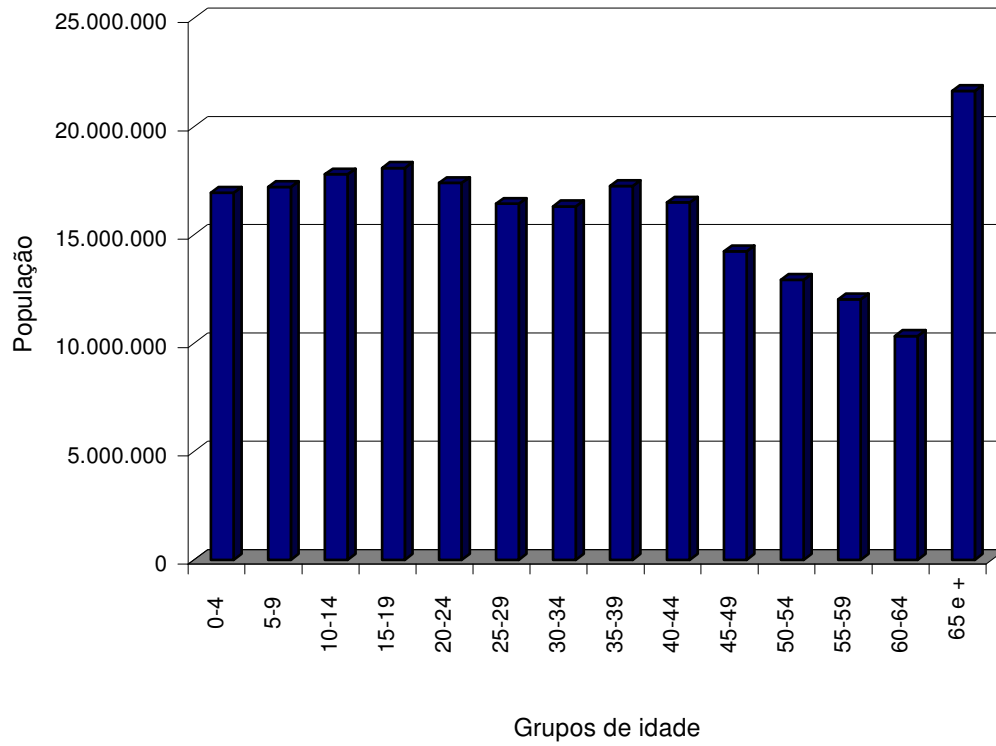


Fonte: FIBGE, Projeções de População; Revisão 2004

### Gráfico 33

População residente, por grupo de idade,

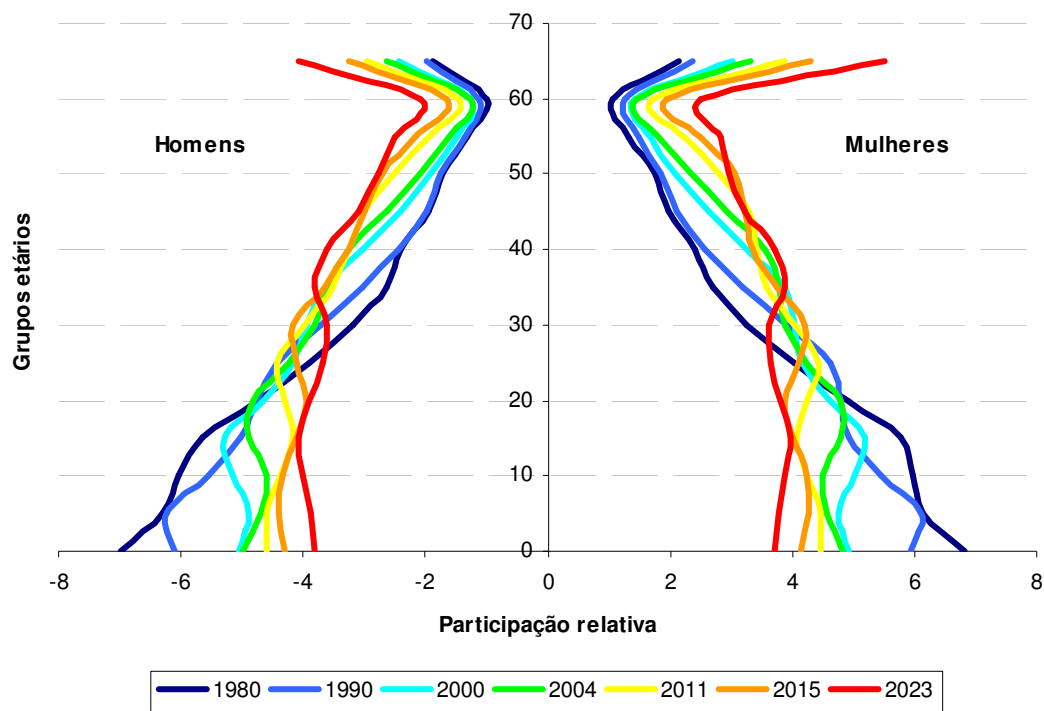
Brasil – 2023



Fonte: FIBGE, Projeções de População; Revisão 2004

### Gráfico 34

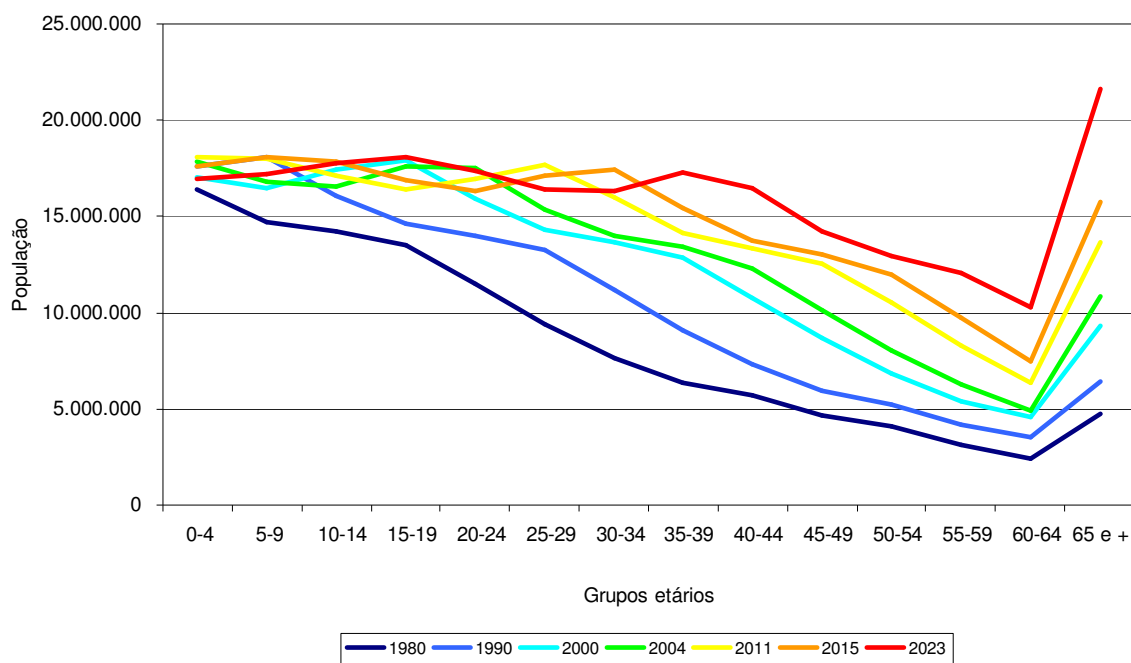
Estrutura etária,  
Brasil 1980-2023



Fonte: FIBGE, Projeções de População; Revisão 2004

### Gráfico 35

Estrutura etária,  
Brasil 1980-2023



Fonte: FIBGE, Projeções de População; Revisão 2004

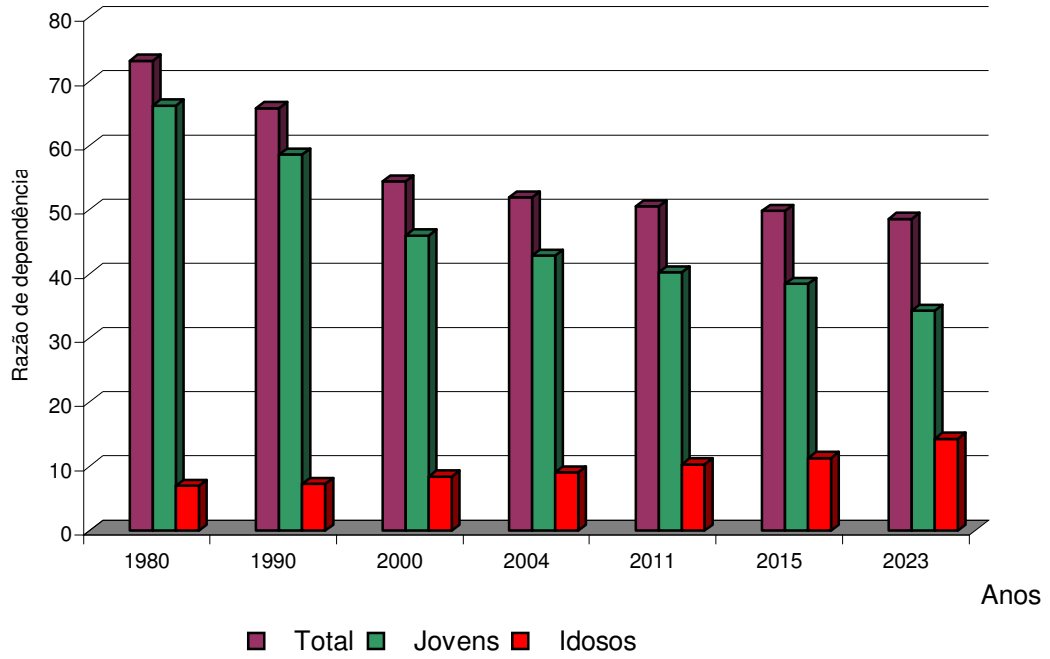
### Tabela 44

Razão de dependência e Índice de Idosos,  
Brasil, 1980 - 2023

Razão de dependência	1980	1990	2000	2004	2011	2015	2023
Total	73,17	65,81	54,37	51,90	50,53	49,79	48,57
Jovens	66,22	58,58	45,97	42,82	40,23	38,49	34,29
Idosos	6,95	7,23	8,41	9,08	10,31	11,30	14,29
Índice de envelhecimento	10,50	12,34	18,28	21,21	25,62	29,37	41,67

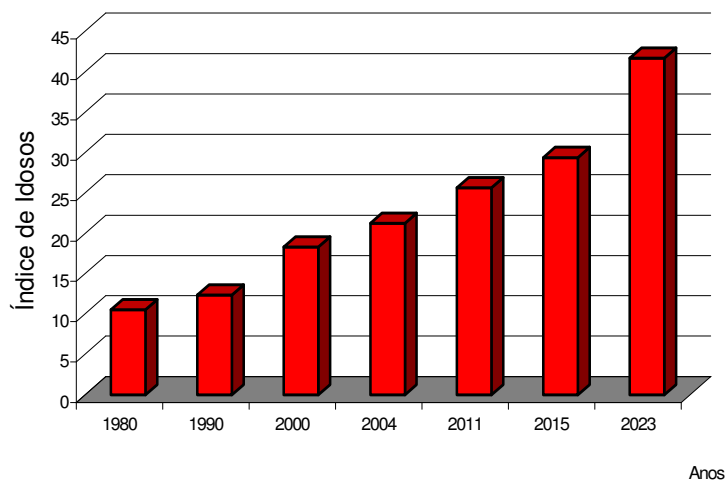
Fonte: FIBGE, Projeções de População; Revisão 2004

**Gráfico 36**  
**Razão de dependência, Brasil 1980-2023**



Fonte: FIBGE, Projeções de População; Revisão 2004

**Gráfico 37**  
**Índice de envelhecimento, Brasil 1980-2023**



Fonte: FIBGE, Projeções de População; Revisão 2004

## Referências Bibliográficas

- AMARAL, A. E., NOGUEIRA, R. A. P. A volta da Asa Branca e as primeiras impressões de retorno. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, Brasília. **Anais...** Brasília : ABEP, v.3, 1992. p.201-212.
- BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século XX. **Revista São Paulo em Perspectiva**. Fundação Seade, 2005.
- \_\_\_\_\_. Expansão, Redefinição ou Consolidação dos Espaços da Migração em São Paulo? Análises a partir dos primeiros resultados do Censo 2000. **Anais ...** Caxambu: ABEP, 2004.
- \_\_\_\_\_. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos. **Anais ...** Ouro Preto: ABEP, 2002.
- \_\_\_\_\_. Região, MetrÓpole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes. Brasil, 1980-1996. **Tese de Doutorado**. IFCH/UNICAMP, 1999.
- BERQUO, E. e BAENINGER, R. Os idosos no Brasil: considerações demográficas. **Textos NEPO 37**, Campinas, NEPO/UNICAMP, 1997. p.25-65.
- BRITO, F e CARVALHO, J.A. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. **Parcerias Estratégicas**, CGEE, n.22, junho 2006.
- BILSBORROW, R. E. (org.). **Migration, urbanization and development: new directions and issues**. New York : UNFPA/Kluwer, 1996.
- BRITO, F. População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro. Belo Horizonte : CEDEPLAR/UFMG-Faculdade de Ciências Econômicas, 1997. (Tese de Doutorado)
- CANO, W. **Migrações, desenvolvimento e crise no Brasil**. Campinas : Instituto de Economia/UNICAMP, 1996. (mimeo)
- \_\_\_\_\_. Algumas implicações espaciais da Terceira Revolução Industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (org). **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre : Editora Mercado Aberto, 1995a.
- CANO, W. Auge e inflexão da desconcentração econômica regional. In: AFFONSO, R, SILVA, P. L. B. **A federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo: Fundap, 1995b. p.399-416.
- CARVALHO, J. A. M., RIGOTTI, J. I. Análise das metodologias de mensuração das



migrações. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba. **Anais ...**  
Curitiba: IPARDES/ABEP, 1998.

CELADE (Centro Latinoamericano de Demografia). Dinâmica de la población en las grandes ciudades en América Latina y Caribe. **Documentos Docentes**, Santiago de Chile, 1994.

CUNHA, J. M. P. (coord.). Projeto “**Mobilidade e redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo: características recentes, padrões e impactos no processo de urbanização**”. Campinas : NEPO/UNICAMP, 1999. 273p. (Relatório Final)

\_\_\_\_\_. (Des) continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1990/1991: qual o efeito da crise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais ...** Caxambu : ABEP, 1998.

CUNHA, J. M. e BAENINGER, R. Cenários da Migração no Brasil nos anos 90. **Cadernos do CRH**, Salvador, v.18, n.43, jan/abr.2005

CUNHA, J.M. A Migração no Brasil no começo do Século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. **Parcerias Estratégicas**, CGEE, n.22, junho 2006.

DINIZ, C.C.. Dinâmica regional recente e suas perspectivas. In: AFFONSO, R., SILVA, P. L. B. **A federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo : Fundap, 1995. p.417-429.

EBANKS, E. G. **Determinantes socioeconómicos de la migración interna**. Santiago de Chile, CELADE, 1993.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP 29**, São Paulo, p.98-119, mar.1991.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos. In: SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

FUNDAÇÃO IBGE/DPE/DPIS/DICAD/DEMOG. Movimentos migratórios segundo o Censo **Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996**. Rio de Janeiro : IBGE, 1997. (mimeo)

FUNDAÇÃO IBGE. **Contagem Populacional de 1996**. Rio de Janeiro, 1997.

FUNDAÇÃO IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro, PNAD, 1995.

GUIMARÃES, E. N., LEME, H. J. C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: NEPO/UNICAMP. Redistribuição da população e

meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste, 1. **Textos NEPO 33**, Campinas, NEPO/UNICAMP, 1997. p.25-65.

HAKKERT, R. e MARTINE, G. Tendências Migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. **Parcerias Estratégicas**, CGEE, n.22, junho 2006.

LATTES, A. E. Population distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration? In: **Population, distribution and migration**. New York : United Nations, 1998.

MAGALHÃES, M. Movimentos migratórios na Região Sul: novas tendências. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba. **Anais ...** Curitiba : IPARDES/ABEP, 1998.

MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R. B. A., SILVA, P. L. B. (orgs.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento (Federalismo no Brasil)**. São Paulo: FUNDAP/Ed. UNESP, 1995. p.61-91.

\_\_\_\_\_. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. **Textos para Discussão 329**, Brasília, IPEA, 1994. 43p.

\_\_\_\_\_. Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações. **Documento de Trabalho 11**, Brasília, Instituto SPN, 1992. 29p.

\_\_\_\_\_. Migração e Metropolização. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, 1(2), p.23-31, jul/set, 1987.

\_\_\_\_\_, CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, ABEP, 1(2), p.99-143, jan./dez.1984.

MARTINE, G. e CARVALHO, J. A. M. **Cenários demográficos para o século 21 algumas implicações sociais**. Campinas: UNICAMP, 1989. (Trabalho apresentado no seminário Brasil Século XXI).

MERRICK, T. e BERQUO, E. **The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility**. National Academy Press, Ed. Washington, 1983

MOURA, H. M., MOREIRA, M. As migrações na Região Norte em período recente: uma abordagem preliminar. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba. **Anais ...** Curitiba : ABEP/IPARDES, 1998. P.139-188.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

NÚCLEO DE ECONOMIA SOCIAL, URBANA E REGIONAL-(NESUR/UNICAMP). Projeto

“**Caracterização e tendências da rede urbana brasileira**”. Campinas, out.1998. (Relatório 6)

PACHECO, C. A . **Fragmentação da nação**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_, PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998. **Anais ...** Curitiba: ABEP/IPARDES, 1998.

RIGOTTI, J. I. R , CARVALHO, J. A. M. As migrações na grande Região Centro-Leste. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais ...** Curitiba: ABEP/IPARDES, 1997. p.67-90.

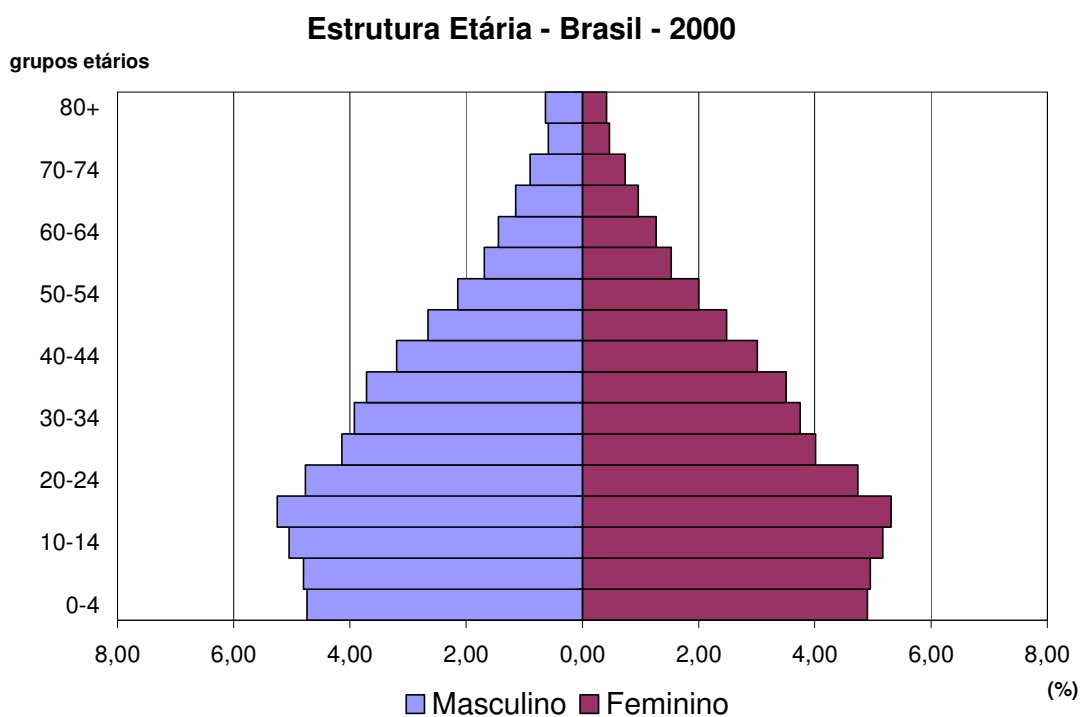
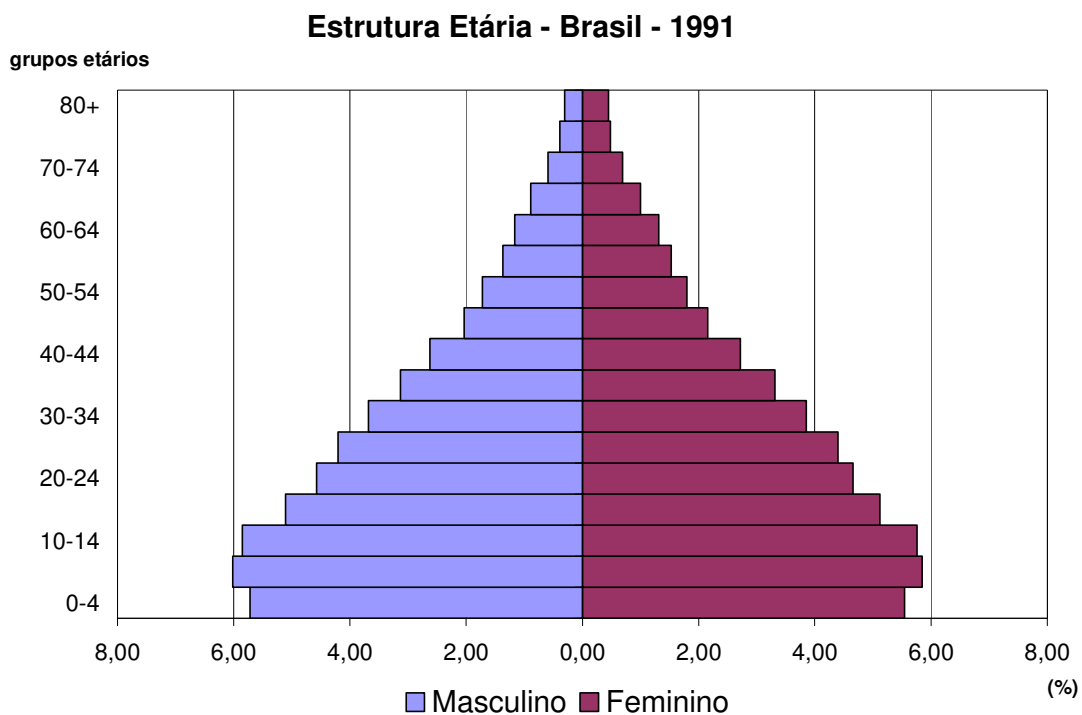
TASCHNER, S. P., BOGUS, L. M. M. Mobilidade espacial da população brasileira: aspectos e tendências. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, 3(2), jul./dez.1986.

VILLA, M., RODRIGUEZ, J. Dinámica sociodemográfica de las metrópolis latinoamericanas. In: Grandes ciudades de América Latina: dos capítulos. **Documentos Docentes**, Santiago de Chile, Centro Latinoamericano de Demografía-CELADE, Naciones Unidas-FNUAP, 1994.

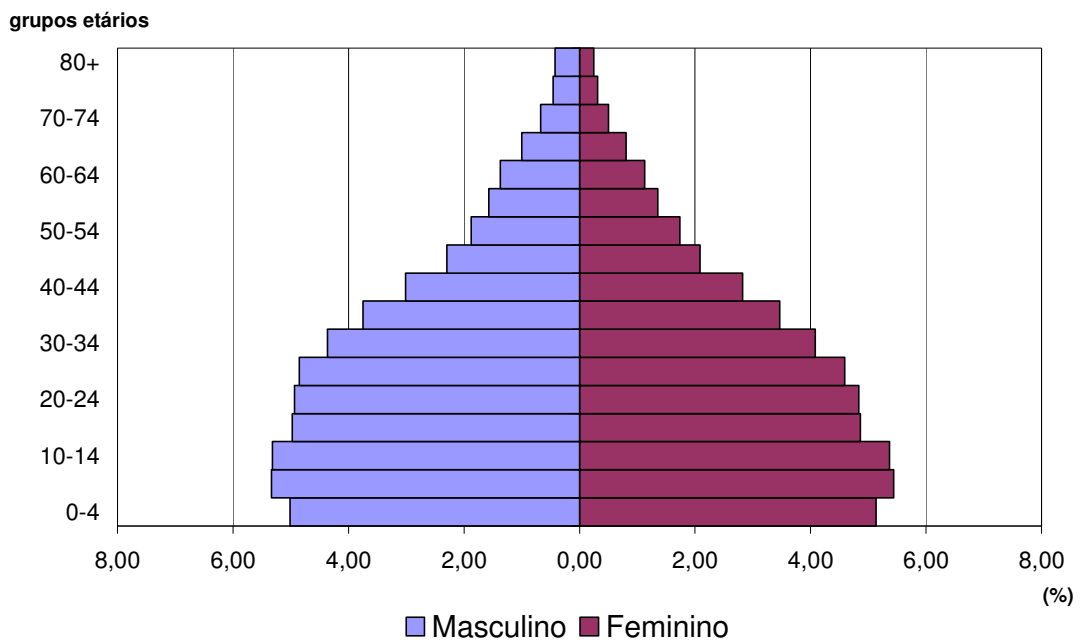
## **Anexos**

## Parte I – ANEXOS

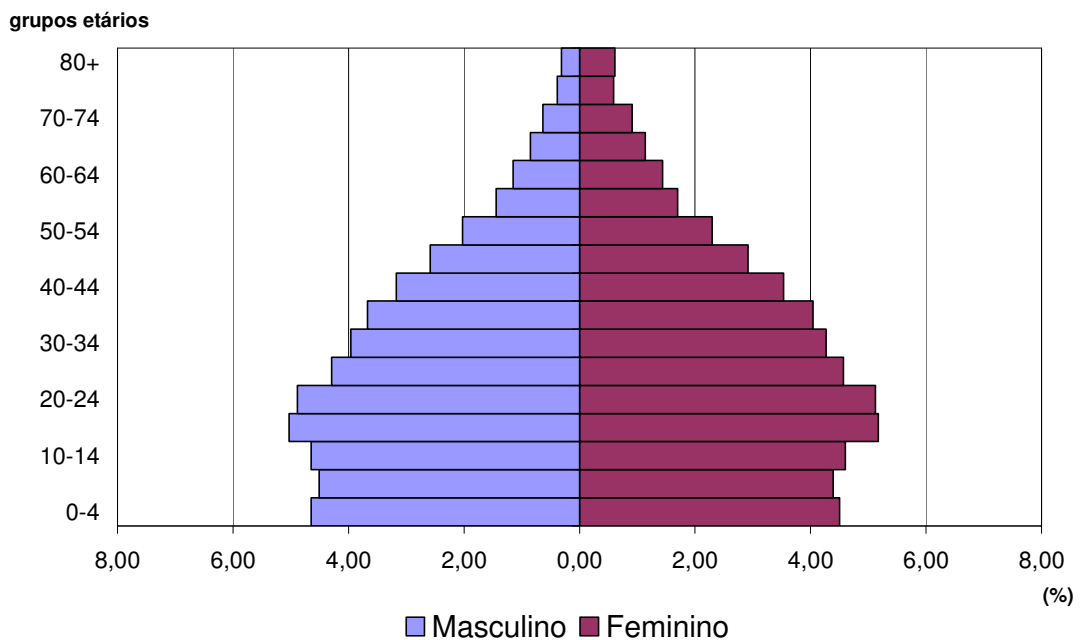
### Anexo 1- Pirâmides Etárias



### Estrutura Etária - Brasil/Metropolitano (RM e capitais)- 1991



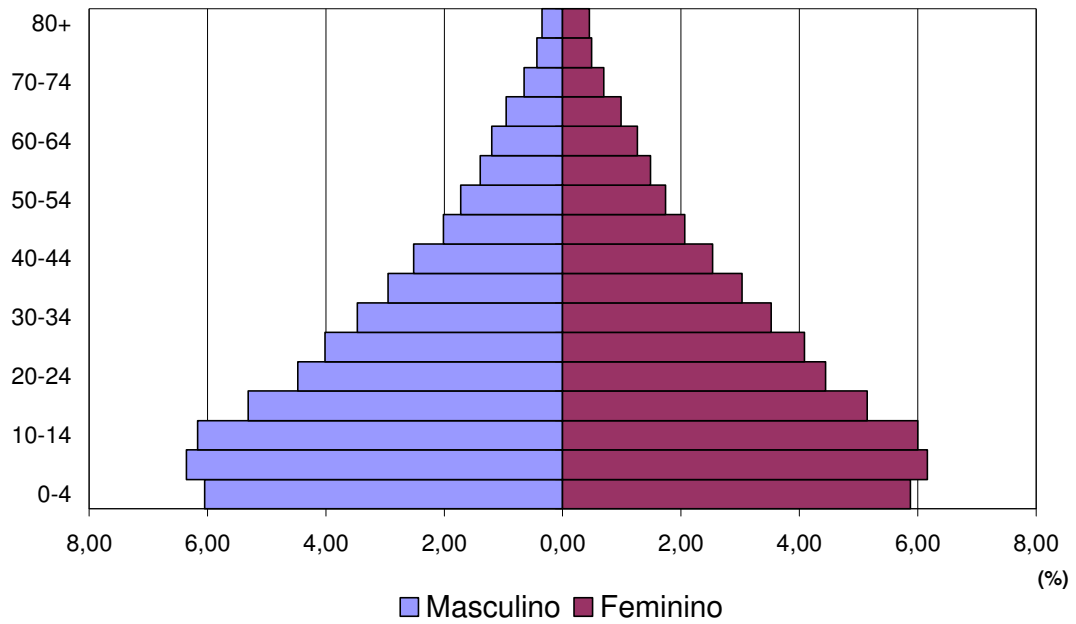
### Estrutura Etária - Brasil/Metropolitano (RM e capitais)- 2000





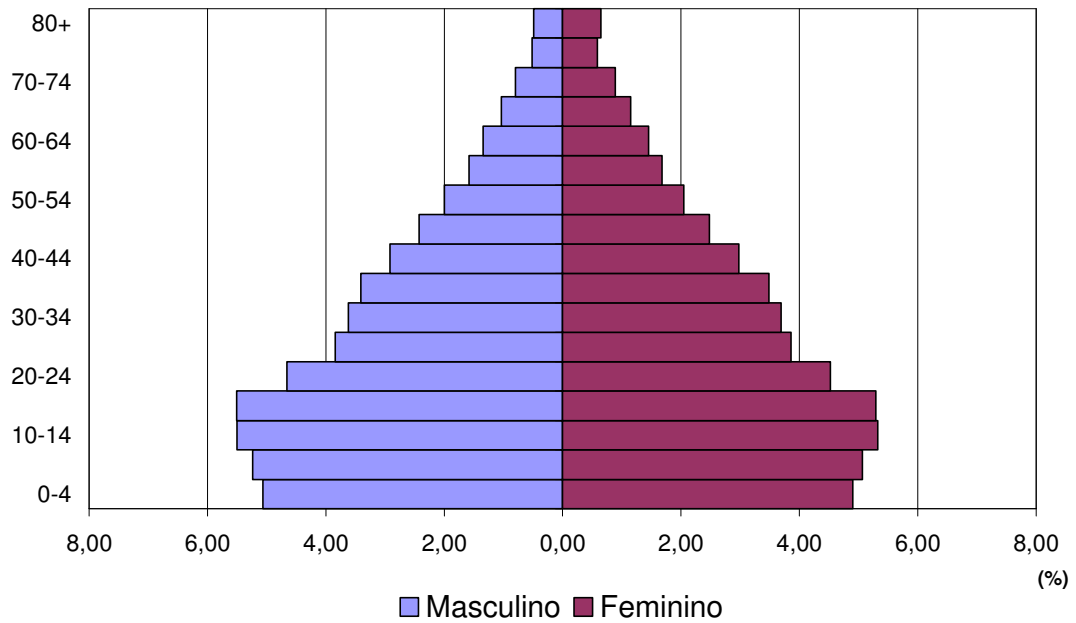
### Estrutura Etária - Brasil/Interior - 1991

grupos etários



### Estrutura Etária - Brasil/Interior - 2000

grupos etários



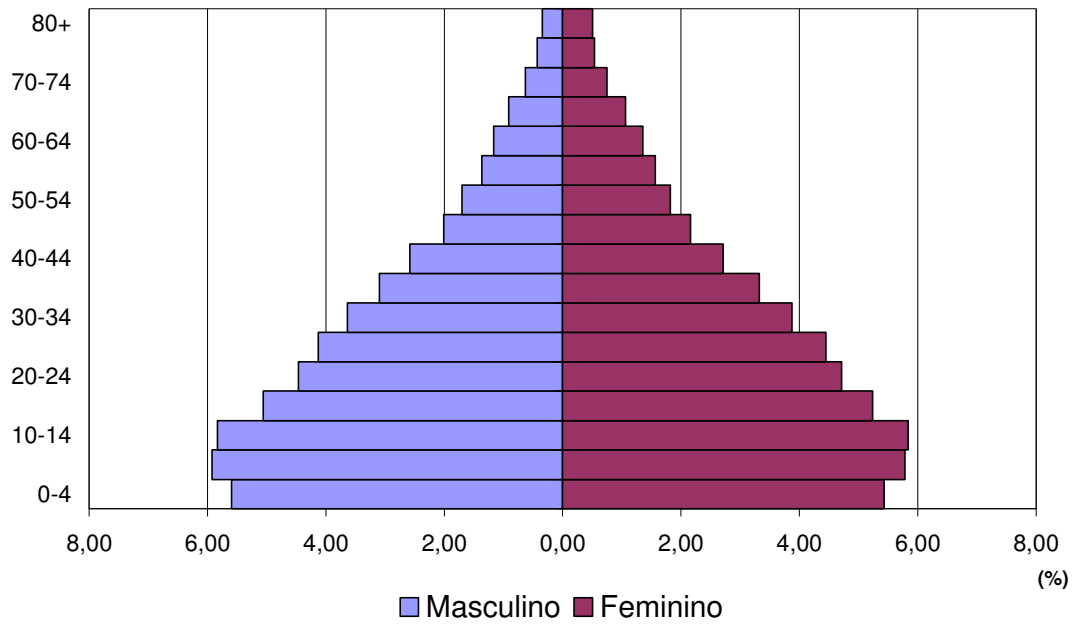


**cg ee**

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
Ciência, Tecnologia e Inovação

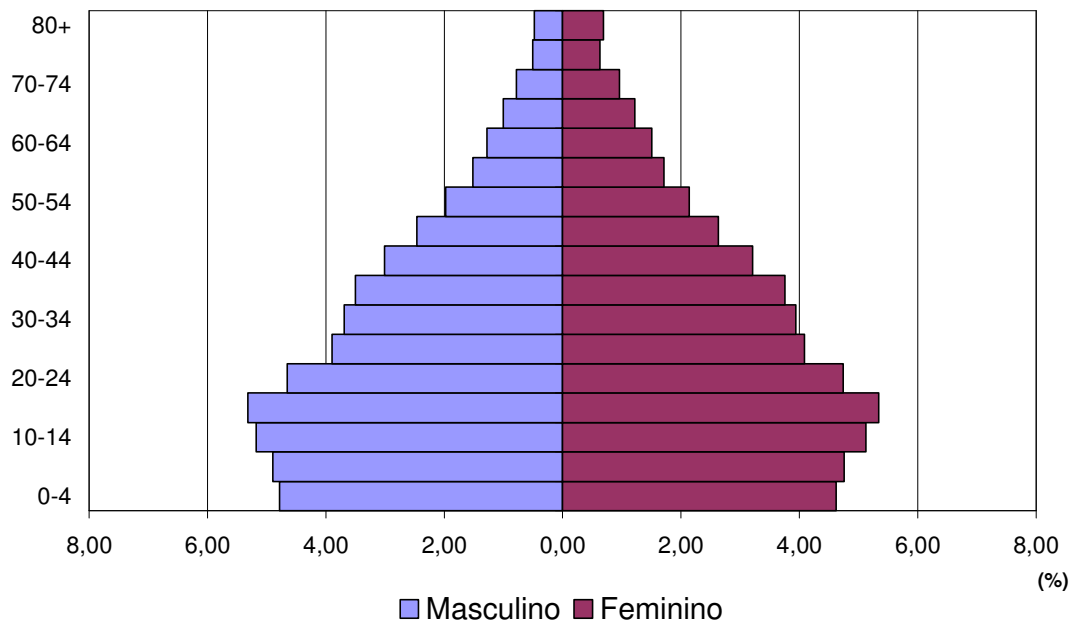
## Estrutura Etária - Brasil/Interior Urbano - 1991

grupos etários



## Estrutura Etária - Brasil/Interior Urbano - 2000

grupos etários





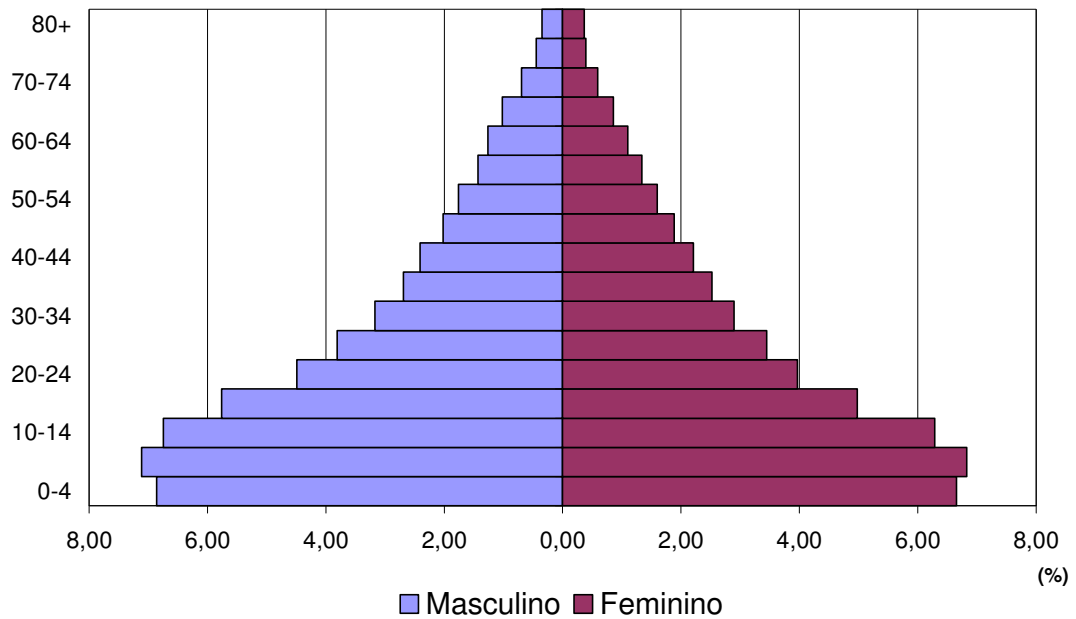


cg ee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
Ciência, Tecnologia e Inovação

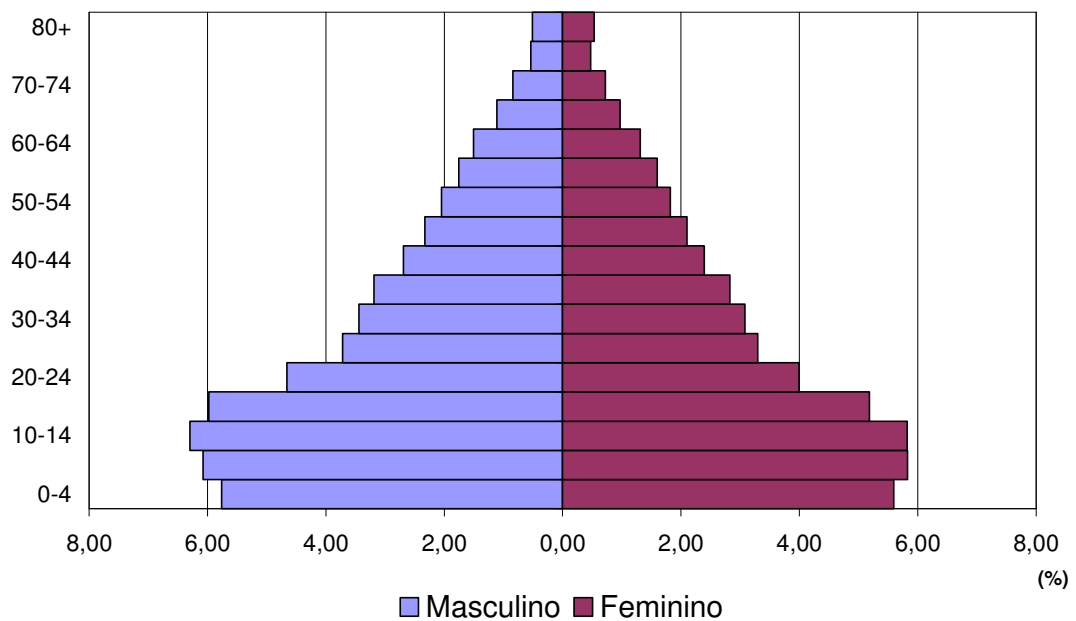
## Estrutura Etária - Brasil/Interior Rural - 1991

grupos etários



## Estrutura Etária - Brasil/Interior Rural - 2000

grupos etários



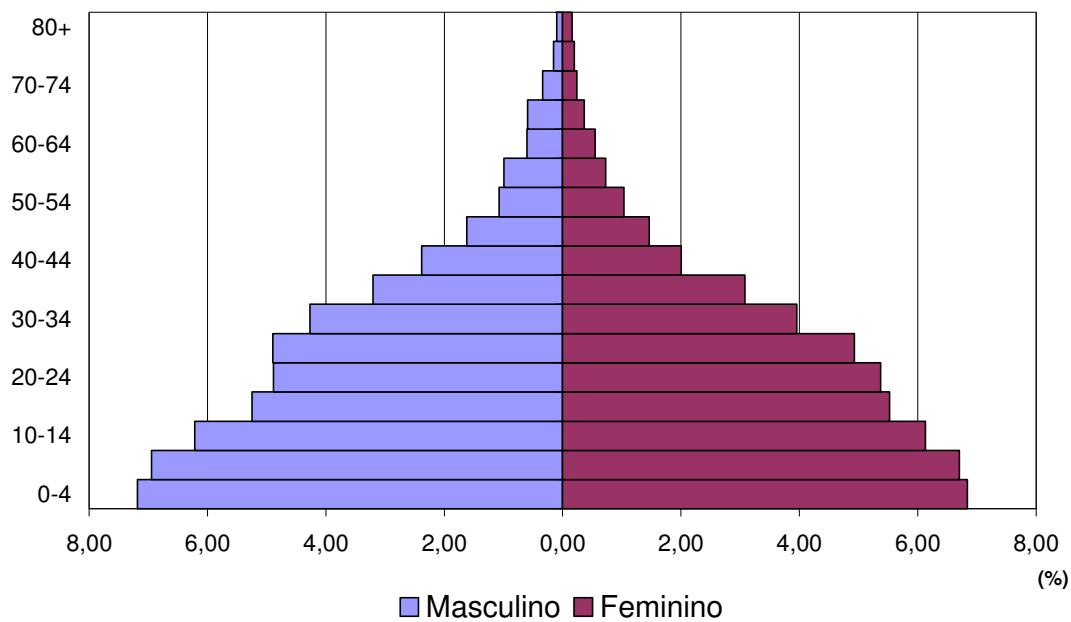


**cg ee**

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
Ciência, Tecnologia e Inovação

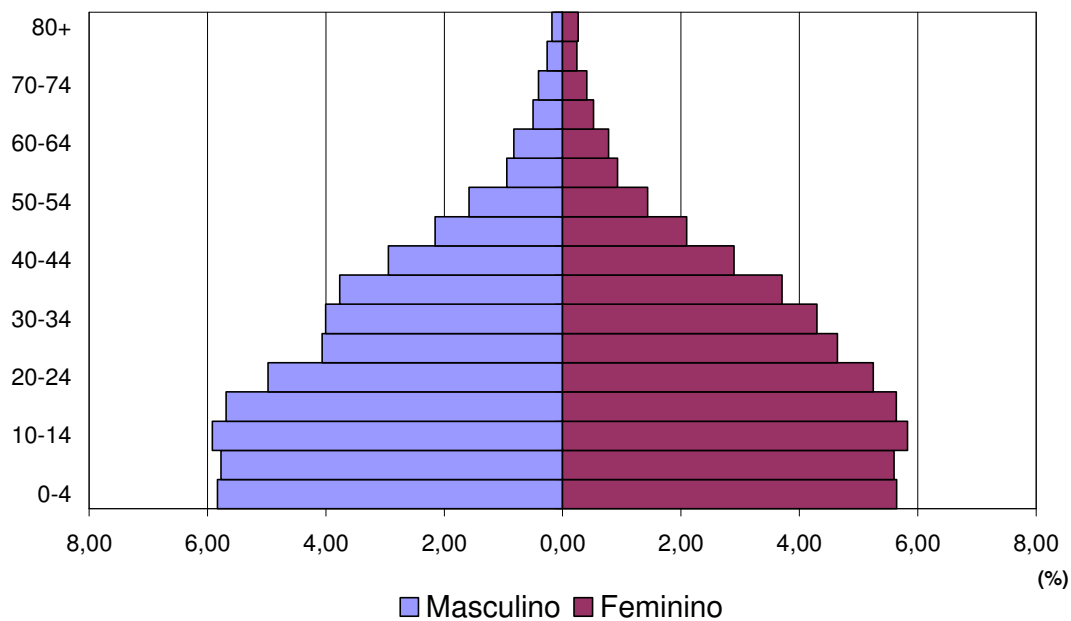
## Estrutura Etária - Porto Velho - 1991

grupos etários



## Estrutura Etária - Porto Velho - 2000

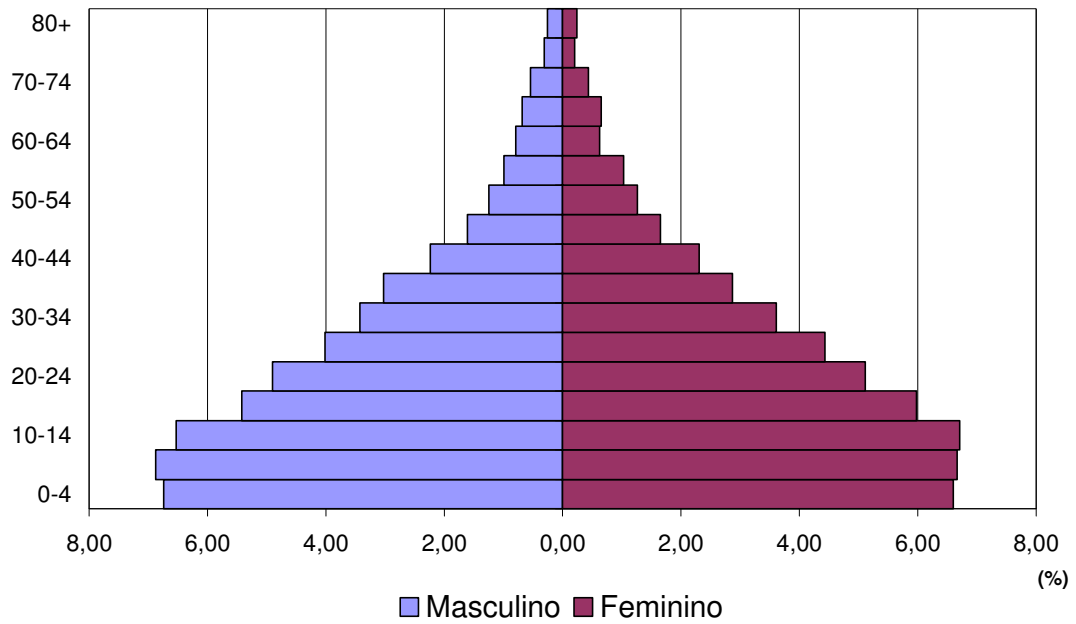
grupos etários





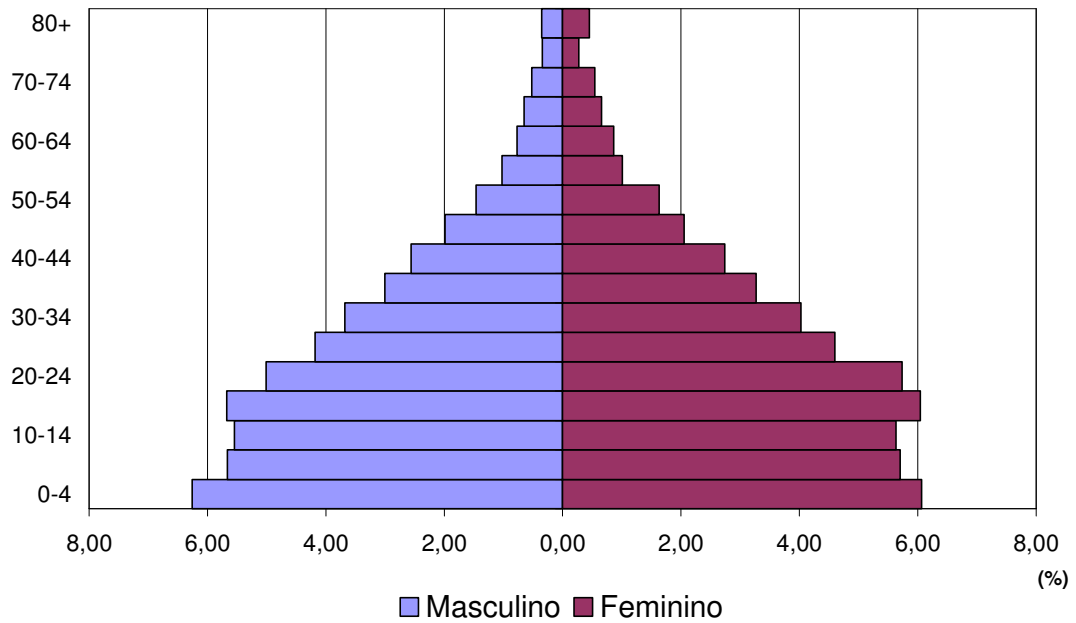
### Estrutura Etária - Rio Branco - 1991

grupos etários

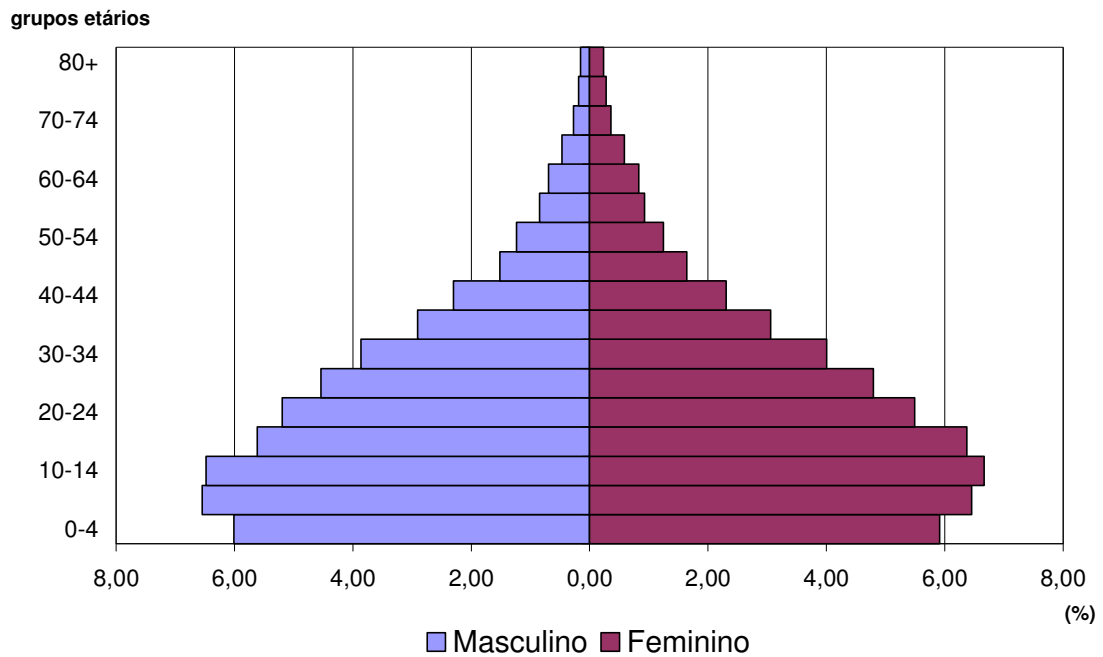


### Estrutura Etária - Rio Branco - 2000

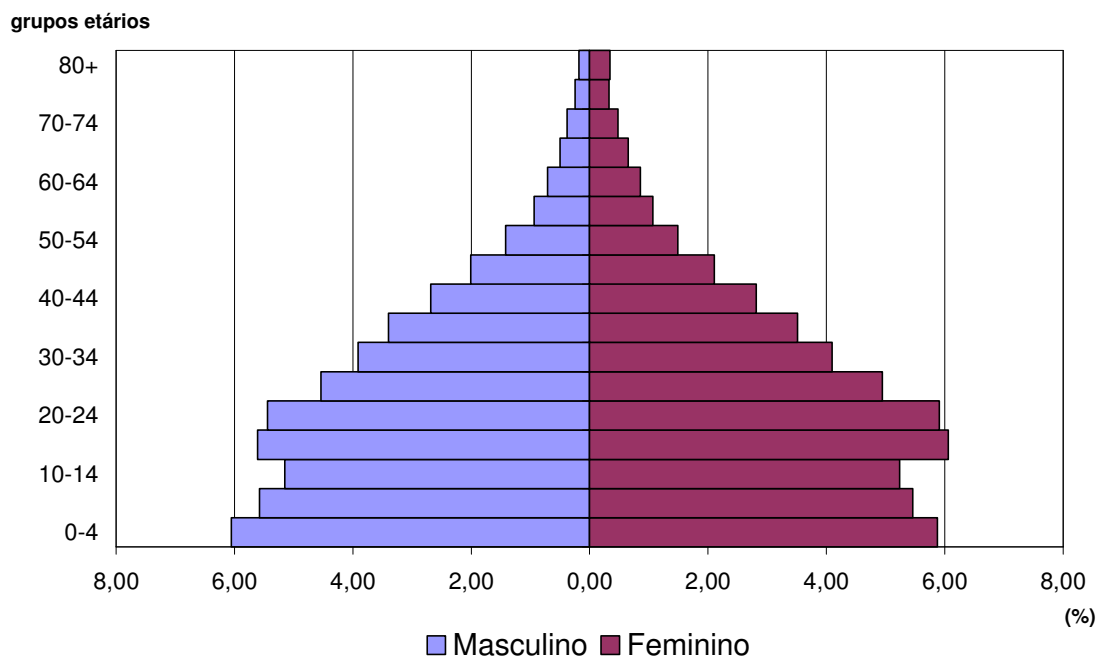
grupos etários



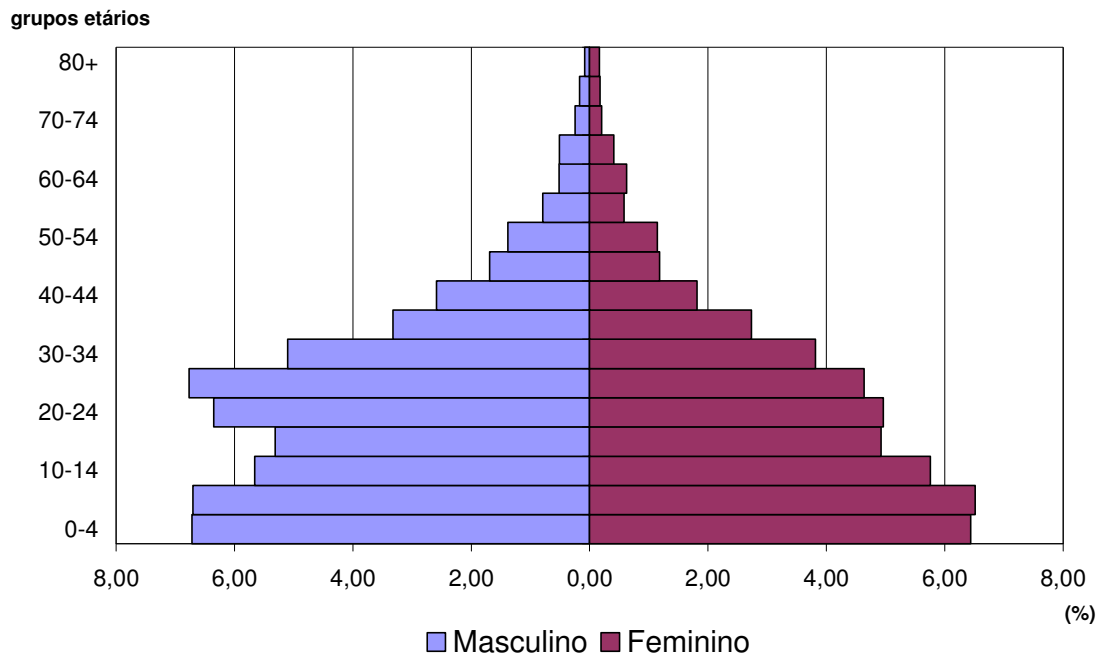
### Estrutura Etária - Manaus - 1991



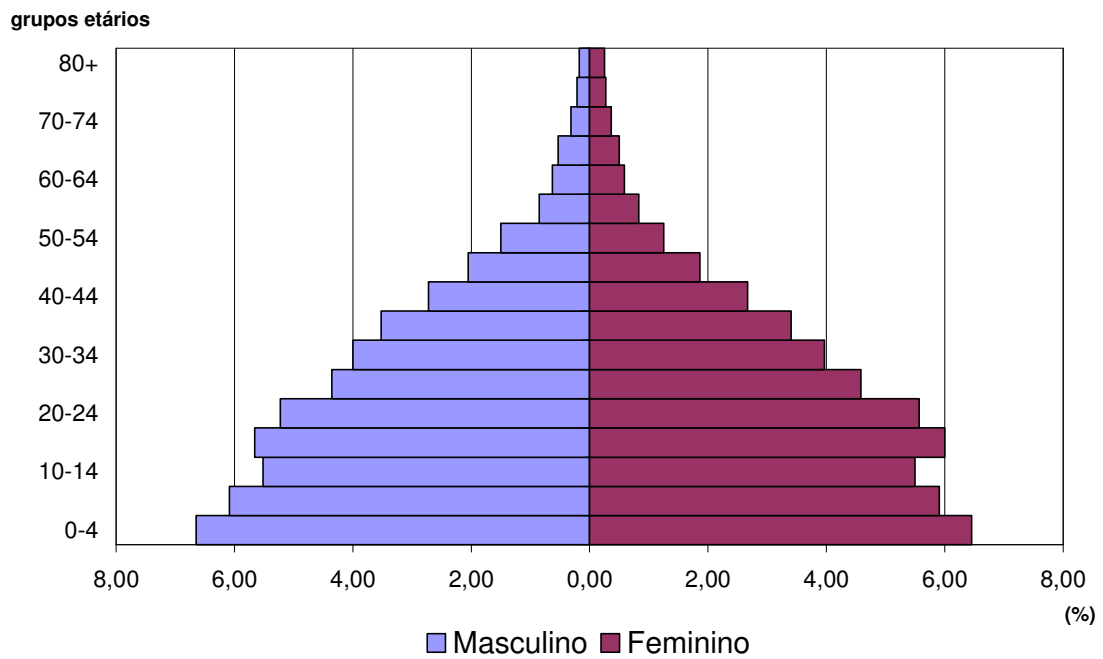
### Estrutura Etária - Manaus - 2000



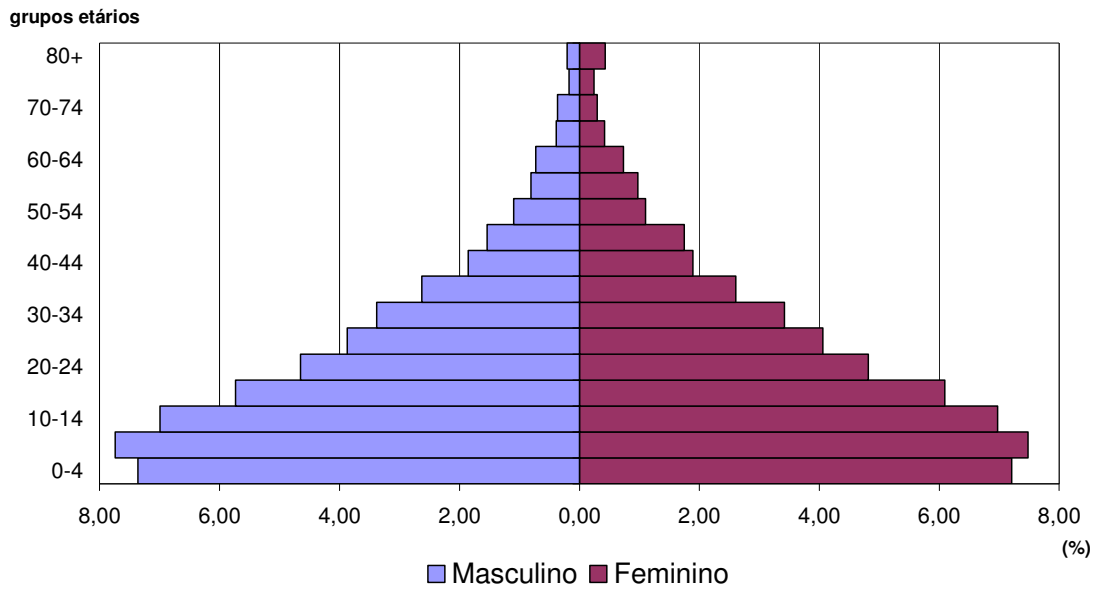
### Estrutura Etária - Boa Vista - 1991



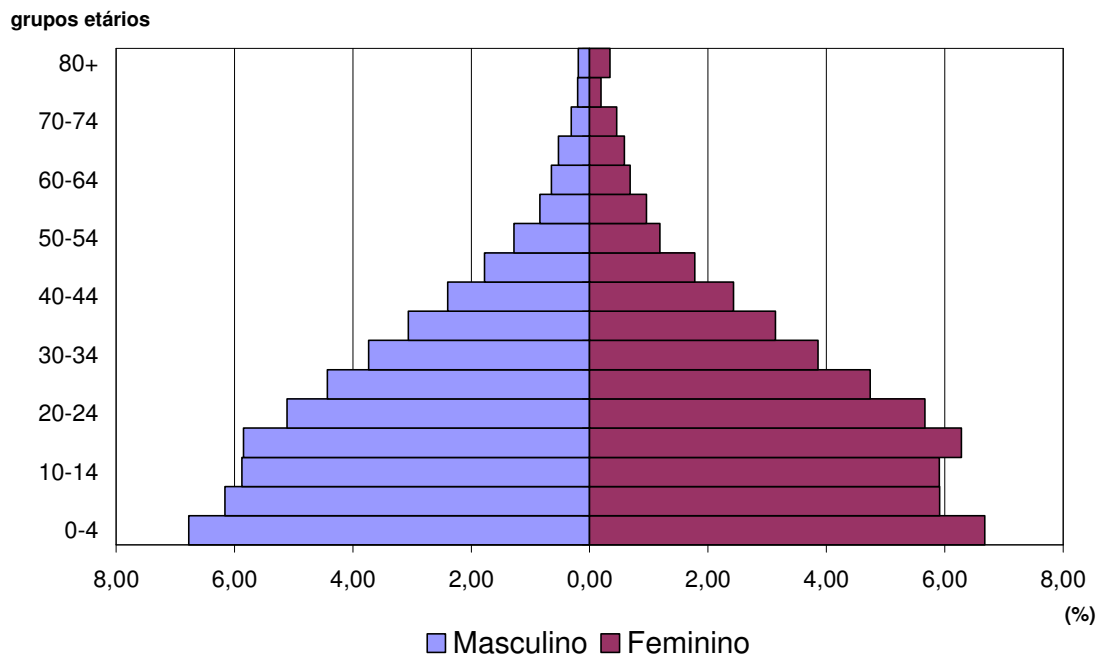
### Estrutura Etária - Boa Vista - 2000



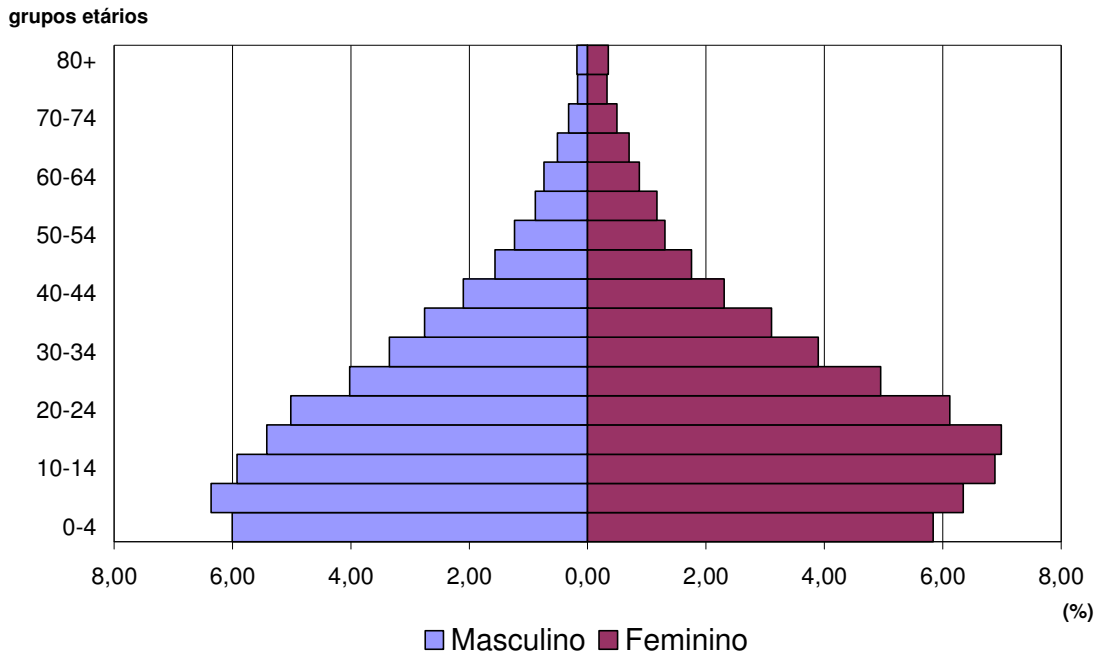
### Estrutura Etária - Macapá - 1991



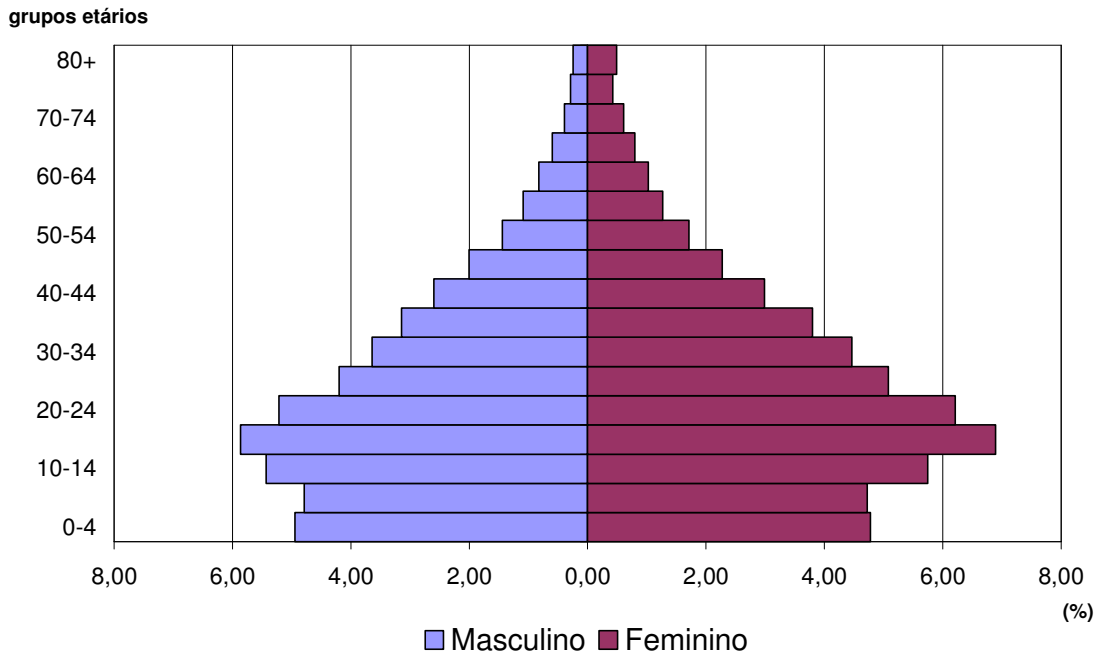
### Estrutura Etária - Macapá - 2000



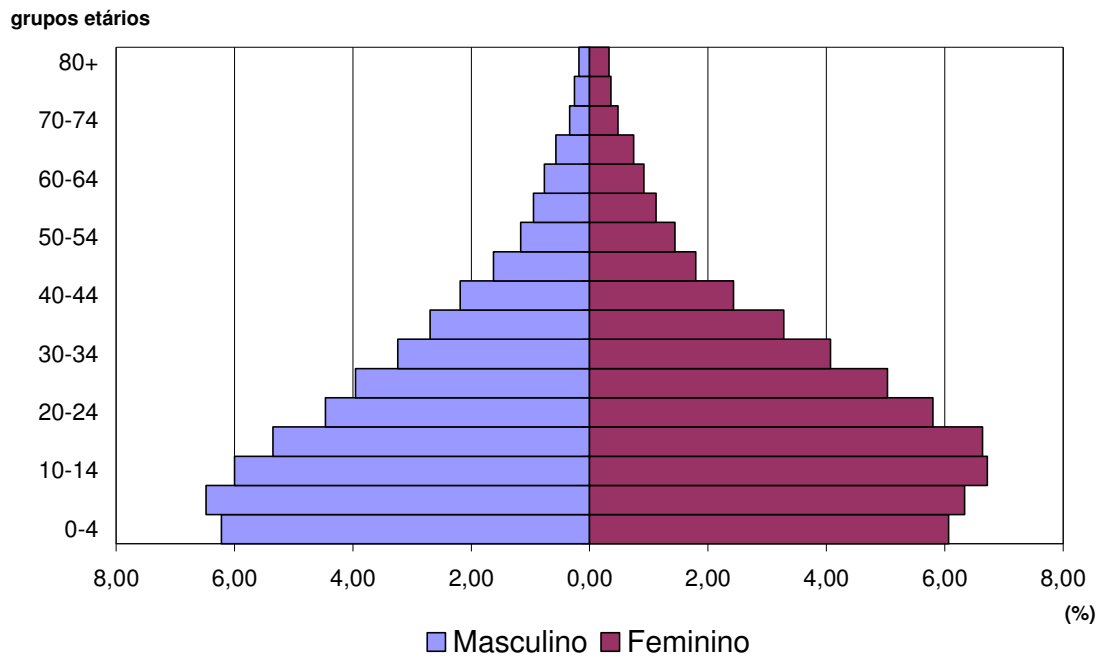
### Estrutura Etária - São Luis - 1991



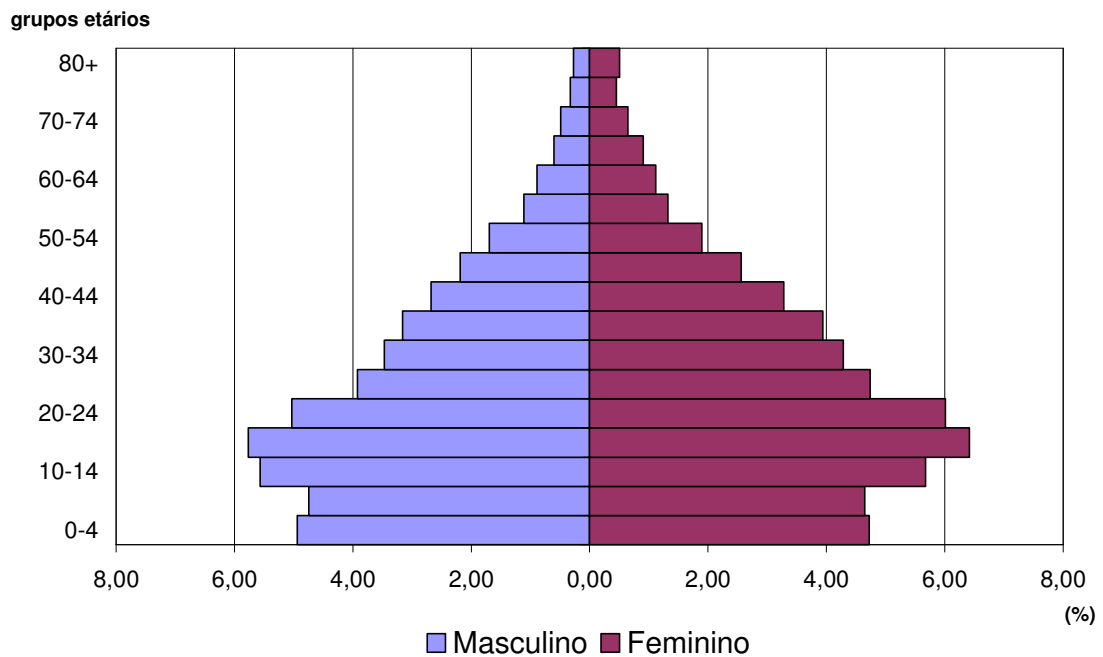
### Estrutura Etária - São Luis - 2000



### Estrutura Etária - Teresina - 1991



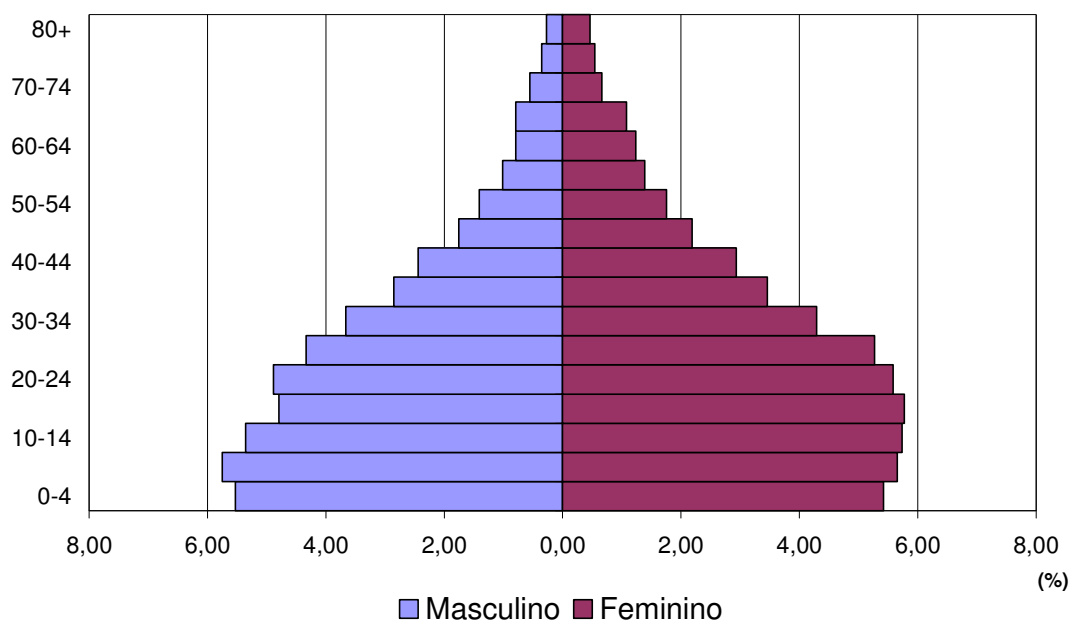
### Estrutura Etária - Teresina - 2000





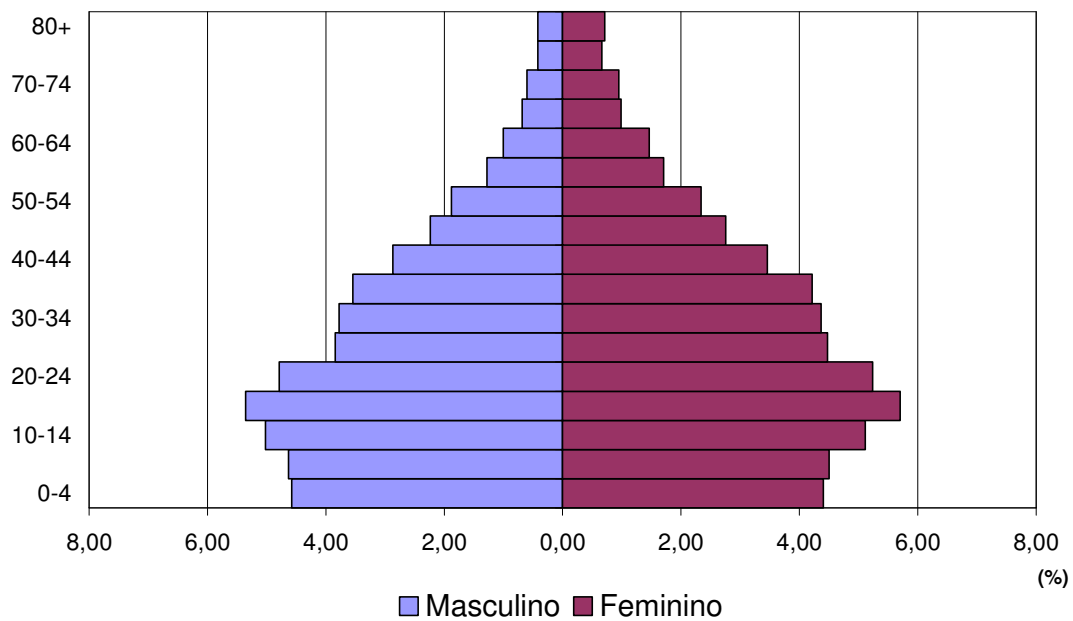
### Estrutura Etária - Natal - 1991

grupos etários

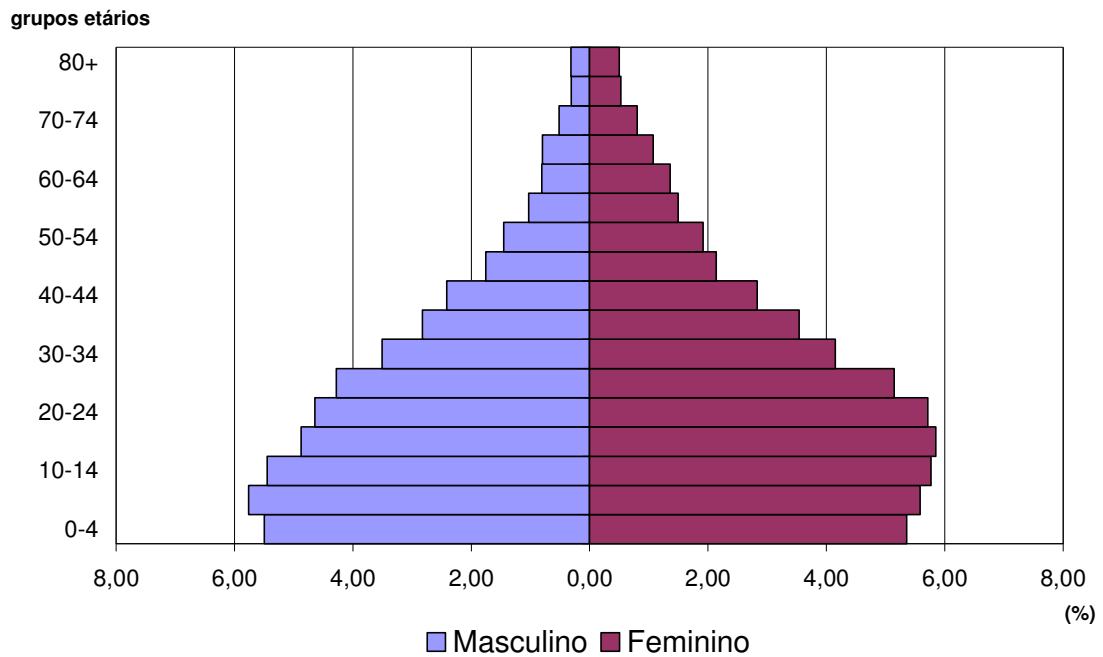


### Estrutura Etária - Natal - 2000

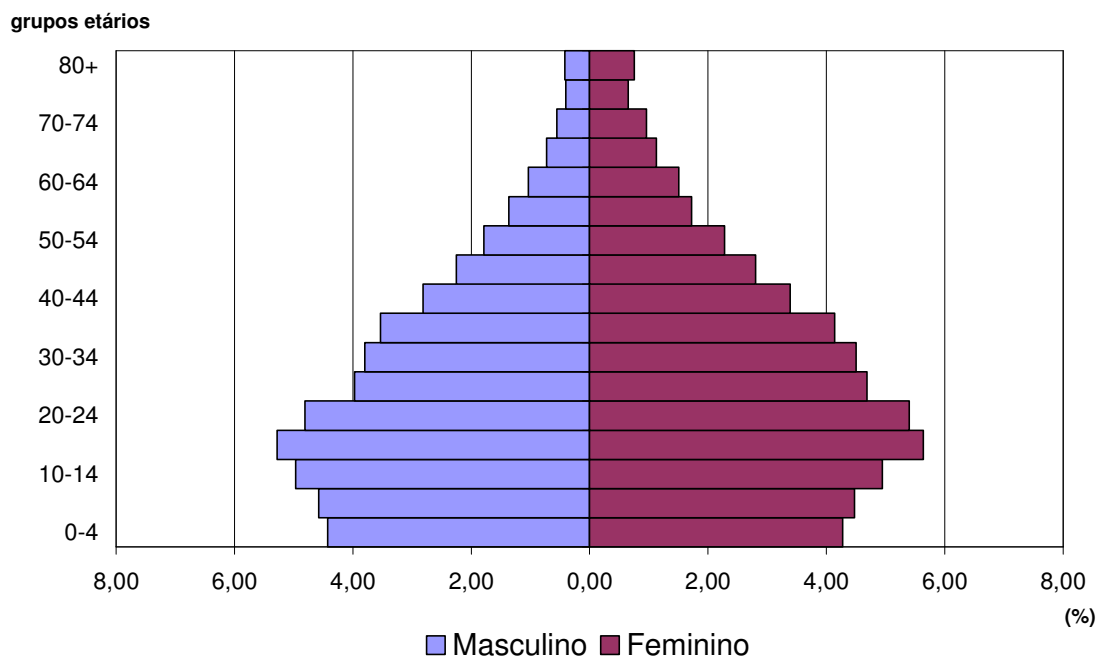
grupos etários



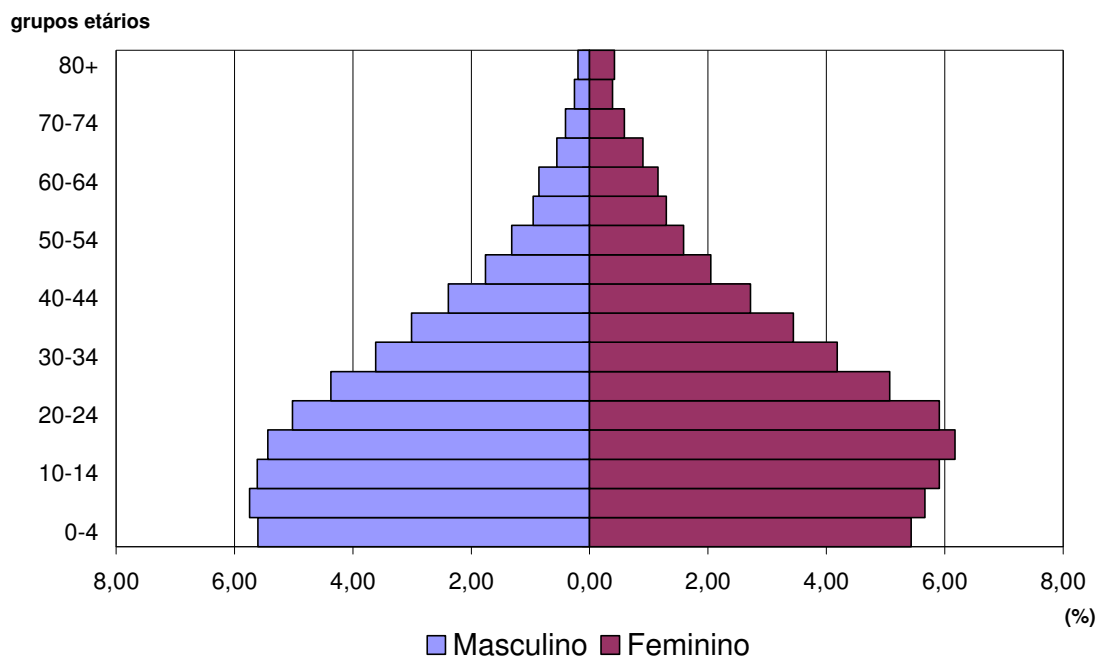
### Estrutura Etária - João Pessoa - 1991



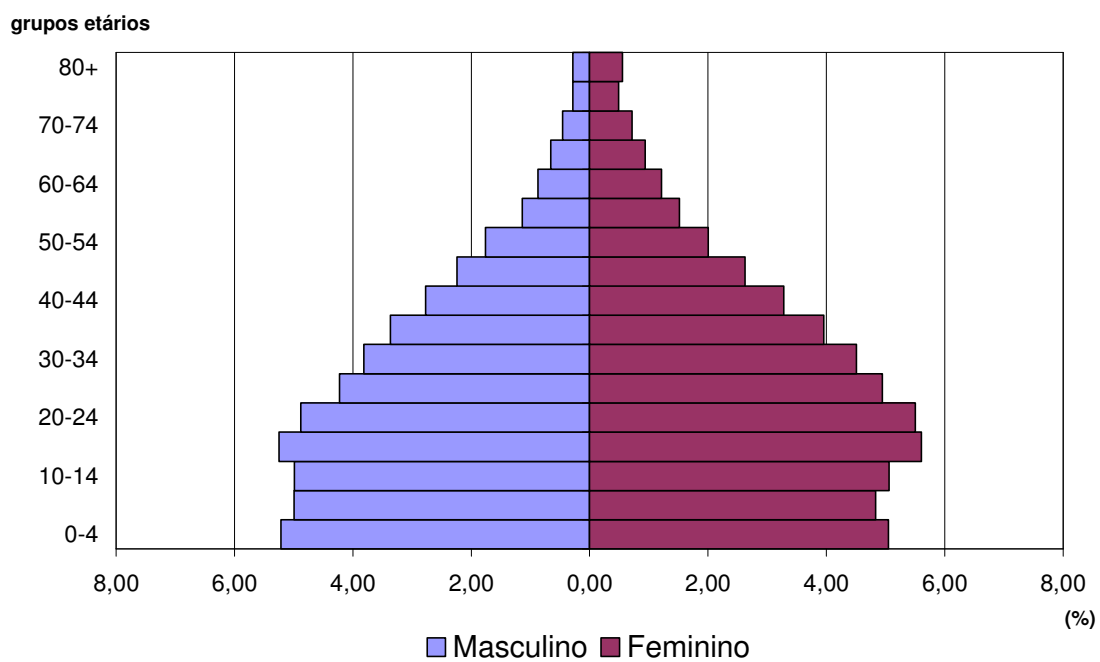
### Estrutura Etária - João Pessoa - 2000



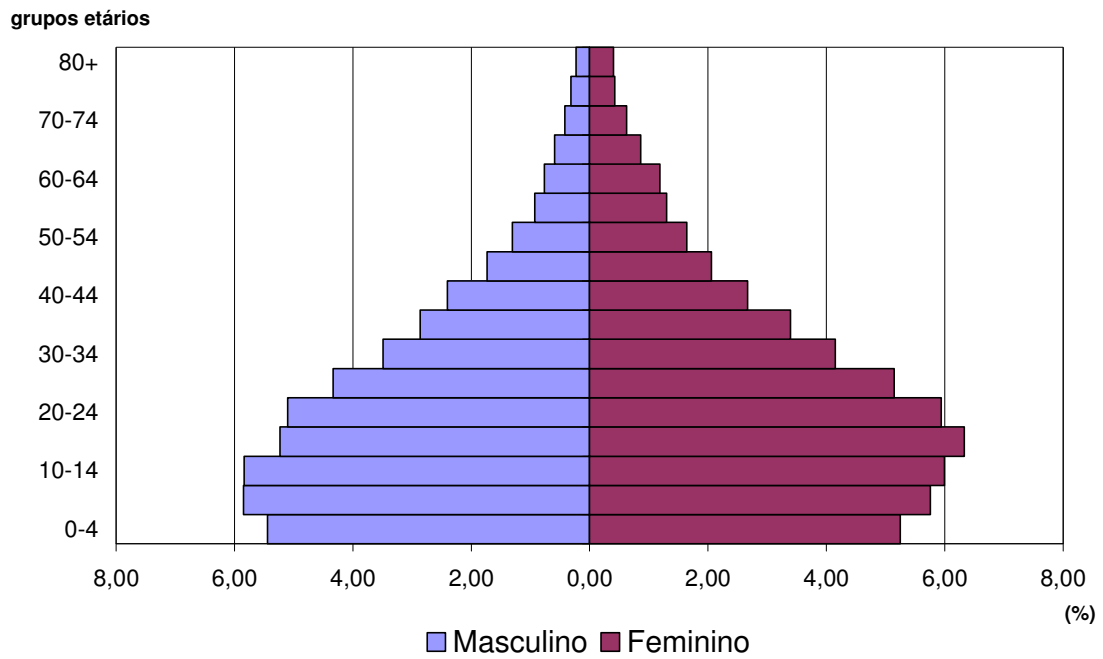
### Estrutura Etária - Maceió - 1991



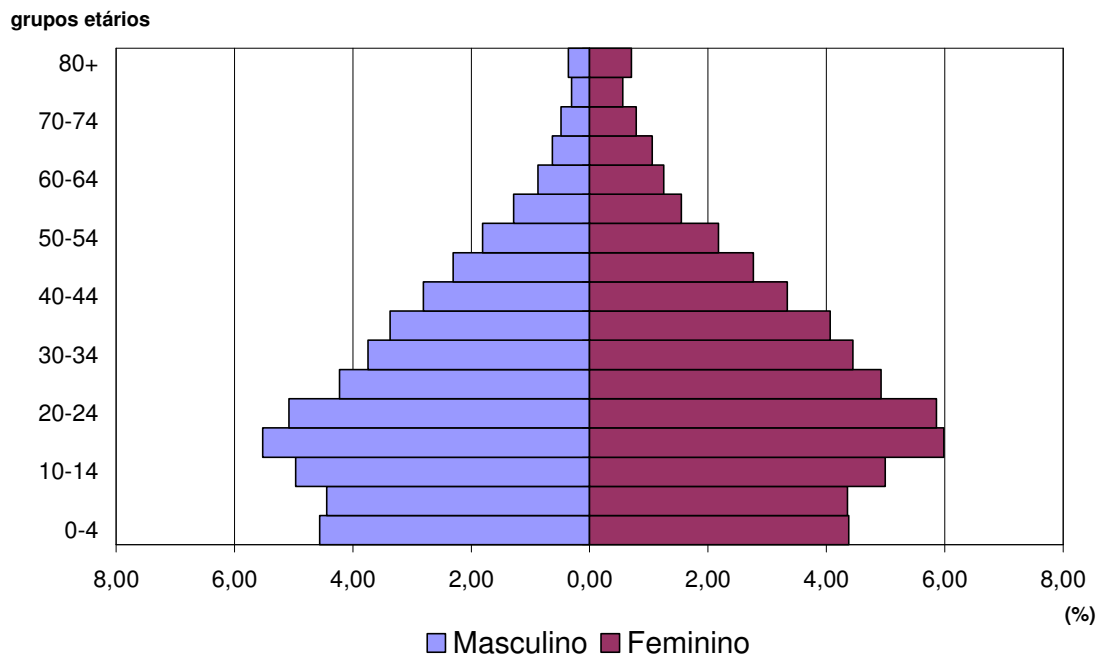
### Estrutura Etária - Maceió - 2000



### Estrutura Etária - Aracaju - 1991

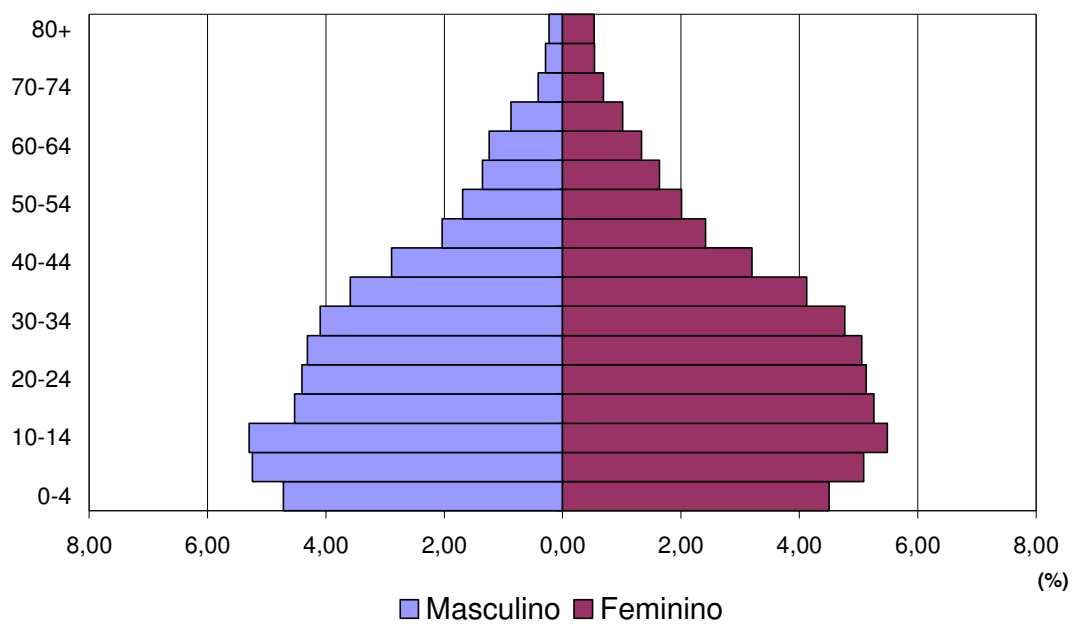


### Estrutura Etária - Aracaju - 2000



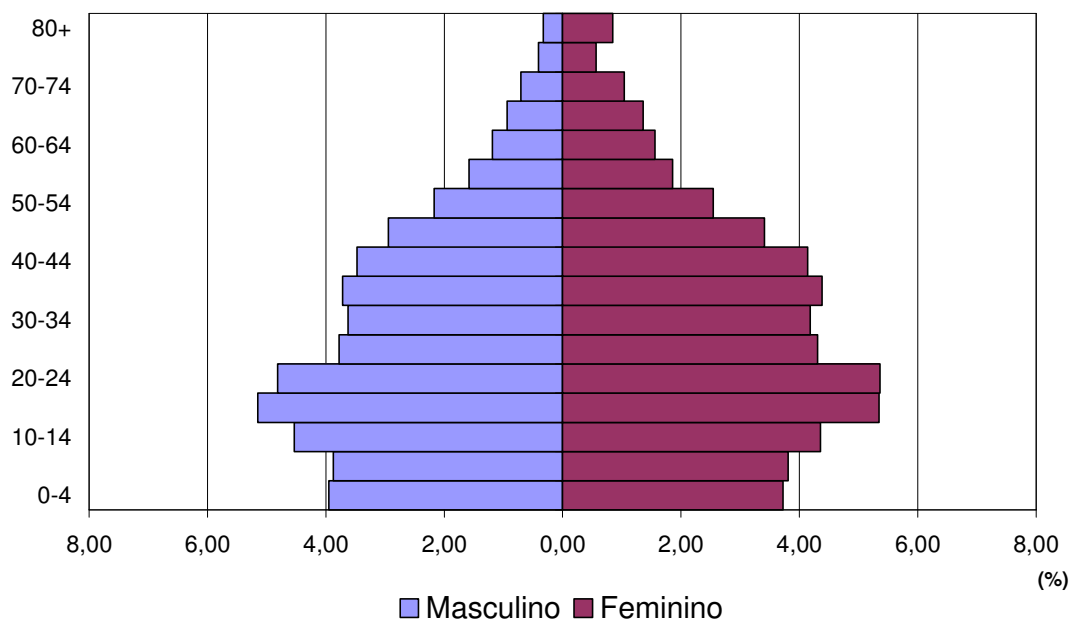
### Estrutura Etária - Vitória - 1991

grupos etários



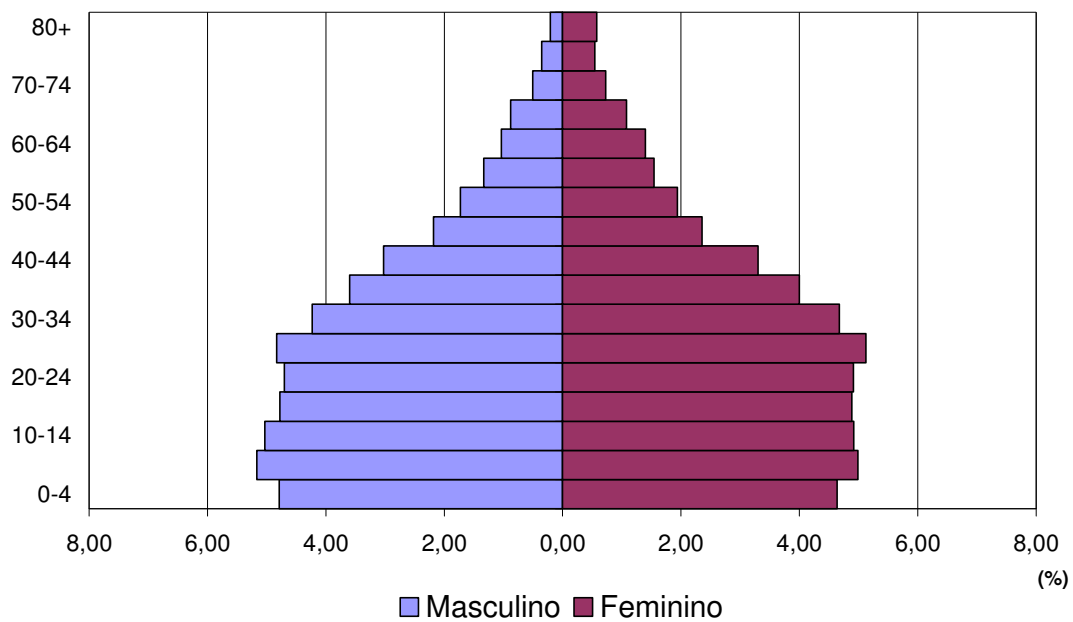
### Estrutura Etária - Vitória - 2000

grupos etários



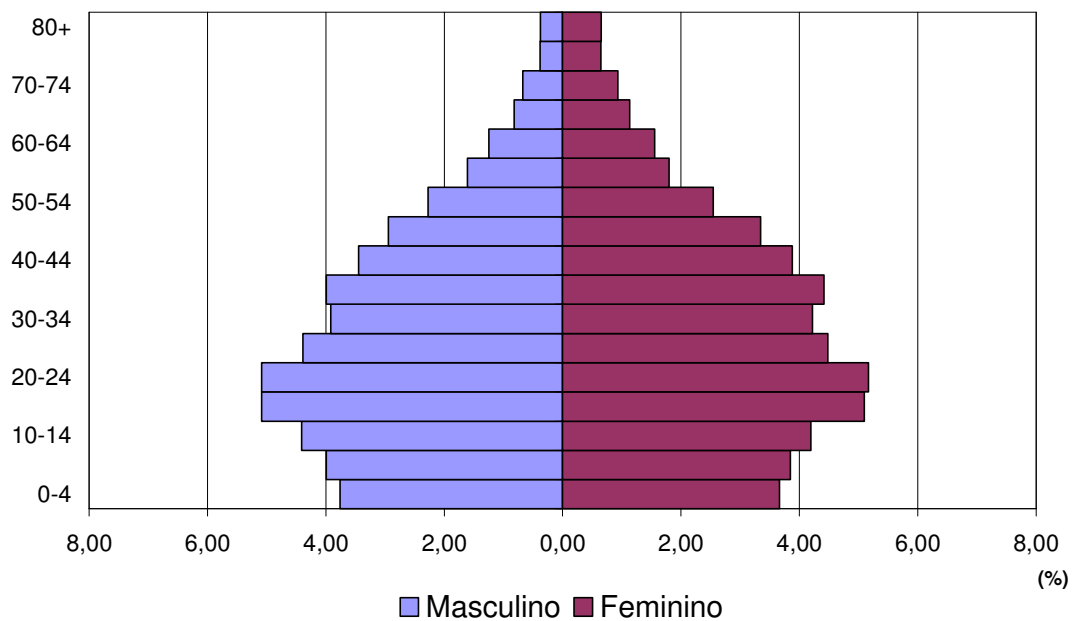
### Estrutura Etária - Florianópolis - 1991

grupos etários

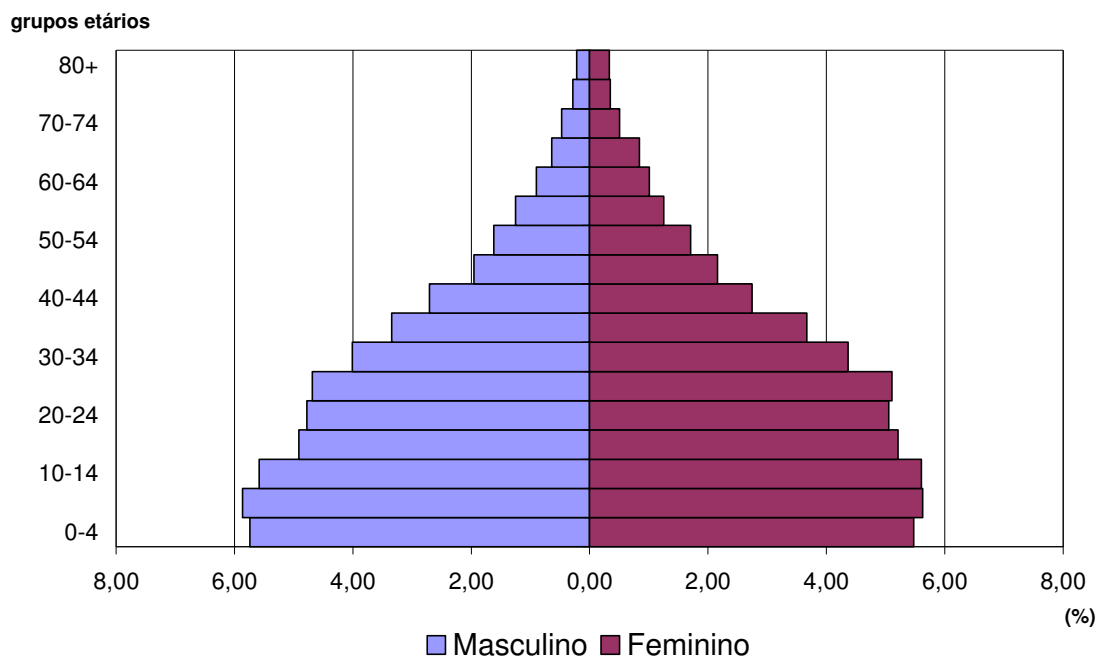


### Estrutura Etária - Florianópolis - 2000

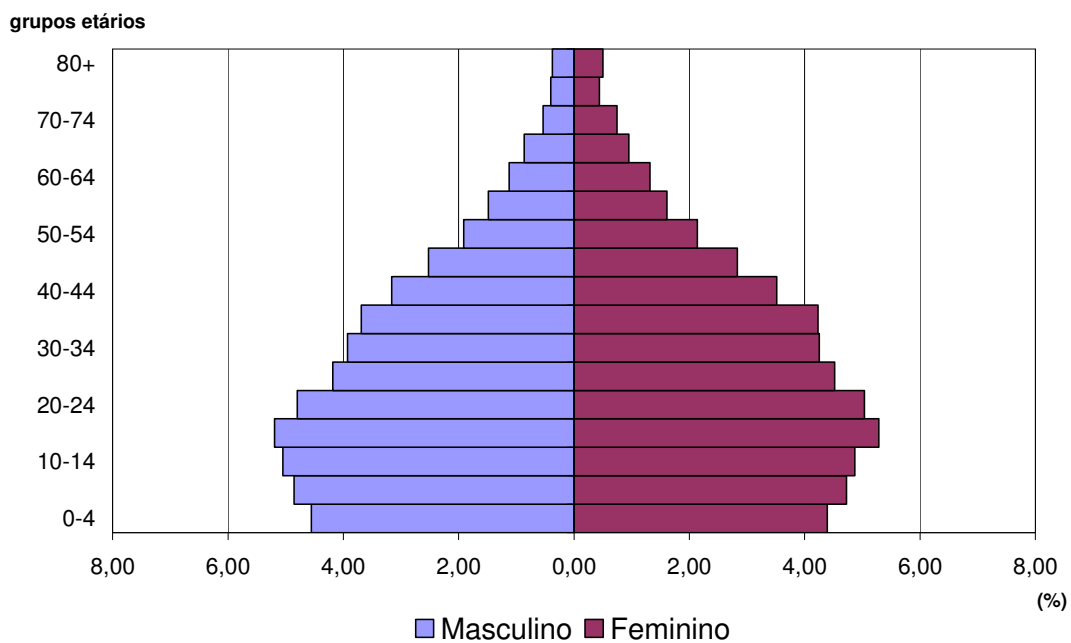
grupos etários



### Estrutura Etária - Campo Grande - 1991

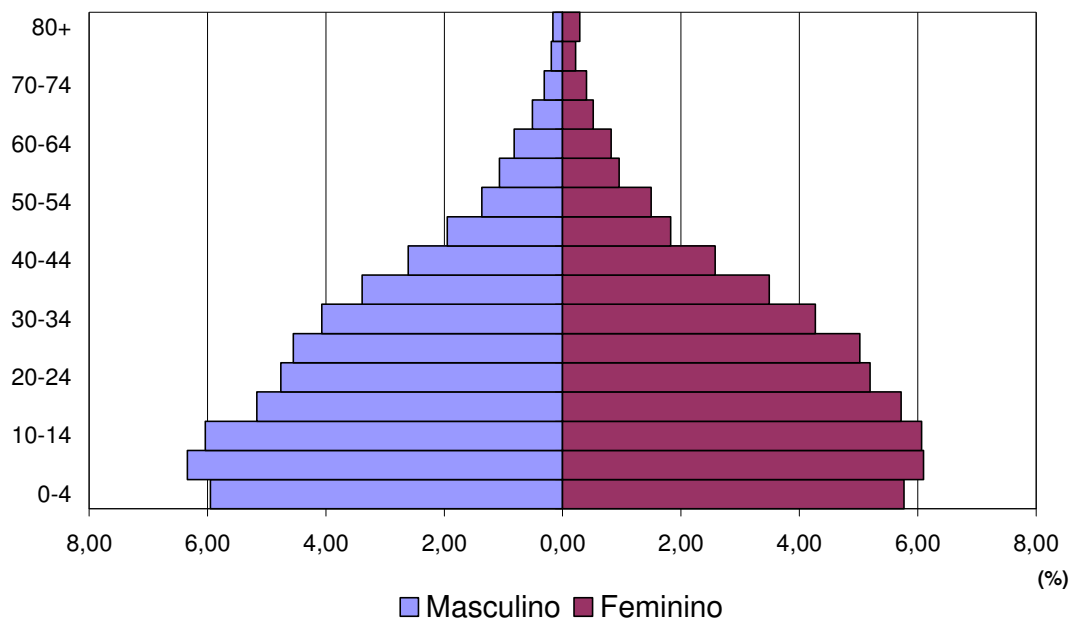


### Estrutura Etária - Campo Grande - 2000



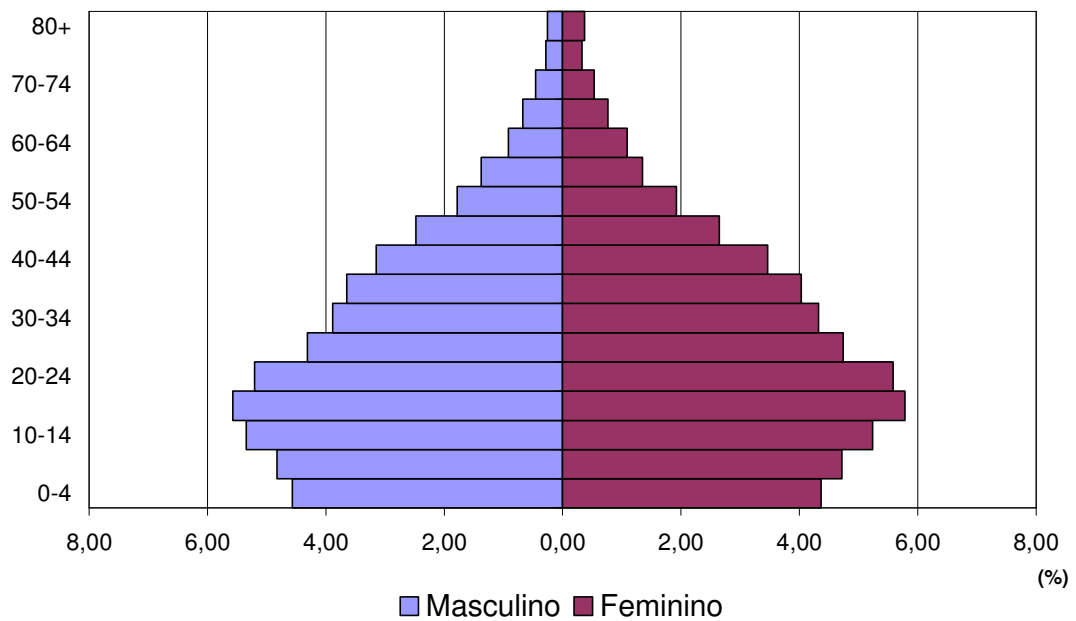
### Estrutura Etária - Cuiabá - 1991

grupos etários



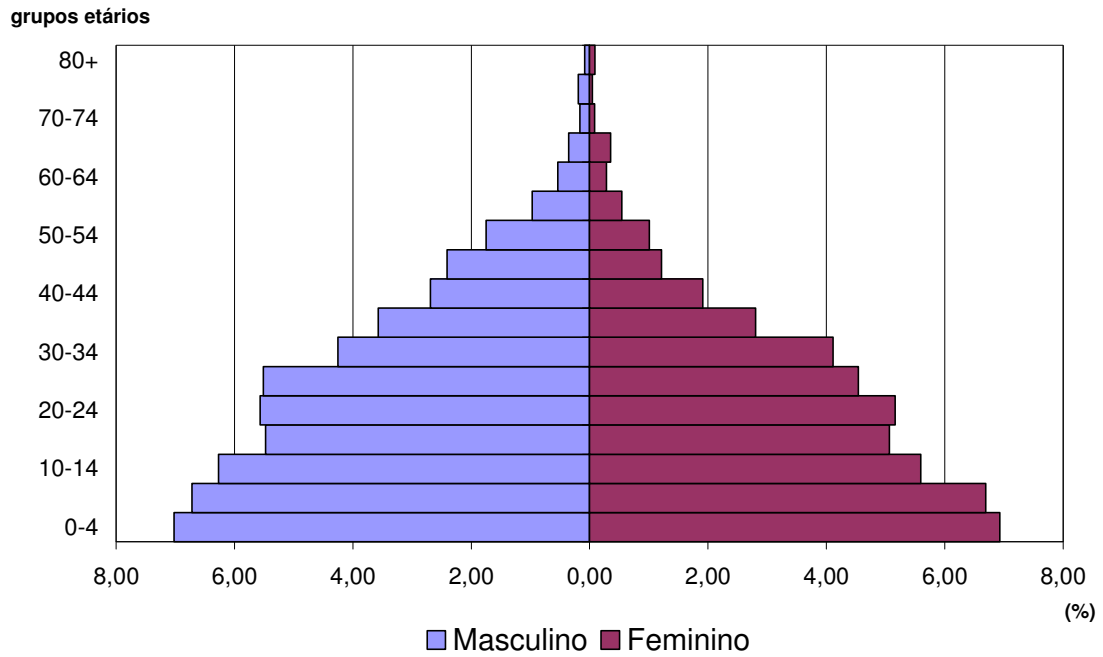
### Estrutura Etária - Cuiabá - 2000

grupos etários

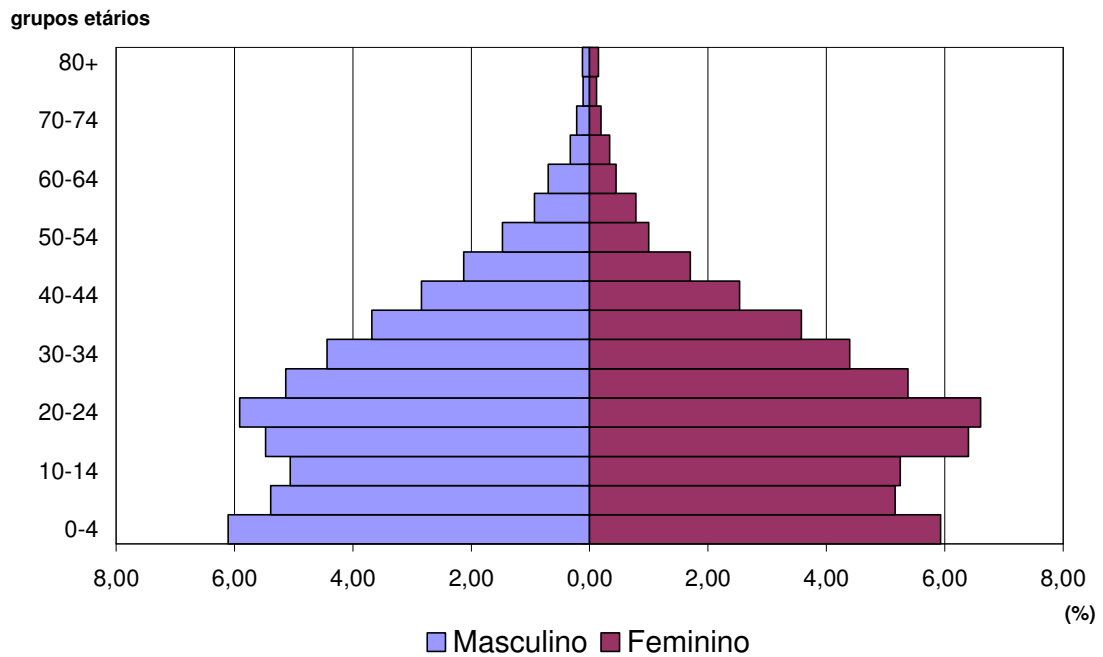




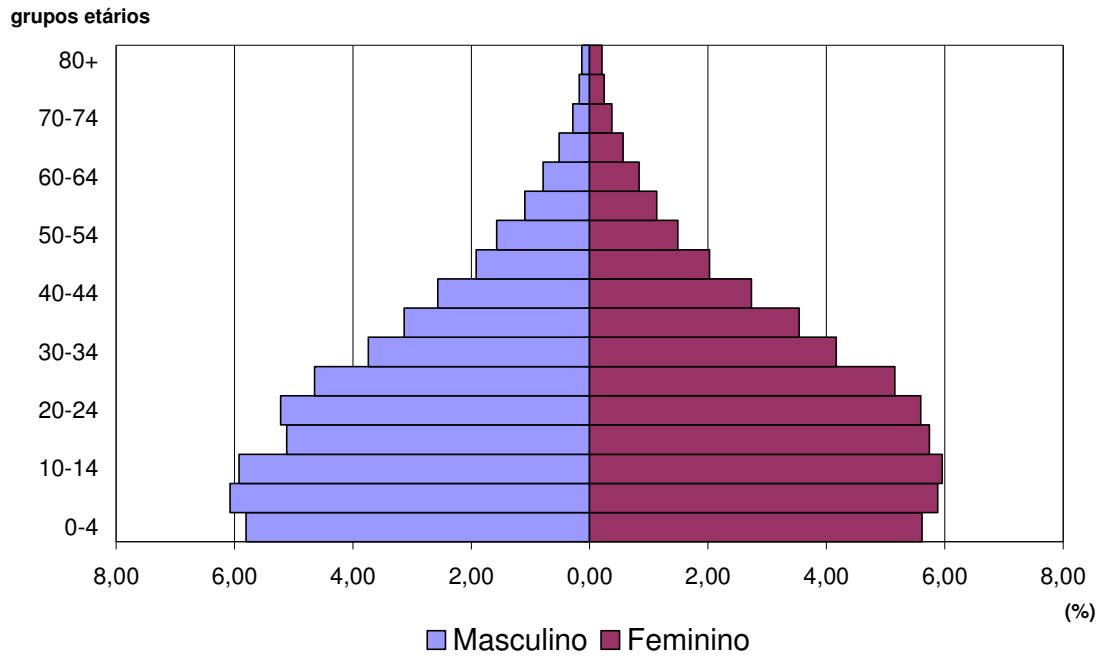
### Estrutura Etária - Palmas - 1991



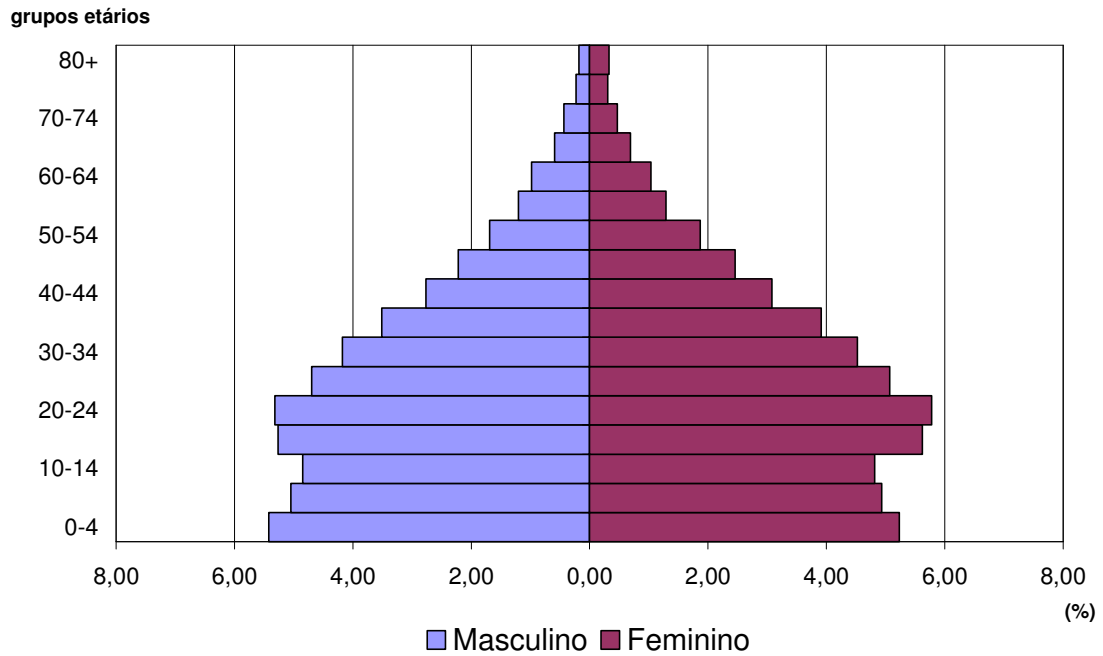
### Estrutura Etária - Palmas - 2000



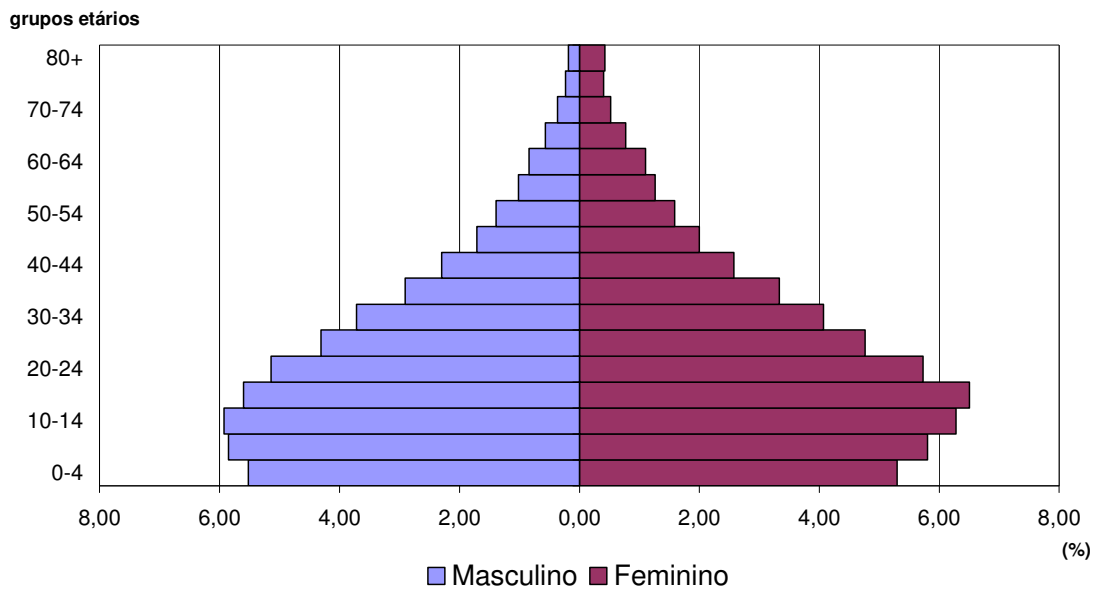
### Estrutura Etária - RM Brasília - 1991



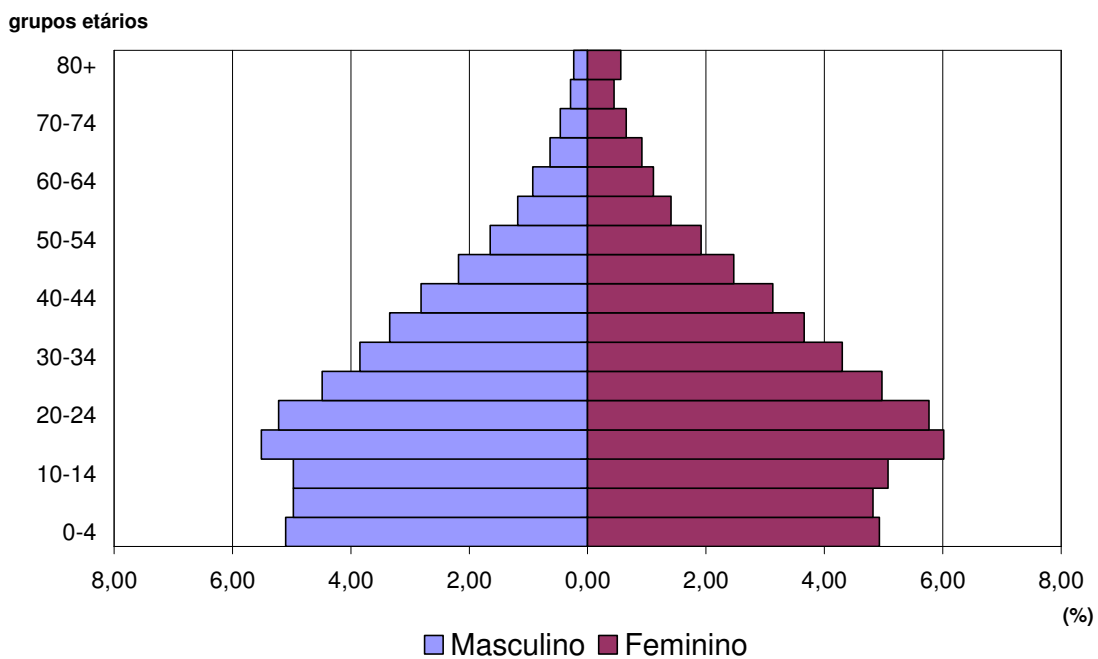
### Estrutura Etária - RM Brasília - 2000



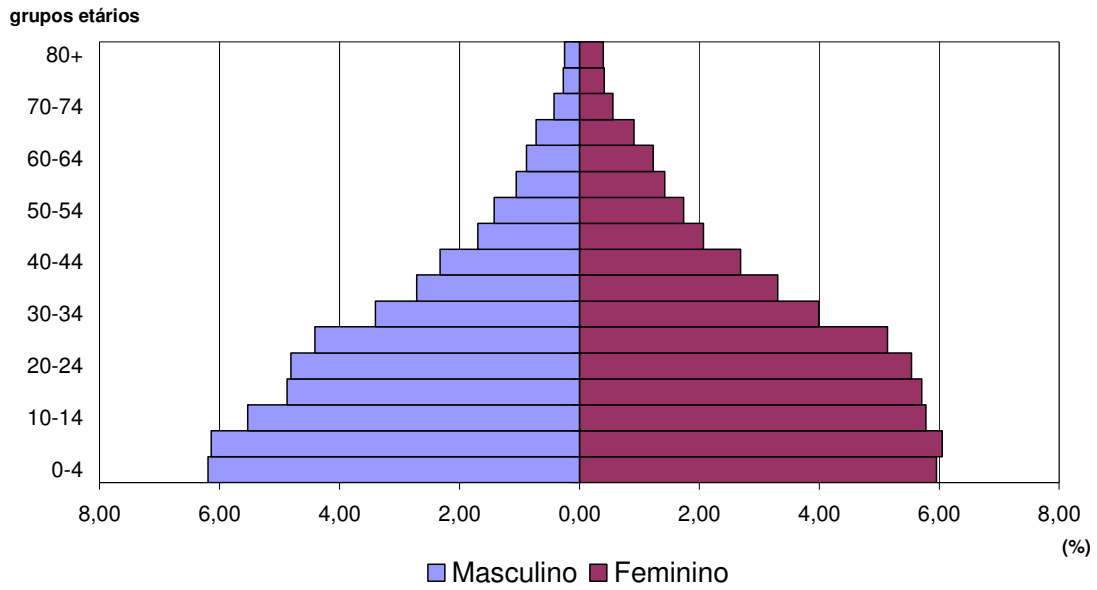
### Estrutura Etária - RM Belém - 1991



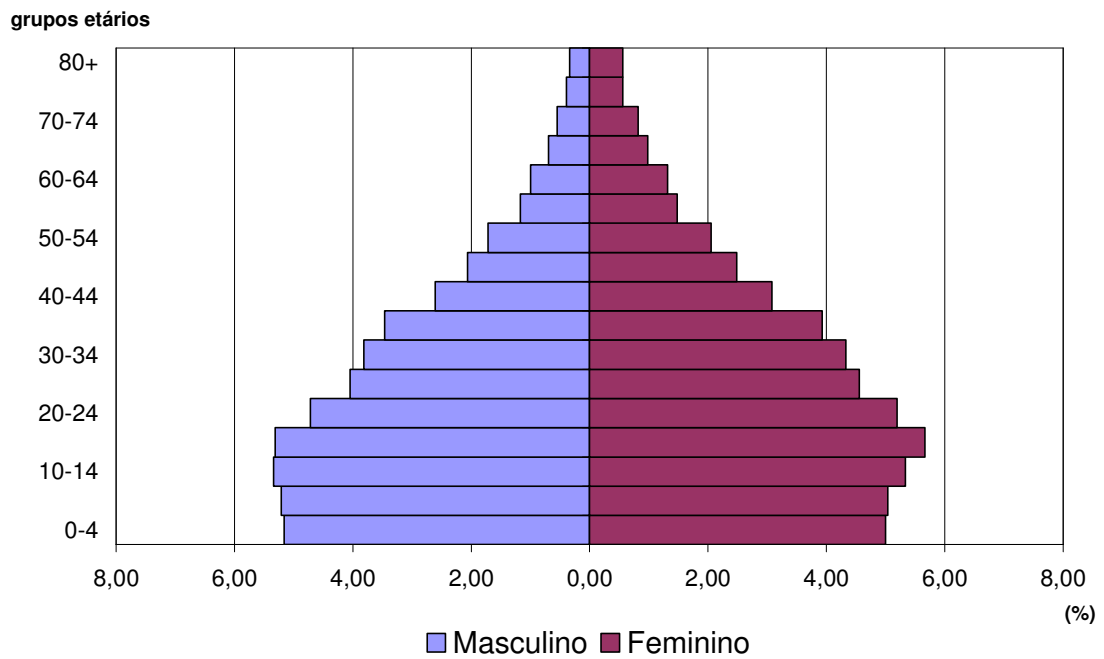
### Estrutura Etária - RM Belém - 2000



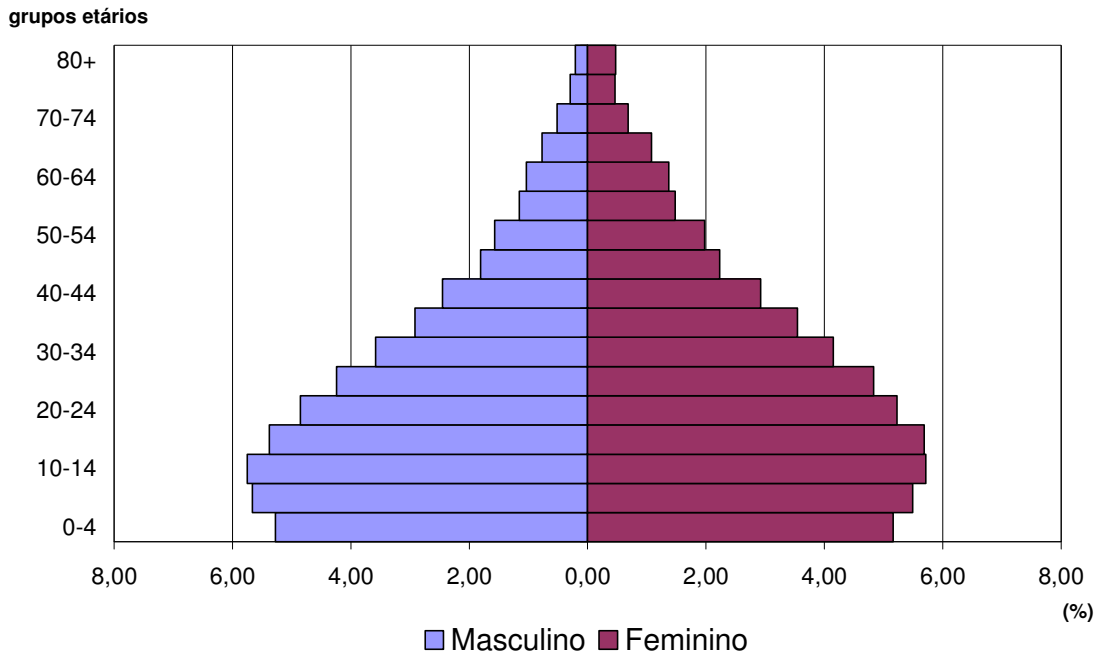
### Estrutura Etária - RM Fortaleza - 1991



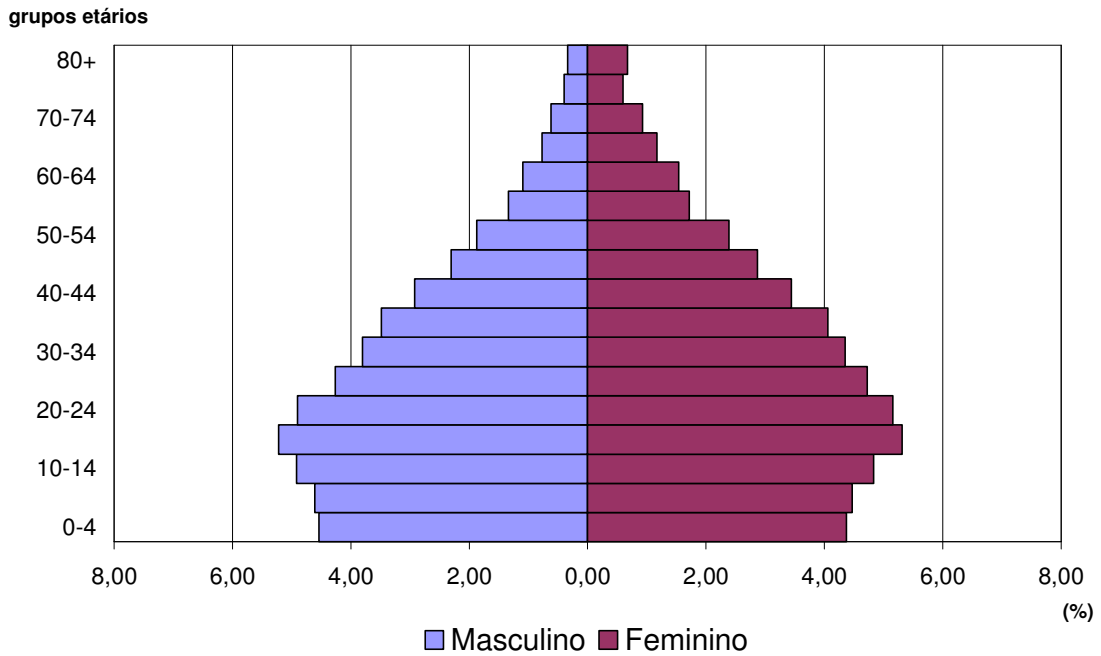
### Estrutura Etária - RM Fortaleza - 2000



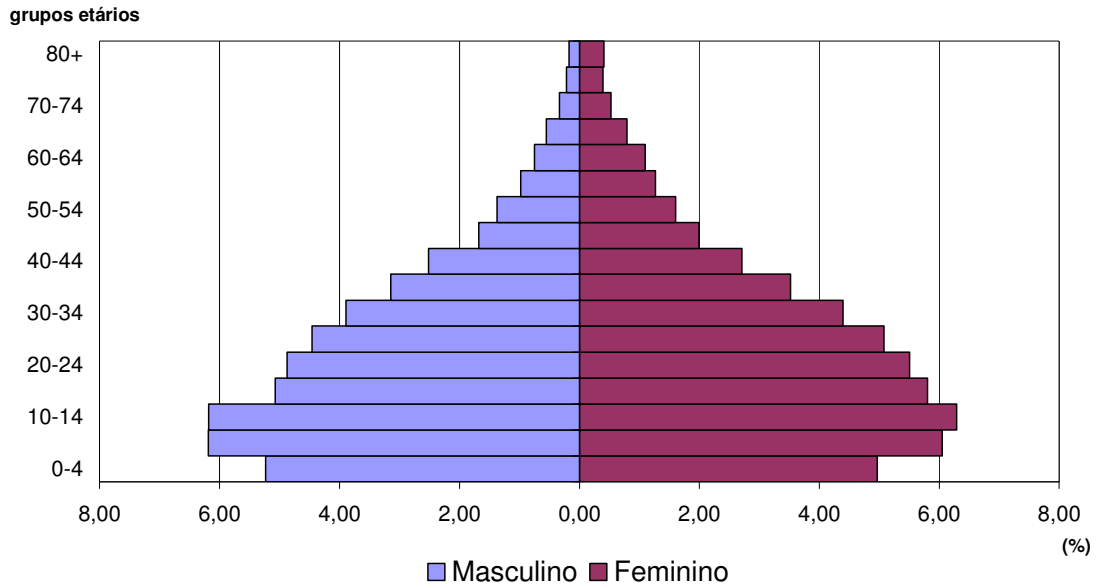
### Estrutura Etária - RM Recife - 1991



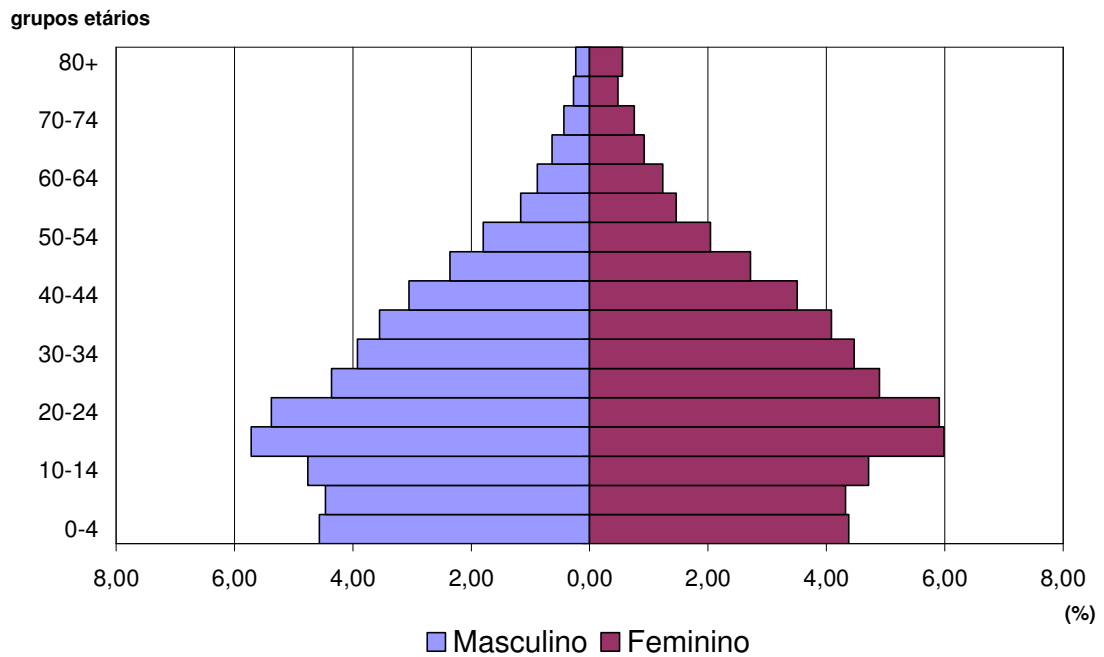
### Estrutura Etária - RM Recife - 2000



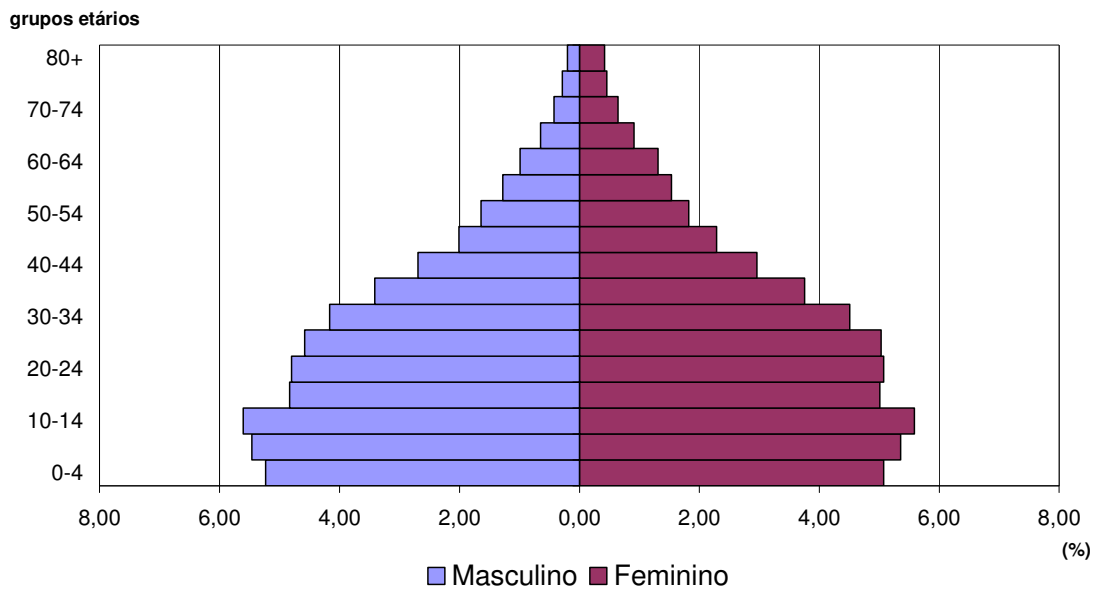
### Estrutura Etária - RM Salvador - 1991



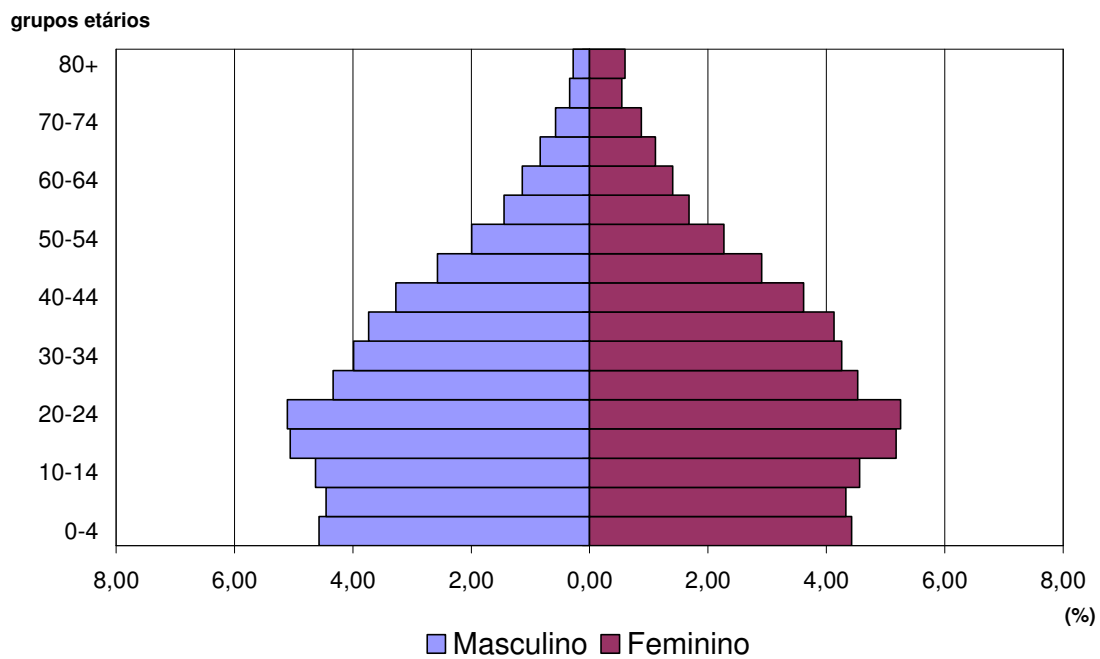
### Estrutura Etária - RM Salvador - 2000



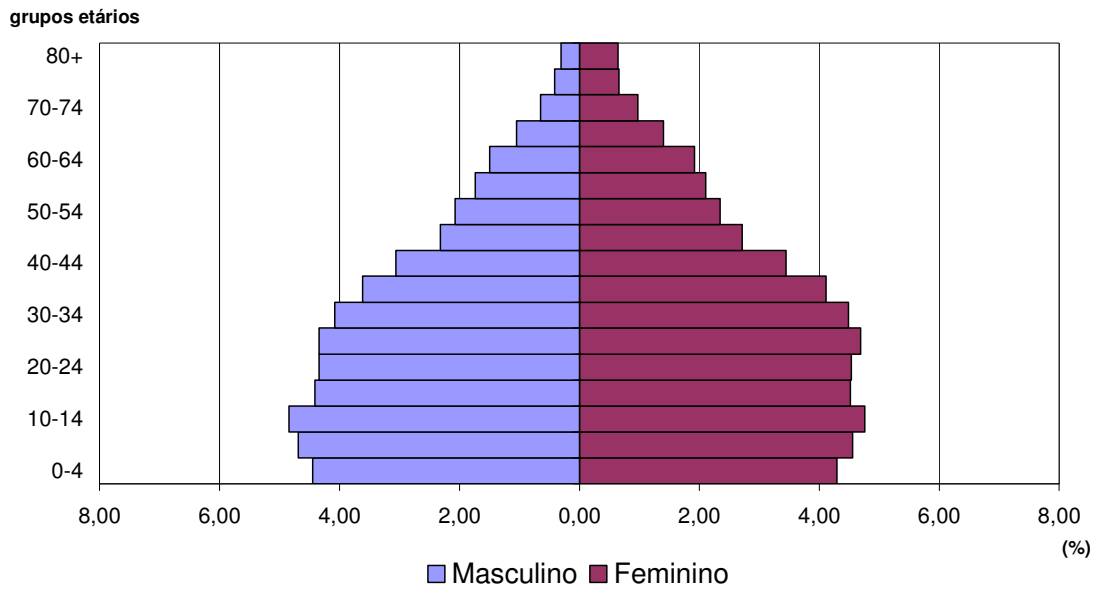
### Estrutura Etária - RM Belo Horizonte - 1991



### Estrutura Etária - RM Belo Horizonte - 2000

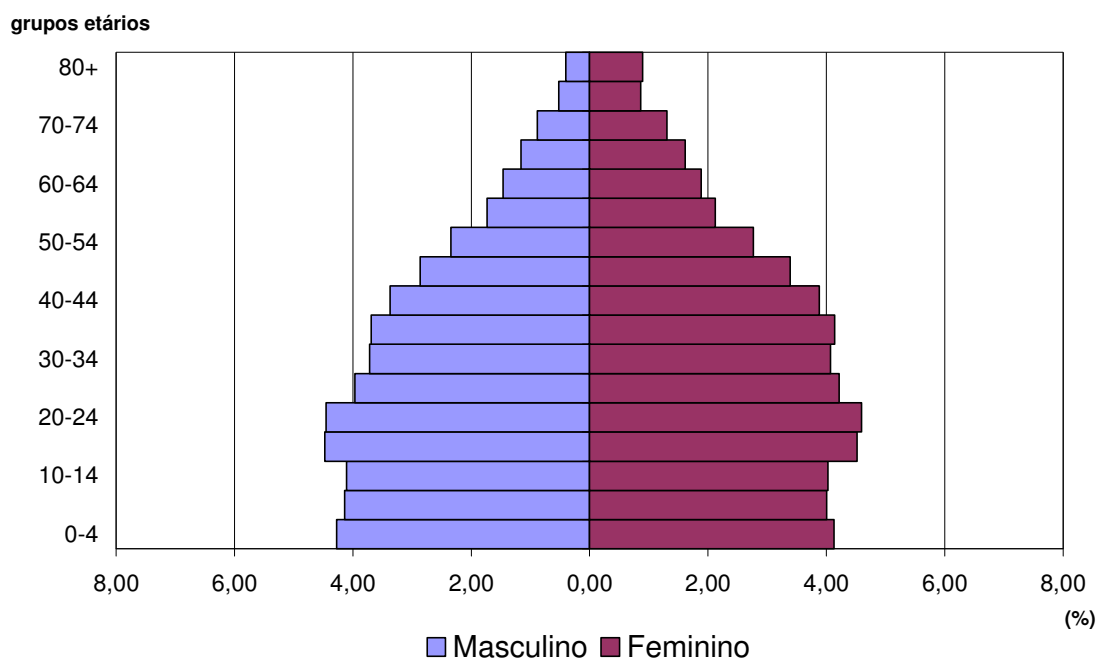


### Estrutura Etária - RM Rio de Janeiro - 1991

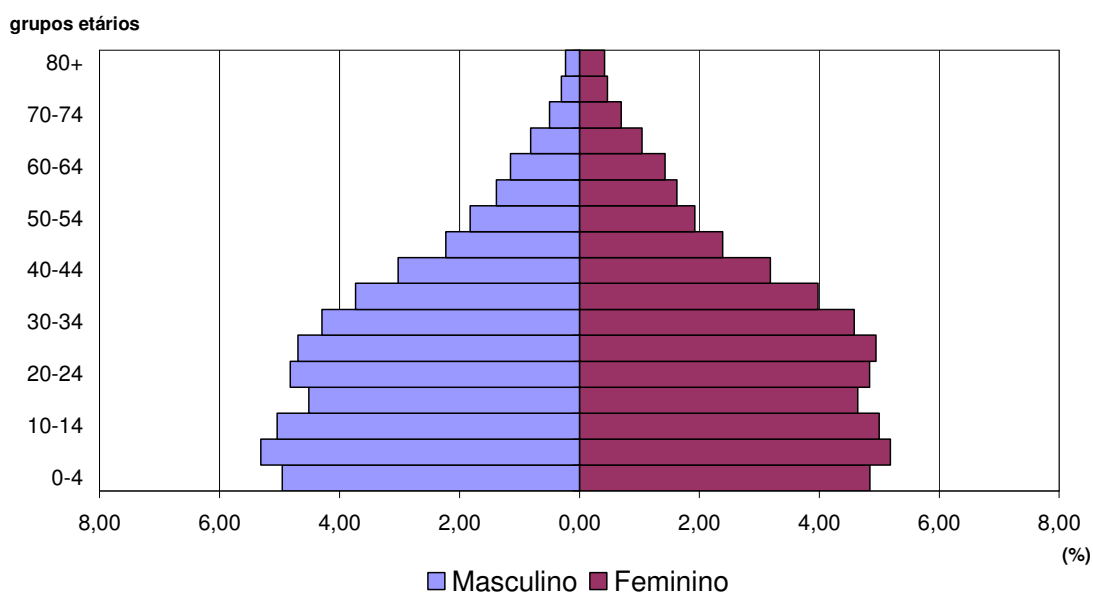




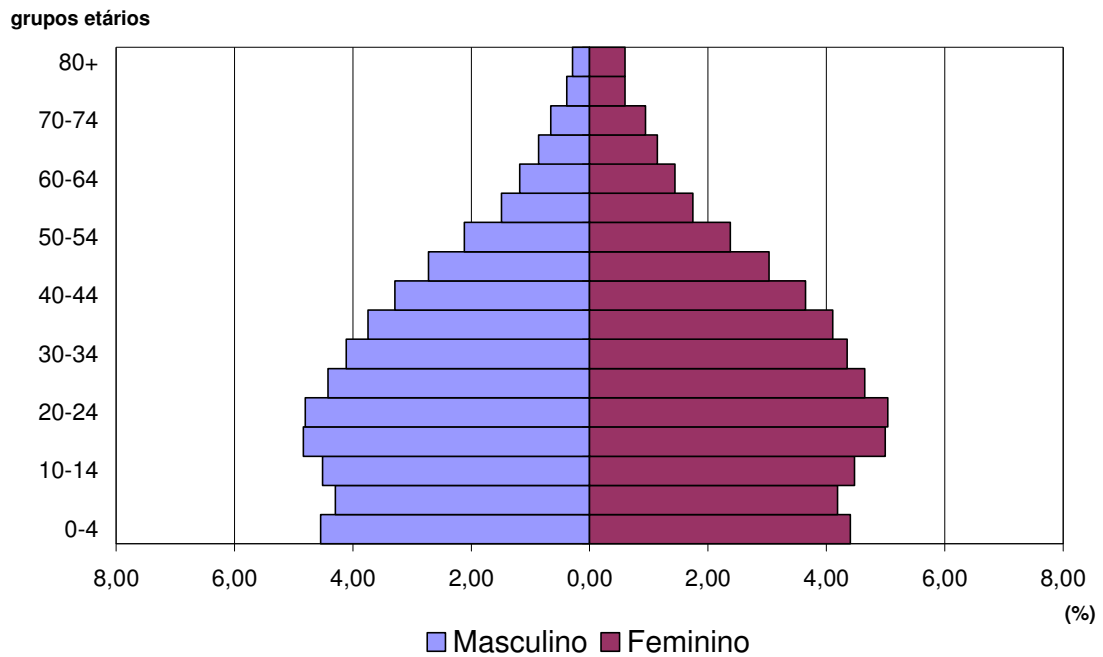
## Estrutura Etária - RM Rio de Janeiro - 2000



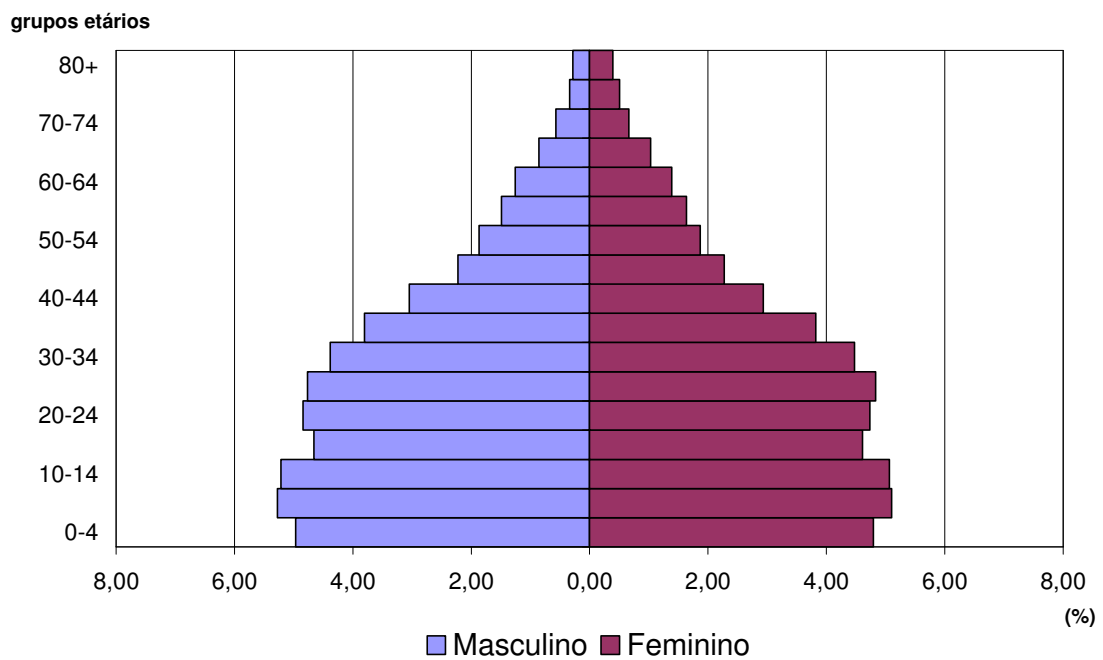
## Estrutura Etária - RM São Paulo - 1991



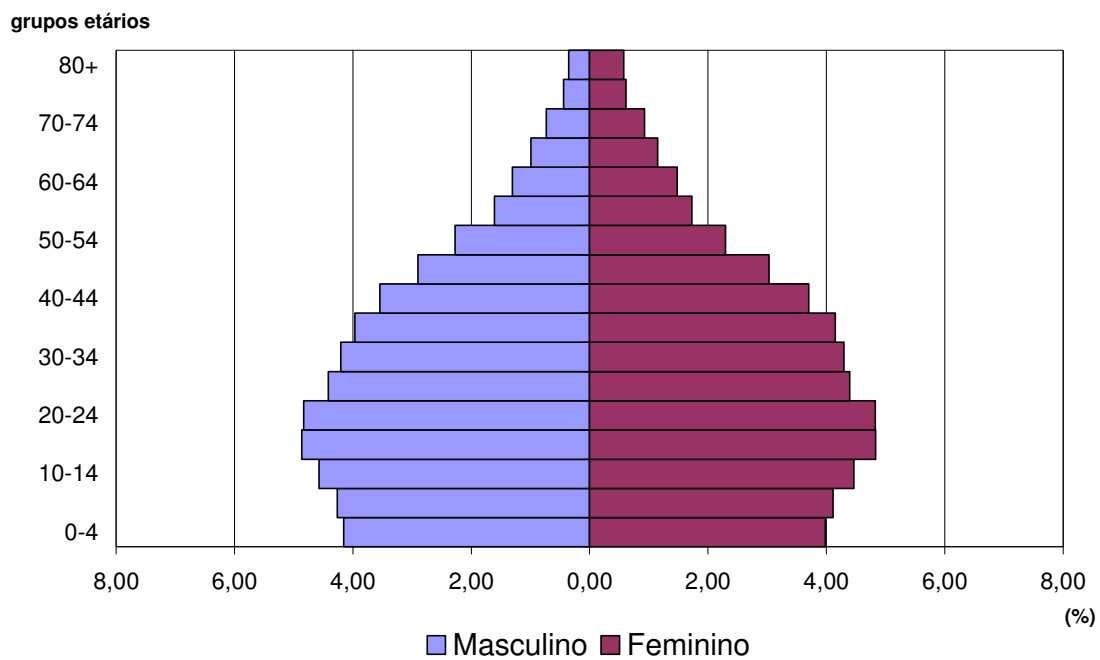
### Estrutura Etária - RM São Paulo - 2000



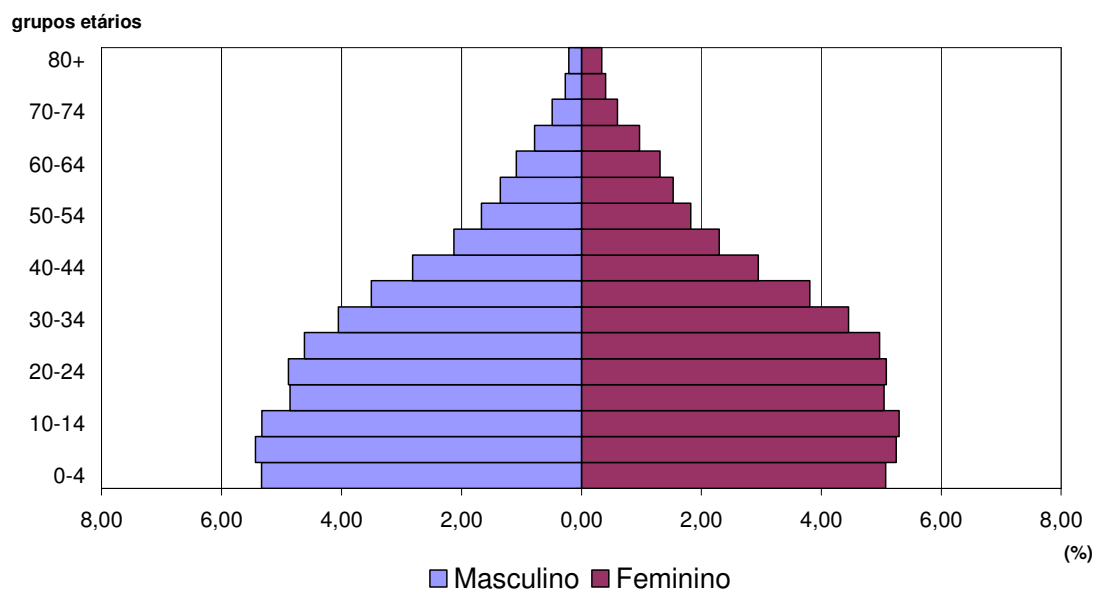
### Estrutura Etária - RM Campinas - 1991



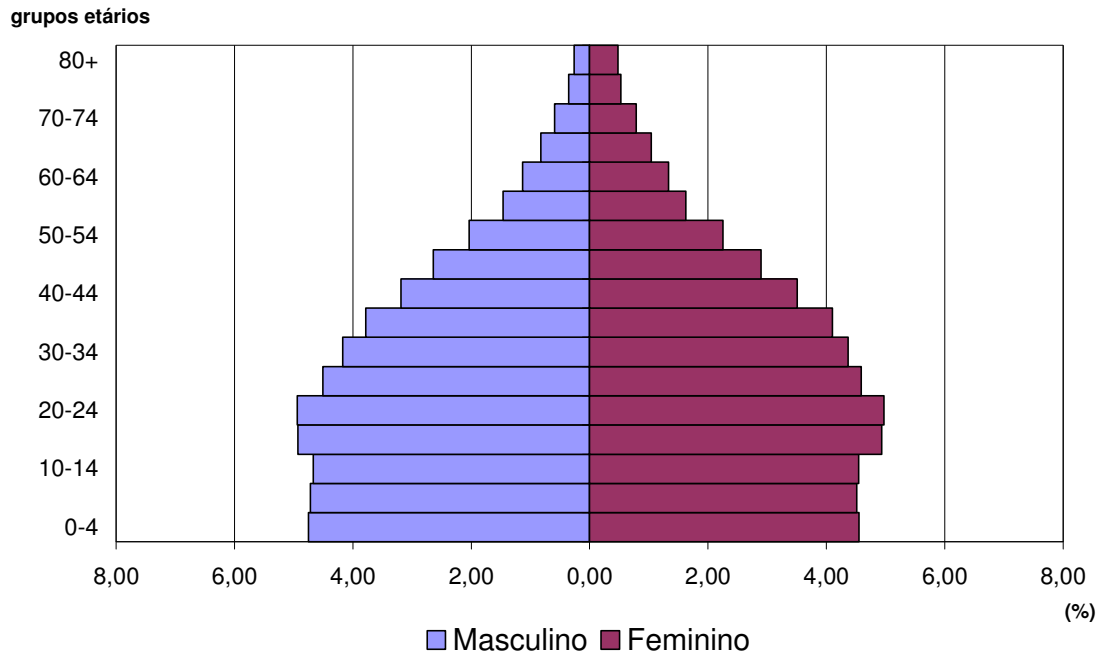
### Estrutura Etária - RM Campinas - 2000



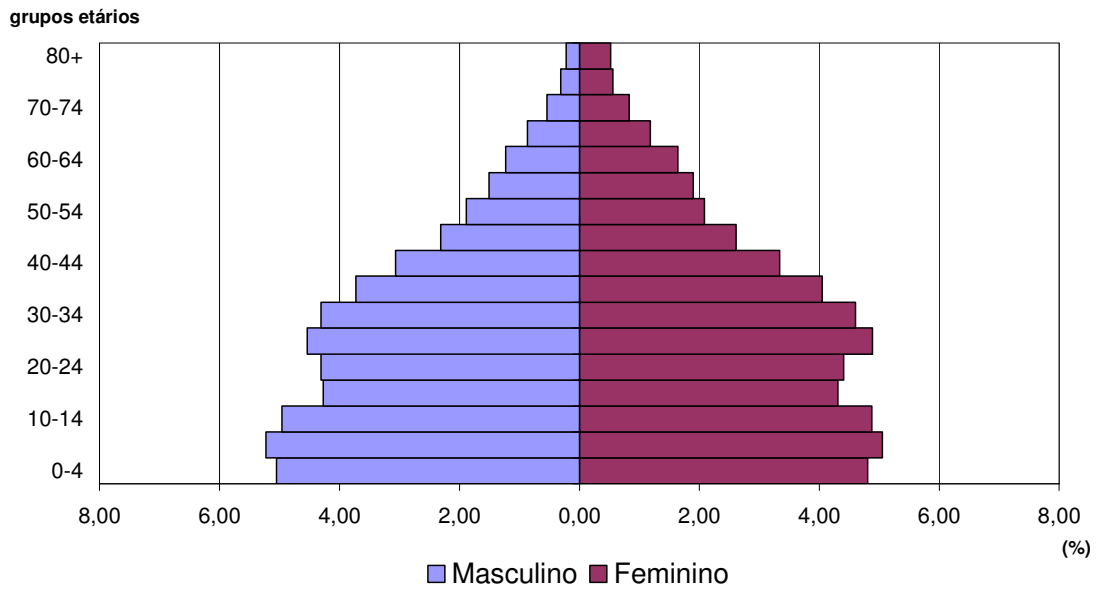
### Estrutura Etária - RM Curitiba - 1991



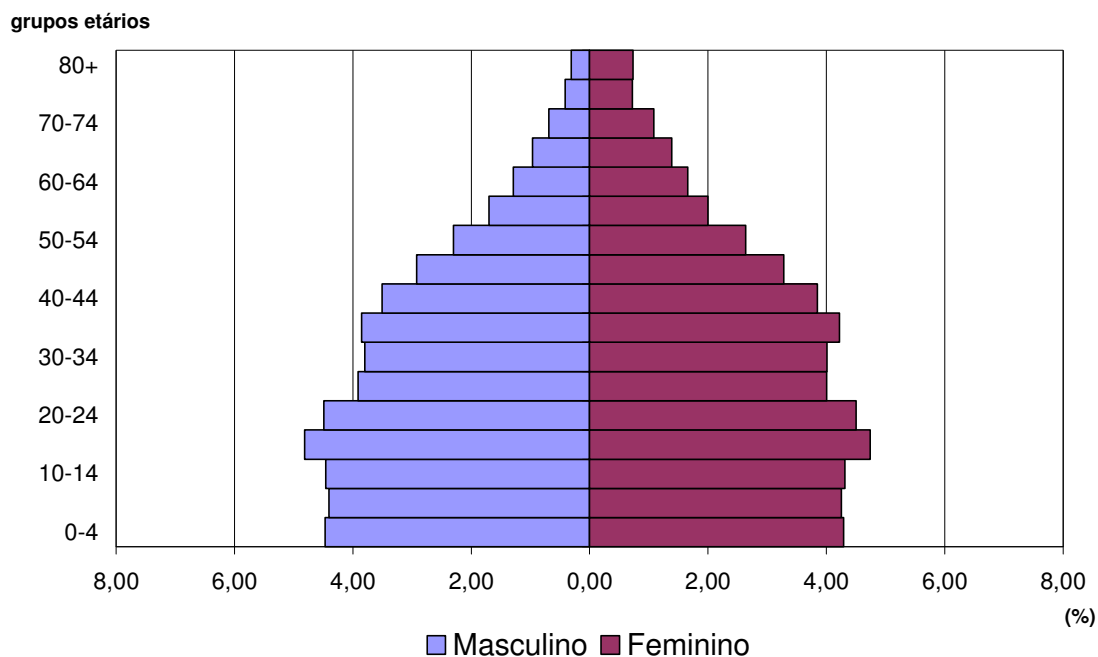
### Estrutura Etária - RM Curitiba - 2000



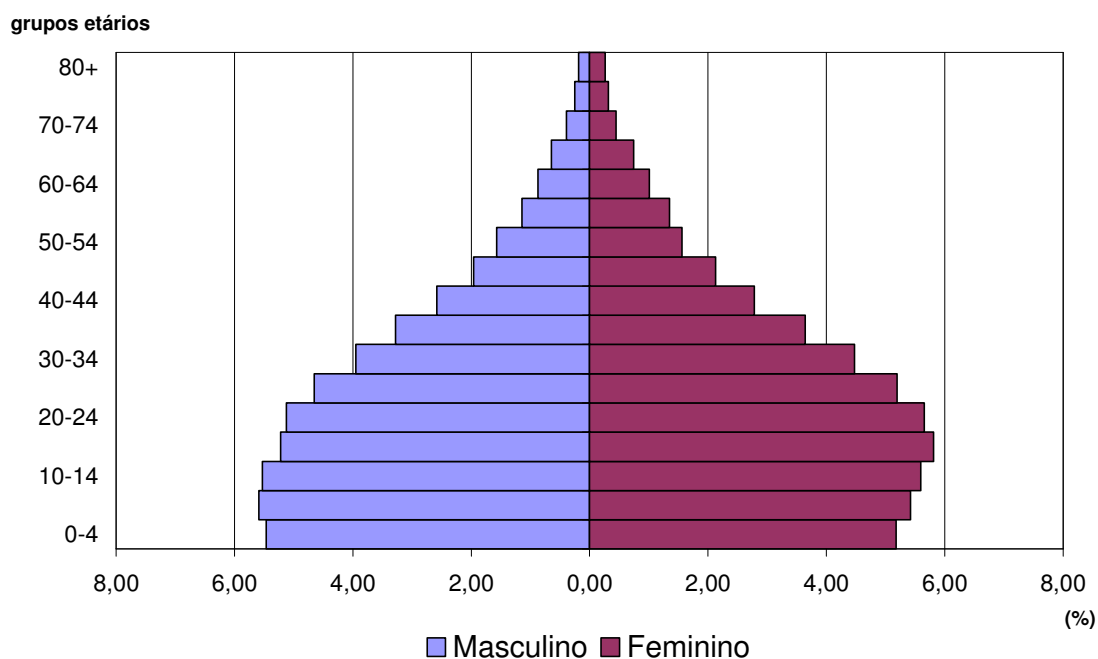
### Estrutura Etária - RM Porto Alegre - 1991



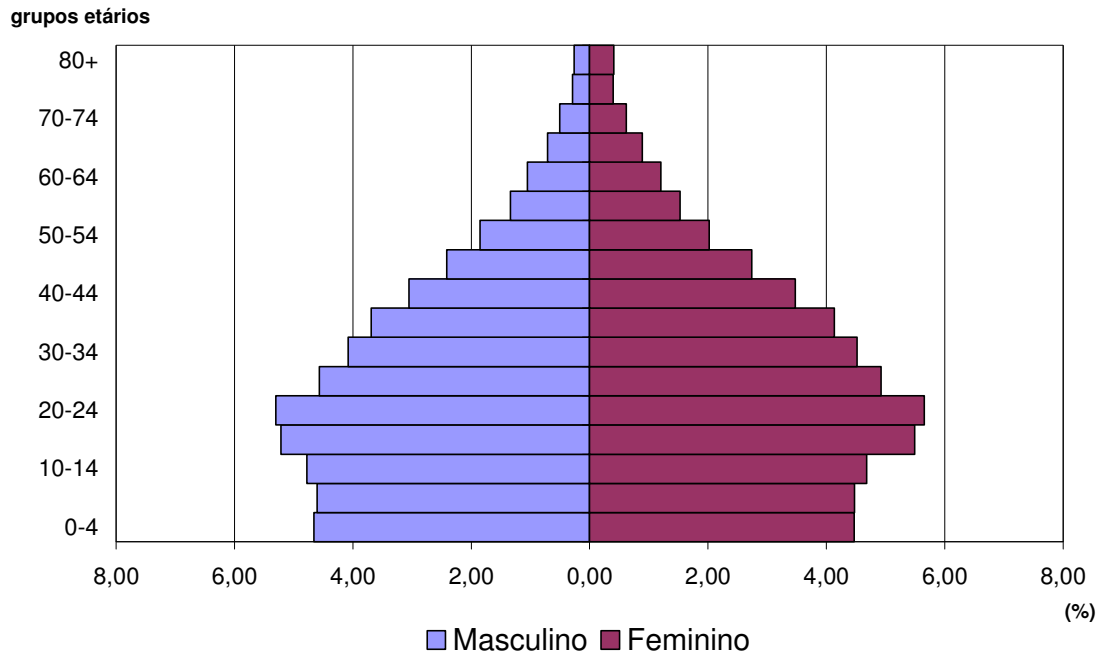
### Estrutura Etária - RM Porto Alegre - 2000



### Estrutura Etária - RM Goiânia - 1991

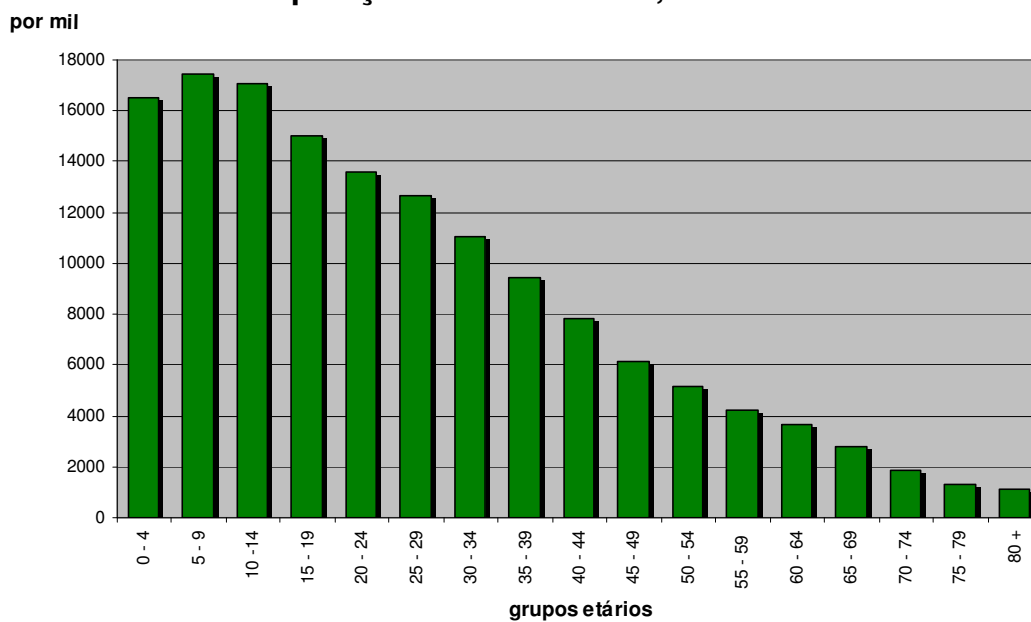


### Estrutura Etária - RM Goiânia - 2000

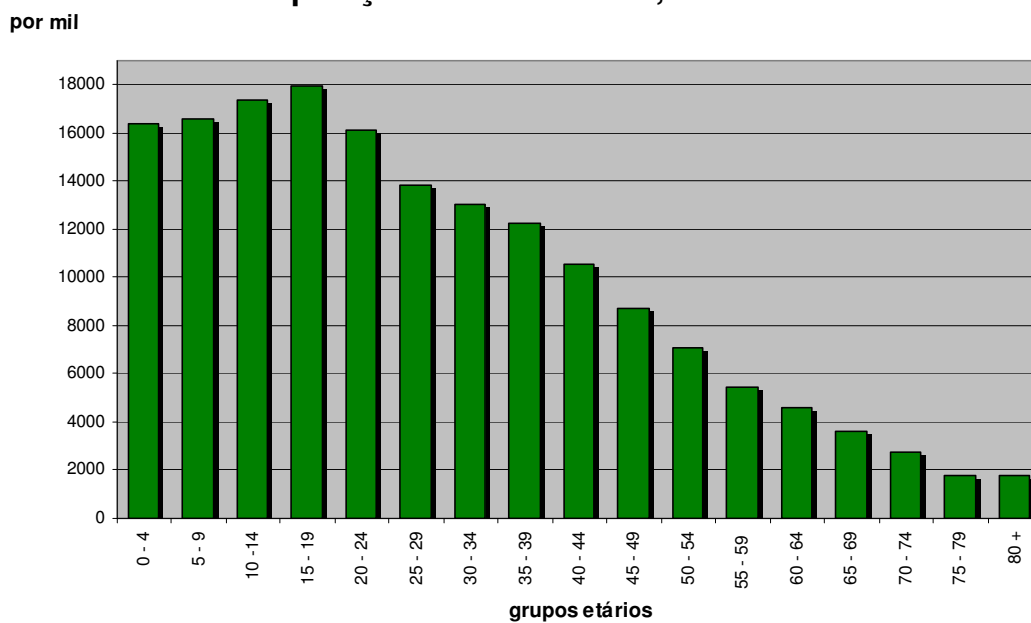


## Anexo 2- Distribuição da População Total por Grupos de Idade

### População Total do Brasil, 1991



### População Total do Brasil, 2000

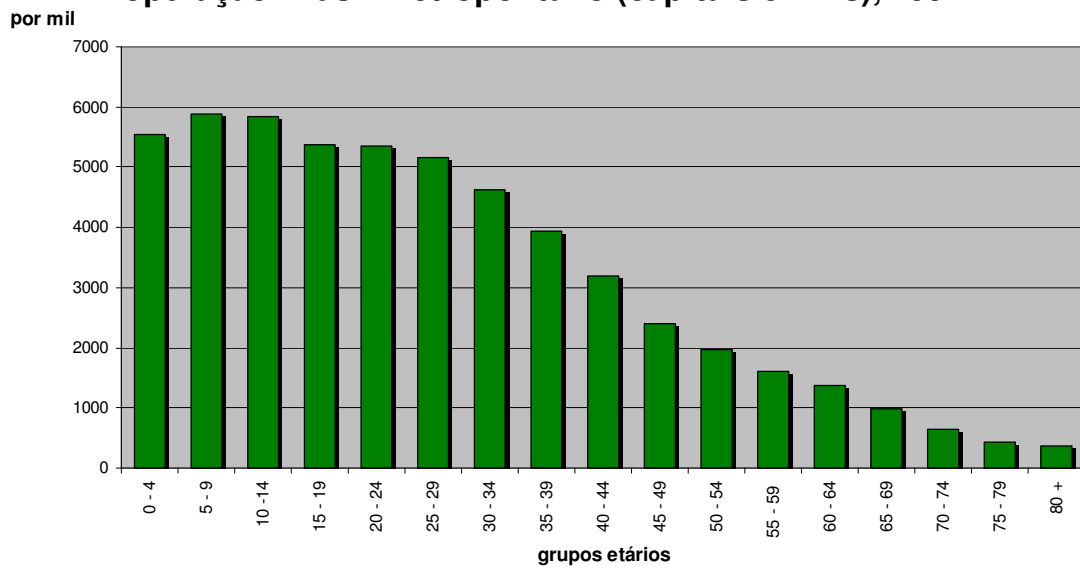




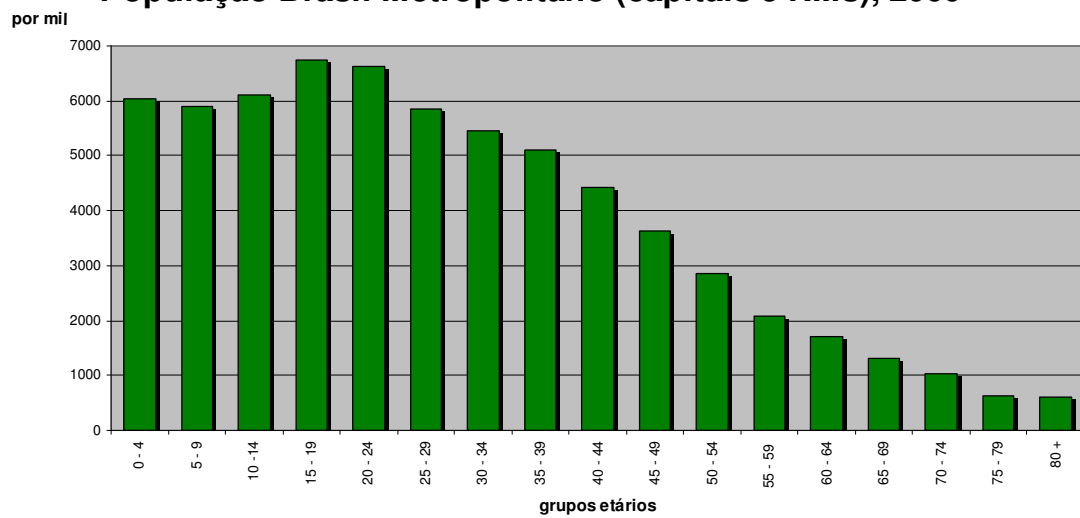
**cg ee**

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
Ciência, Tecnologia e Inovação

## População Brasil Metropolitano (capitais e RMs), 1991



## População Brasil Metropolitano (capitais e RMs), 2000

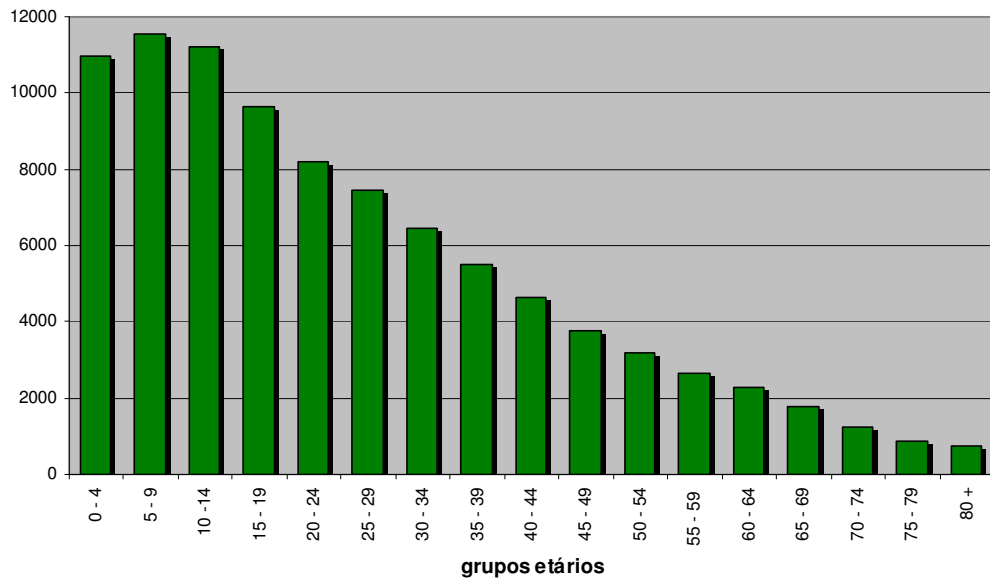






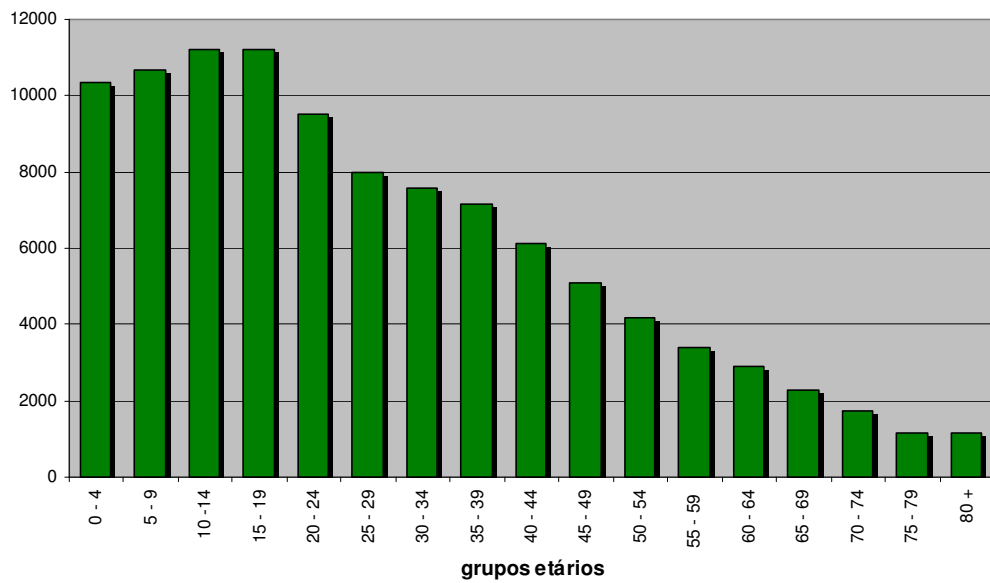
### População do Interior do Brasil, 1991

por mil



### População do Interior do Brasil, 2000

por mil

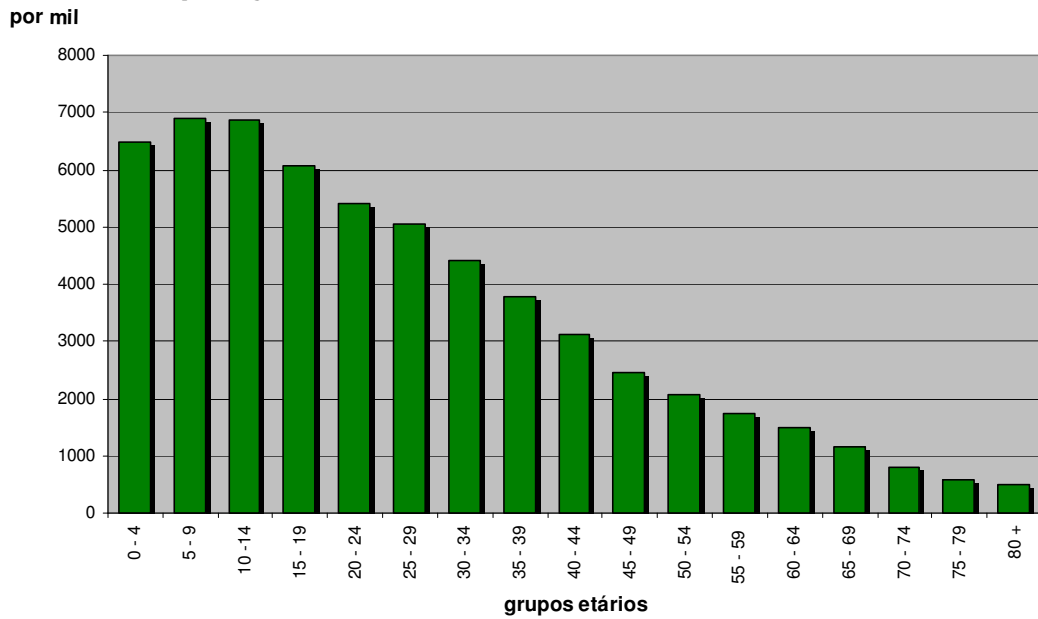




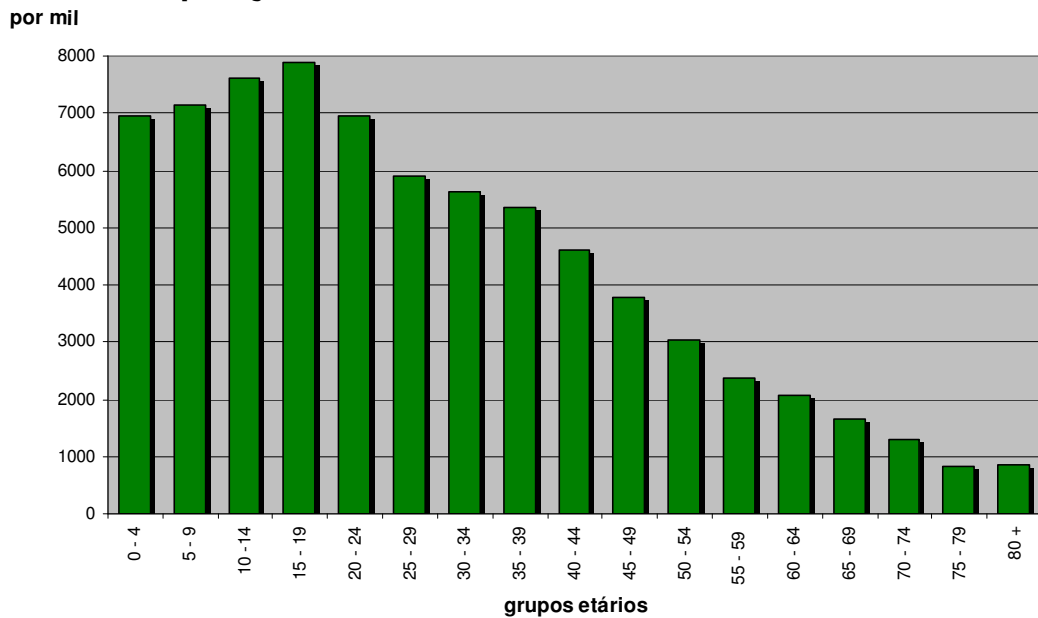
**cg ee**

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
Ciência, Tecnologia e Inovação

### População do Interior Urbano do Brasil, 1991

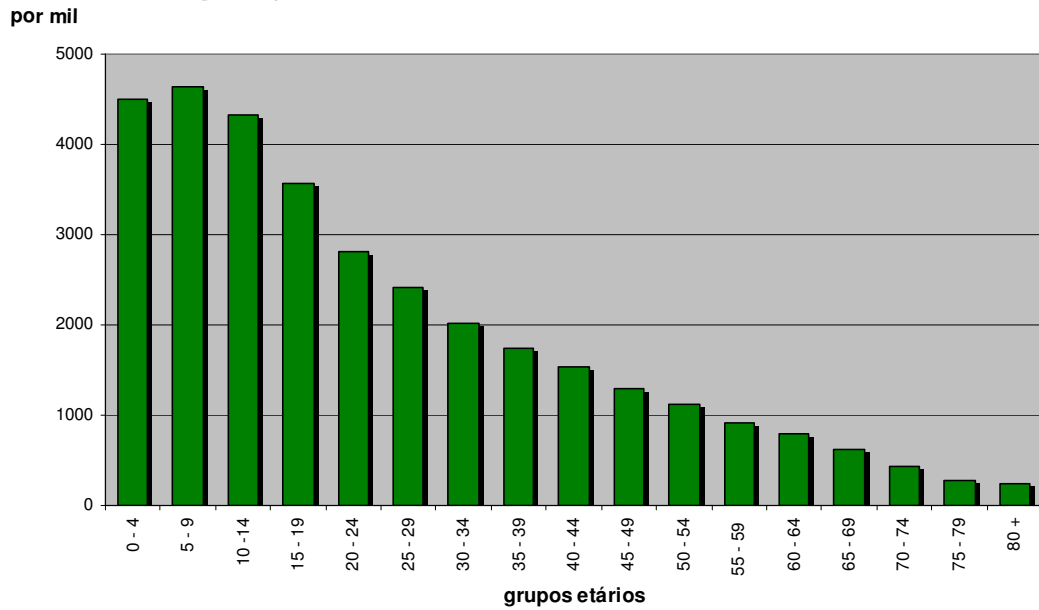


### População do Interior Urbano do Brasil, 2000

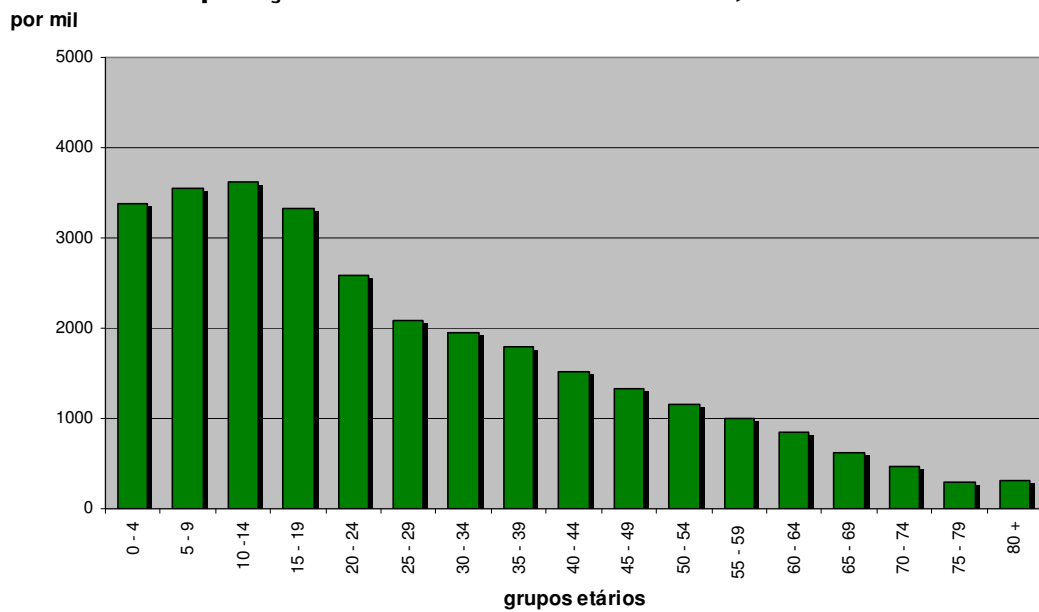




### População do Interior Rural do Brasil, 1991



### População do Interior Rural do Brasil, 2000

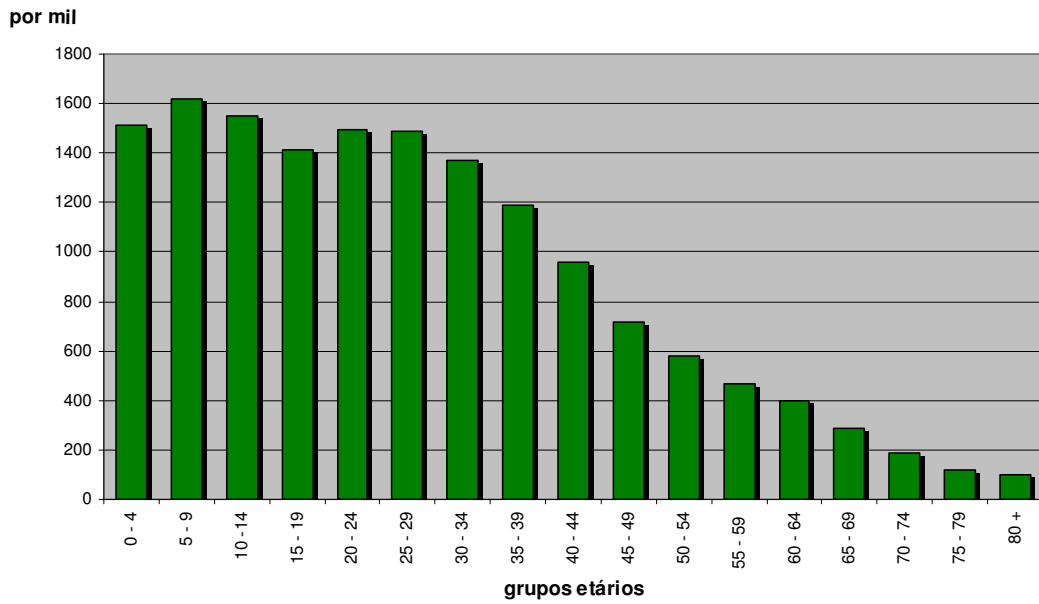




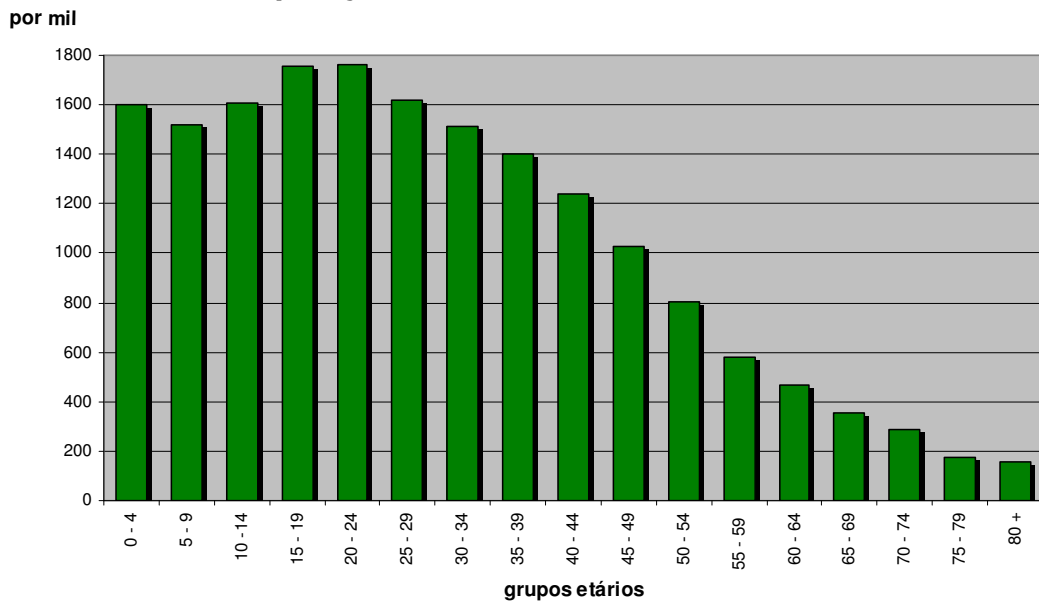
**cg ee**

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
Ciência, Tecnologia e Inovação

## População RM de São Paulo, 1991



## População RM de São Paulo, 2000

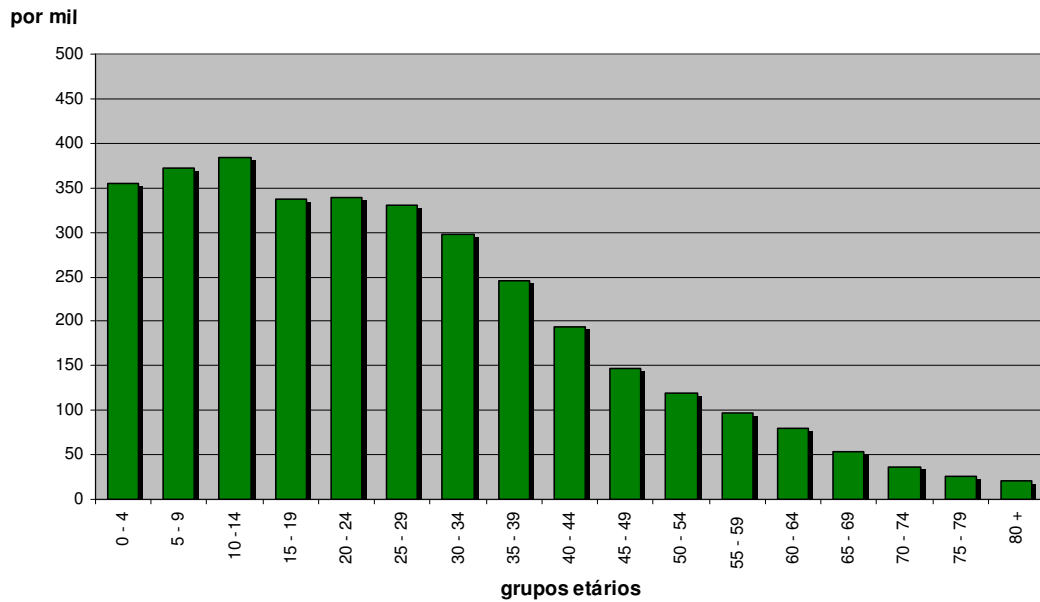




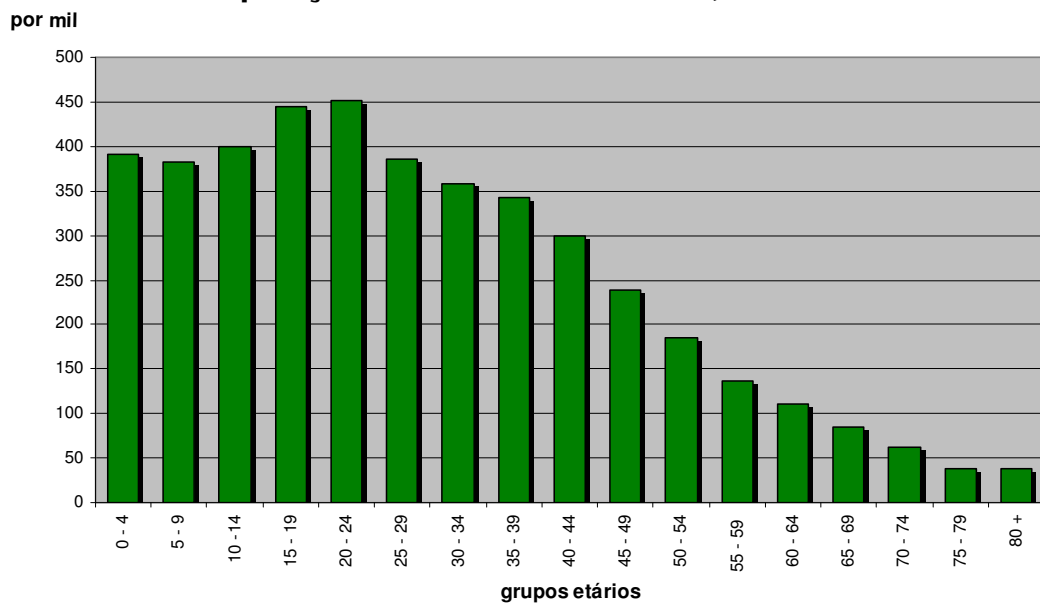
**cg ee**

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
Ciência, Tecnologia e Inovação

## População RM de Belo Horizonte, 1991



## População RM de Belo Horizonte, 2000



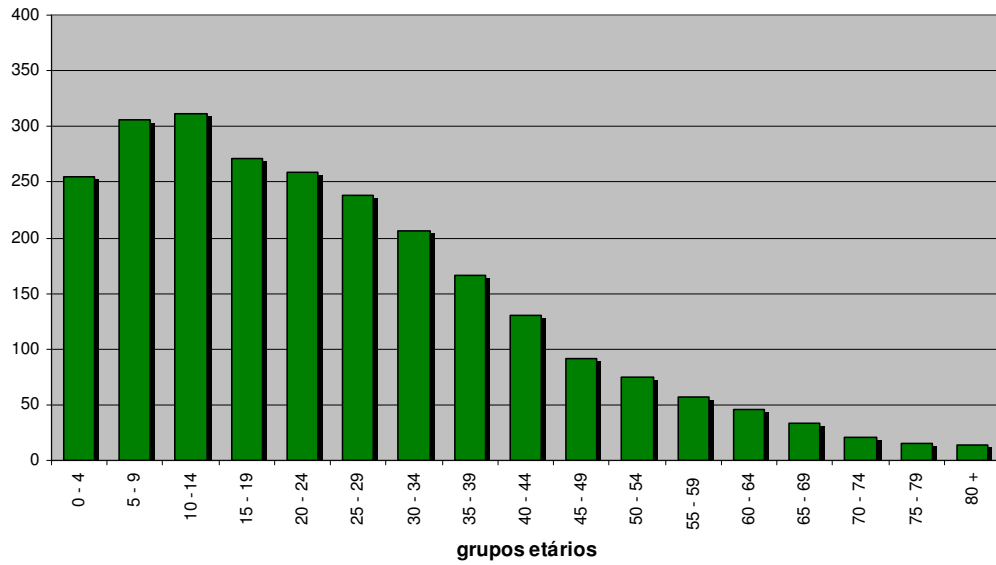


**cg ee**

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
Ciência, Tecnologia e Inovação

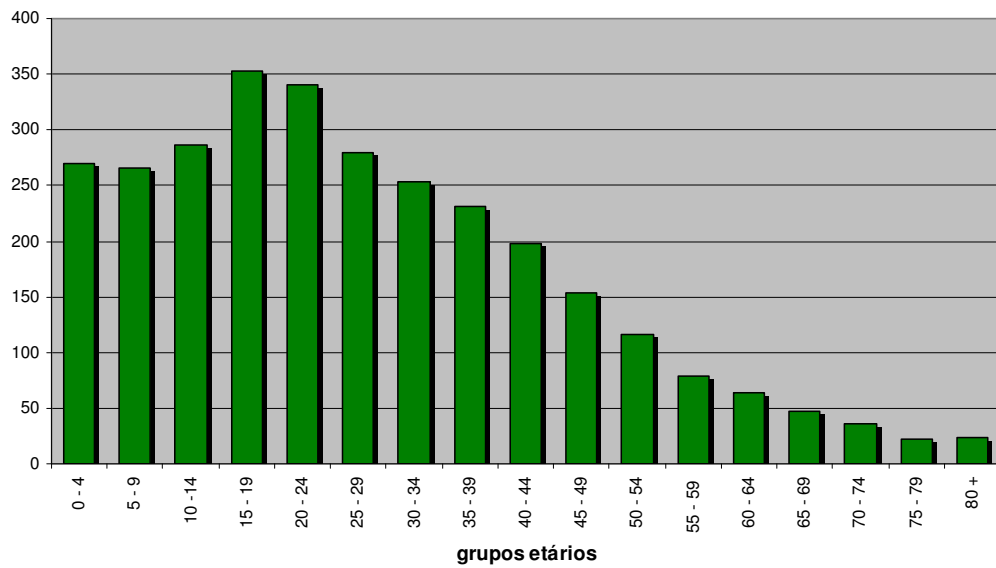
## População RM de Salvador, 1991

por mil



## População RM de Salvador, 2000

por mil



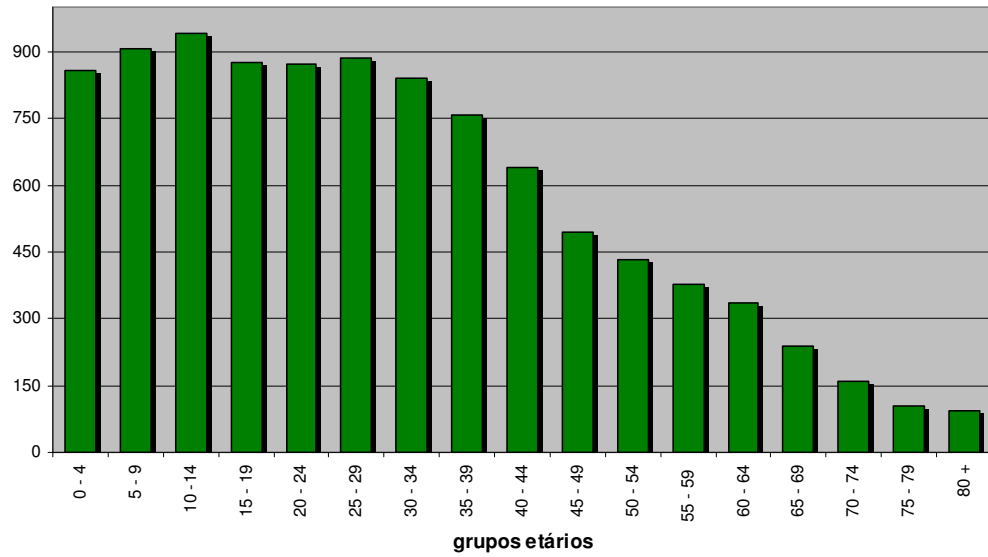


**cg ee**

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
Ciência, Tecnologia e Inovação

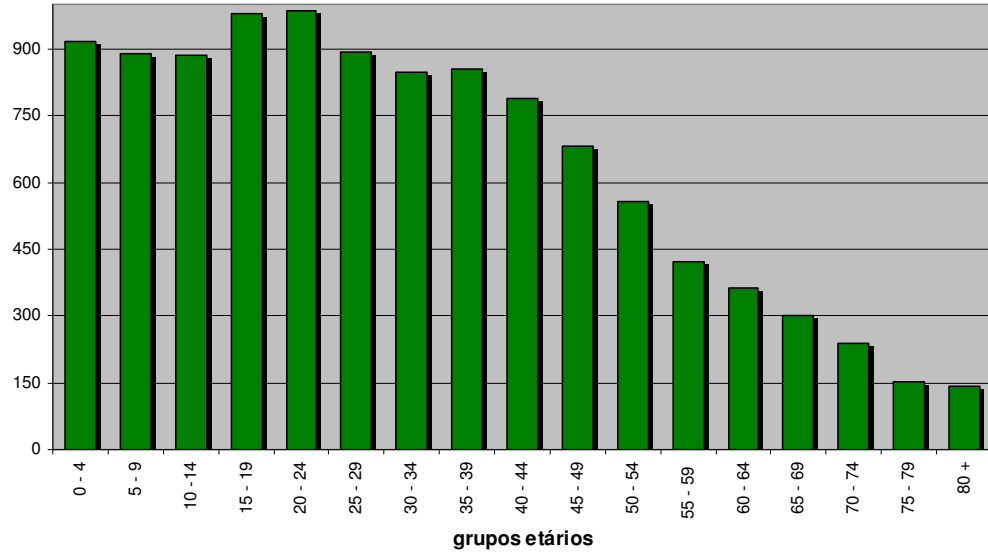
## População RM do Rio de Janeiro, 1991

por mil



## População RM do Rio de Janeiro, 2000

por mil

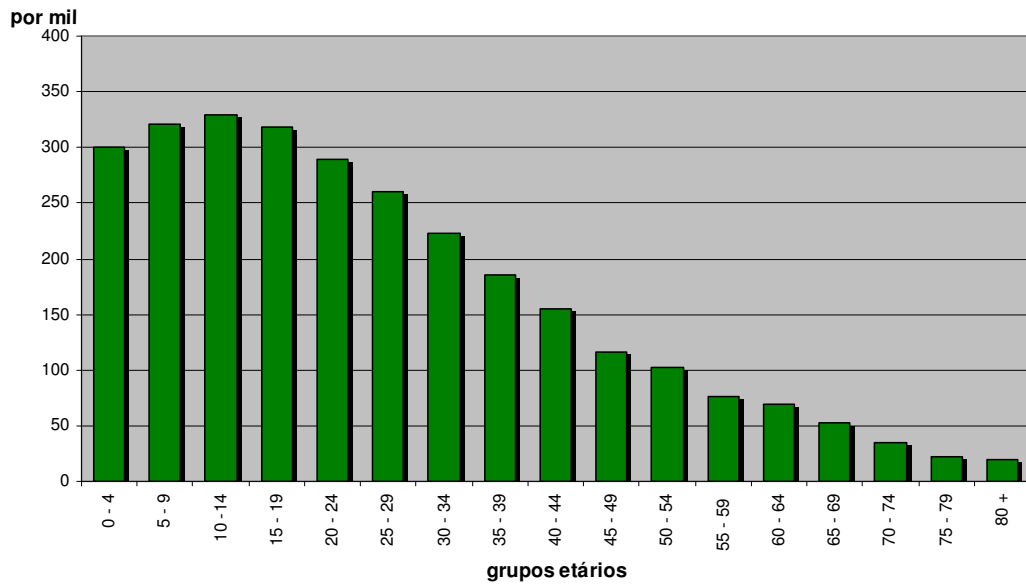




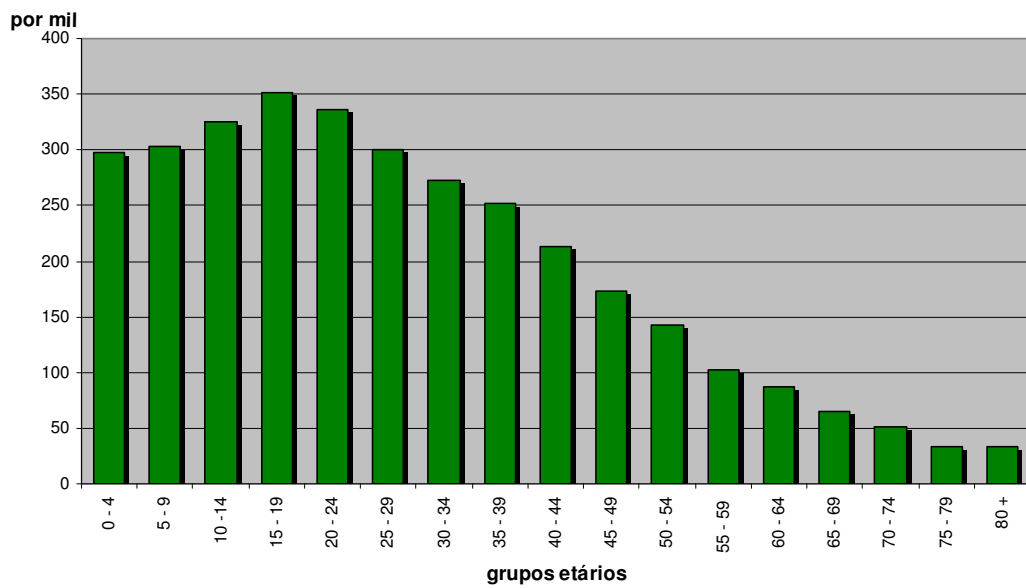
**cg ee**

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
Ciência, Tecnologia e Inovação

## População RM de Recife, 1991



## População RM de Recife, 2000



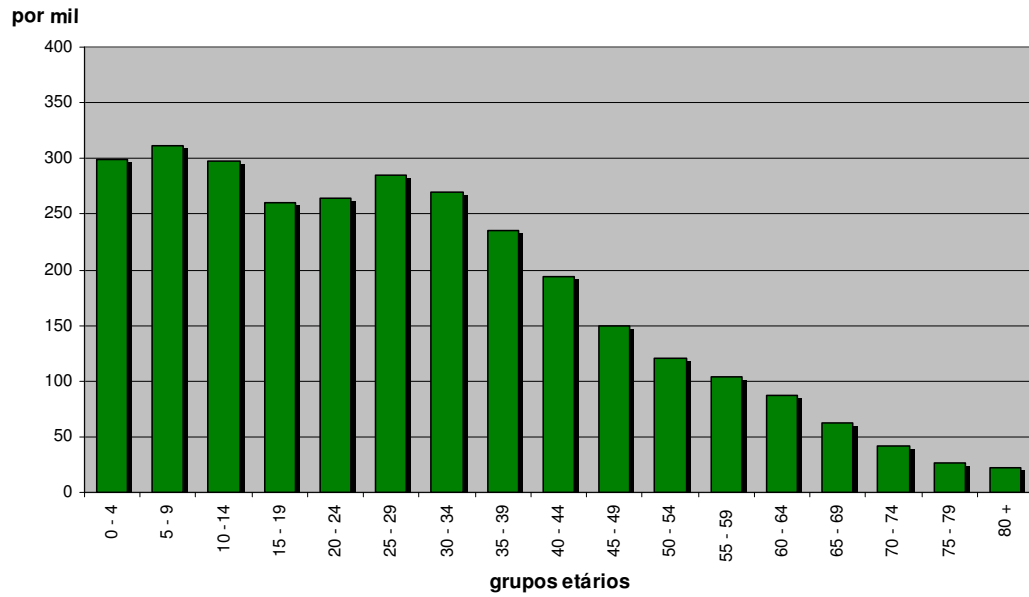




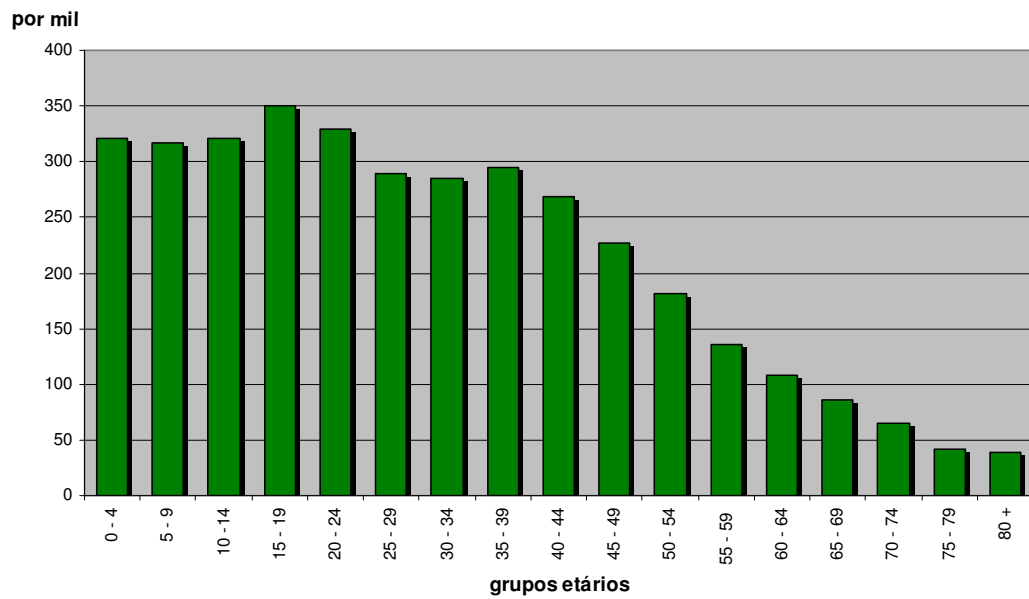
**cg ee**

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
Ciência, Tecnologia e Inovação

## População RM de Porto Alegre, 1991



## População RM de Porto Alegre, 2000

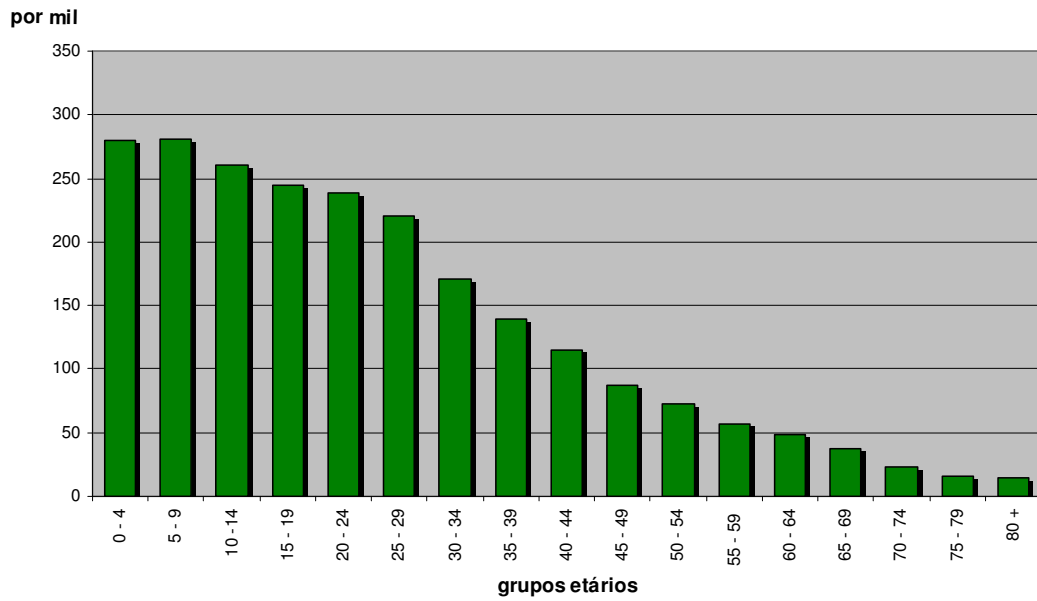




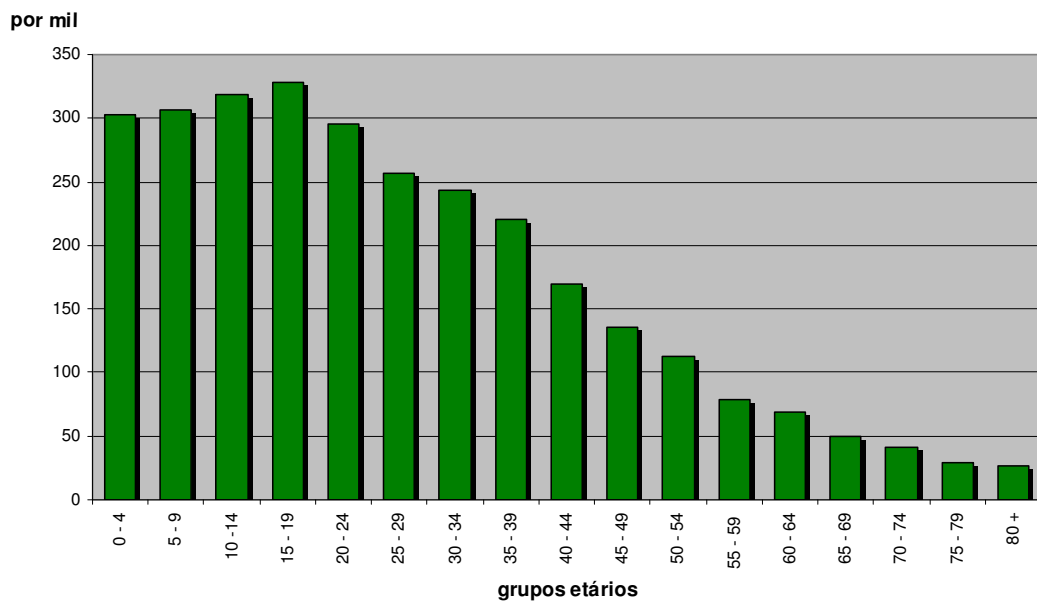
**cg ee**

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
Ciência, Tecnologia e Inovação

## População RM de Fortaleza, 1991



## População RM de Fortaleza, 2000

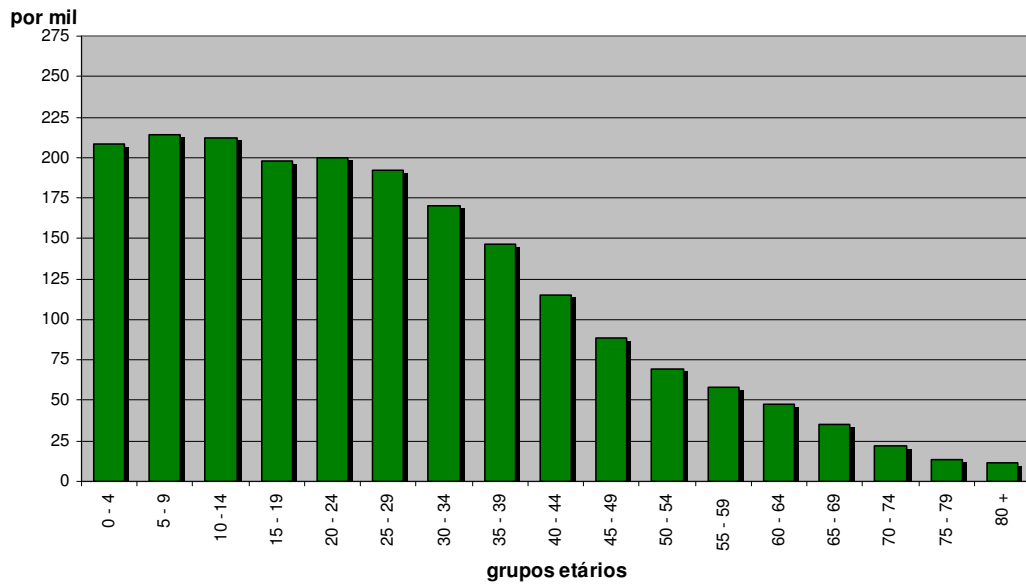




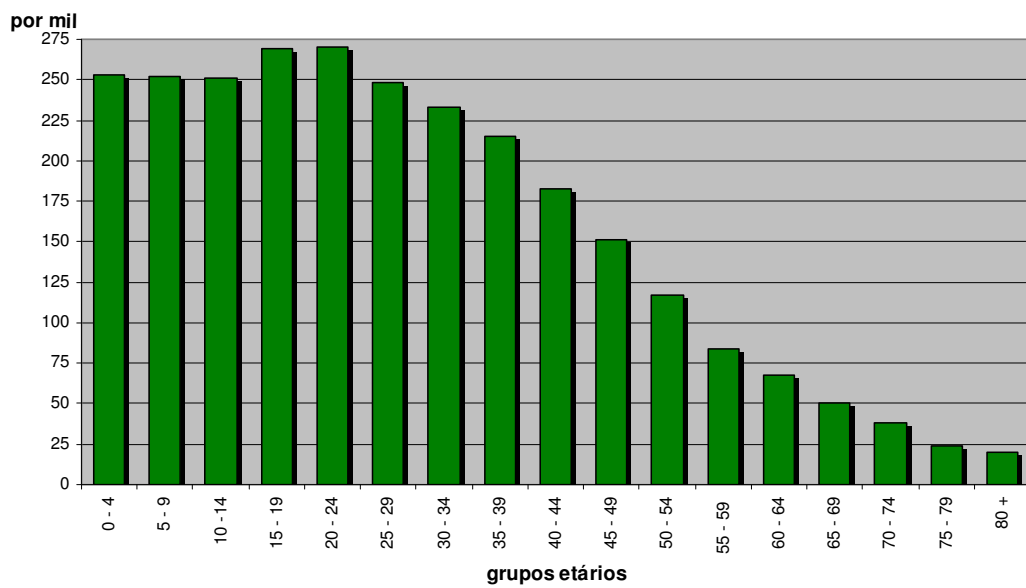
**cg ee**

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
*Ciência, Tecnologia e Inovação*

## População RM de Curitiba, 1991

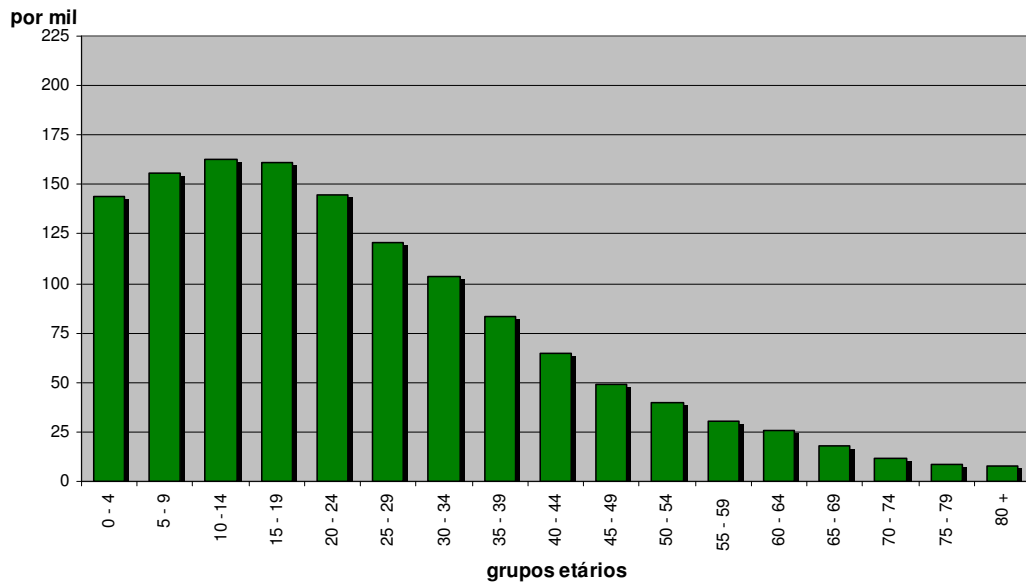


## População RM de Curitiba, 2000

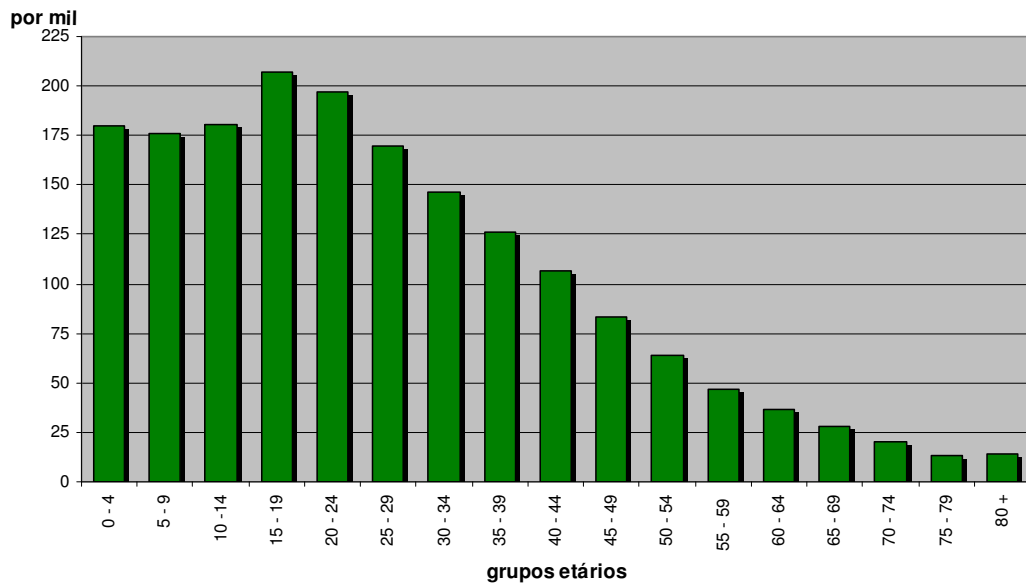




### População RM de Belém, 1991



### População RM de Belém, 2000

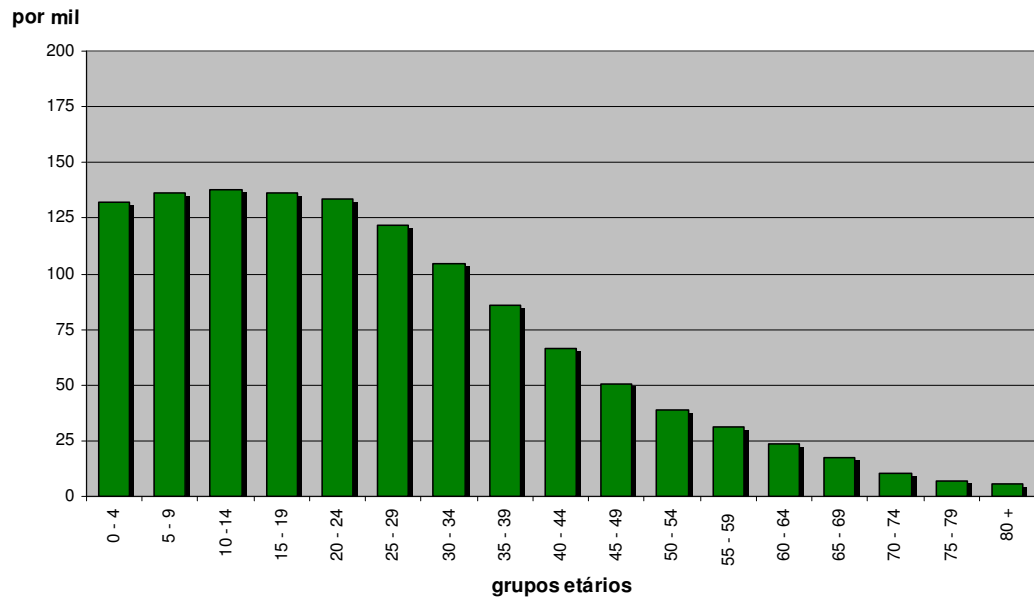




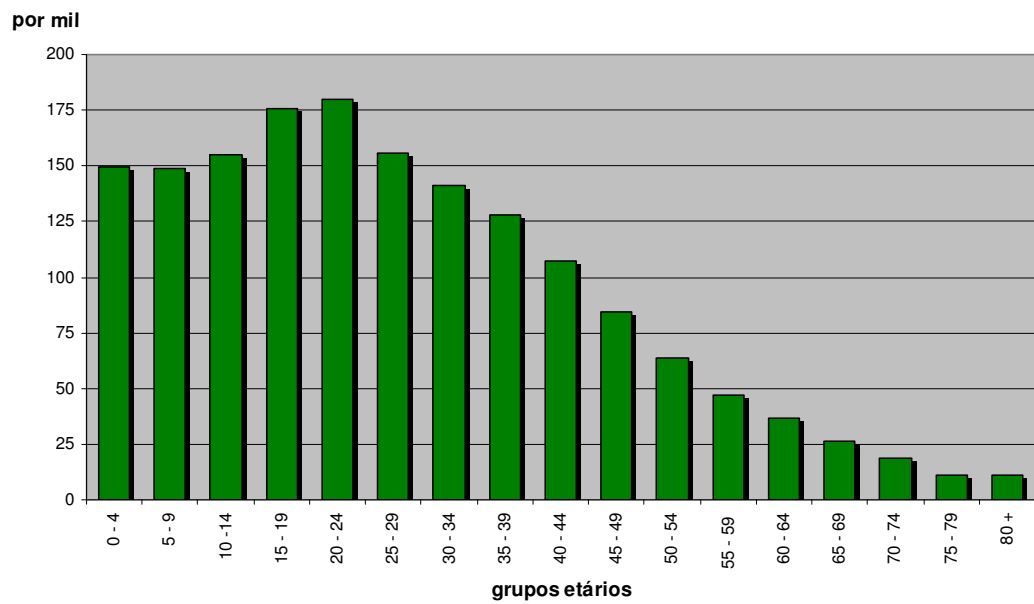
**cggee**

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
Ciência, Tecnologia e Inovação

## População RM de Goiânia, 1991



## População RM de Goiânia, 2000

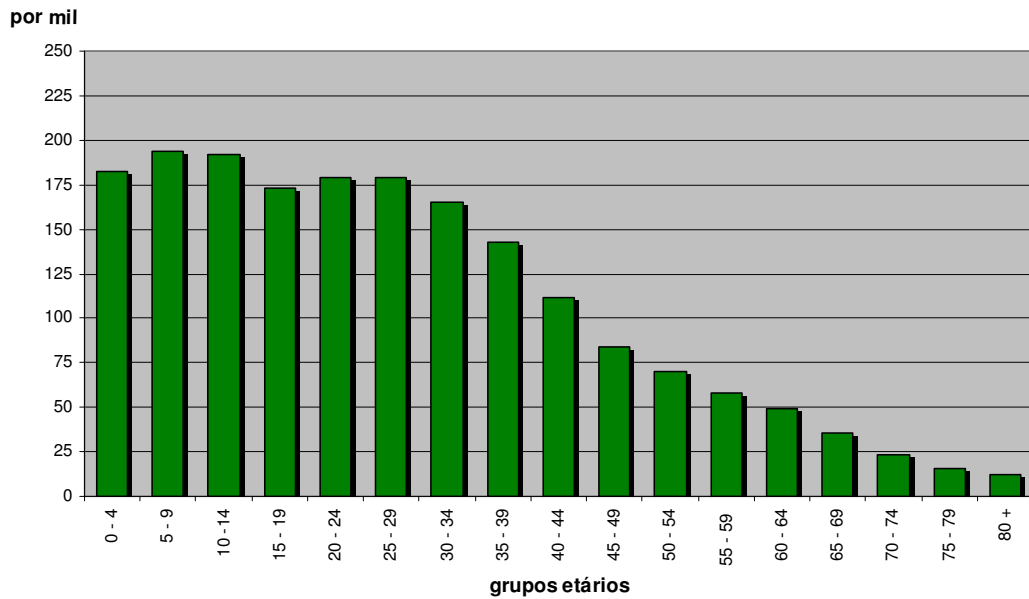




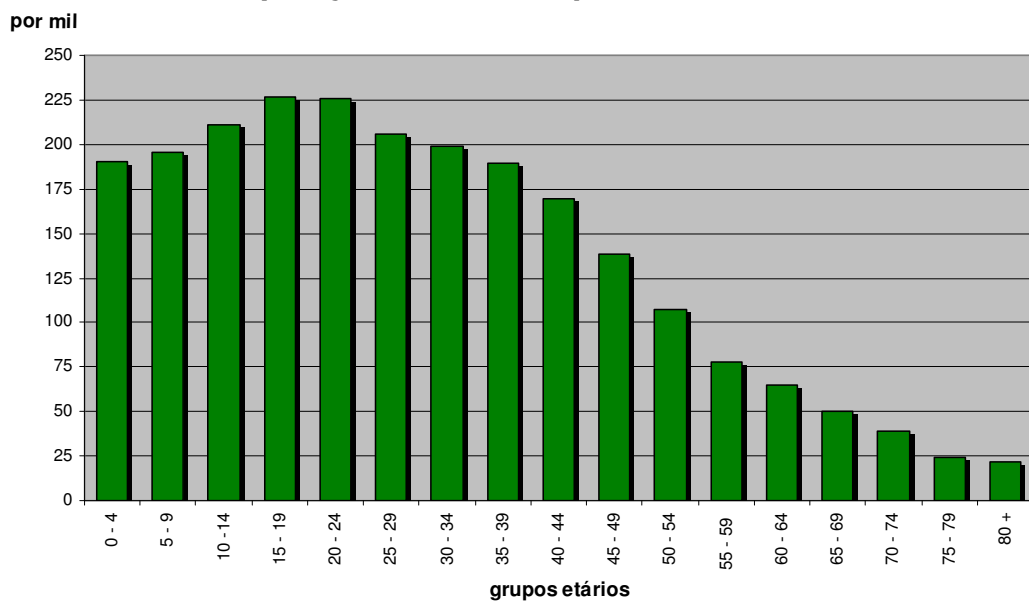
**cg ee**

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
Ciência, Tecnologia e Inovação

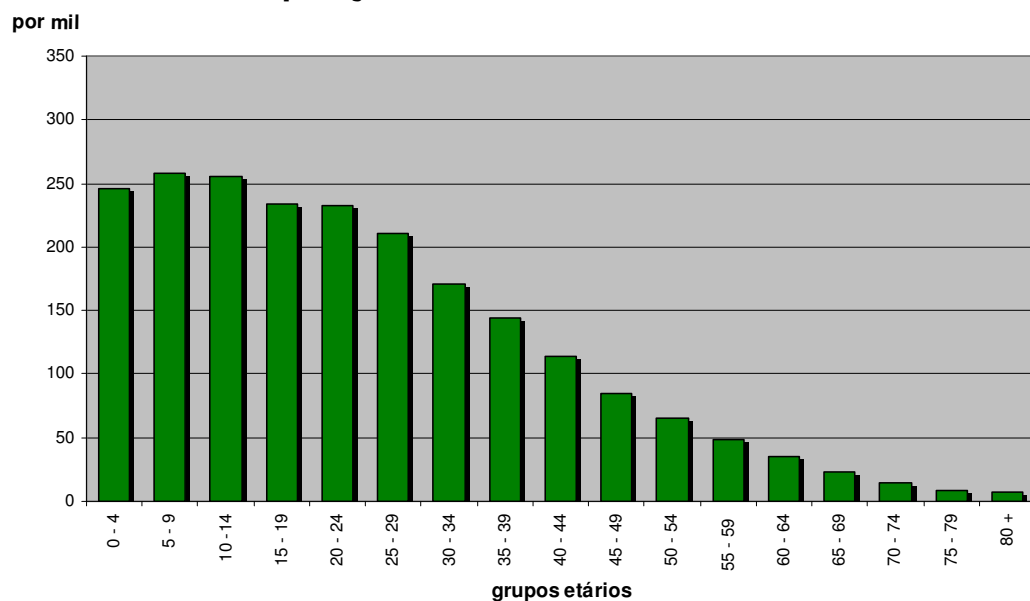
## População RM de Campinas, 1991



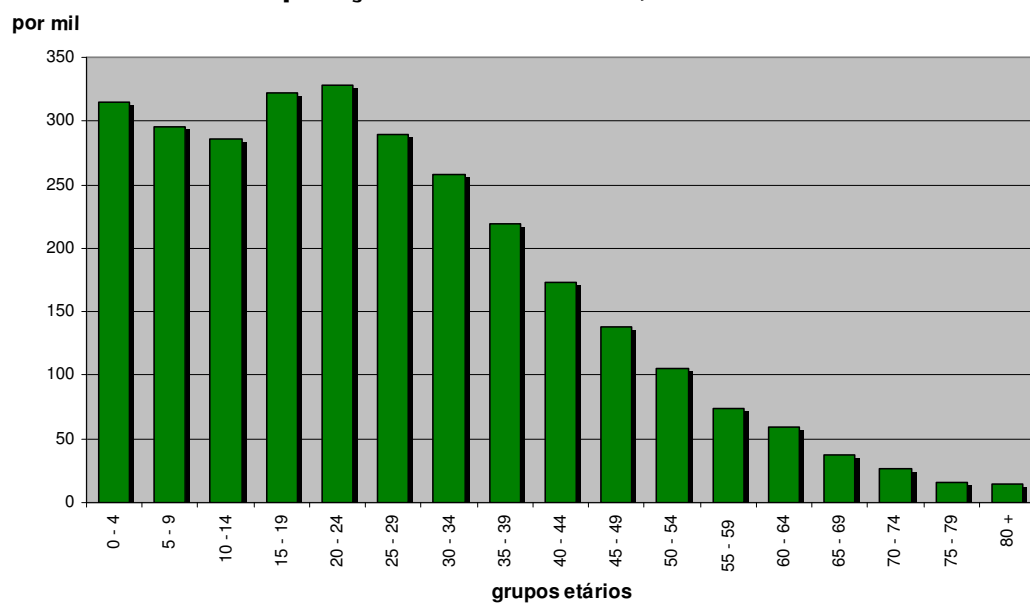
## População RM de Campinas, 2000



## População RM de Brasília, 1991



## População RM de Brasília, 2000

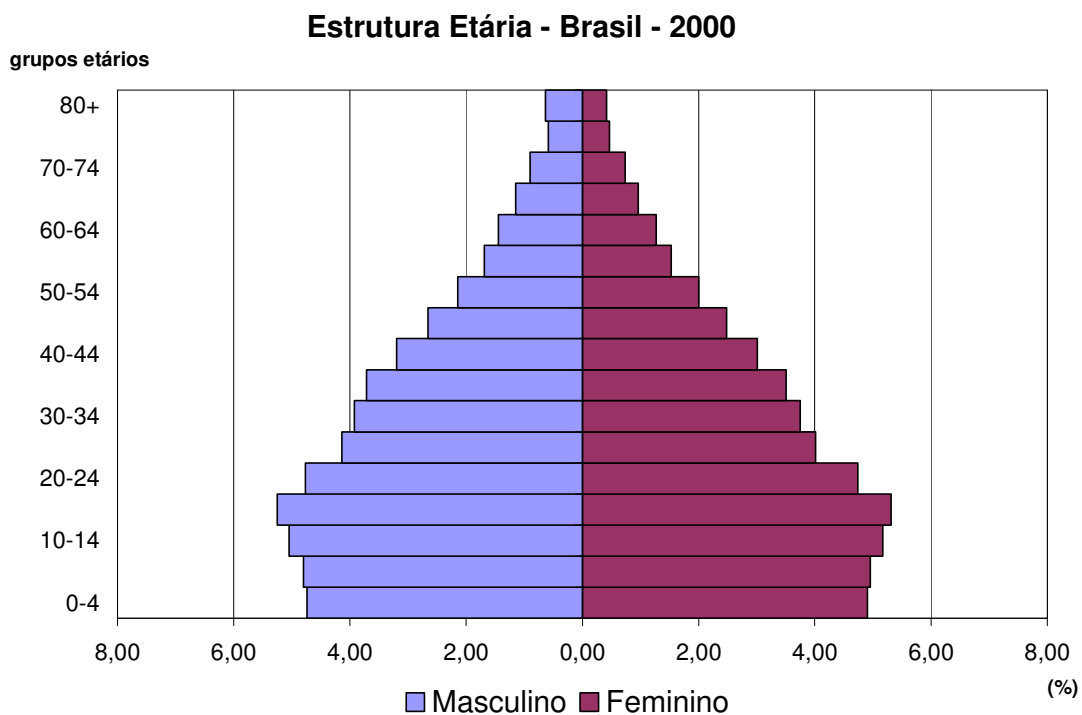
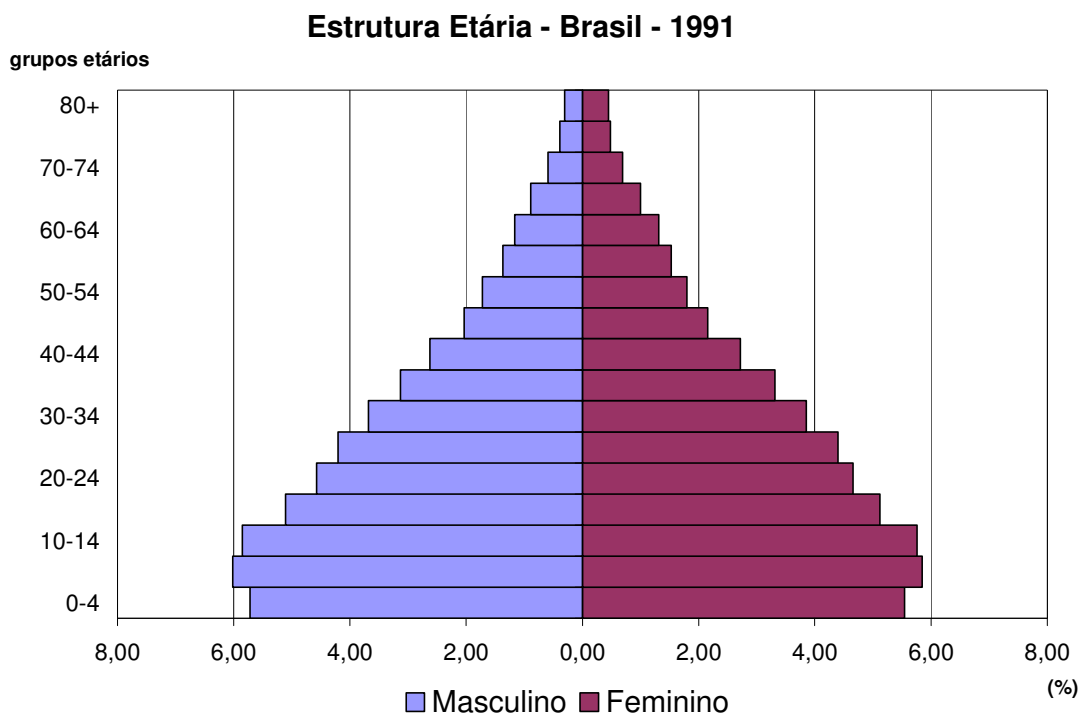


## **Anexos**

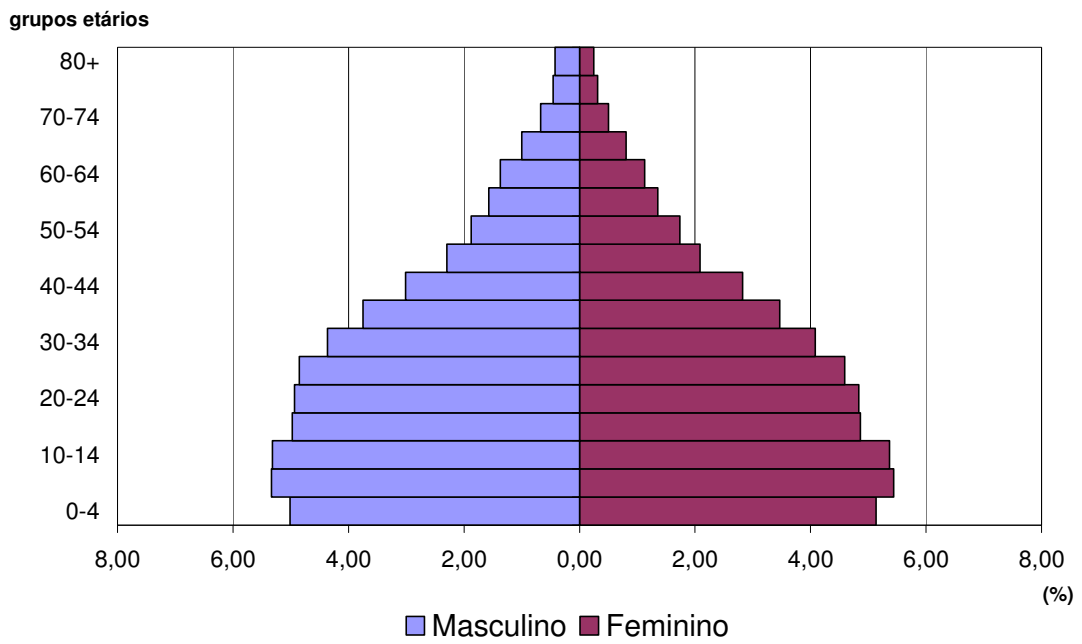


## Parte I – ANEXOS

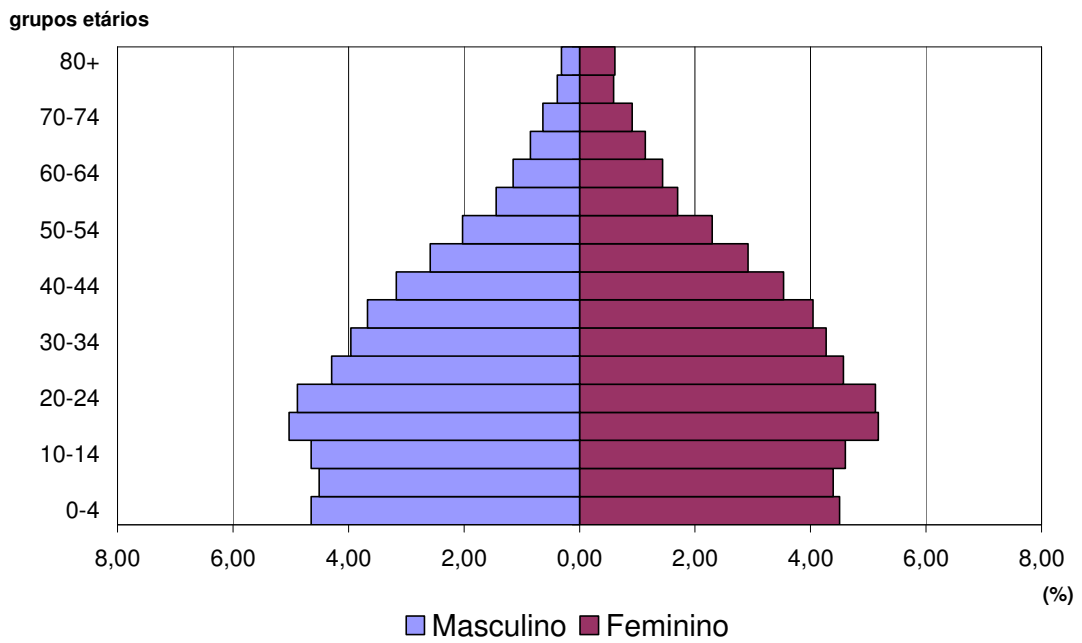
### Anexo 1- Pirâmides Etárias



### Estrutura Etária - Brasil/Metropolitano (RM e capitais)- 1991

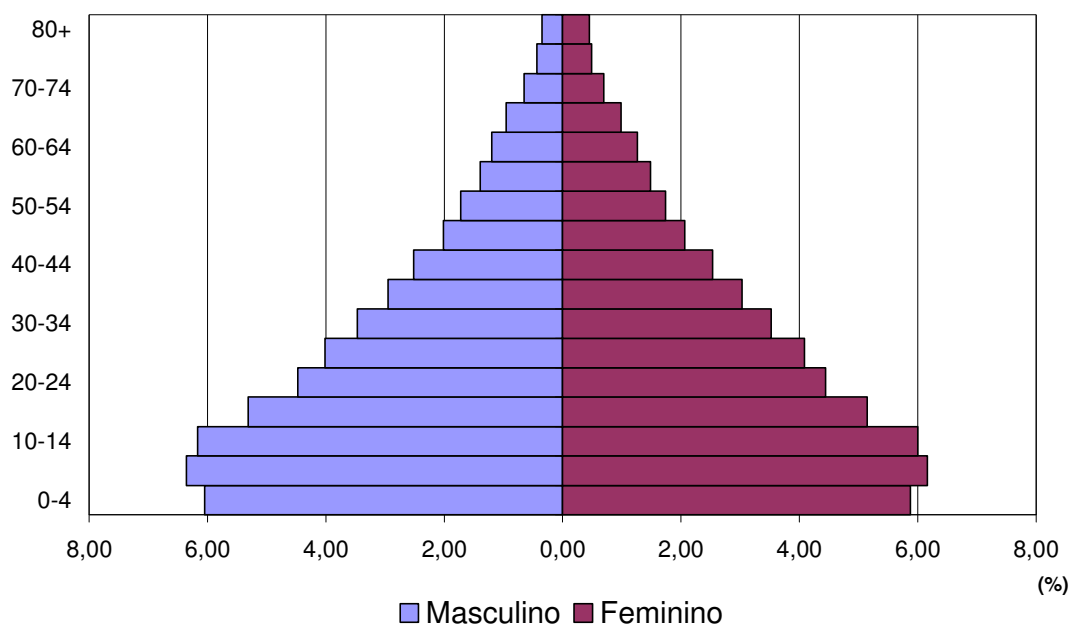


### Estrutura Etária - Brasil/Metropolitano (RM e capitais)- 2000



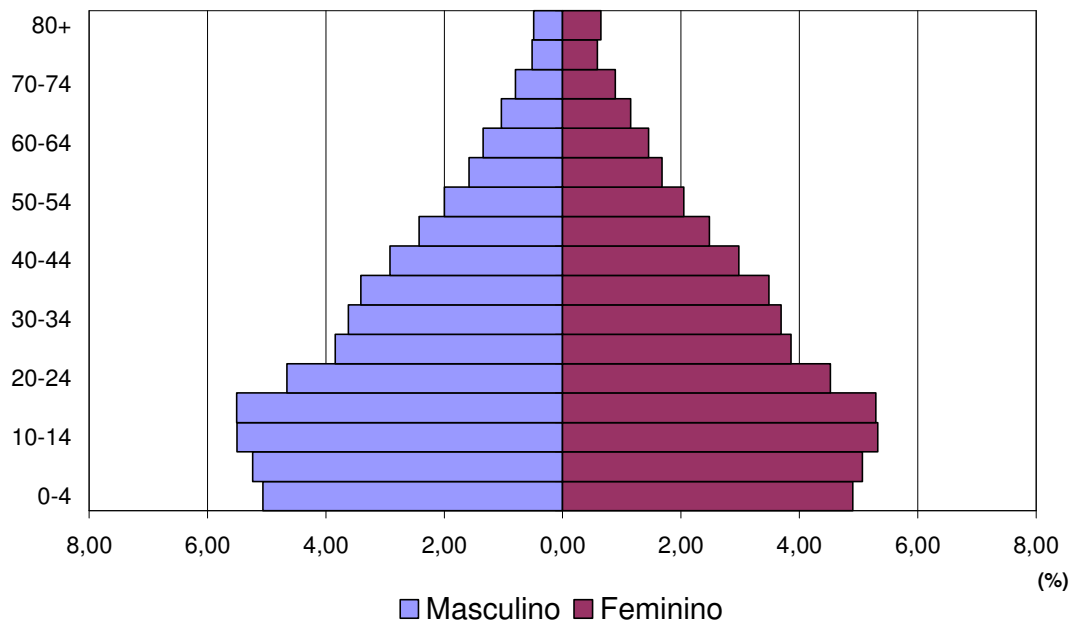
### Estrutura Etária - Brasil/Interior - 1991

grupos etários



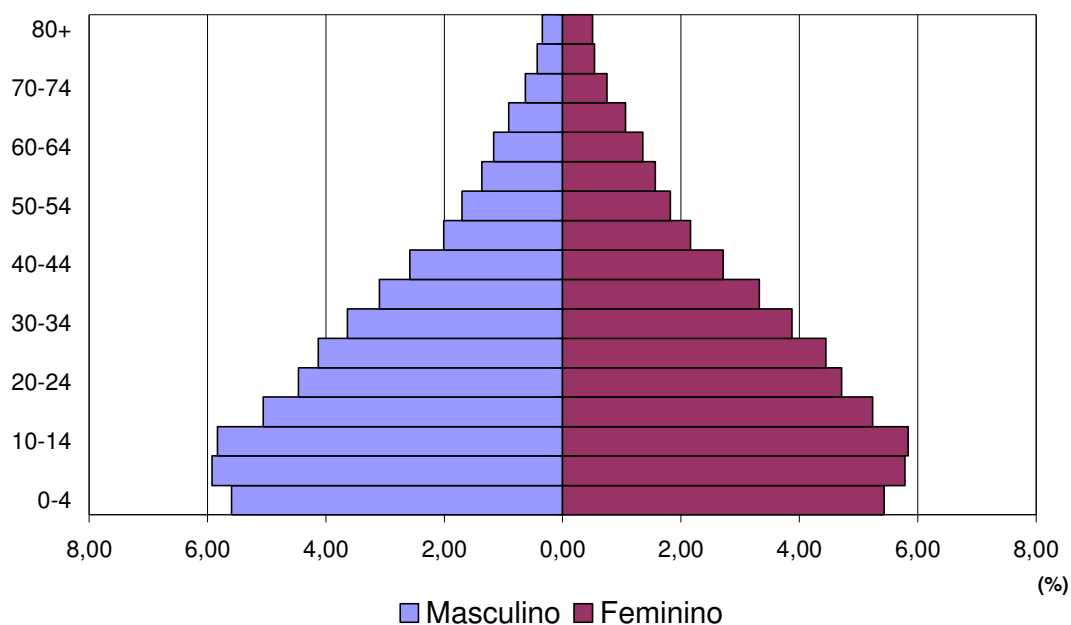
### Estrutura Etária - Brasil/Interior - 2000

grupos etários



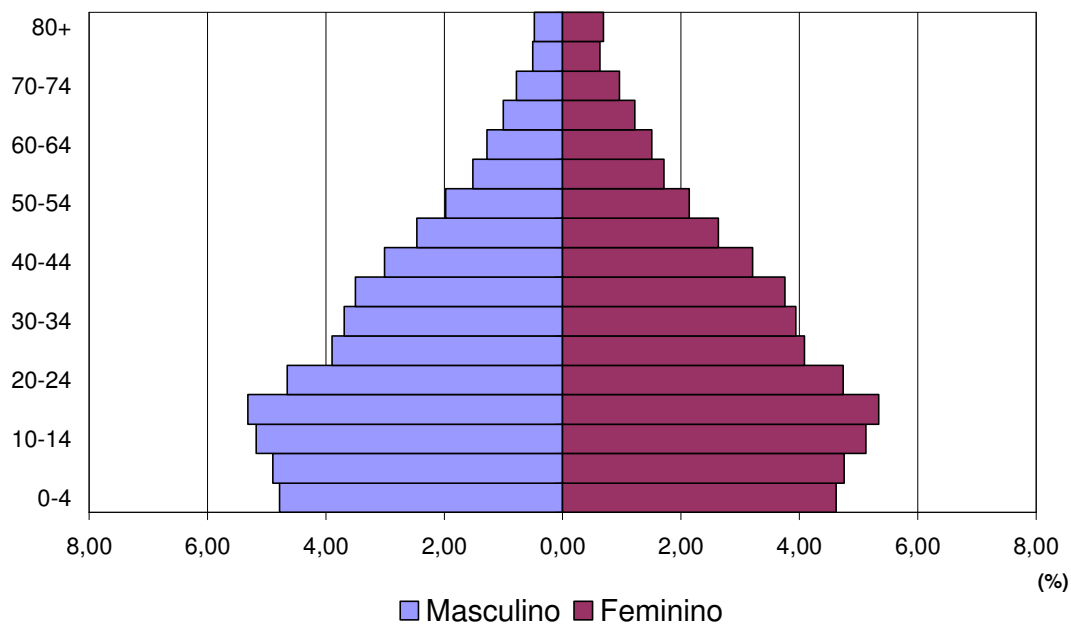
## Estrutura Etária - Brasil/Interior Urbano - 1991

grupos etários



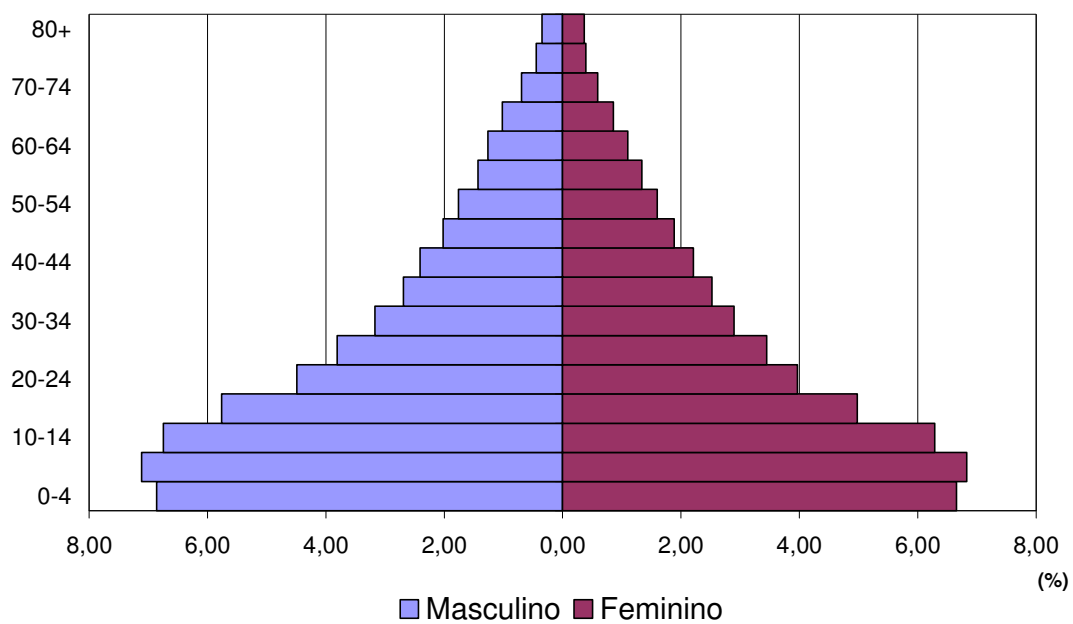
## Estrutura Etária - Brasil/Interior Urbano - 2000

grupos etários



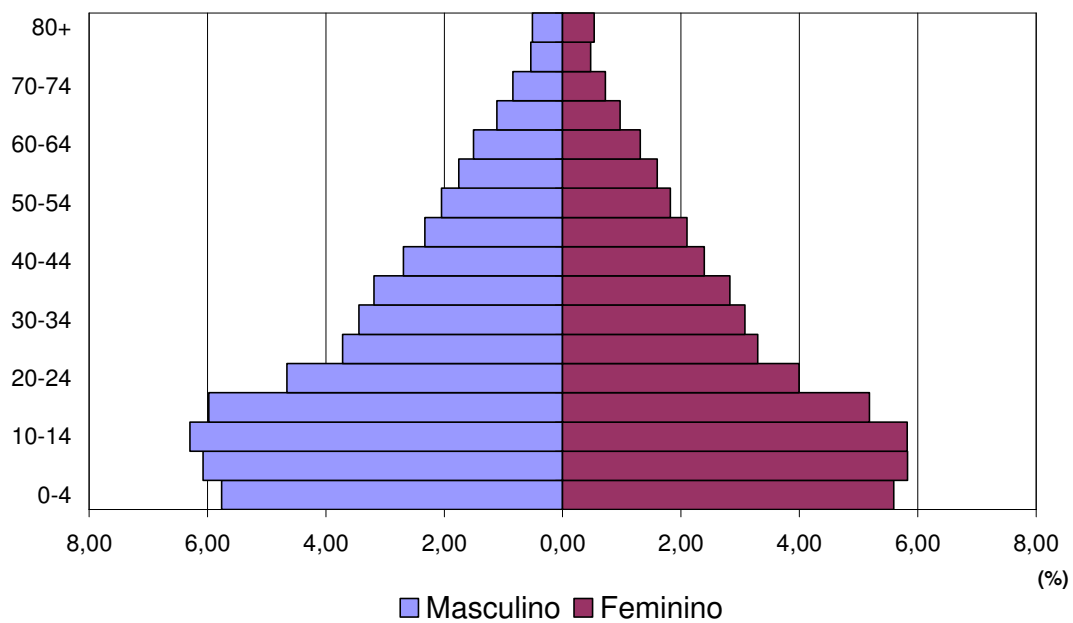
## Estrutura Etária - Brasil/Interior Rural - 1991

grupos etários



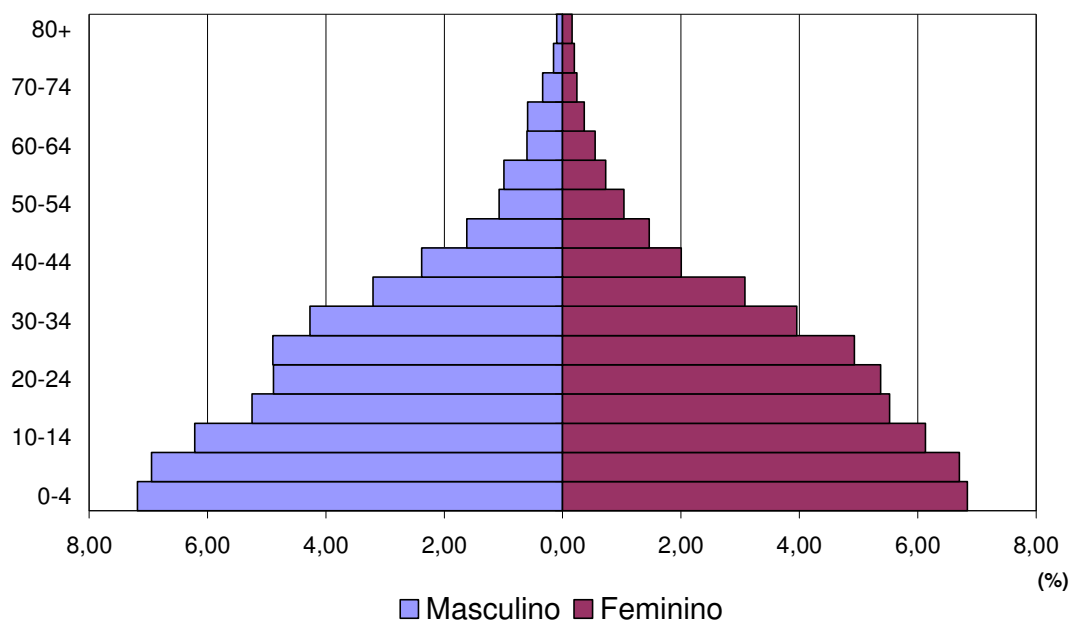
## Estrutura Etária - Brasil/Interior Rural - 2000

grupos etários



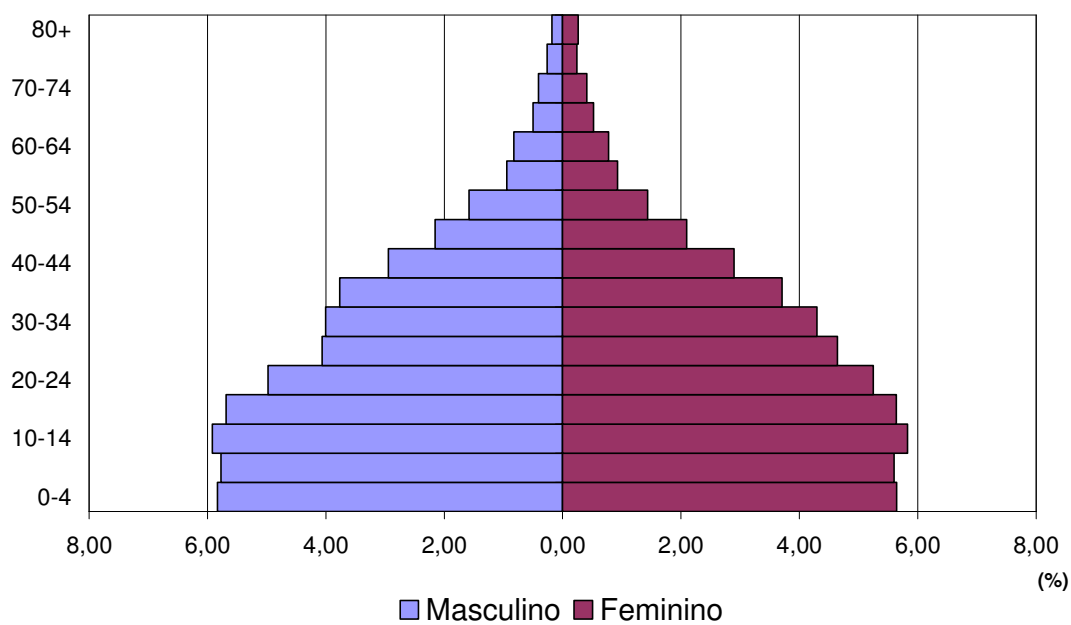
## Estrutura Etária - Porto Velho - 1991

grupos etários



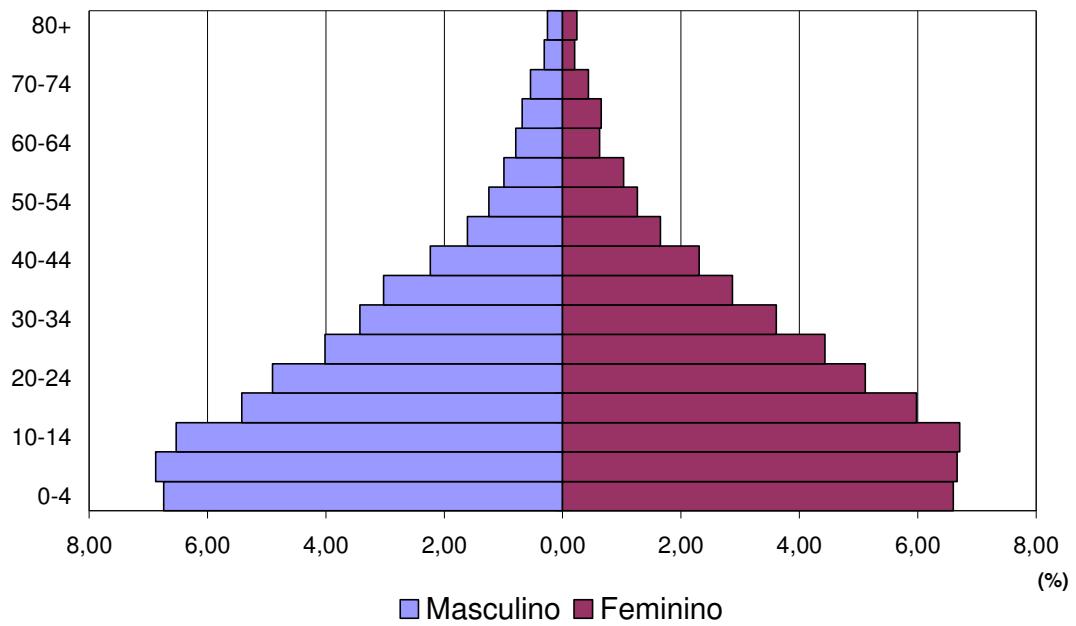
## Estrutura Etária - Porto Velho - 2000

grupos etários



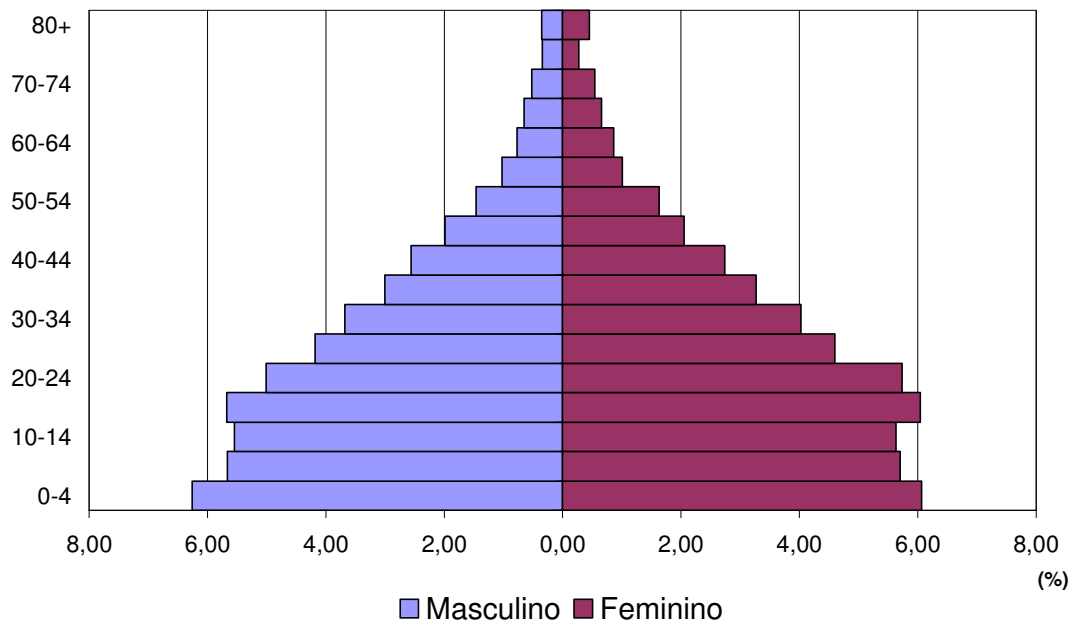
### Estrutura Etária - Rio Branco - 1991

grupos etários



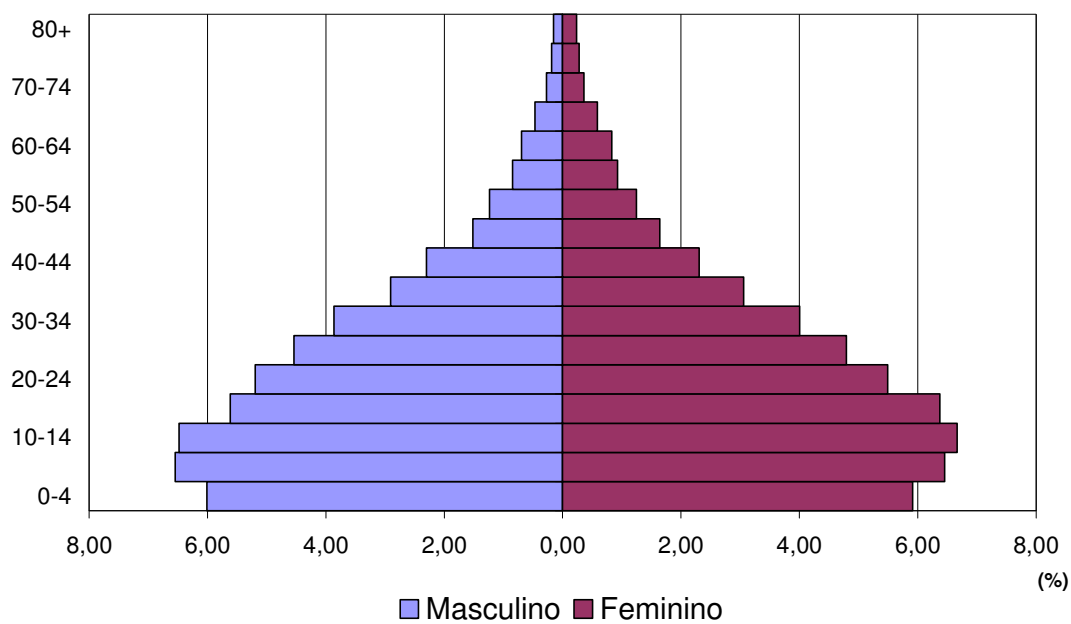
### Estrutura Etária - Rio Branco - 2000

grupos etários



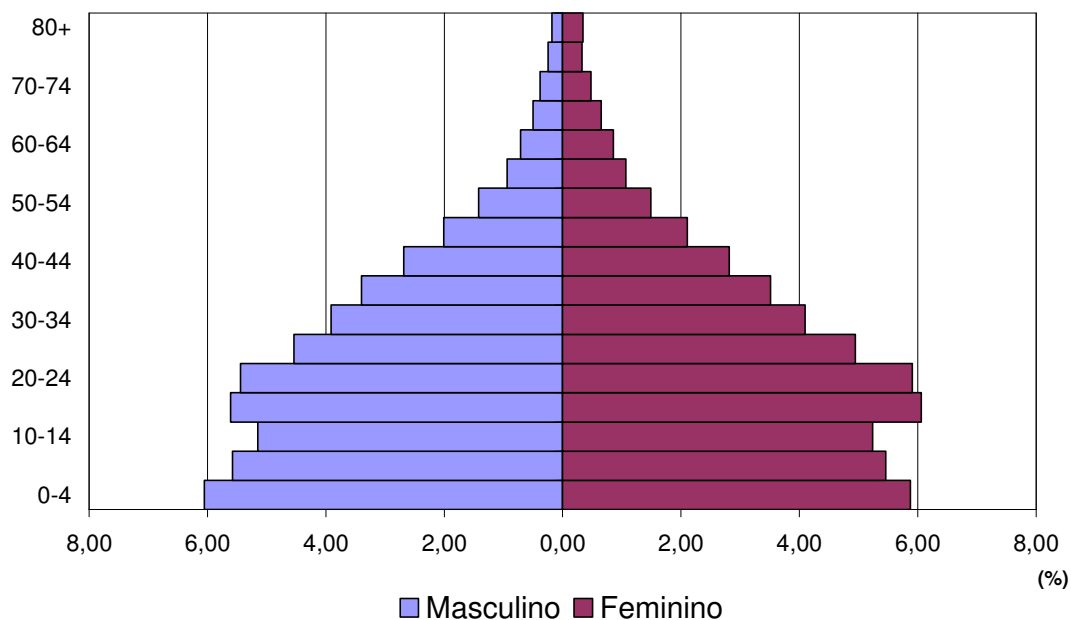
## Estrutura Etária - Manaus - 1991

grupos etários



## Estrutura Etária - Manaus - 2000

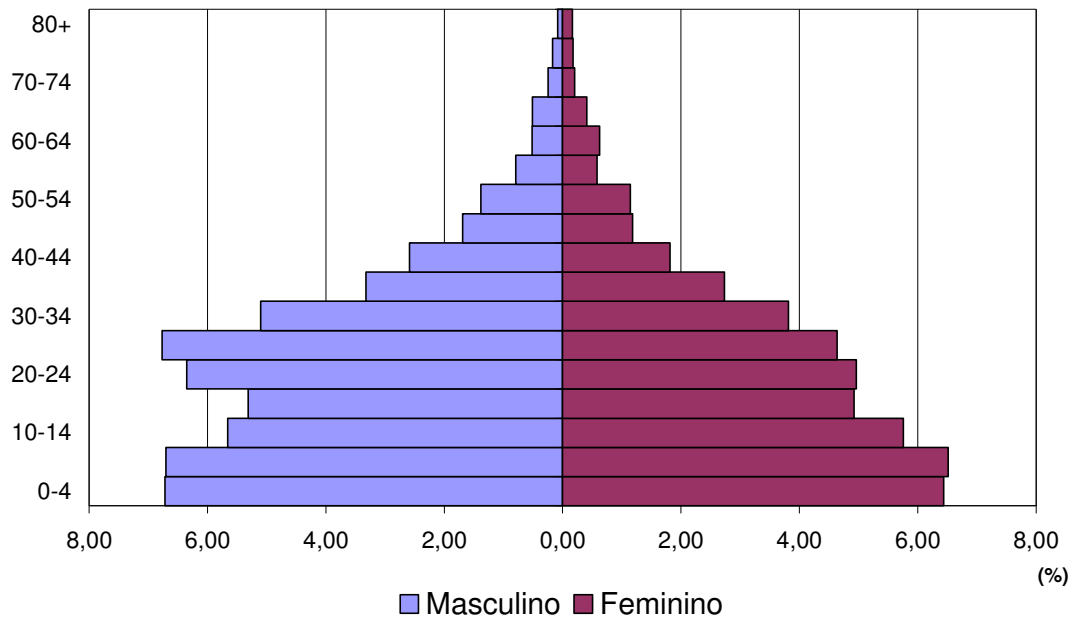
grupos etários





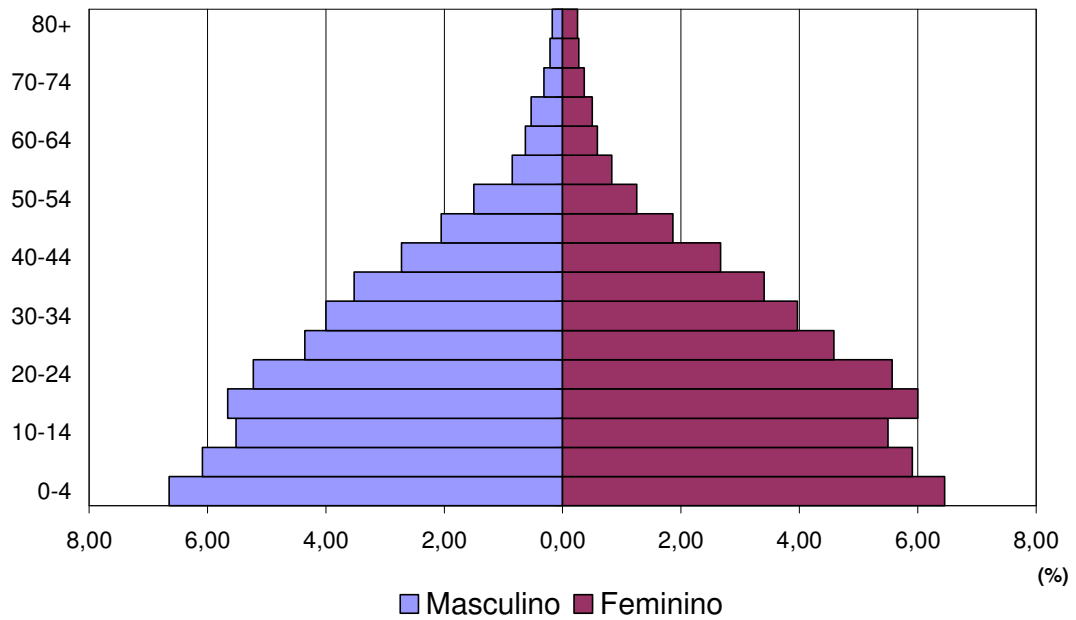
### Estrutura Etária - Boa Vista - 1991

grupos etários

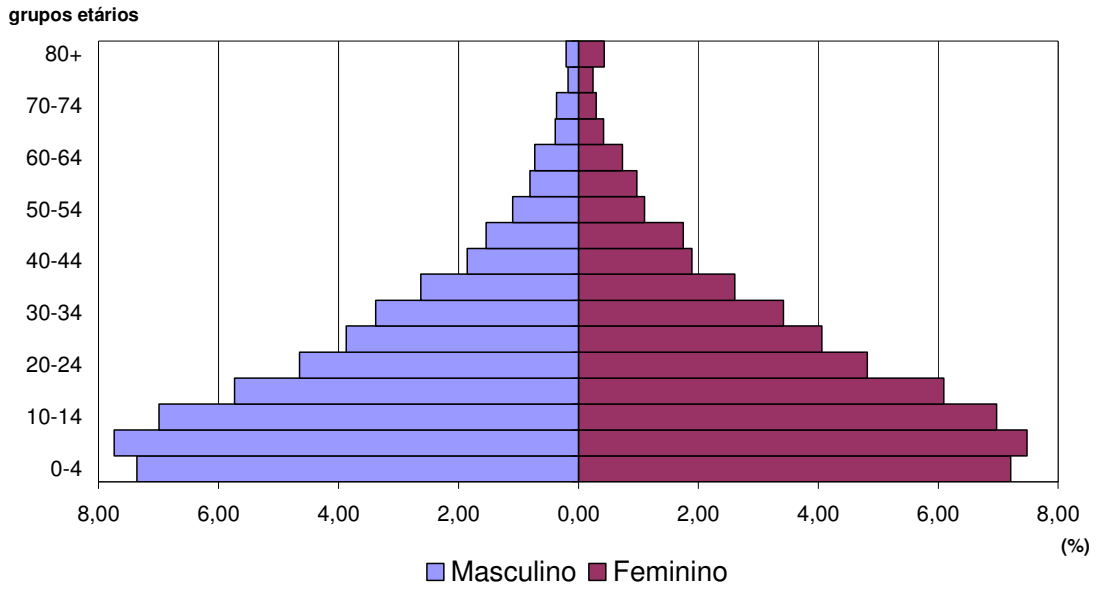


### Estrutura Etária - Boa Vista - 2000

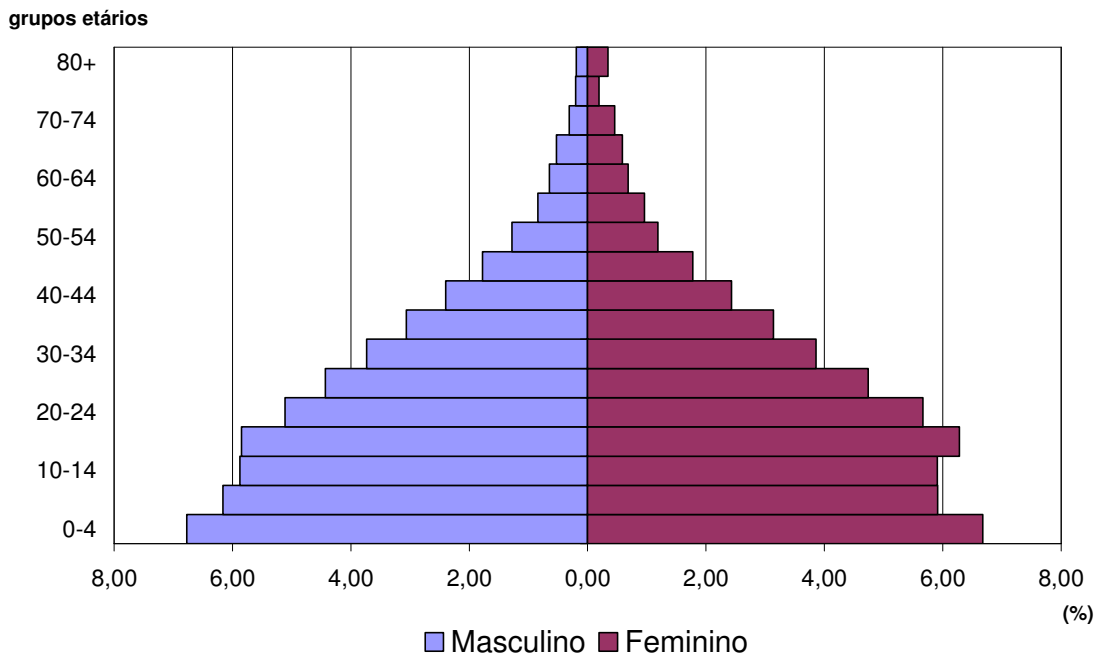
grupos etários



### Estrutura Etária - Macapá - 1991

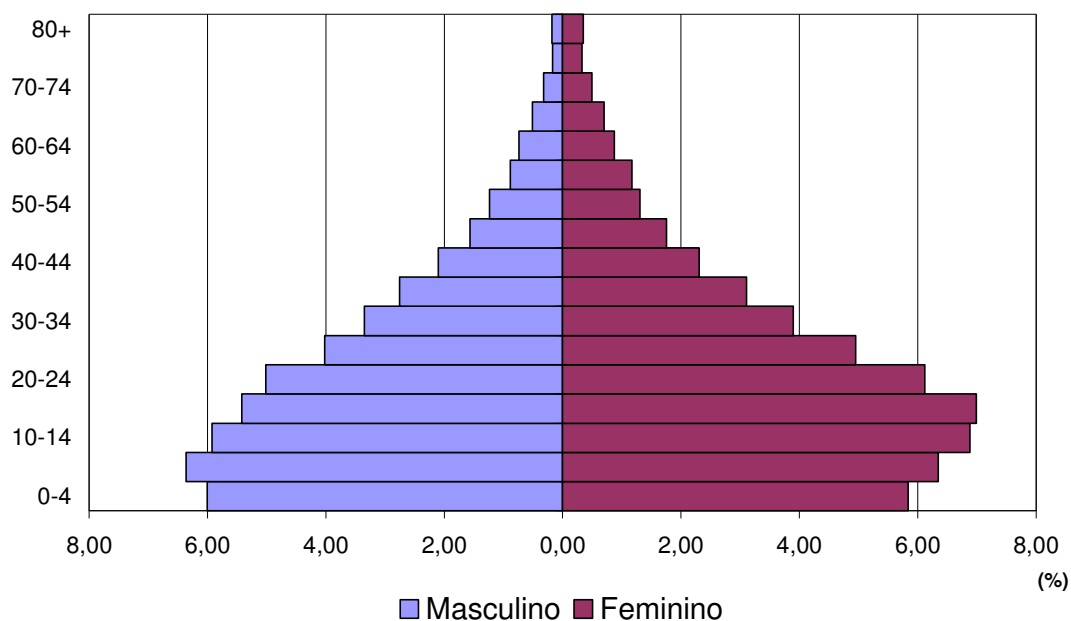


### Estrutura Etária - Macapá - 2000



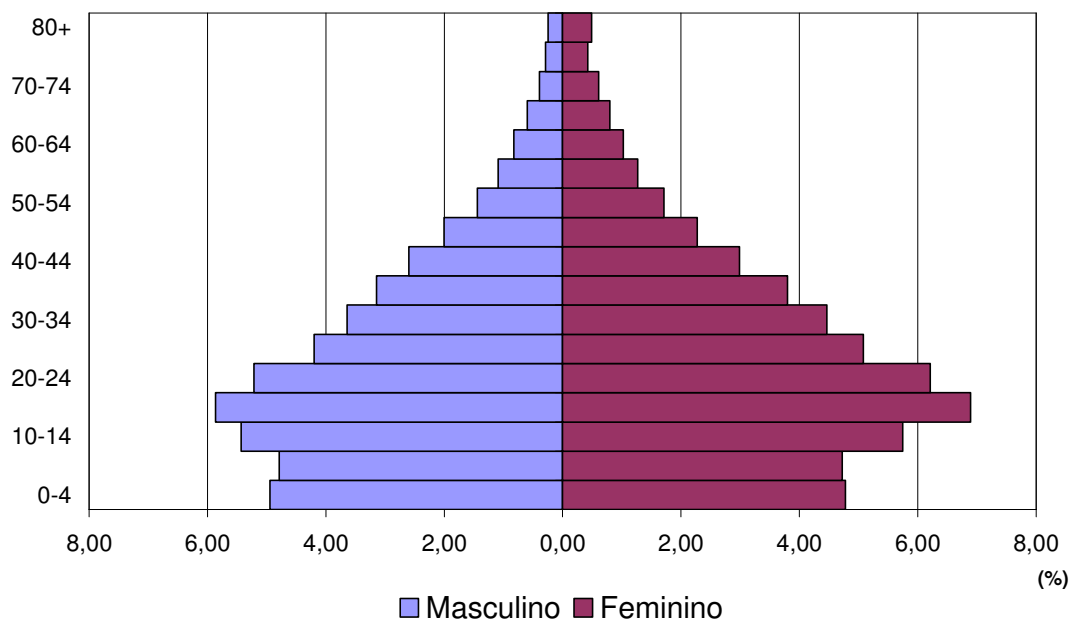
### Estrutura Etária - São Luis - 1991

grupos etários

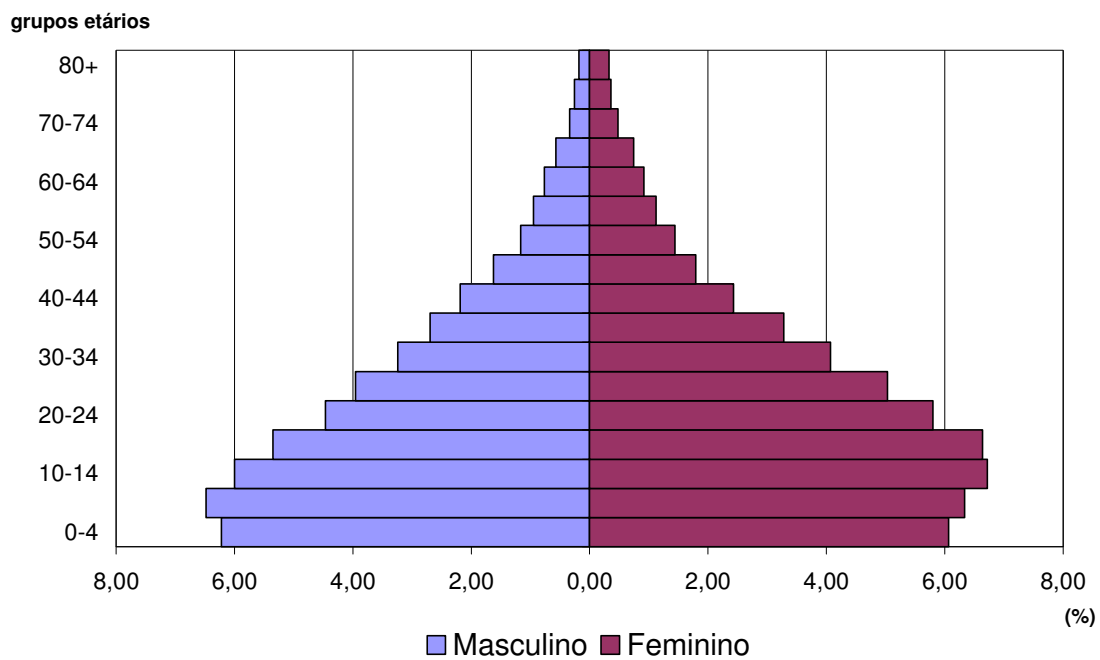


### Estrutura Etária - São Luis - 2000

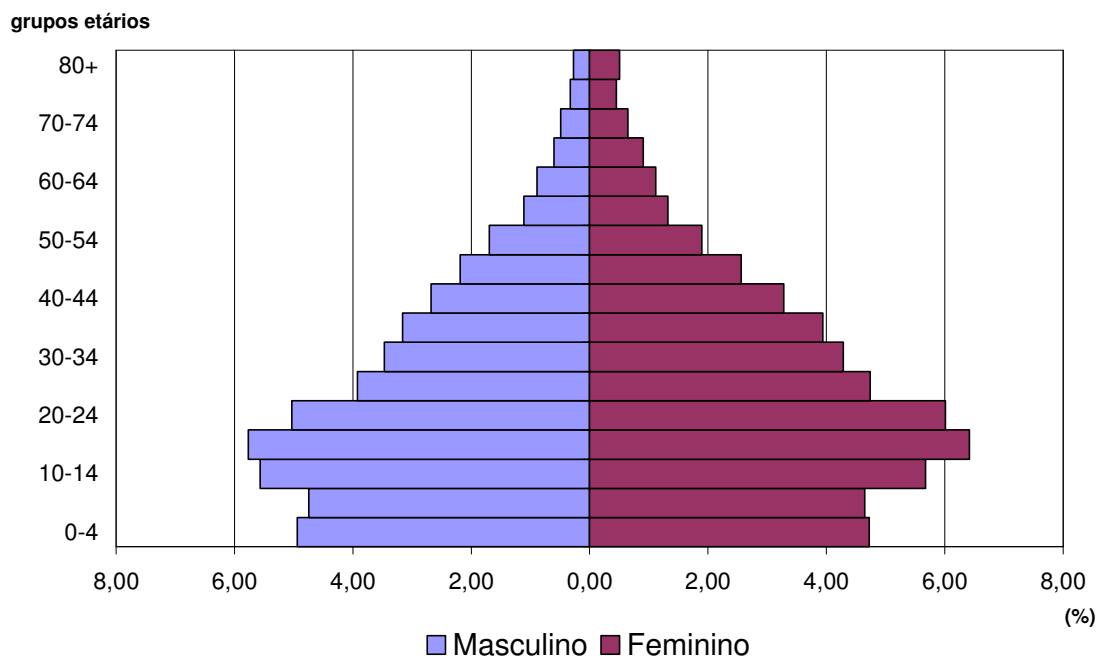
grupos etários



### Estrutura Etária - Teresina - 1991

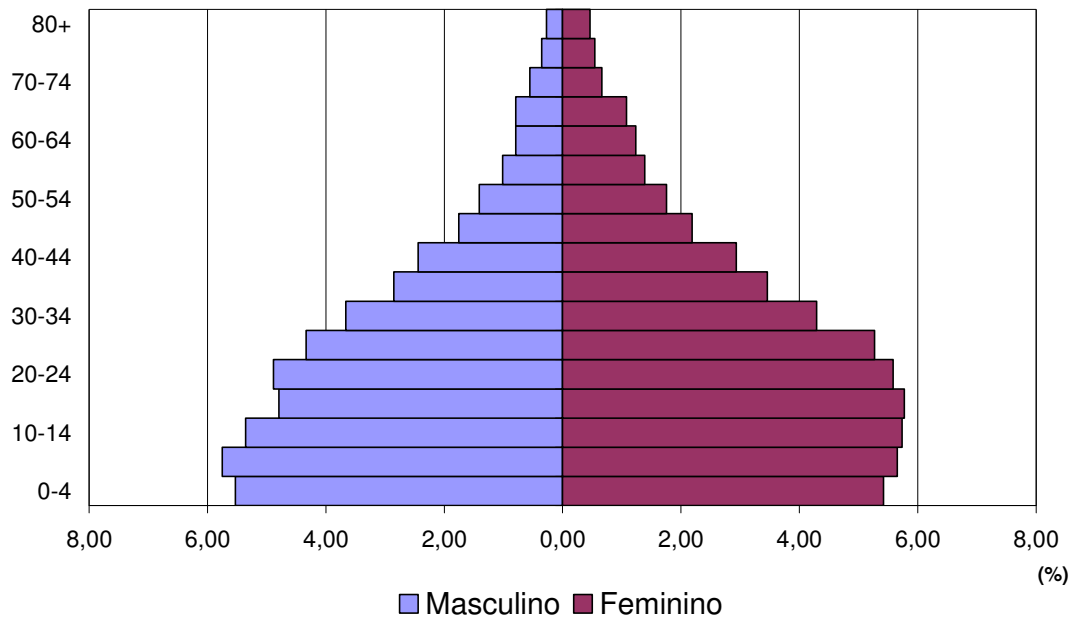


### Estrutura Etária - Teresina - 2000



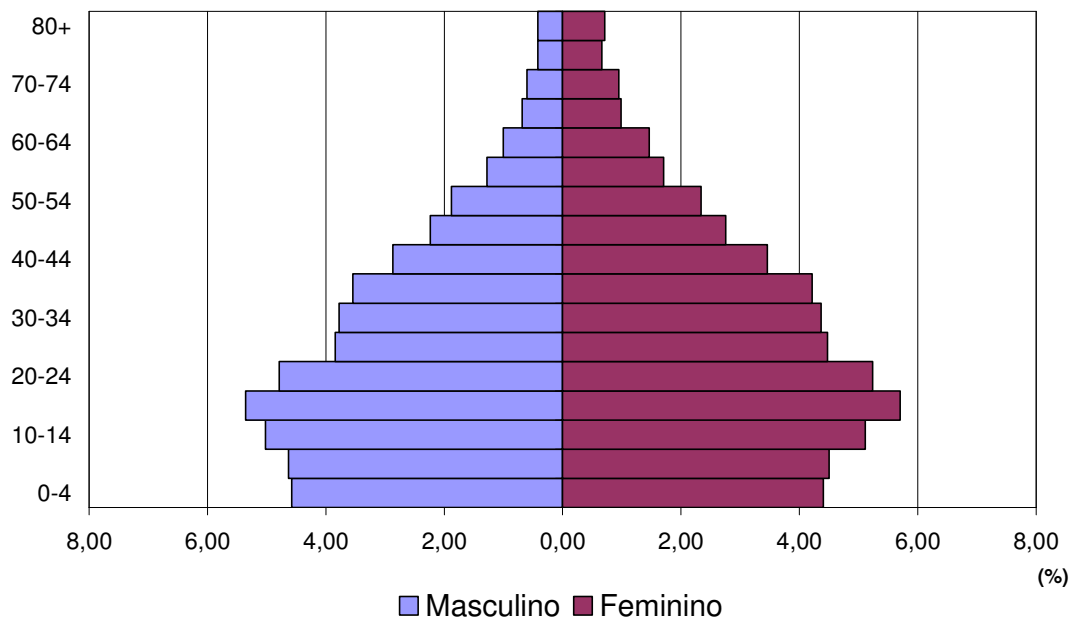
### Estrutura Etária - Natal - 1991

grupos etários



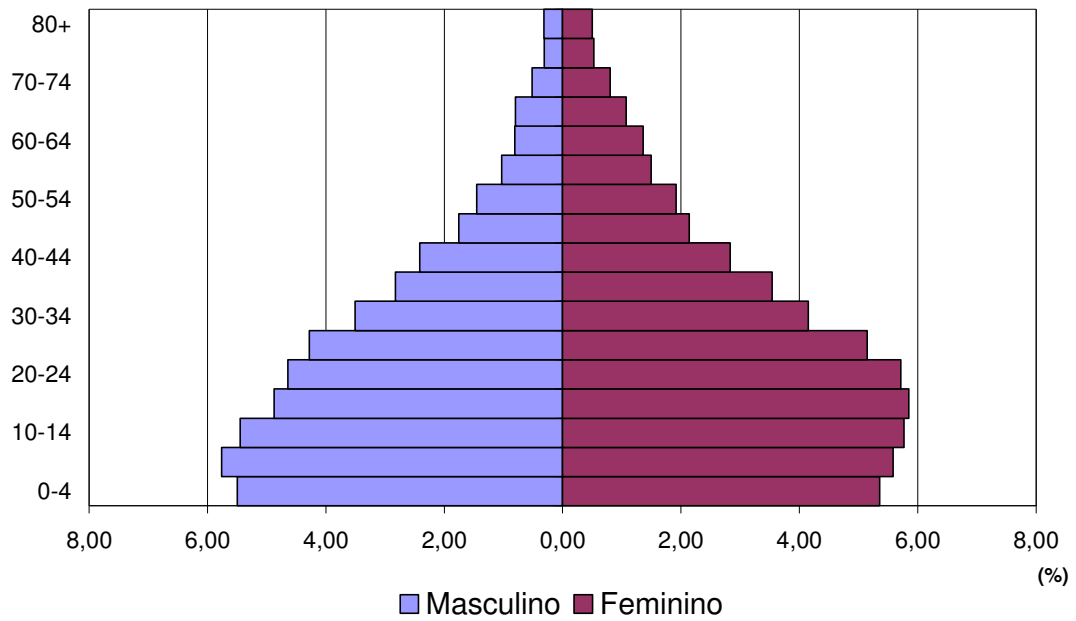
### Estrutura Etária - Natal - 2000

grupos etários



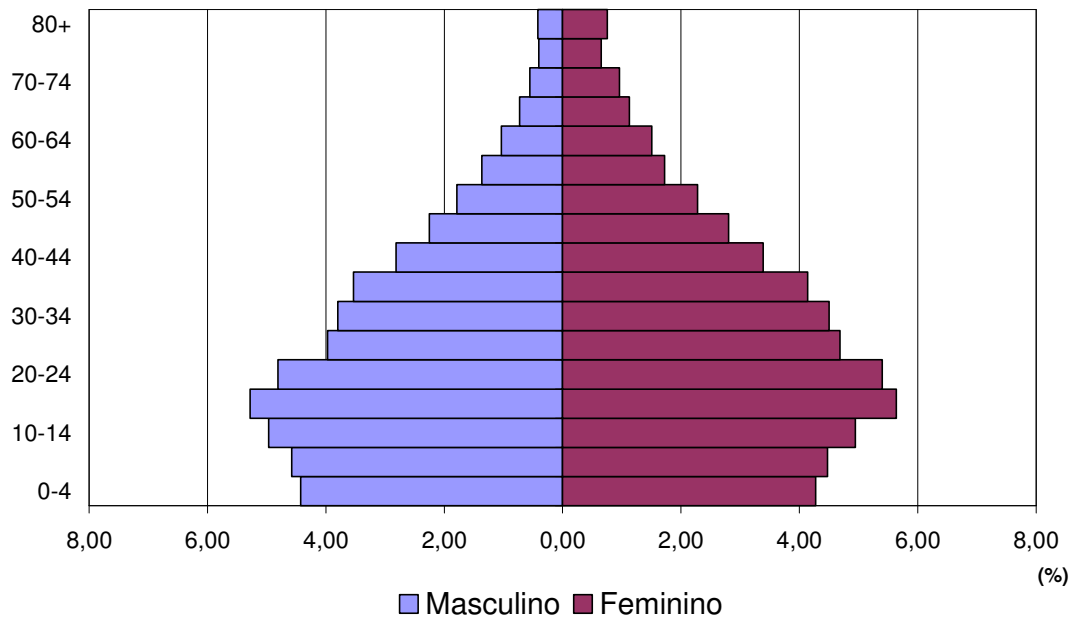
### Estrutura Etária - João Pessoa - 1991

grupos etários



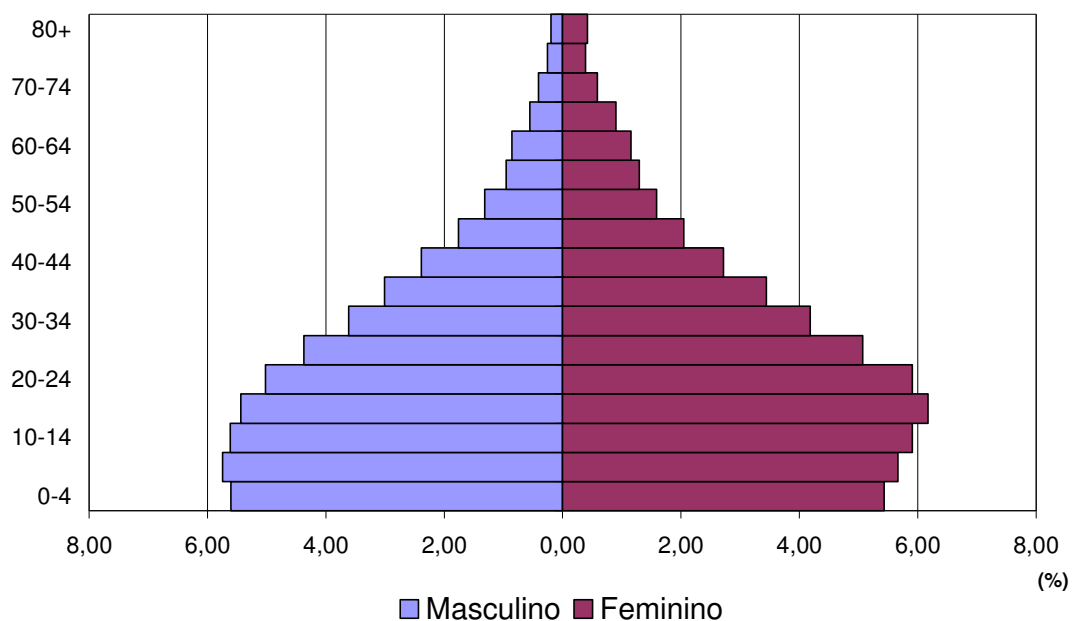
### Estrutura Etária - João Pessoa - 2000

grupos etários



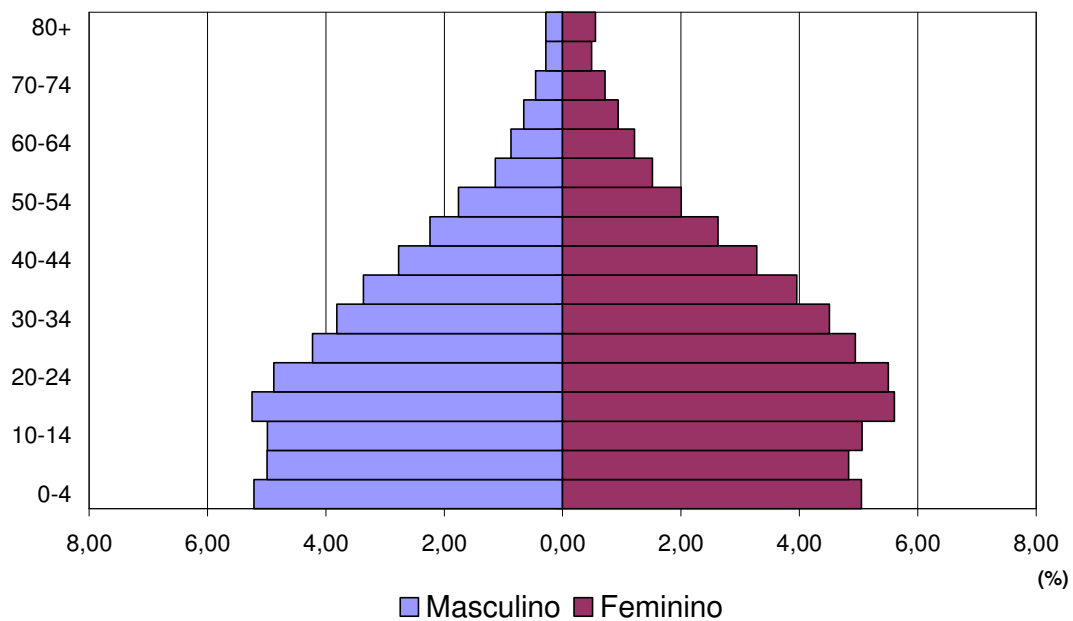
### Estrutura Etária - Maceió - 1991

grupos etários



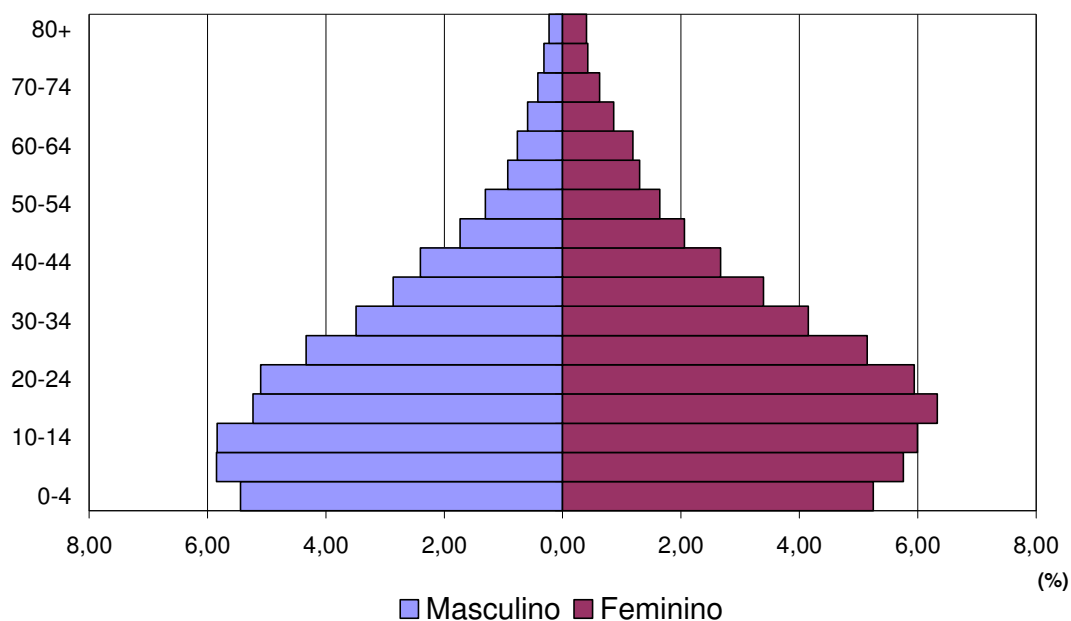
### Estrutura Etária - Maceió - 2000

grupos etários



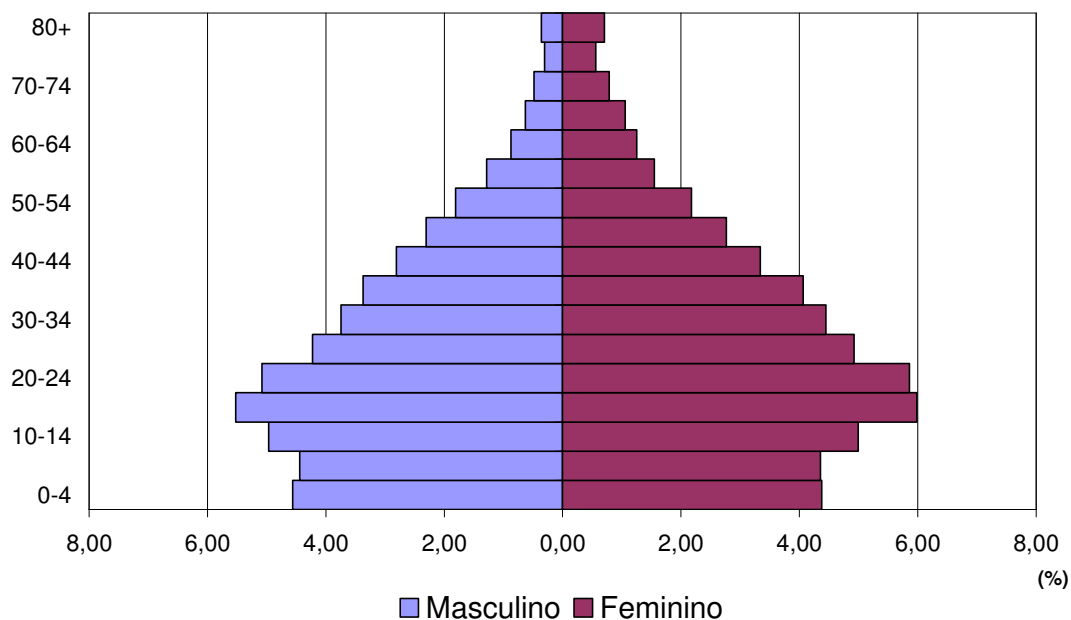
## Estrutura Etária - Aracaju - 1991

grupos etários



## Estrutura Etária - Aracaju - 2000

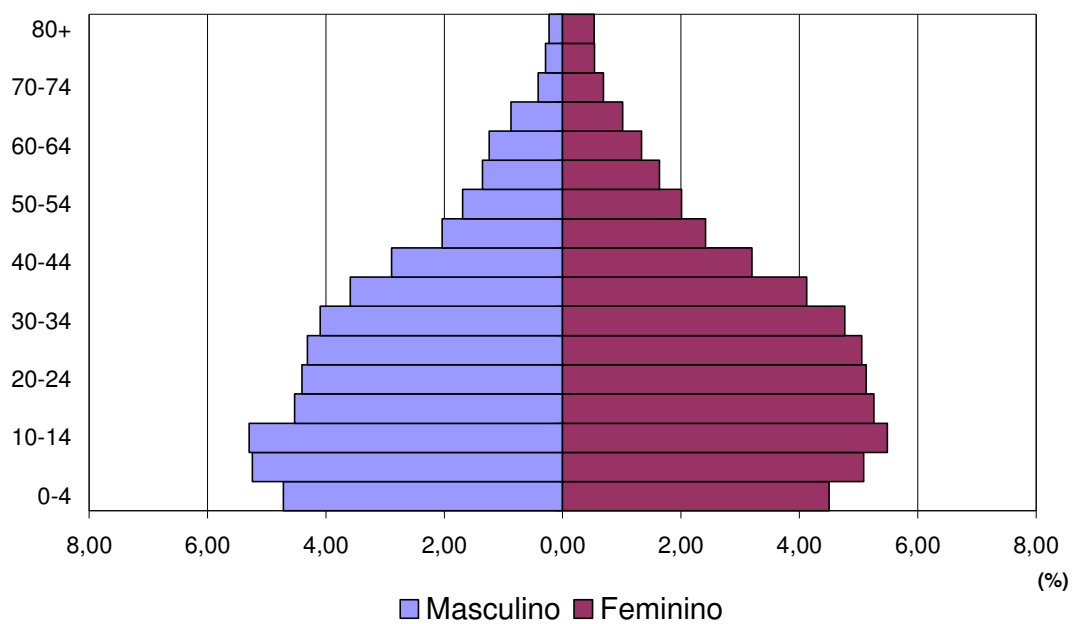
grupos etários





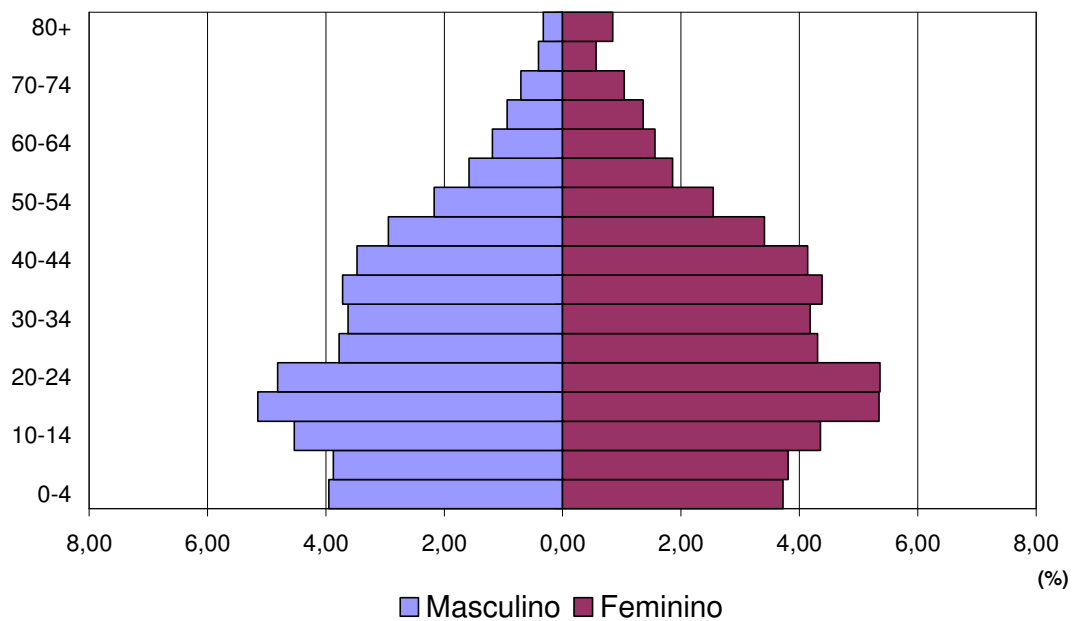
### Estrutura Etária - Vitória - 1991

grupos etários



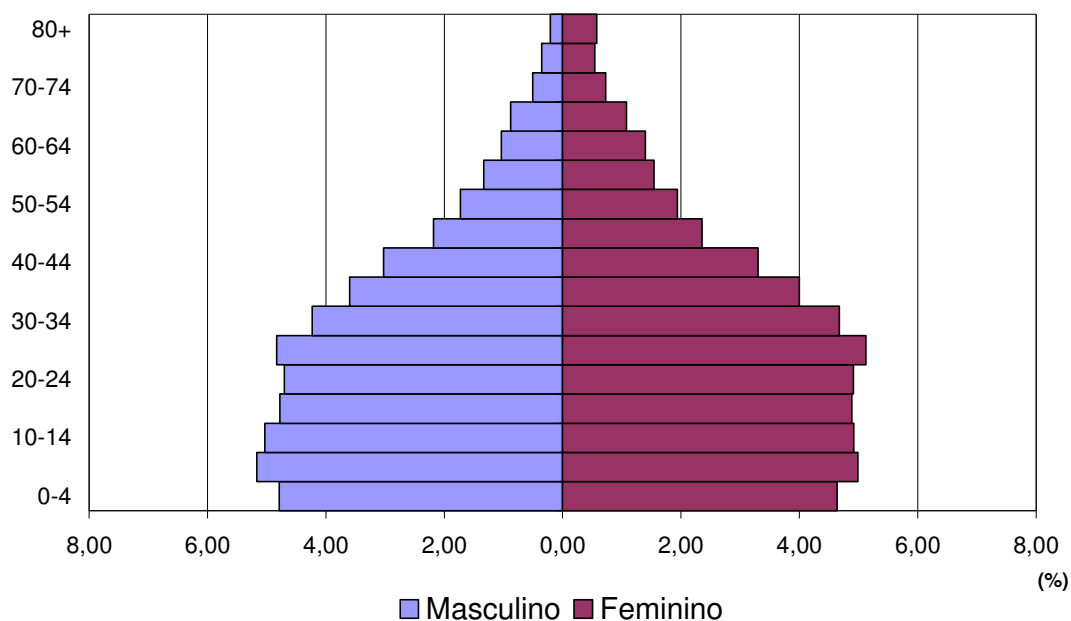
### Estrutura Etária - Vitória - 2000

grupos etários



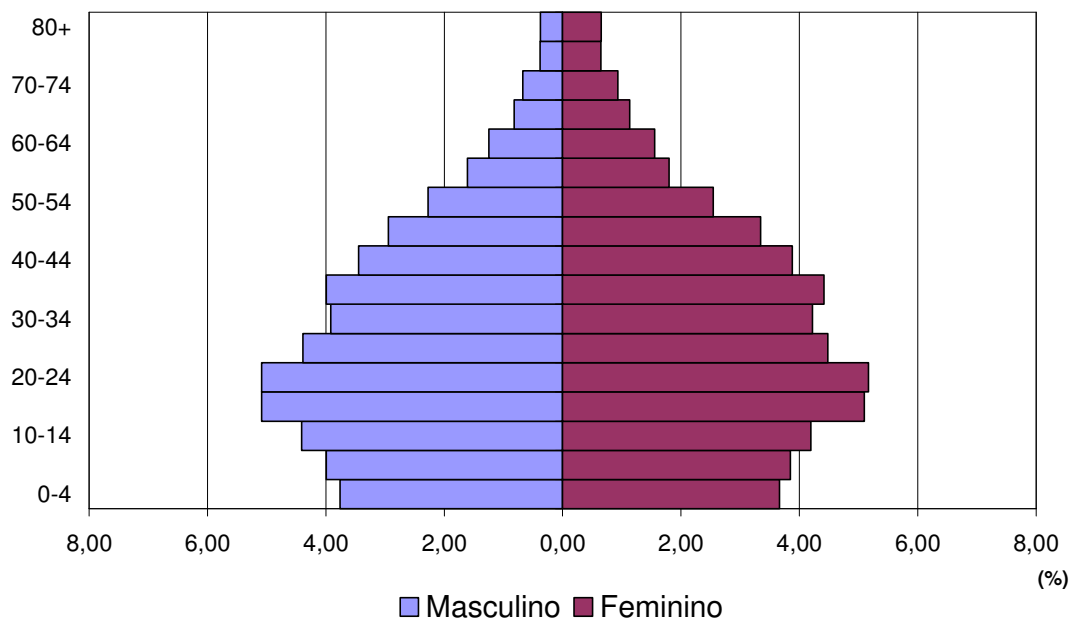
## Estrutura Etária - Florianópolis - 1991

grupos etários



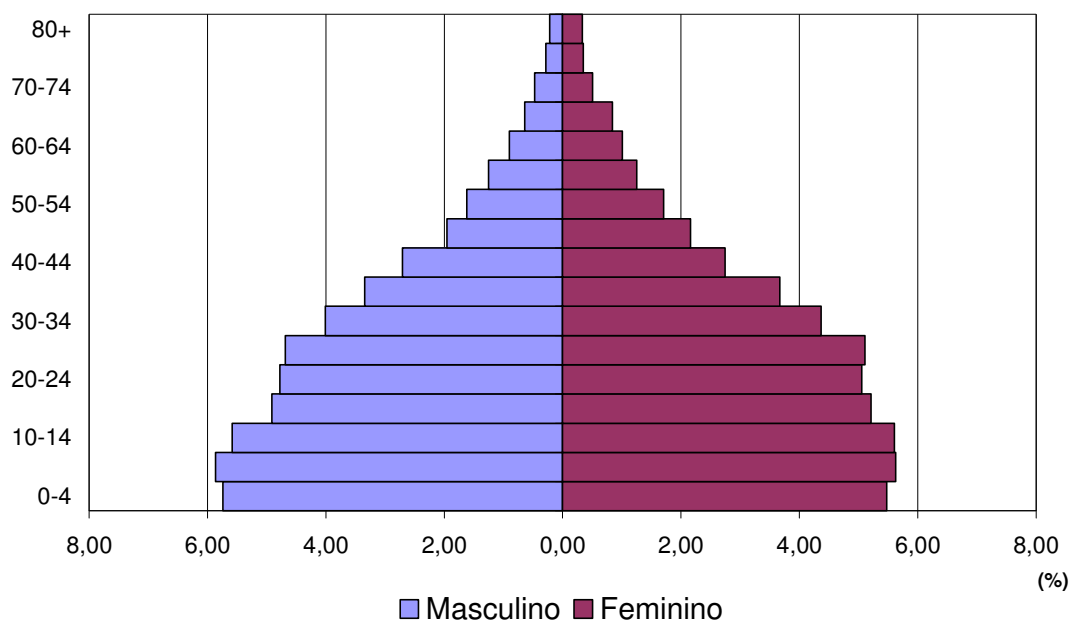
## Estrutura Etária - Florianópolis - 2000

grupos etários



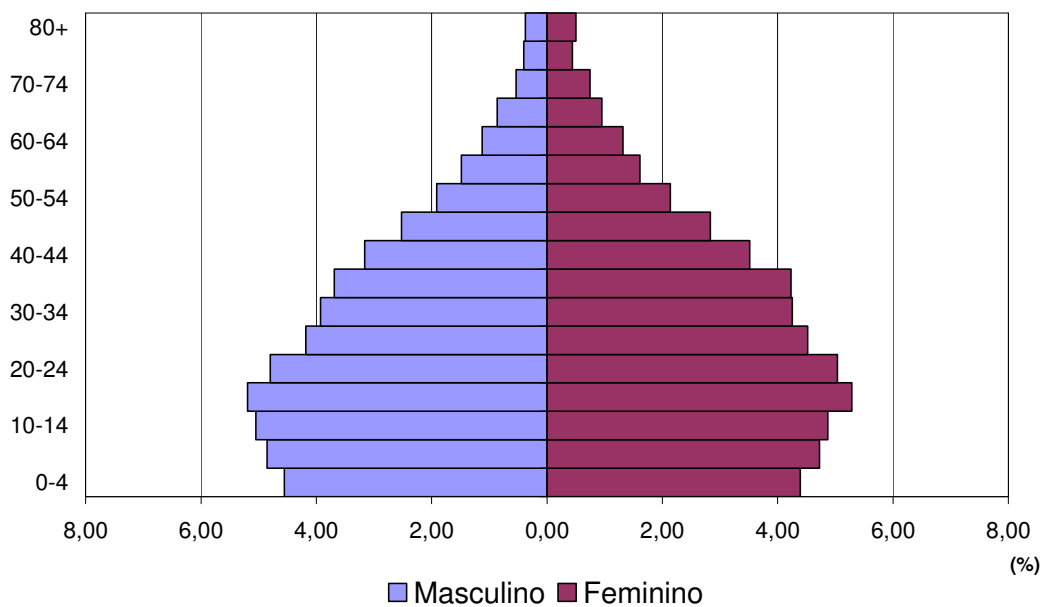
## Estrutura Etária - Campo Grande - 1991

grupos etários



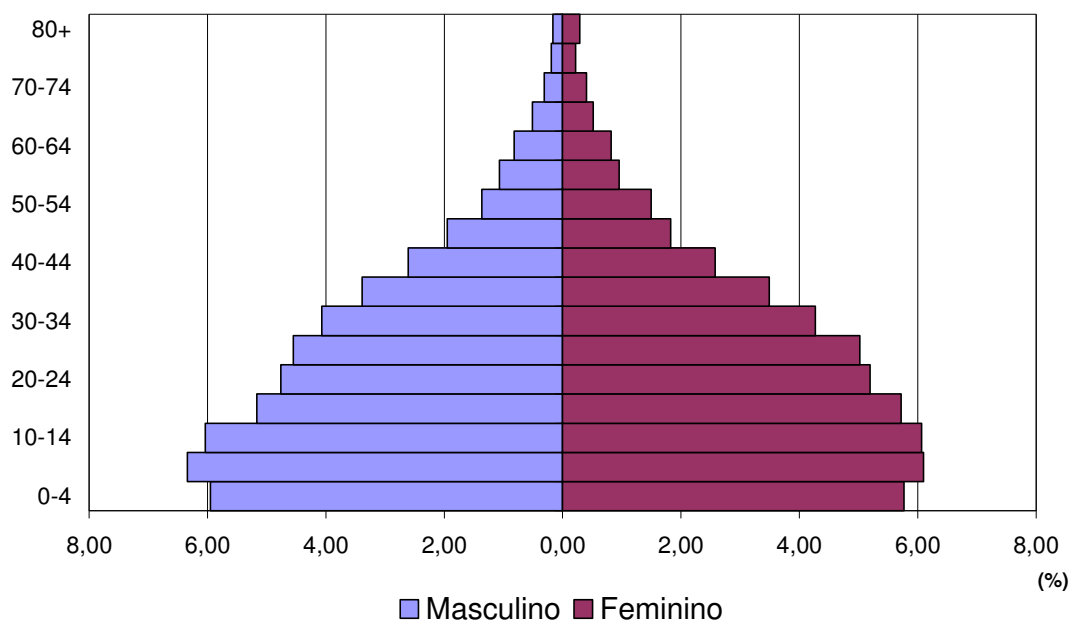
## Estrutura Etária - Campo Grande - 2000

grupos etários



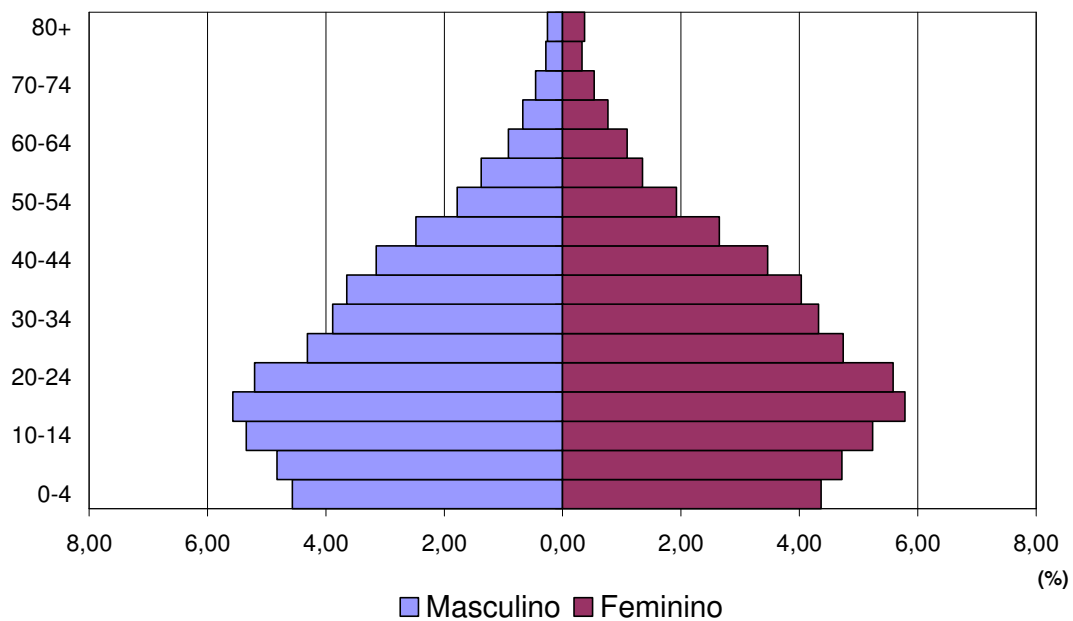
### Estrutura Etária - Cuiabá - 1991

grupos etários



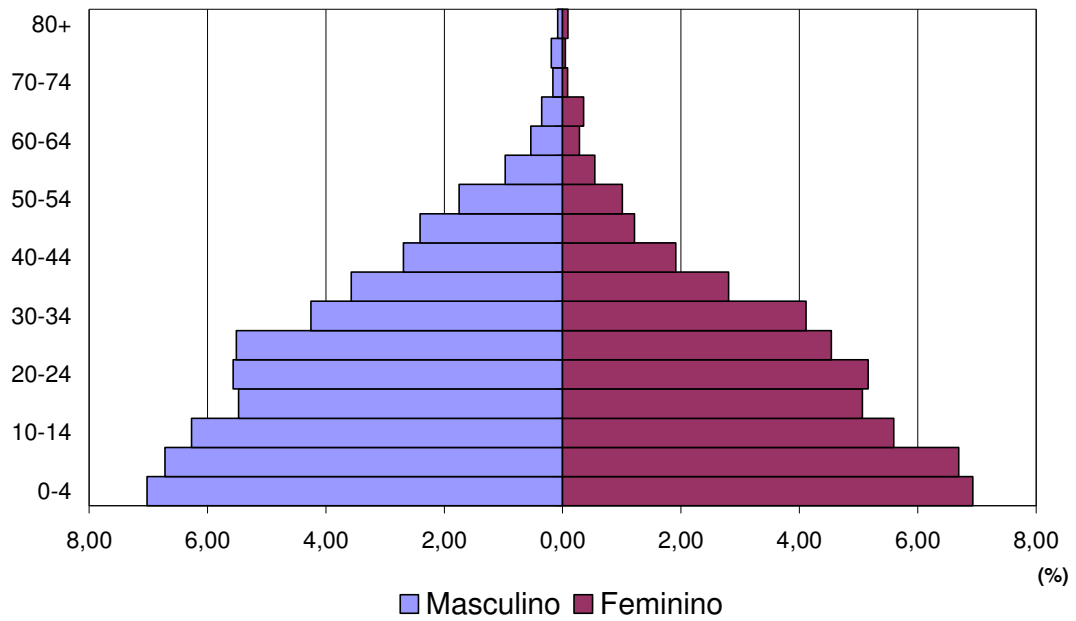
### Estrutura Etária - Cuiabá - 2000

grupos etários



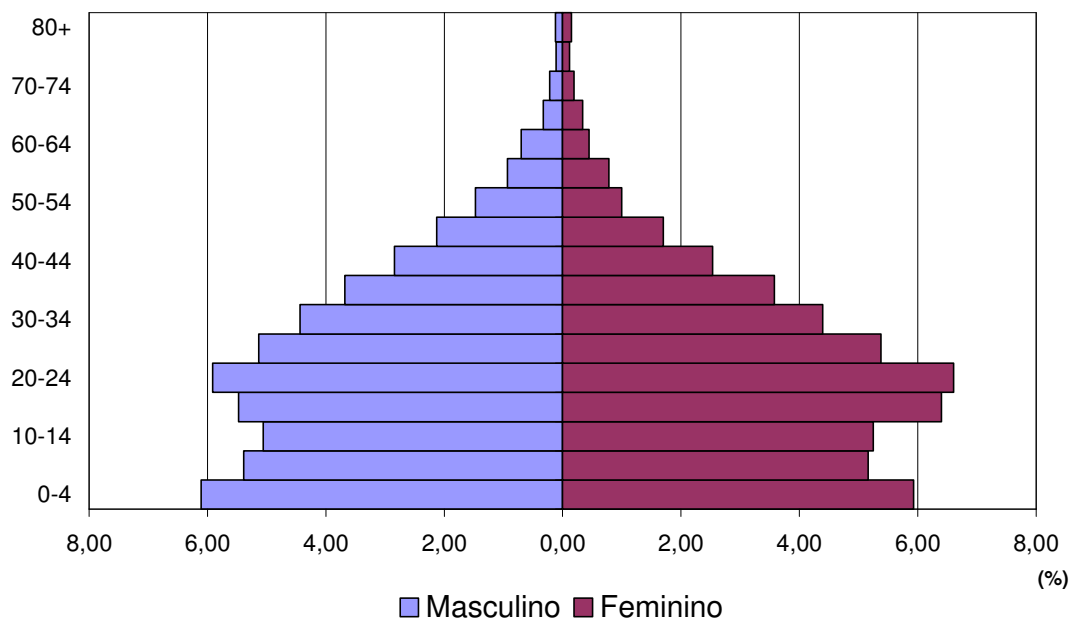
## Estrutura Etária - Palmas - 1991

grupos etários



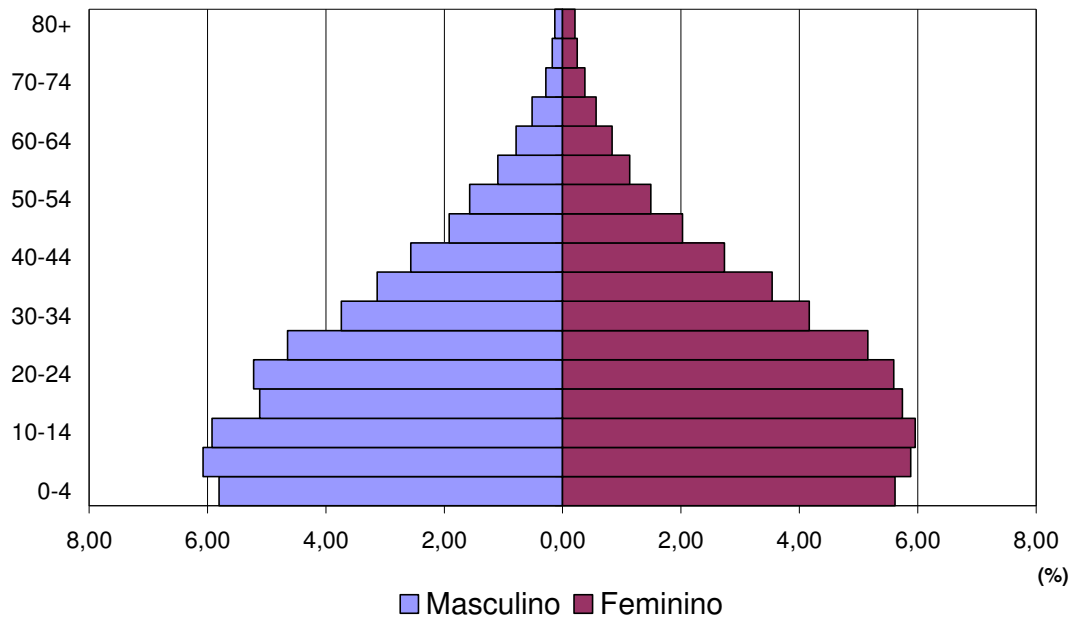
## Estrutura Etária - Palmas - 2000

grupos etários



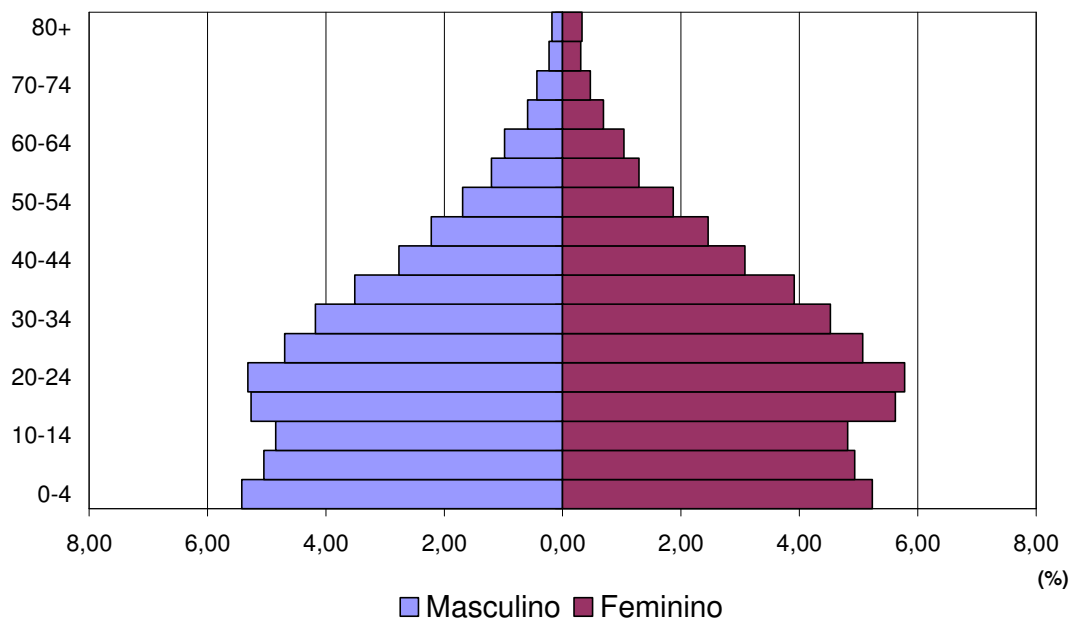
## Estrutura Etária - RM Brasília - 1991

grupos etários

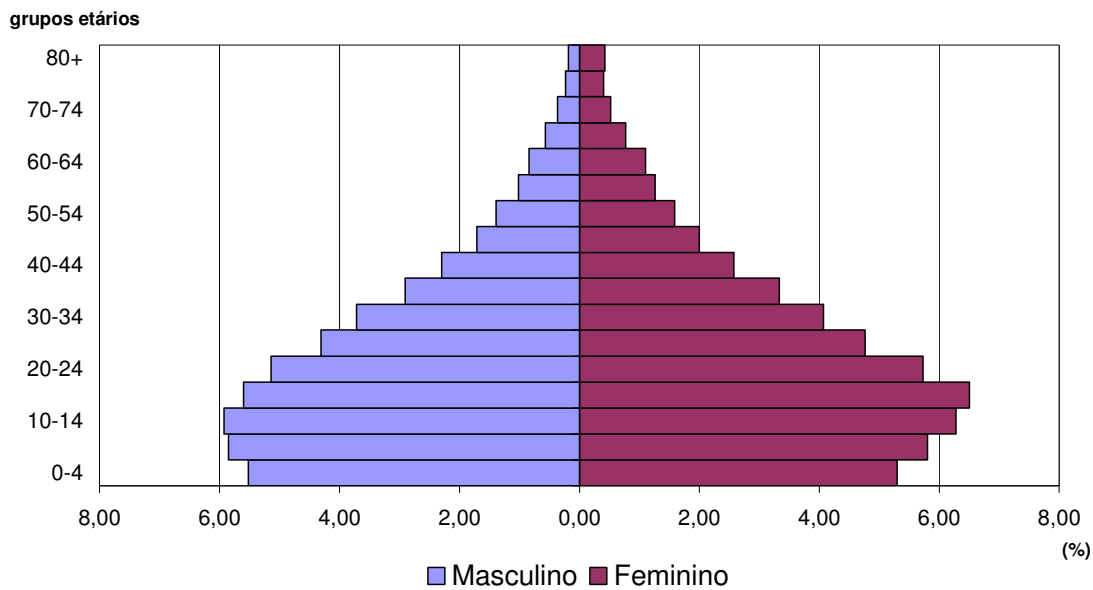


## Estrutura Etária - RM Brasília - 2000

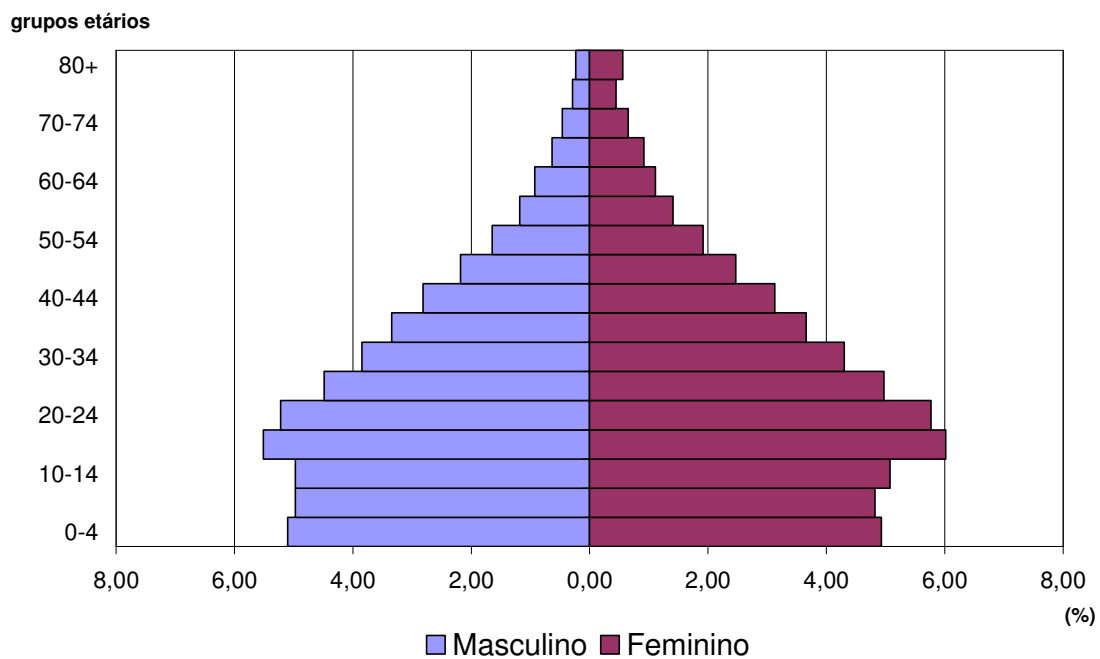
grupos etários



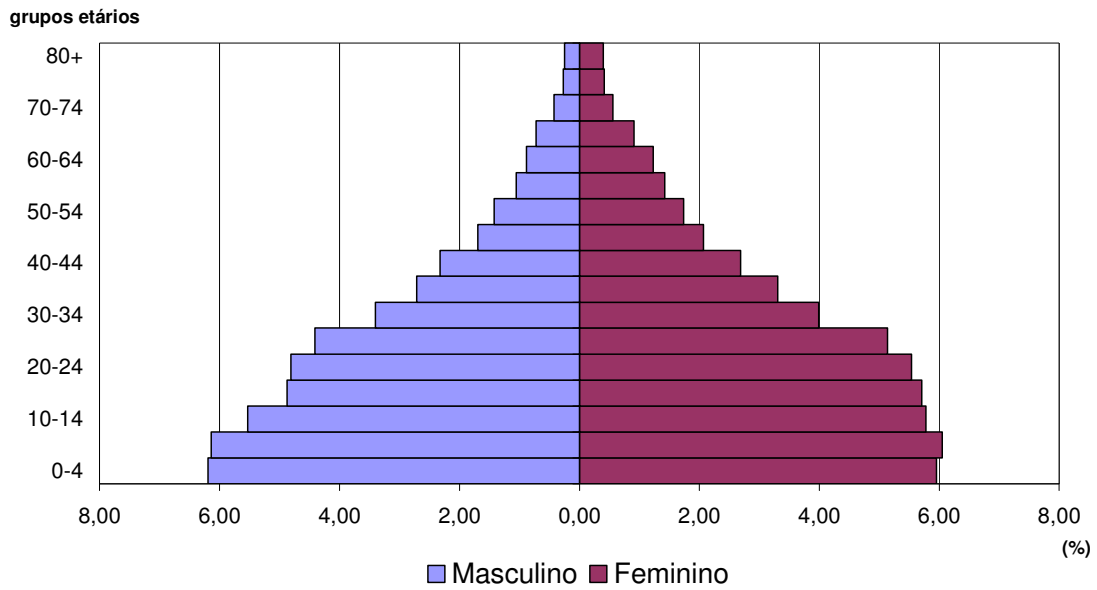
### Estrutura Etária - RM Belém - 1991



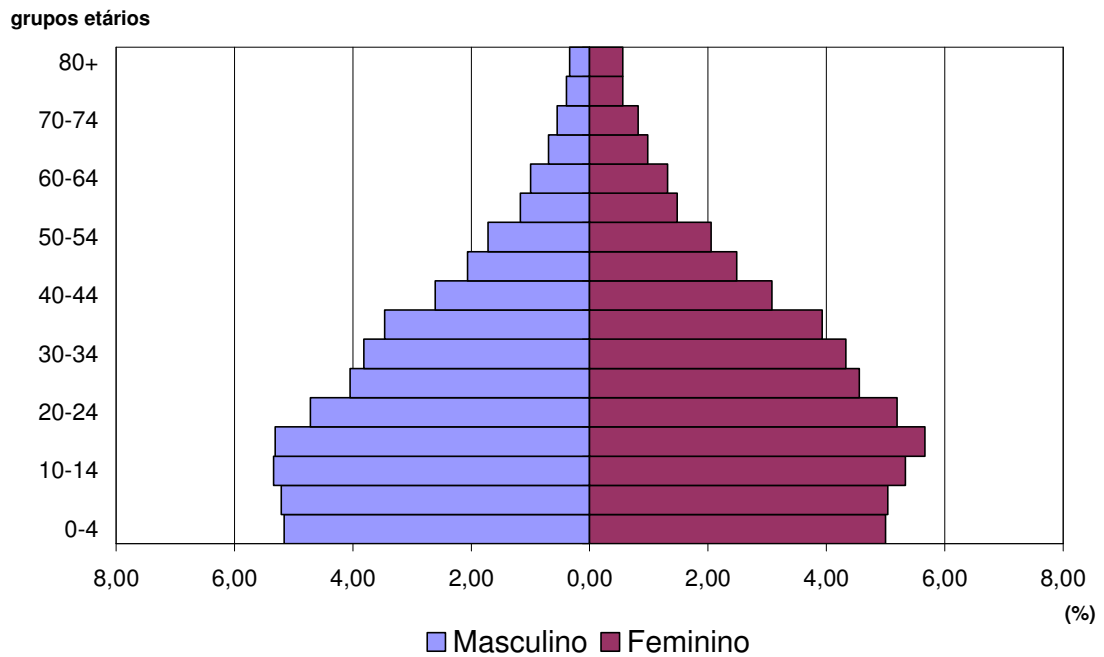
### Estrutura Etária - RM Belém - 2000



### Estrutura Etária - RM Fortaleza - 1991

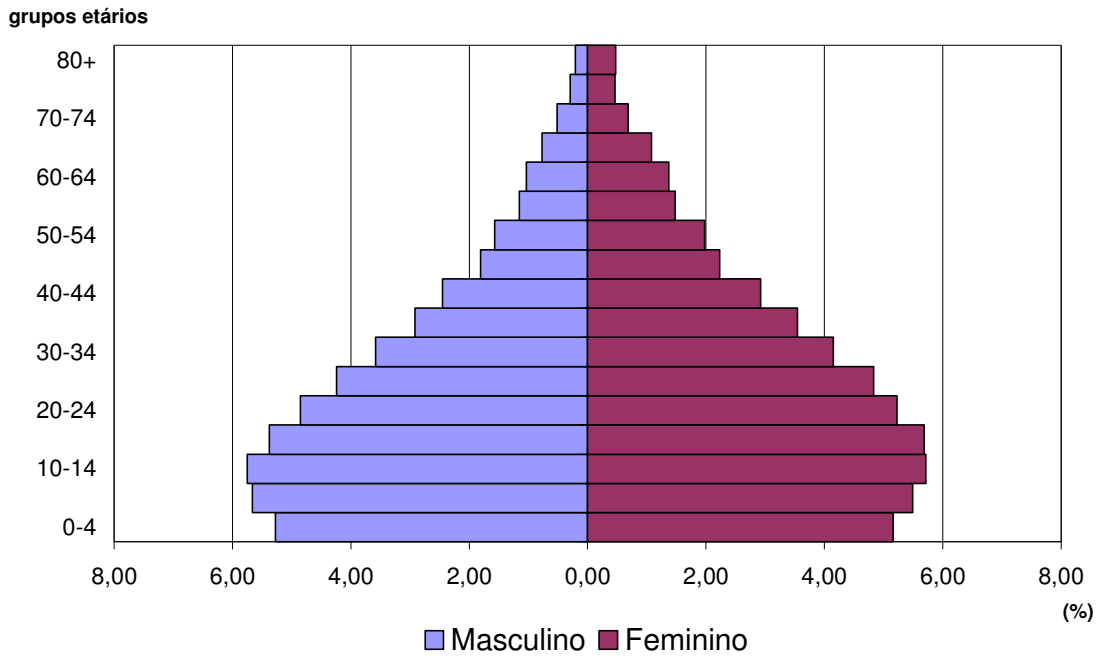


### Estrutura Etária - RM Fortaleza - 2000

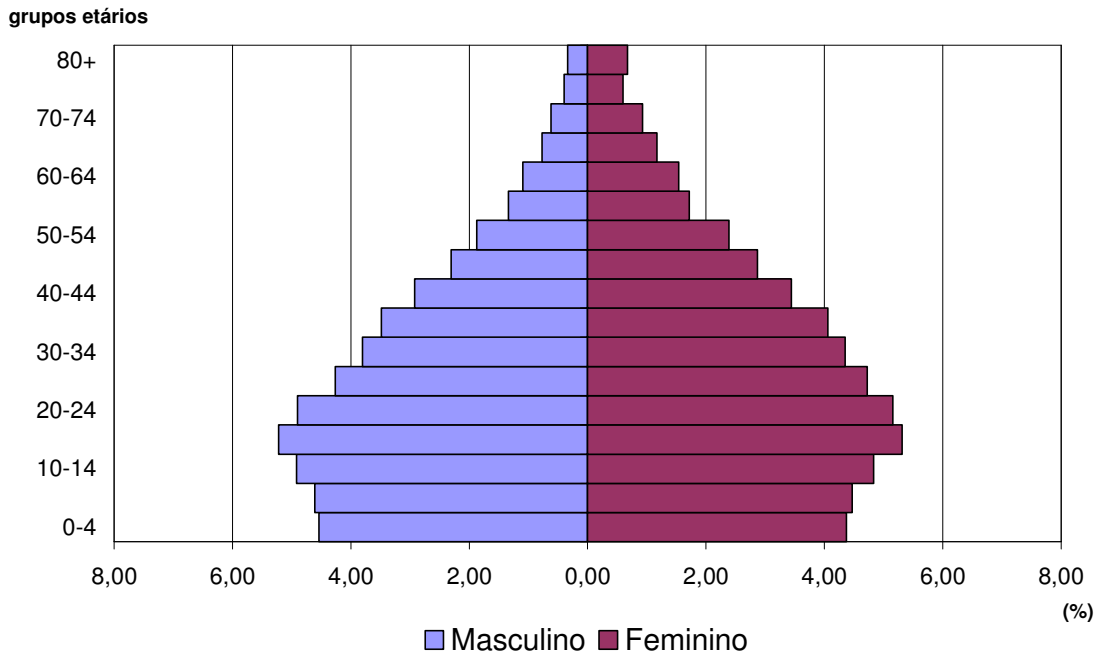




### Estrutura Etária - RM Recife - 1991

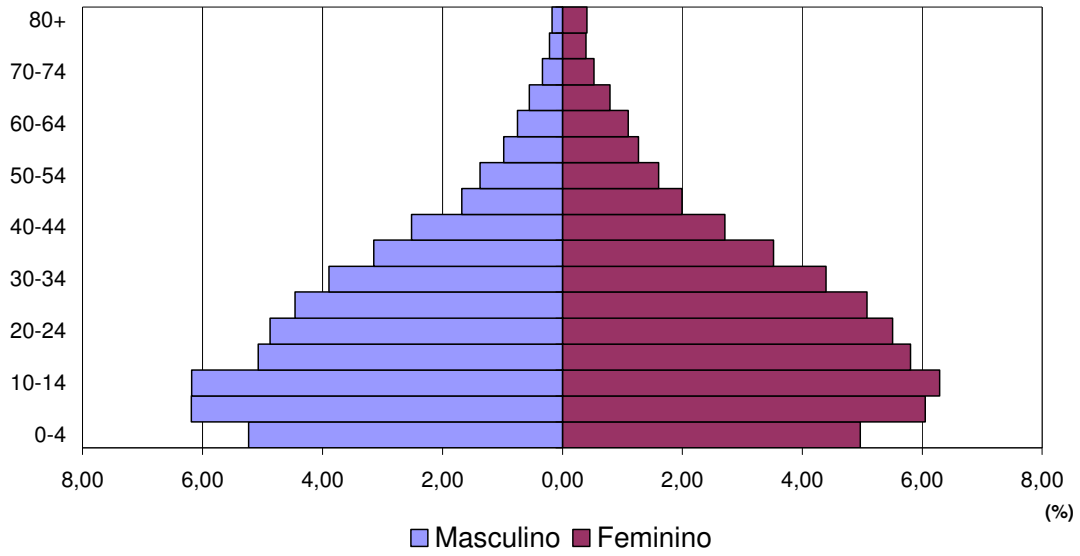


### Estrutura Etária - RM Recife - 2000



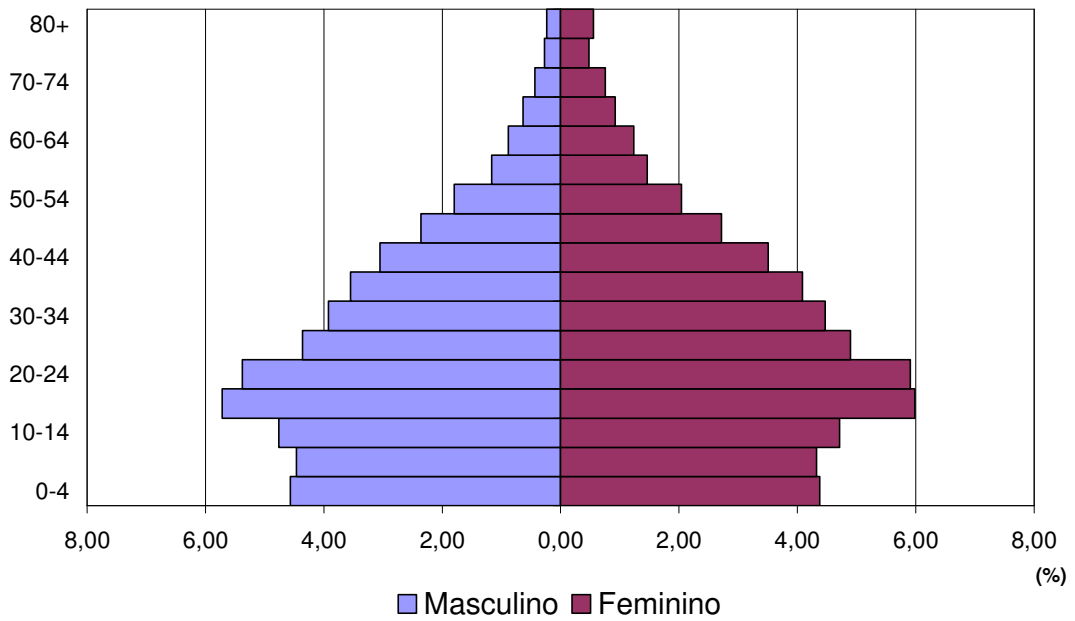
### Estrutura Etária - RM Salvador - 1991

grupos etários

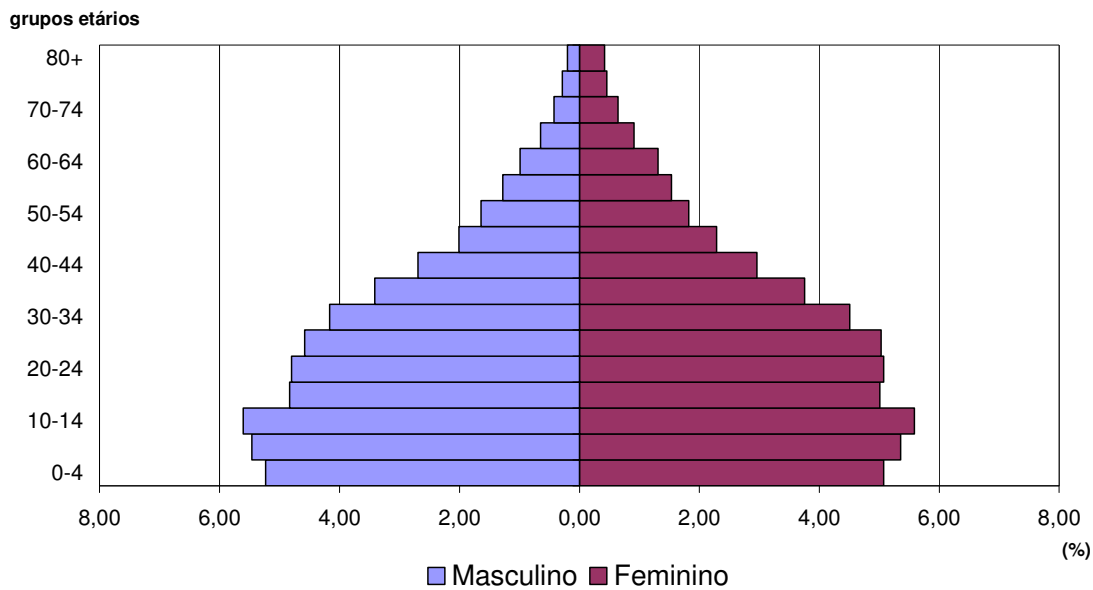


### Estrutura Etária - RM Salvador - 2000

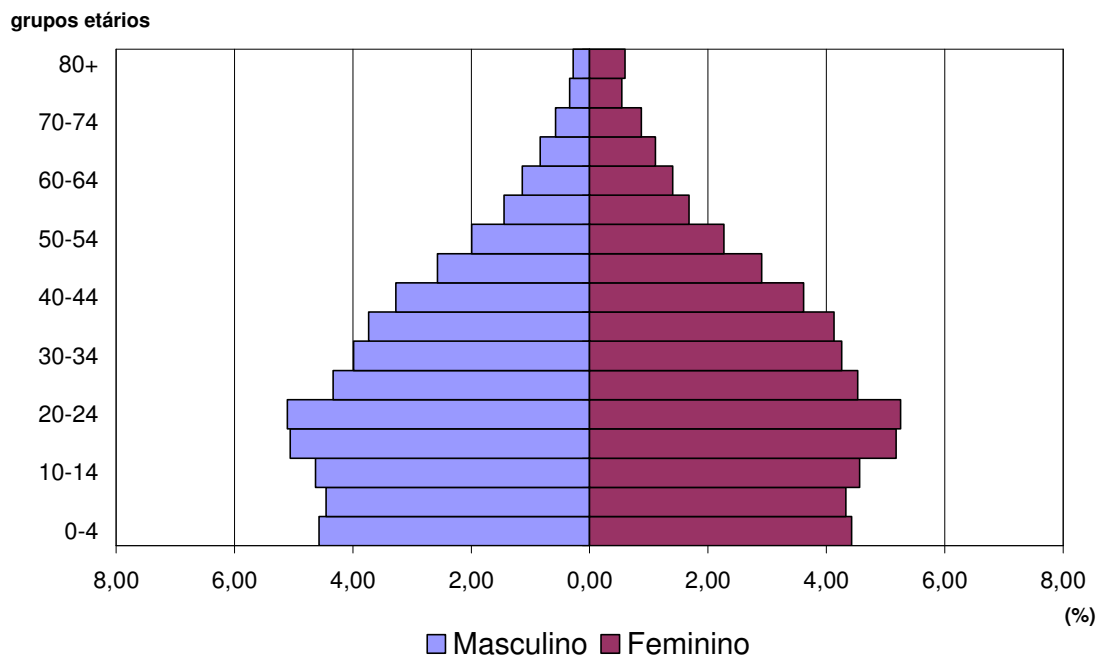
grupos etários



### Estrutura Etária - RM Belo Horizonte - 1991

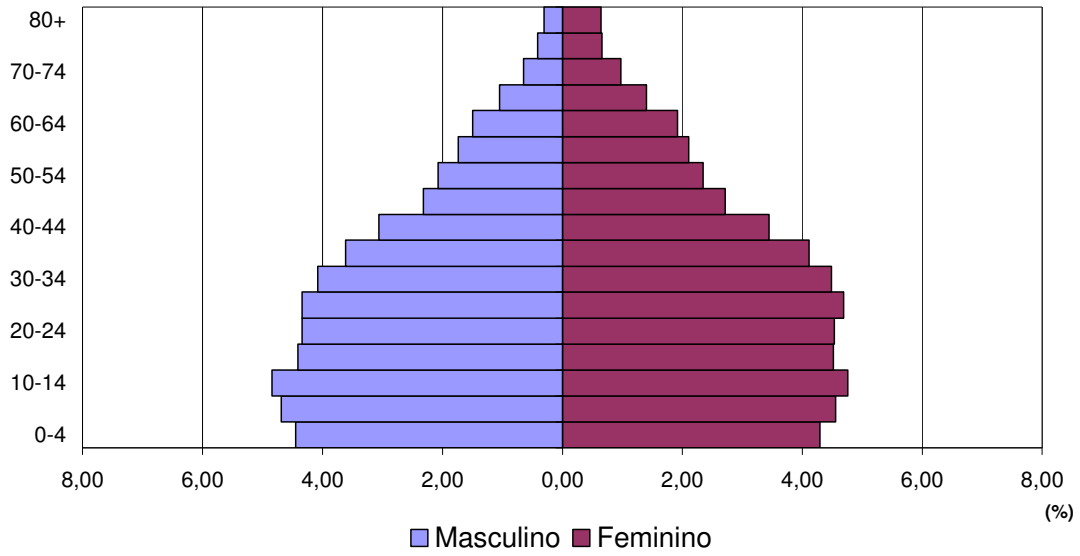


### Estrutura Etária - RM Belo Horizonte - 2000



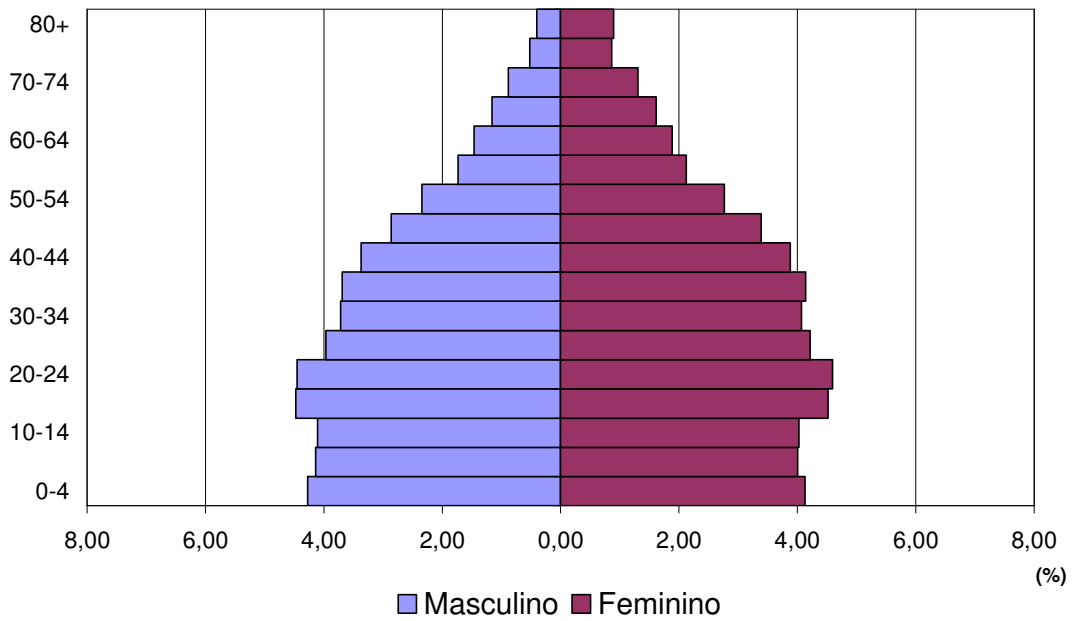
### Estrutura Etária - RM Rio de Janeiro - 1991

grupos etários



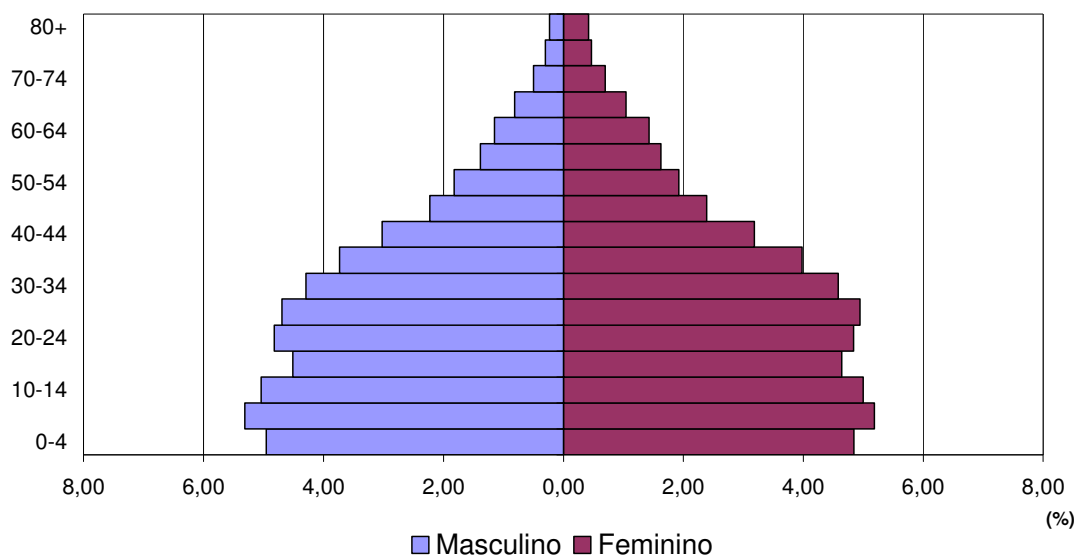
### Estrutura Etária - RM Rio de Janeiro - 2000

grupos etários



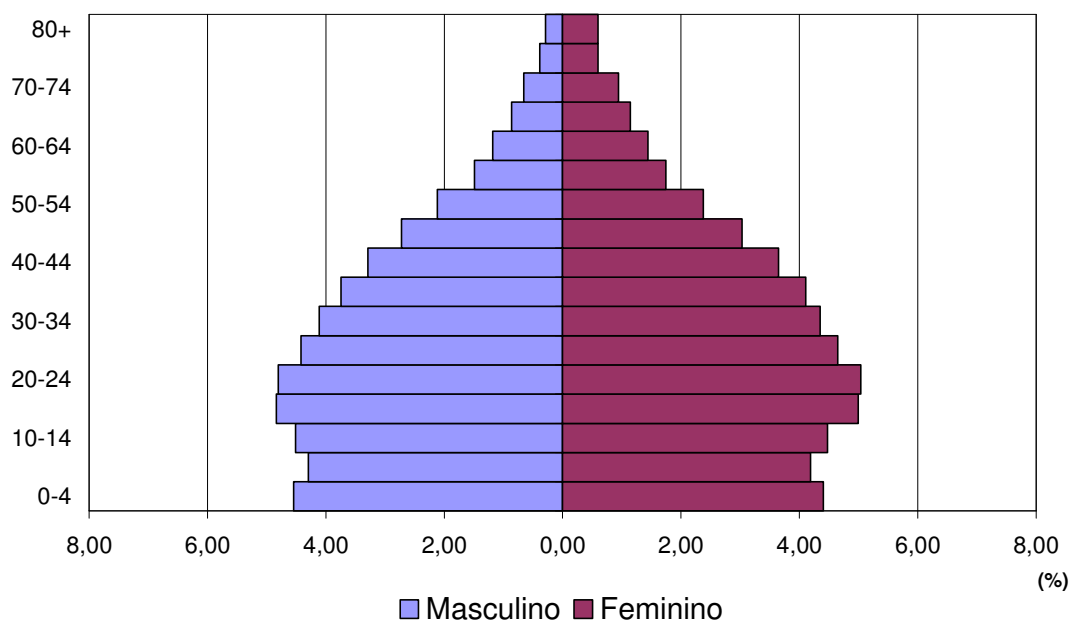
### Estrutura Etária - RM São Paulo - 1991

grupos etários



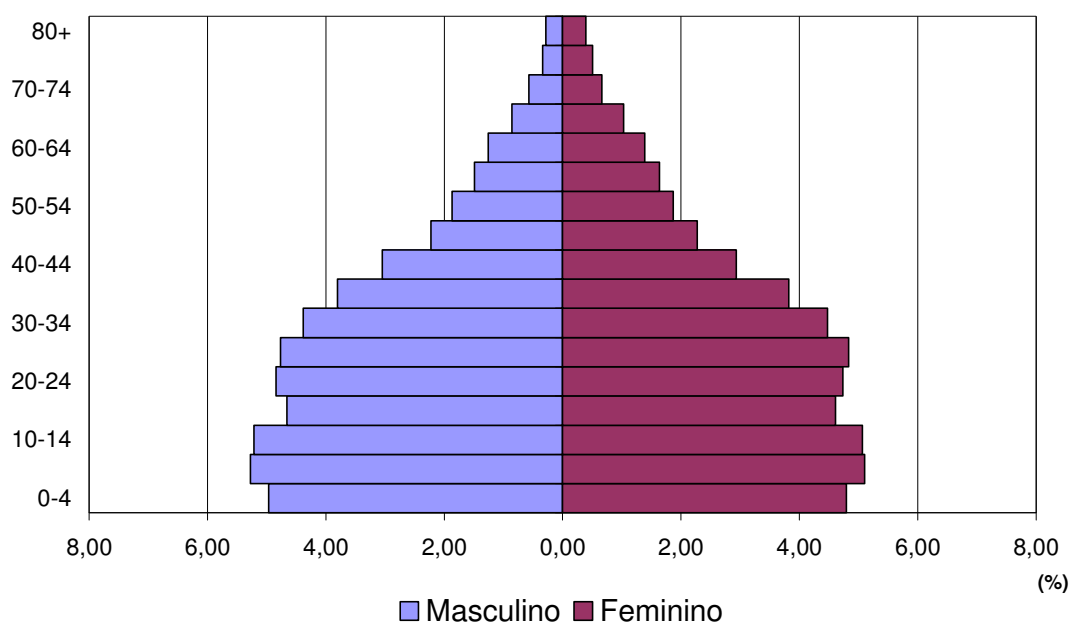
### Estrutura Etária - RM São Paulo - 2000

grupos etários



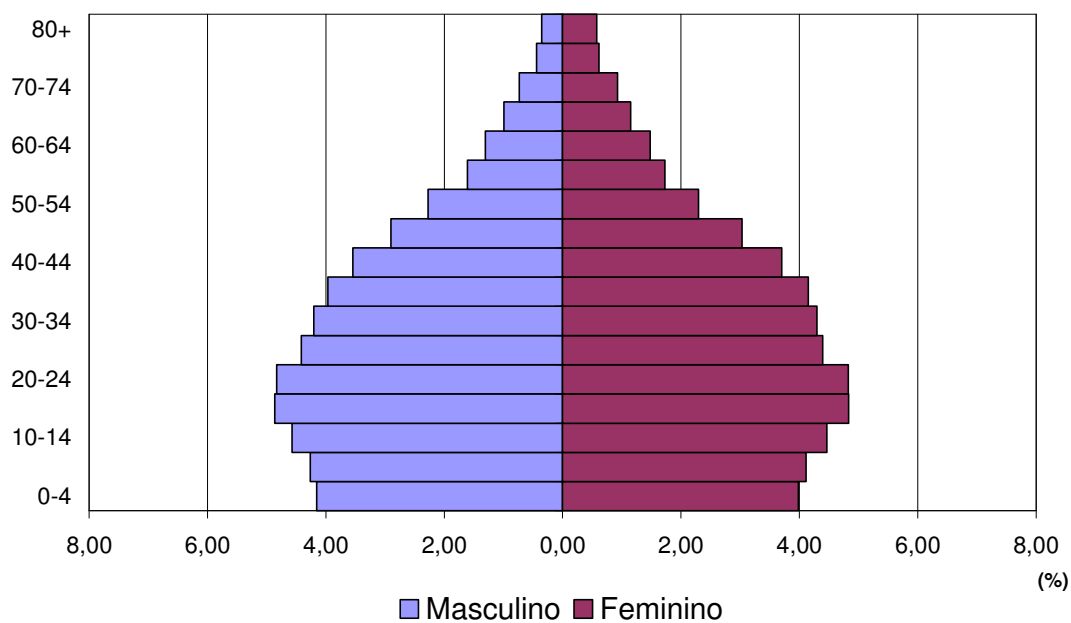
## Estrutura Etária - RM Campinas - 1991

grupos etários

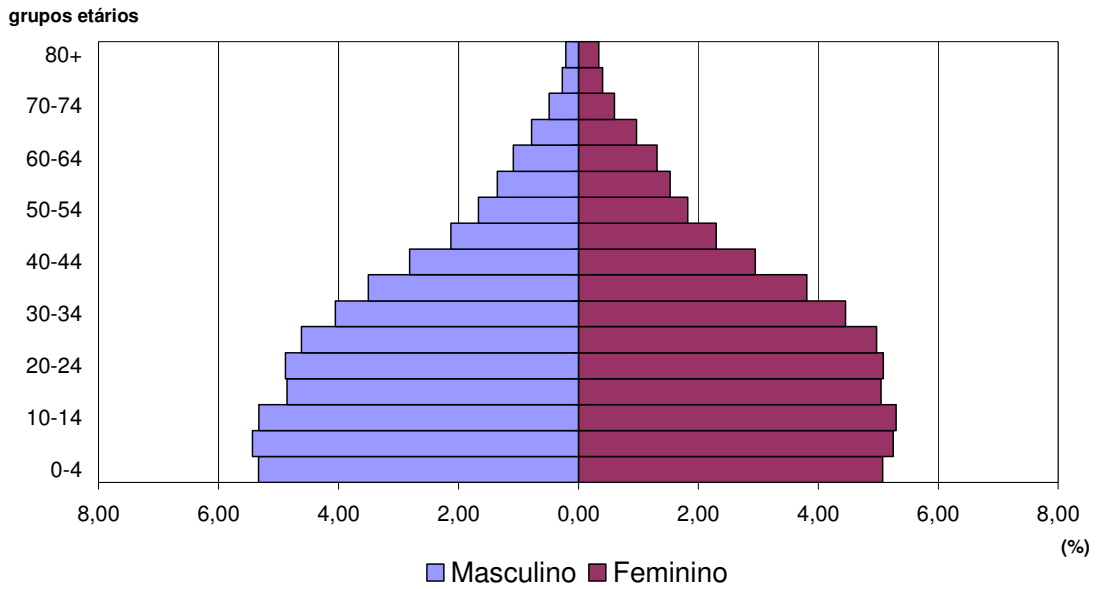


## Estrutura Etária - RM Campinas - 2000

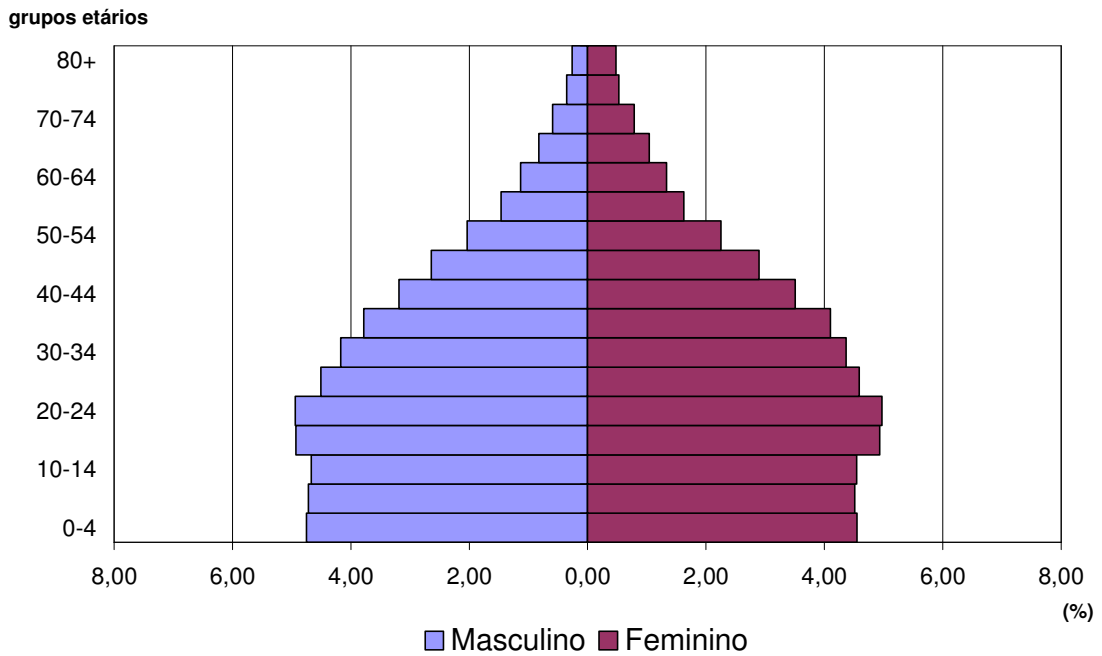
grupos etários



### Estrutura Etária - RM Curitiba - 1991

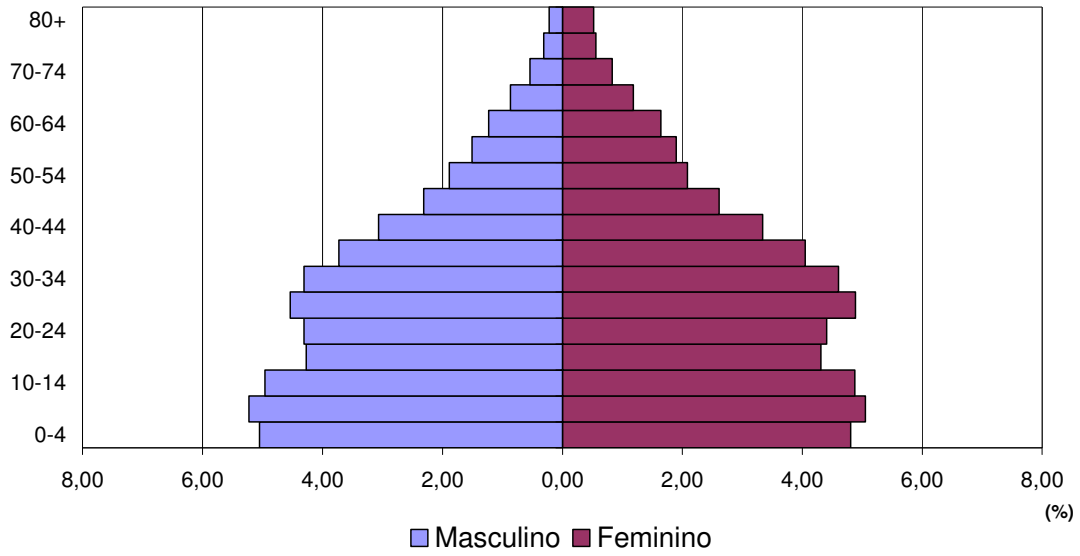


### Estrutura Etária - RM Curitiba - 2000



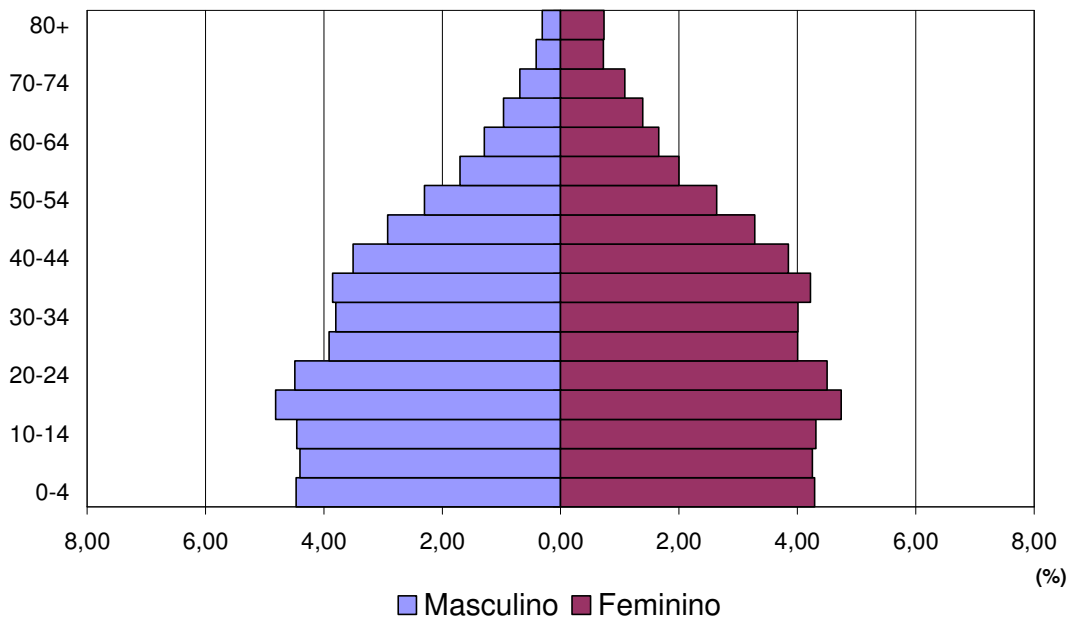
### Estrutura Etária - RM Porto Alegre - 1991

grupos etários



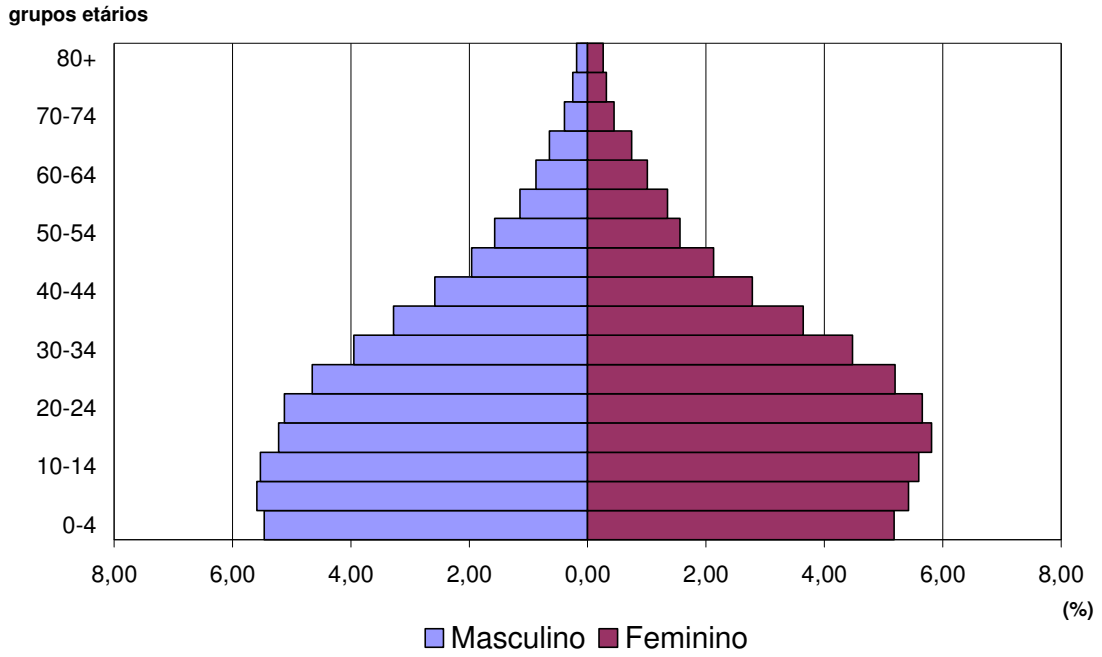
### Estrutura Etária - RM Porto Alegre - 2000

grupos etários

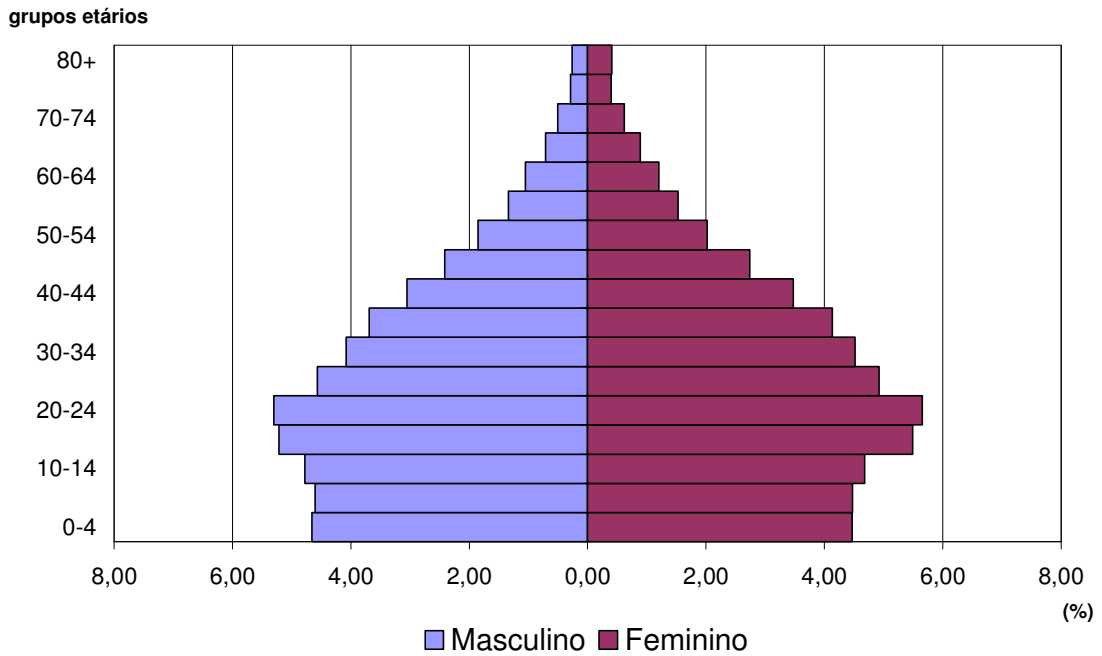




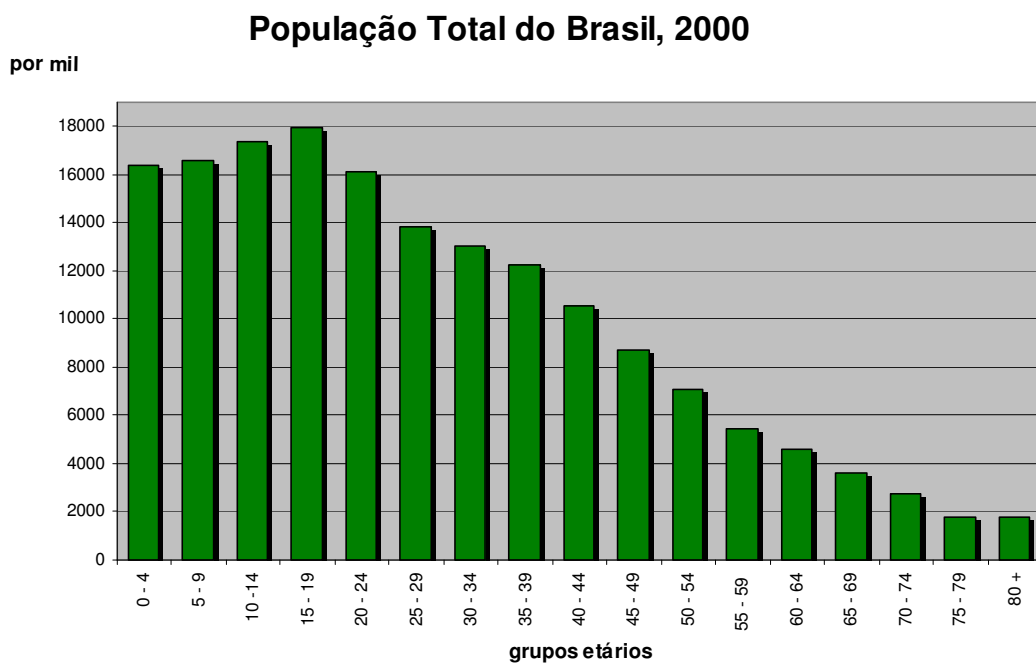
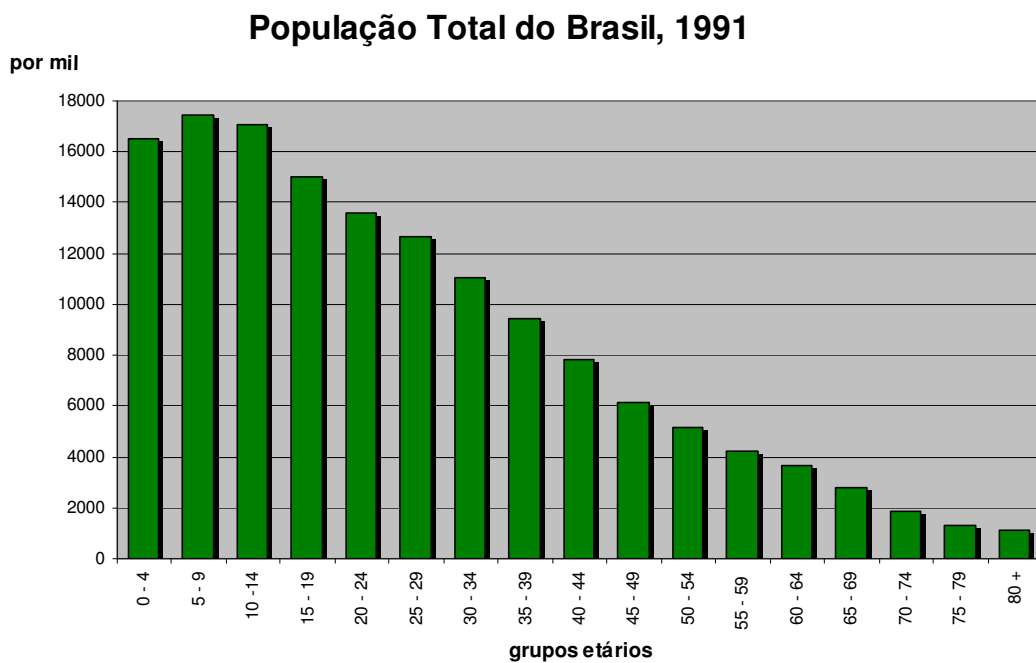
### Estrutura Etária - RM Goiânia - 1991



### Estrutura Etária - RM Goiânia - 2000

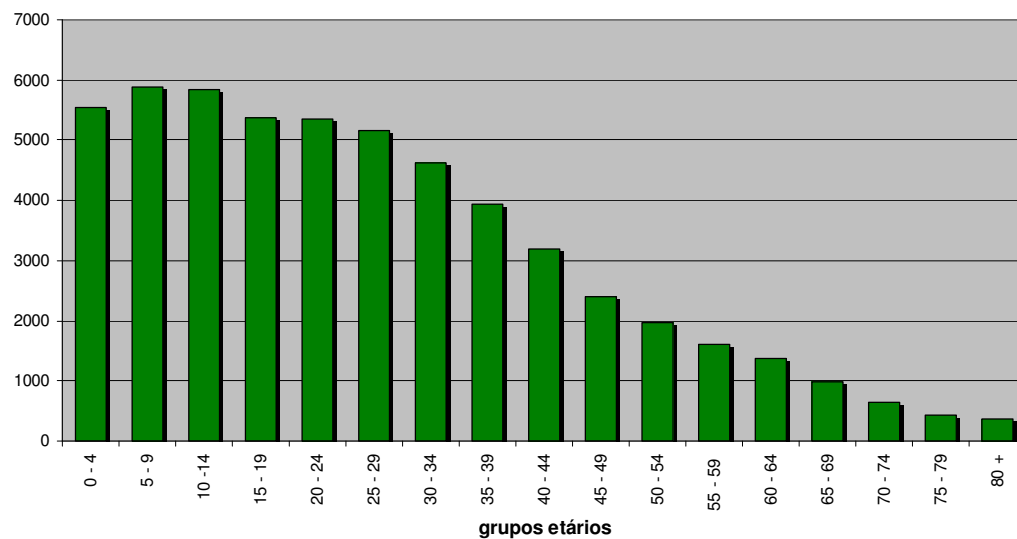


## Anexo 2- Distribuição da População Total por Grupos de Idade



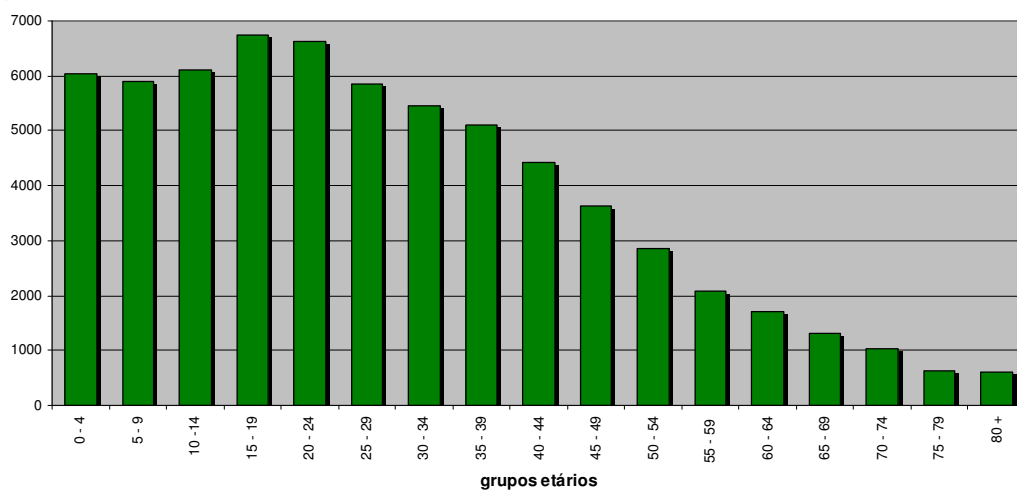
## População Brasil Metropolitano (capitais e RMs), 1991

por mil



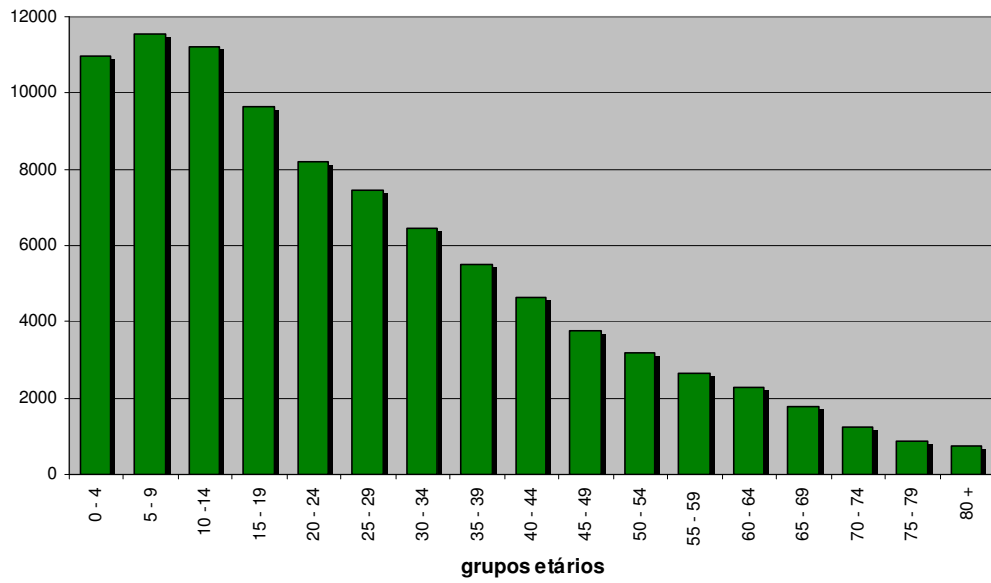
## População Brasil Metropolitano (capitais e RMs), 2000

por mil



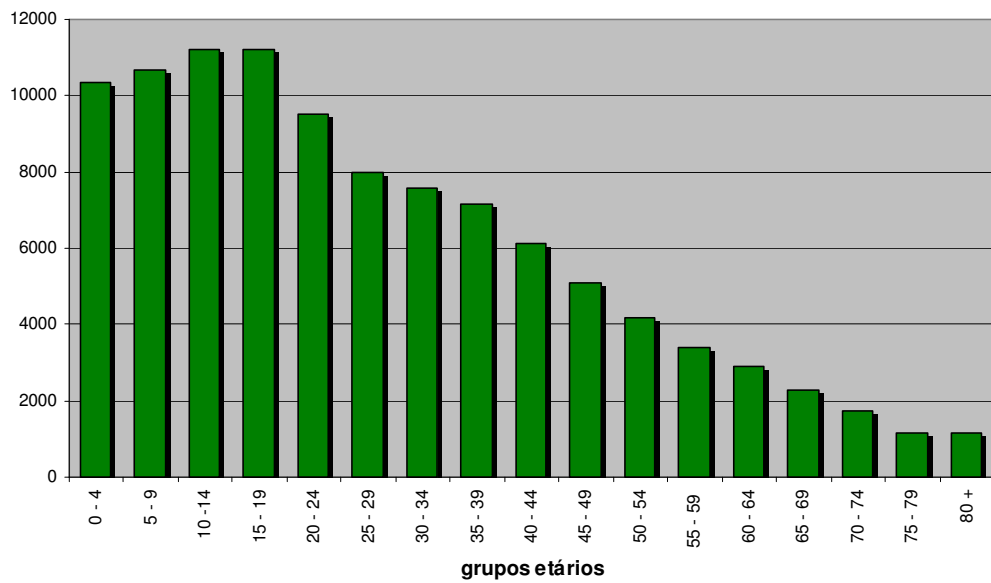
## População do Interior do Brasil, 1991

por mil



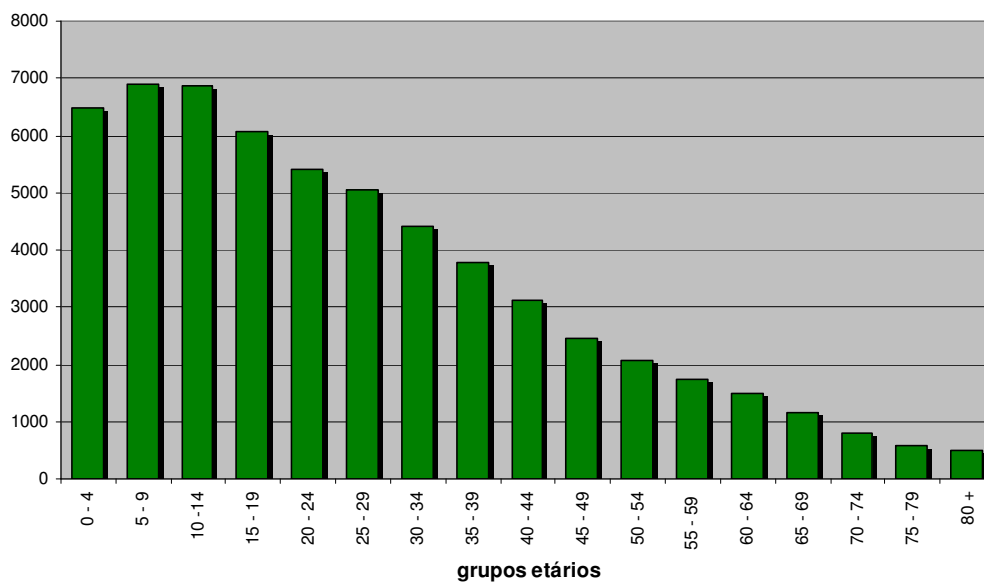
## População do Interior do Brasil, 2000

por mil



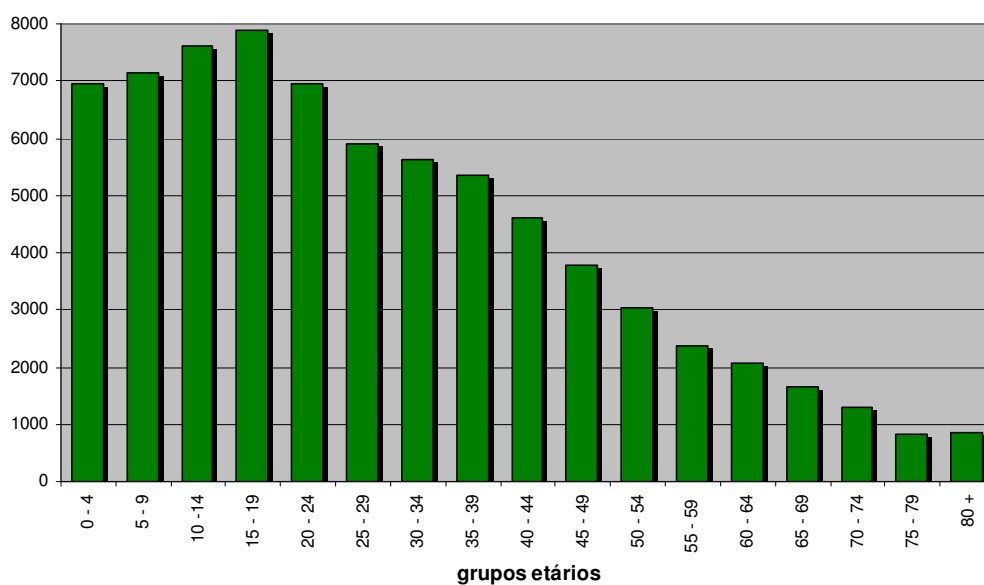
## População do Interior Urbano do Brasil, 1991

por mil



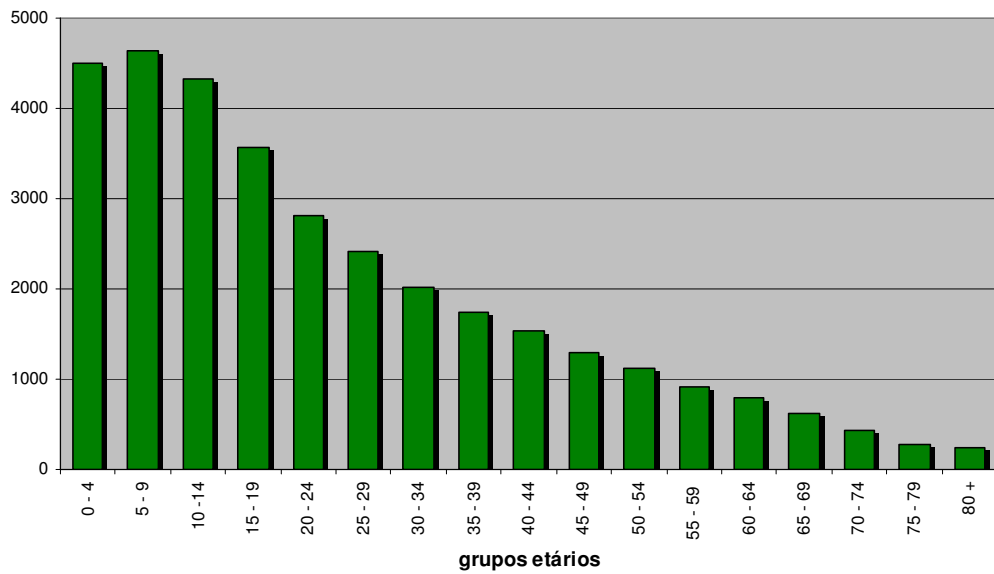
## População do Interior Urbano do Brasil, 2000

por mil



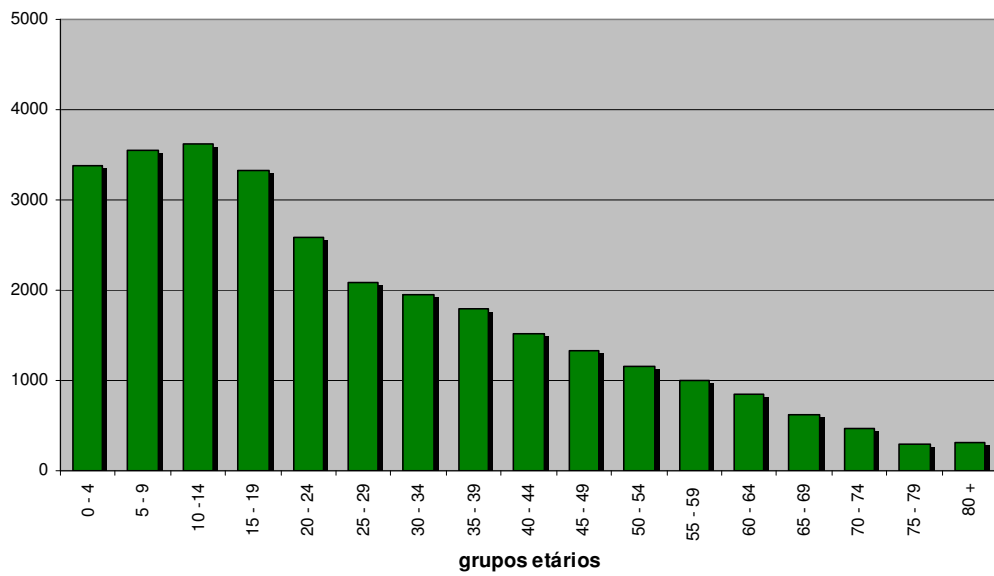
## População do Interior Rural do Brasil, 1991

por mil



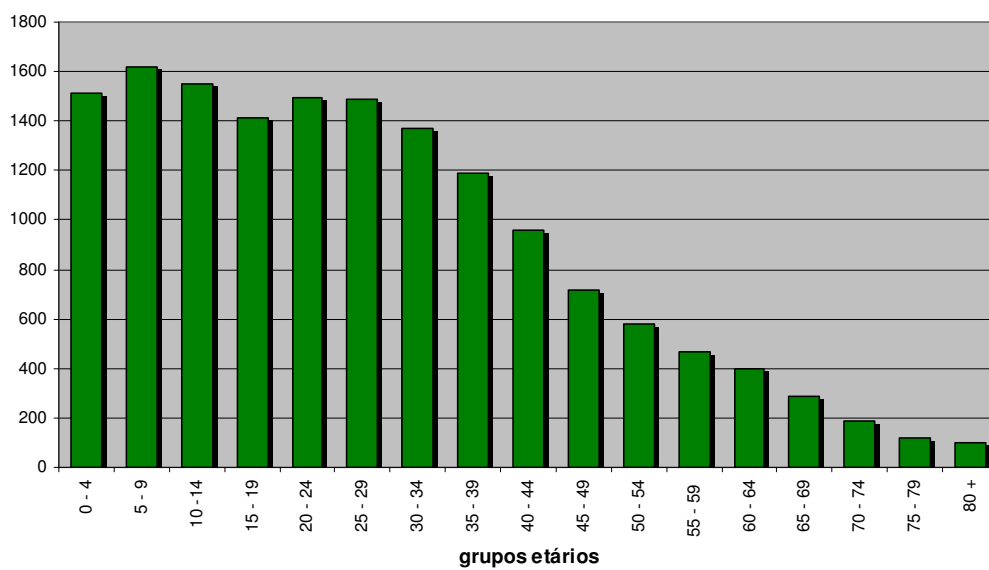
## População do Interior Rural do Brasil, 2000

por mil



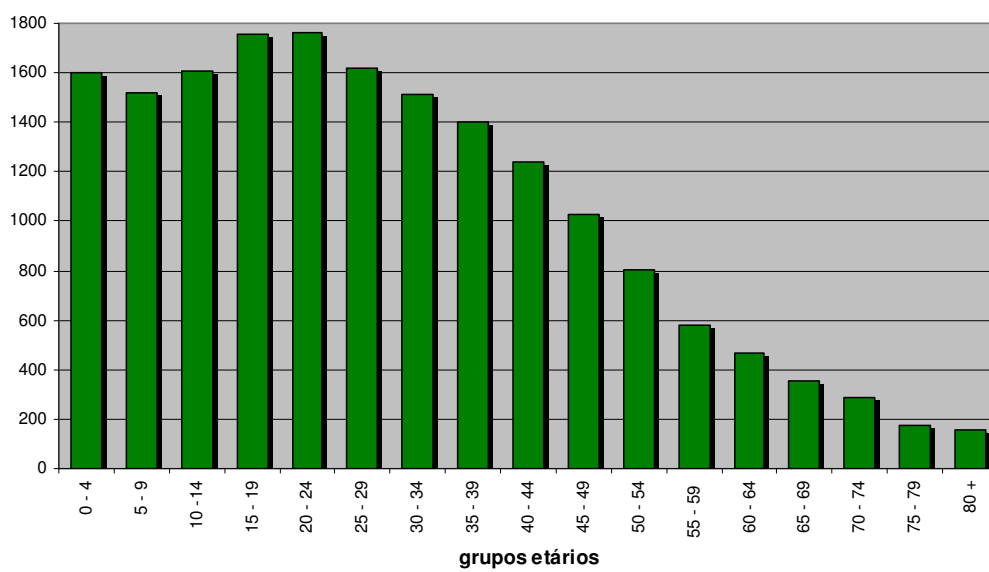
## População RM de São Paulo, 1991

por mil



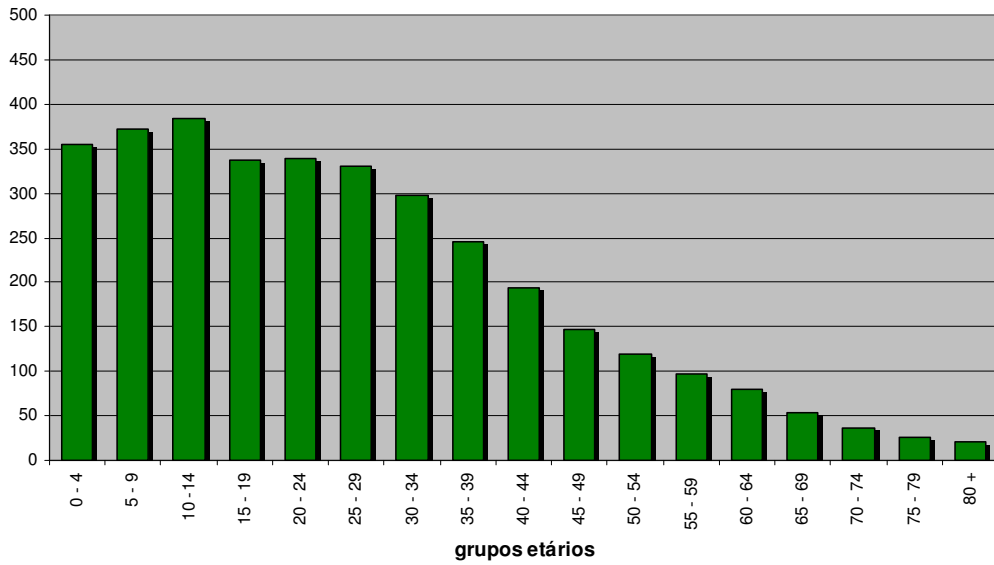
## População RM de São Paulo, 2000

por mil



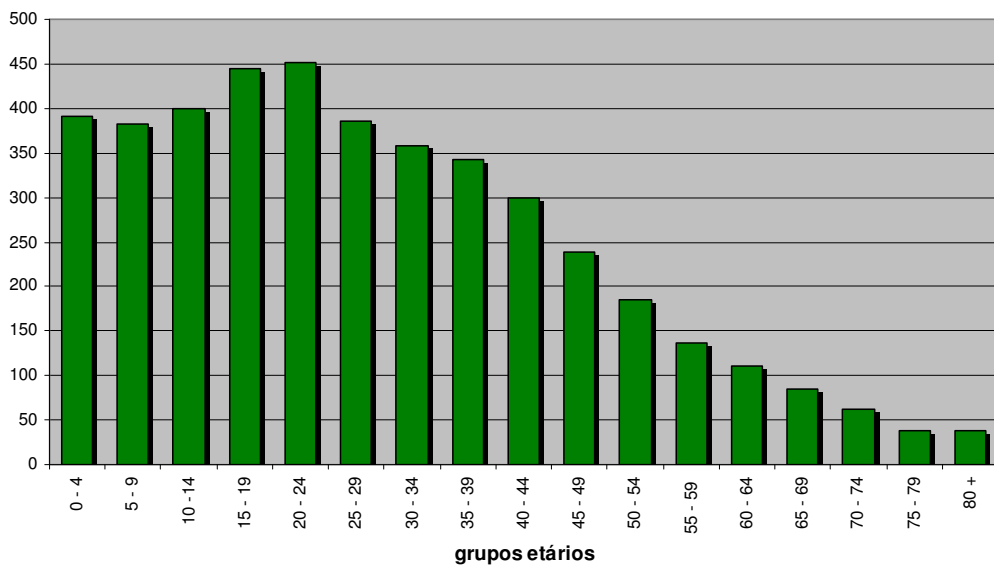
## População RM de Belo Horizonte, 1991

por mil



## População RM de Belo Horizonte, 2000

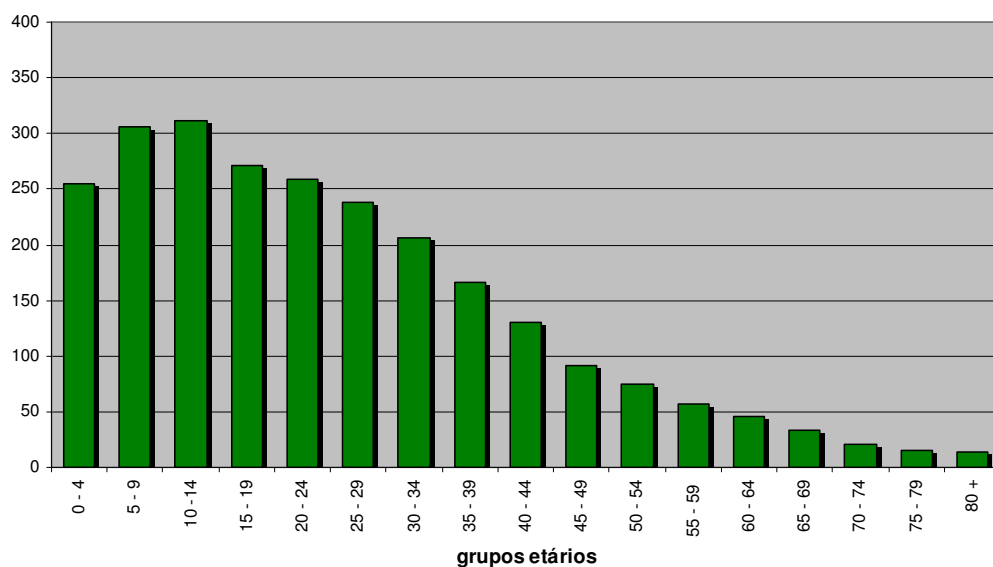
por mil





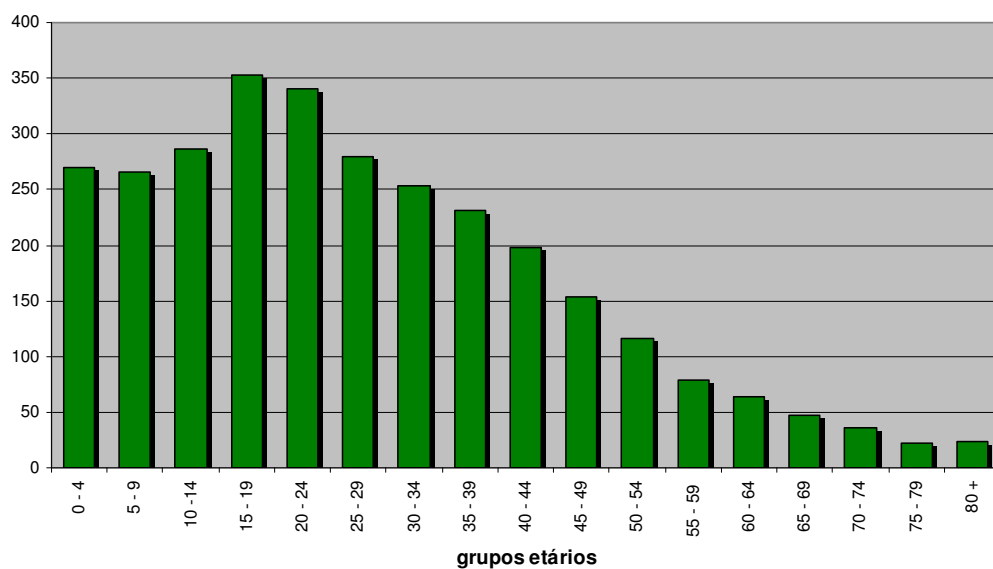
## População RM de Salvador, 1991

por mil



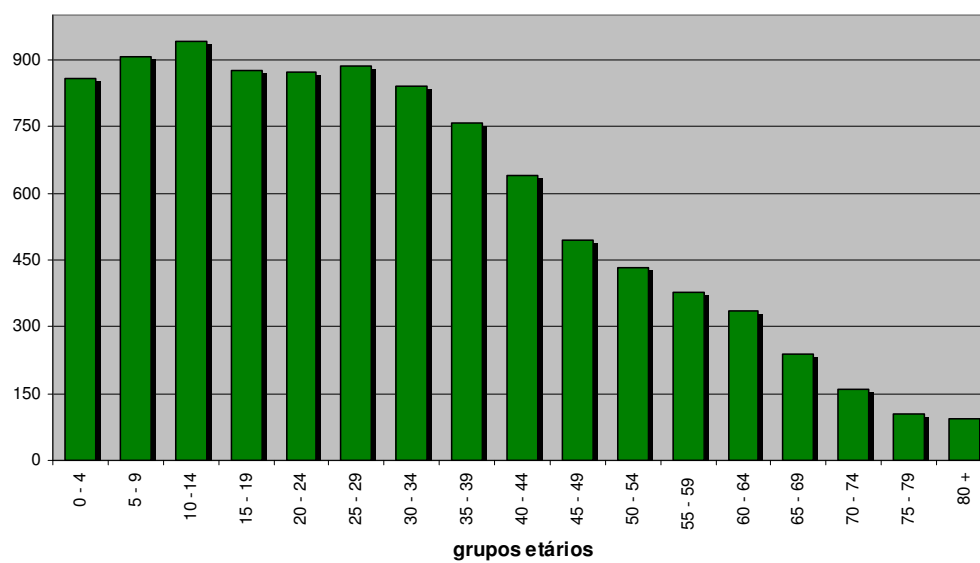
## População RM de Salvador, 2000

por mil



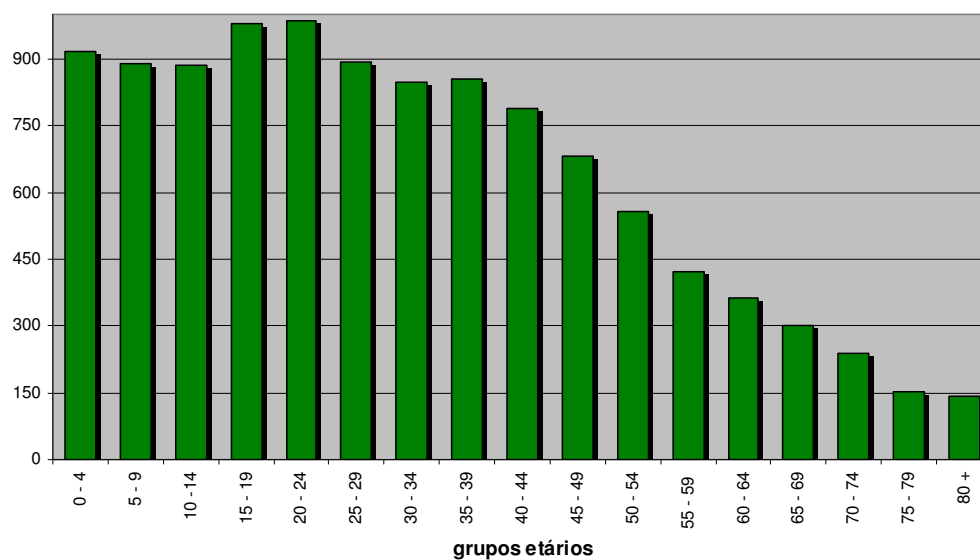
## População RM do Rio de Janeiro, 1991

por mil

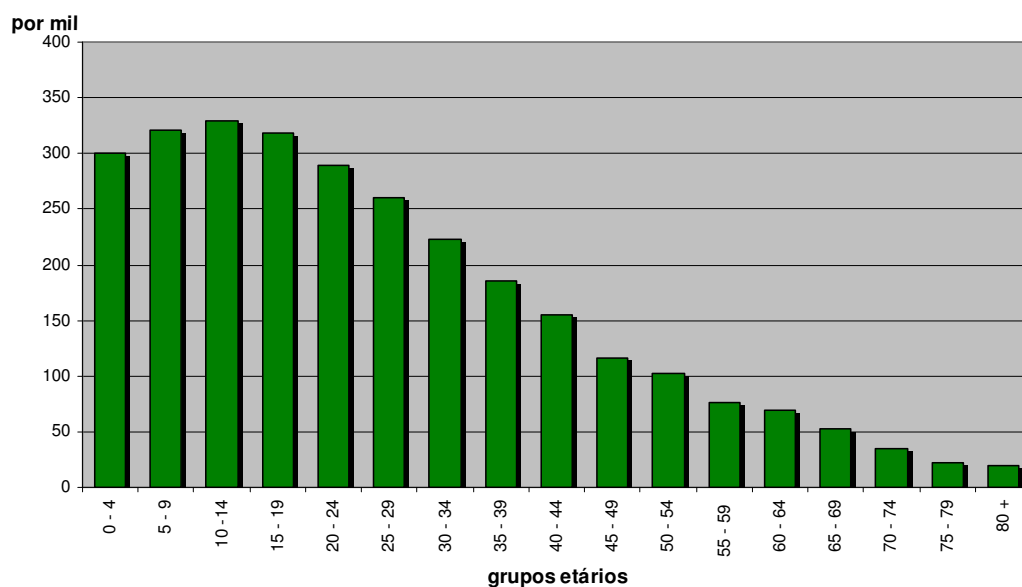


## População RM do Rio de Janeiro, 2000

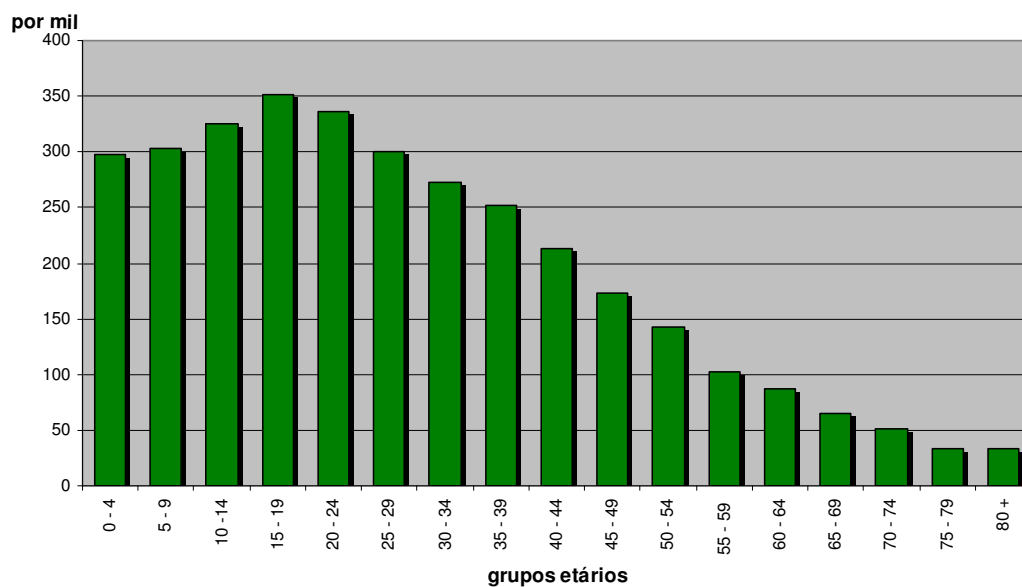
por mil



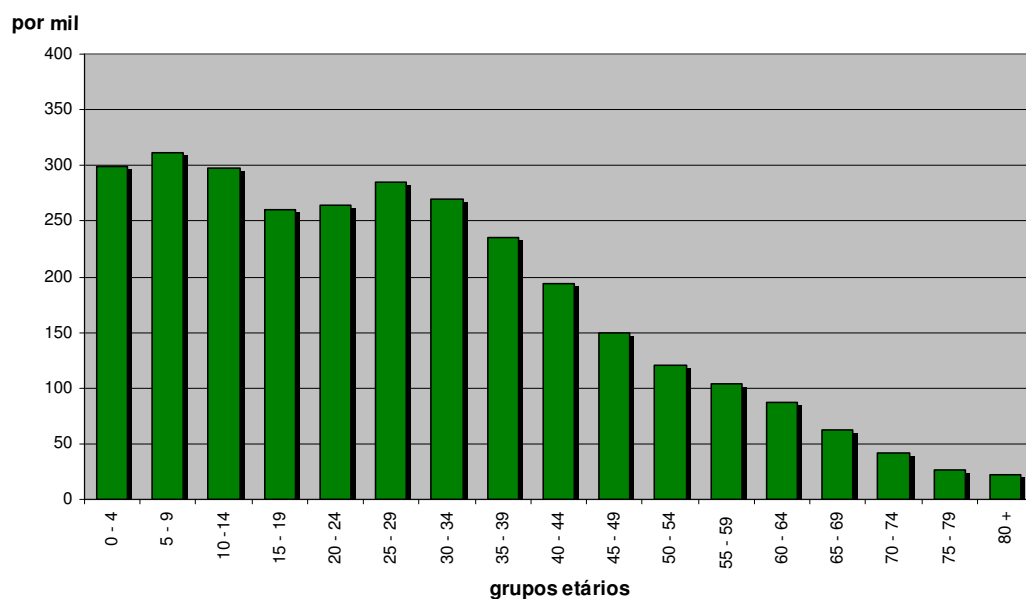
## População RM de Recife, 1991



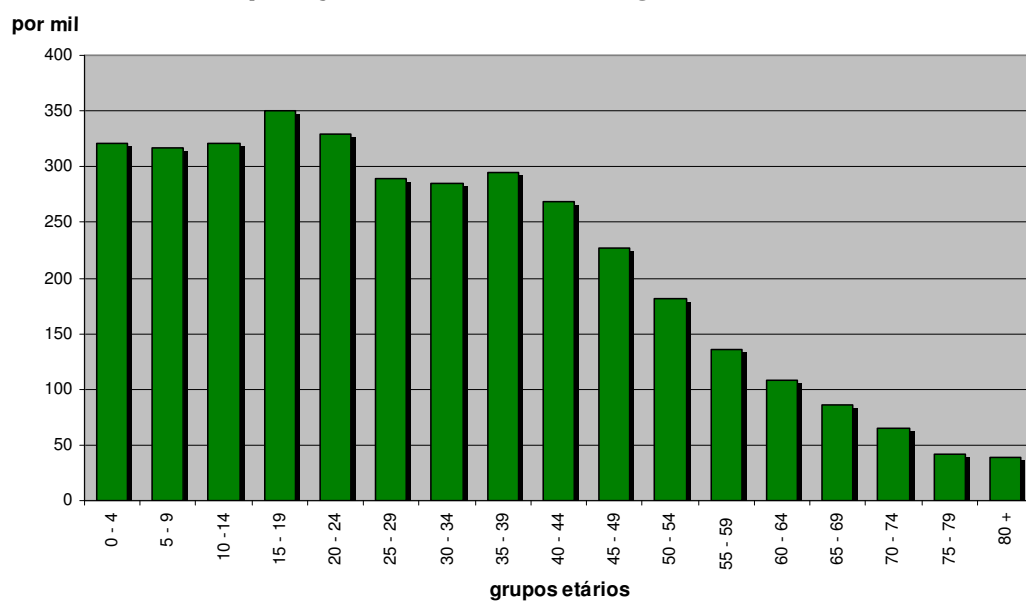
## População RM de Recife, 2000



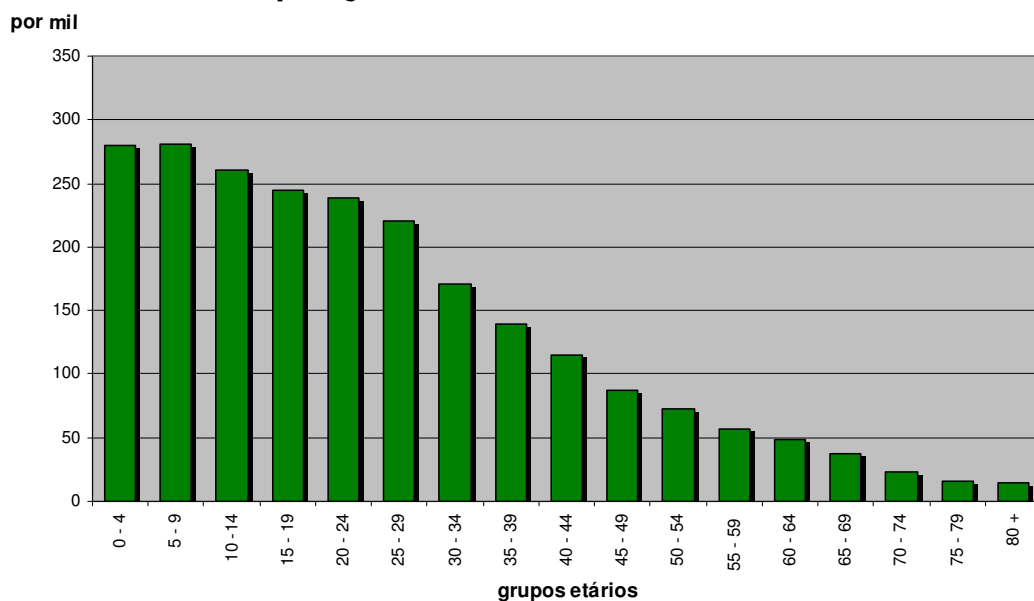
## População RM de Porto Alegre, 1991



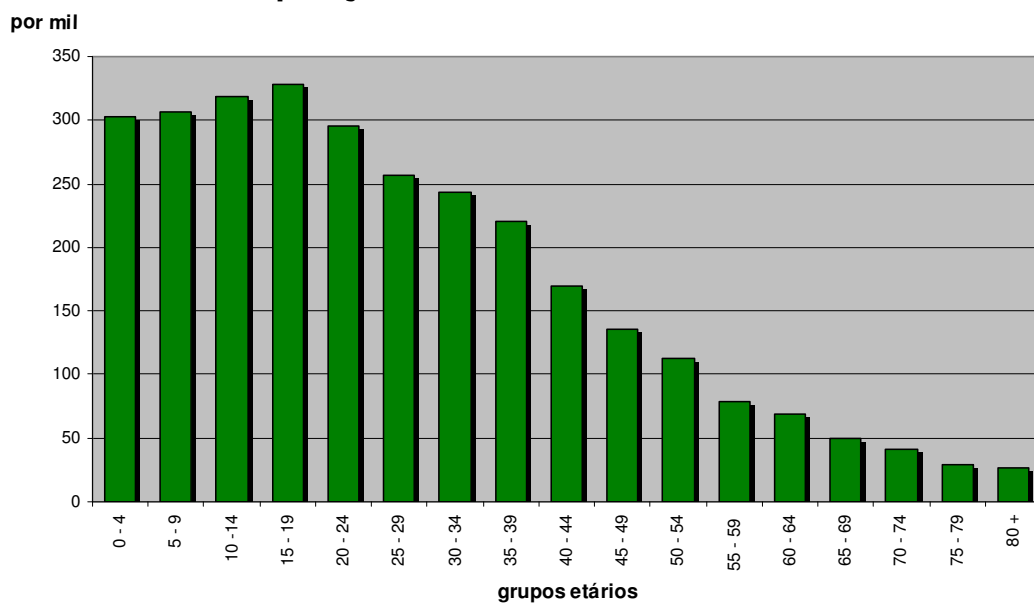
## População RM de Porto Alegre, 2000



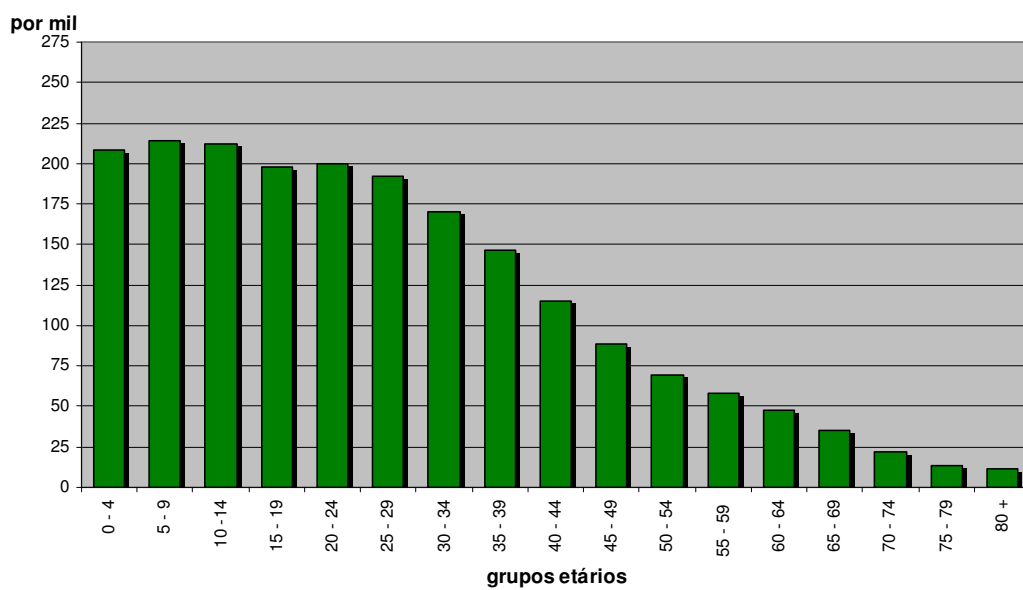
## População RM de Fortaleza, 1991



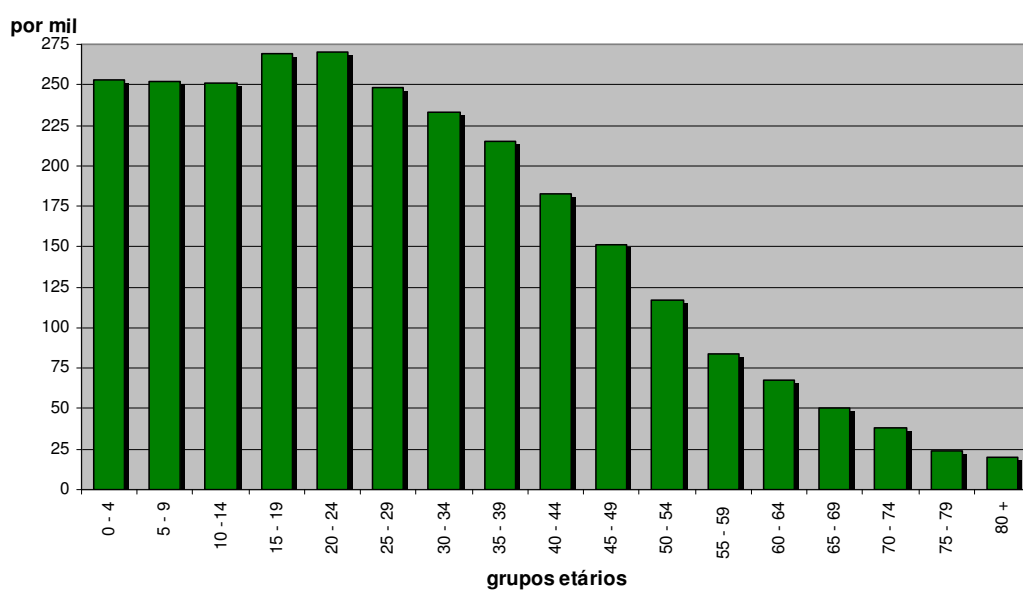
## População RM de Fortaleza, 2000



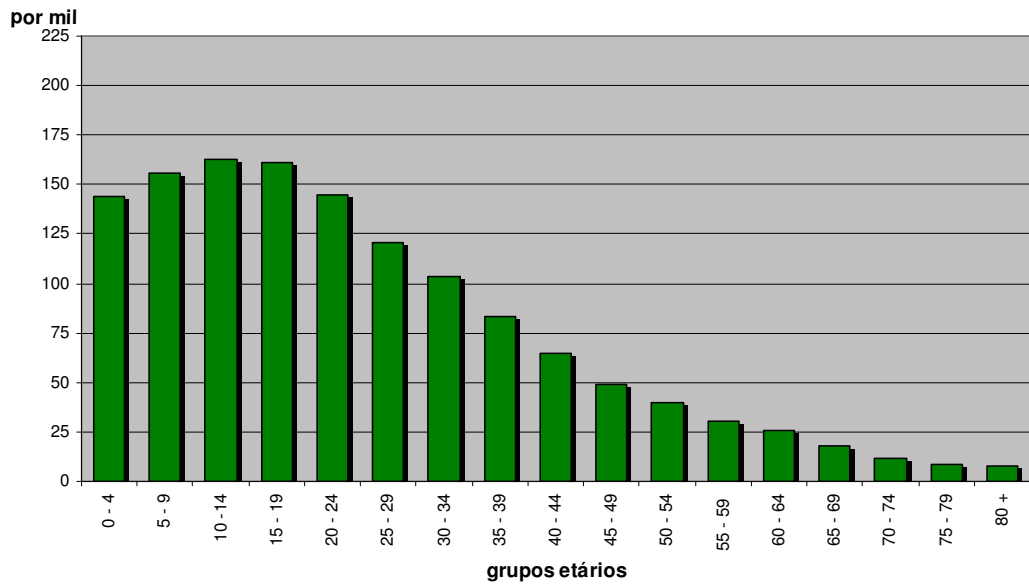
## População RM de Curitiba, 1991



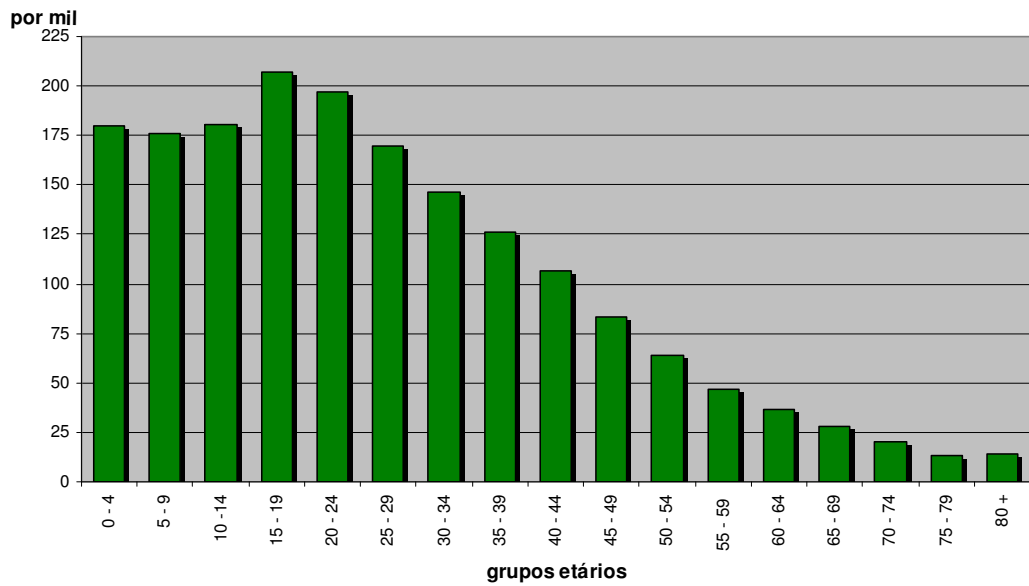
## População RM de Curitiba, 2000



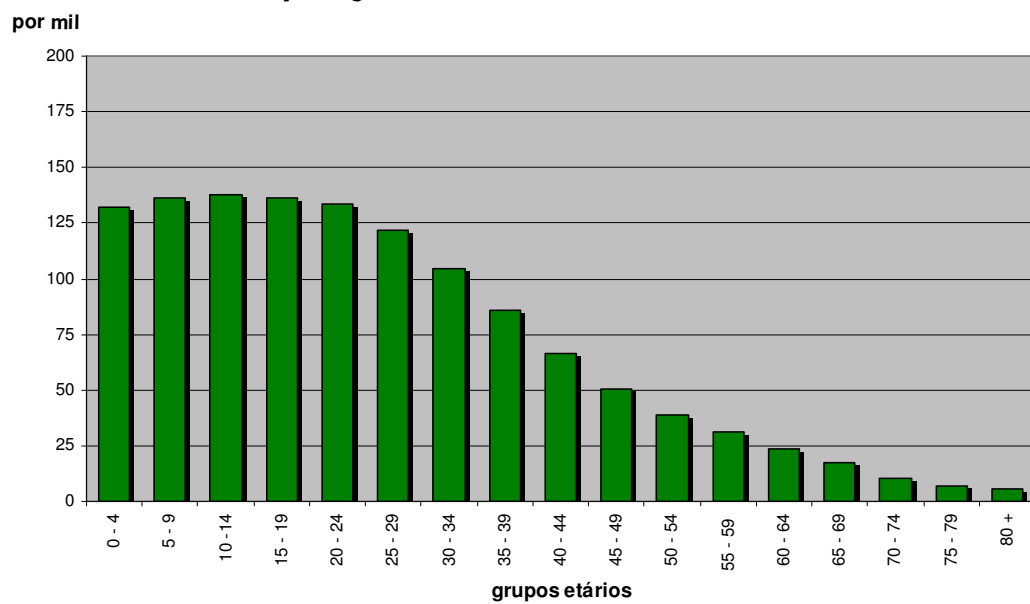
## População RM de Belém, 1991



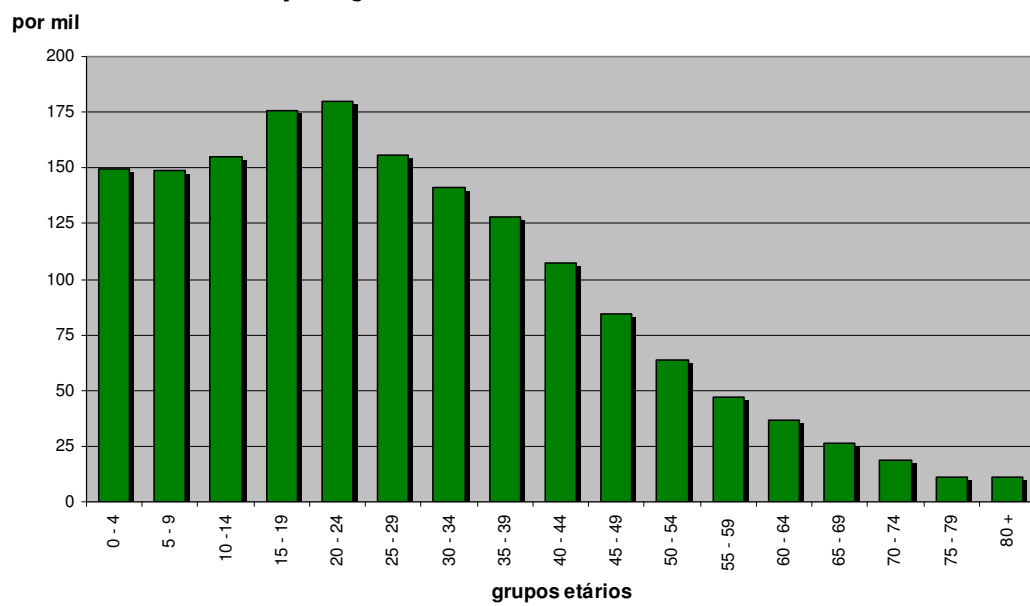
## População RM de Belém, 2000



## População RM de Goiânia, 1991

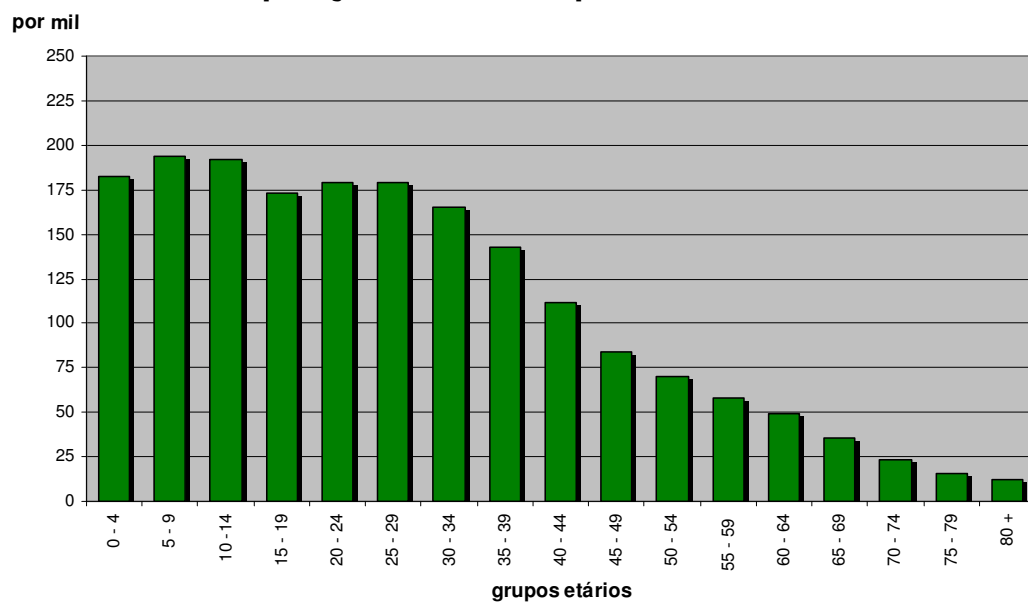


## População RM de Goiânia, 2000

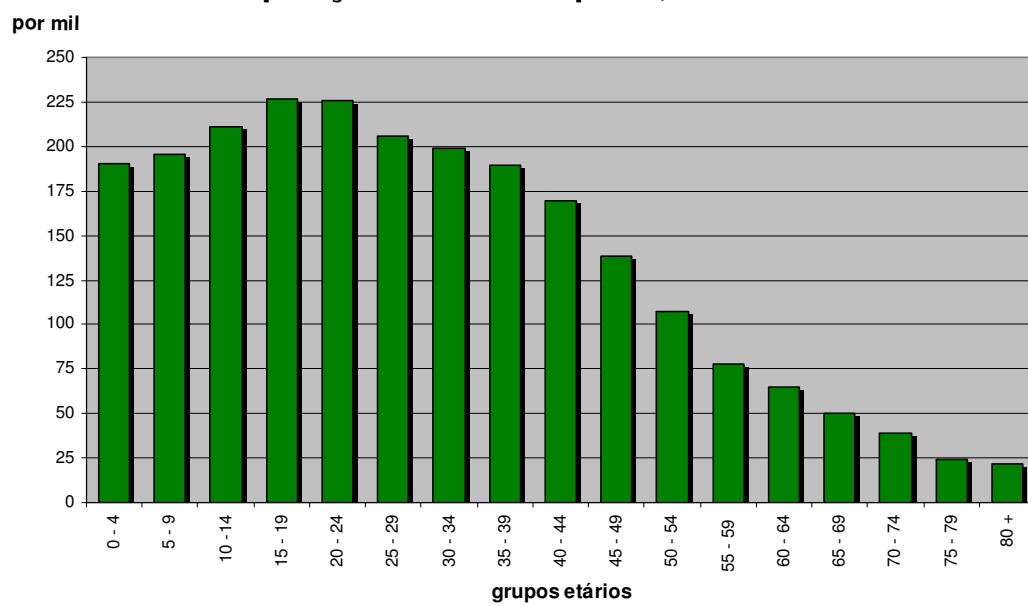




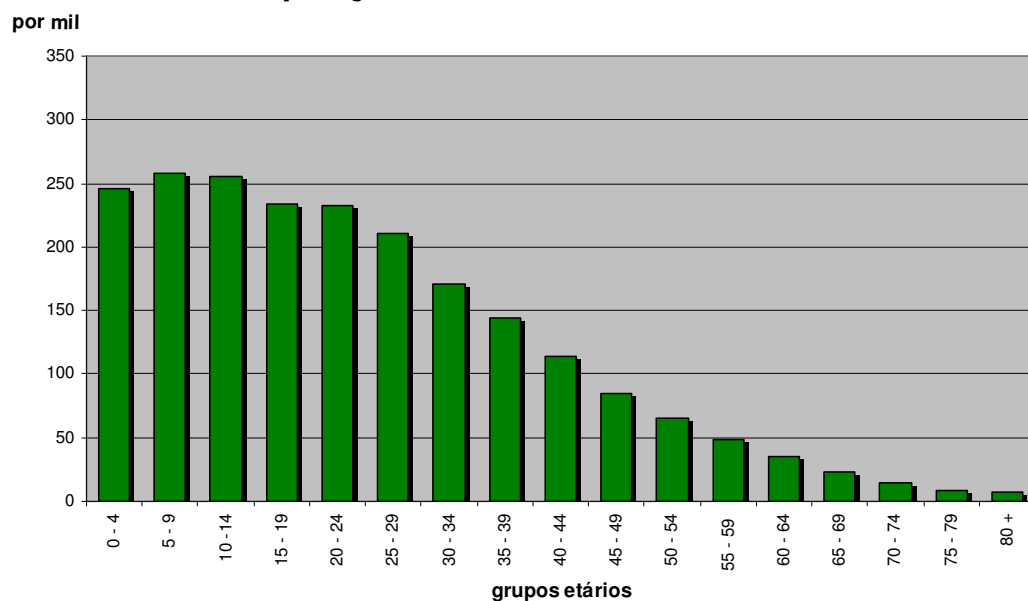
## População RM de Campinas, 1991



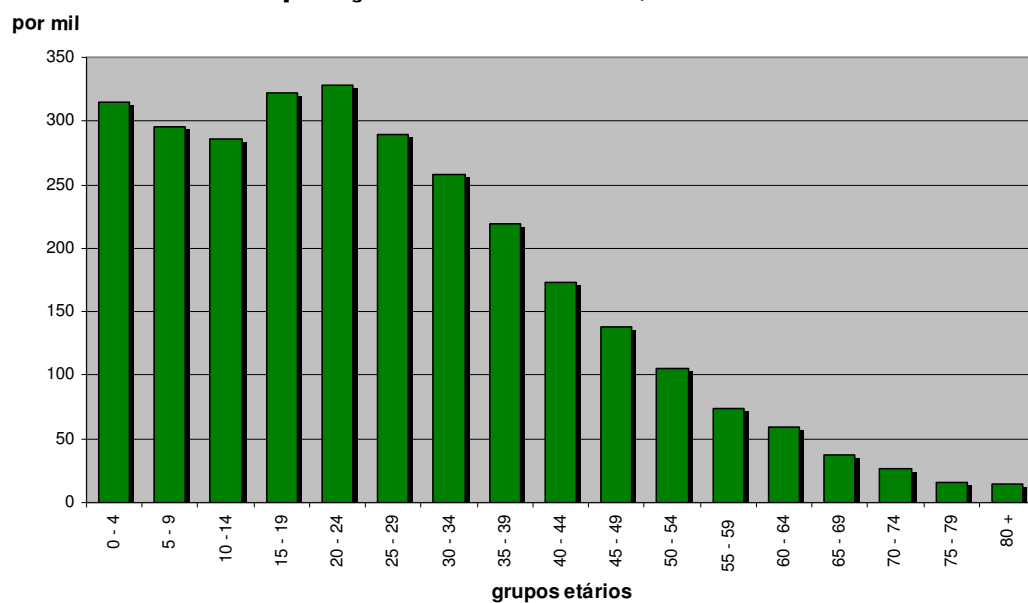
## População RM de Campinas, 2000



## População RM de Brasília, 1991



## População RM de Brasília, 2000



## Referências Bibliográficas

CARVALHO, J.A.M.; SAWYER, D.O. E RODRIGUES, R.N. **Conceitos básicos em demografia**. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1990.

(CARVALHO e SAWYER, 1998, p.26) (?) **Texto com Rosana**

AZZONI, Carlos. Indústria e Reversão da Polarização no Brasil. São Paulo, IPE/USP, 1986.

BAENINGER, Rosana.. Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes, Brasil, 1980-1996. **Texto Nepo 35**, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2000.

BRITO, Fausto. Brasil, Final de Século: a transição para um novo padrão migratório? Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000.

BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia G. Minas Gerais: crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da população. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Cedeplar, 2002.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. 2.ed. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 2)

\_\_\_\_\_; PACHECO, Carlos Américo. Trajetórias econômicas e demográficas para a década de 90. In: Fundação SEADE. **Cenários e diagnósticos: a economia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Fundação SEADE, 1992. (Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI, 1)

CHAMPION, Anthony. Population distribution in developed countries: has counter-urbanization stopped? In: United Nations. **Population distribution and migration**. New York: United Nations, 1998.

CUNHA, José Marcos Pinto da; AZEVEDO, Marta Maria. Demographic and social-cultural aspects of population mobility in Brazil. In: HOGAN, Daniel Joseph (Org.). **Population change in Brazil: contemporary perspectives**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2001.

CUNHA, José Marcos Pinto; DEDECCA, Cláudio Salvadori. Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo-Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, ABEP, v.17, n.1/2, 2000.

\_\_\_\_\_. Aspectos demográficos da estruturação das Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: HOGAN, Daniel J. et al (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO-UNICAMP/PRONEX-, 2001a.

DINIZ, Clélio C. Desenvolvimento Poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização". **Nova Economia – Revista de Ciências Econômicas da UFMG**, Belo Horizonte, vol.31, n.11, 1993.

DOMENACH, Hervé; PICOUET, Michael. El caracter de reversibilidad en el estudio de la migracion. **Notas de Poblacion**, Santiago de Chile, Año XVIII, n.49, abr./1990.

IPEA/IBGE/NESUR. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1999.

LYRA, Maria Rejane Souza de Britto. **O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco**. Campinas, 2003. 256f. Tese (Doutorado em Demografia) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MARTINE, George e CAMARGO, Crescimento e Distribuição da População Brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.1, n.1 (1/2), jan/dez, 1984.

MARTINE, George e DINIZ, Clélio C. Economic and demographic concentration in Brazil: recent inversion of historical patterns. Liège, IUSSP, (mimeo), 1989.

MATOS, Ralfo. **Dinâmica migratória e desconcentração populacional na macrorregião de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1995. Tese (Doutorado) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais.

MATOS, Ralfo. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos de População**, n.12 (1/2), 1995.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da nação**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

PERILLO, Sônia Regina. **Tendências da migração no Estado de São Paulo**. São Paulo: Fundação SEADE, 2002.

REDWOOD III, John. Reversión de polarización, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una visión teórica aplicada al Brasil contemporâneo. *Revista Latinoamericana de estudios Urbanos Regionales*, Santiago, vol.11, n.32,dez, 1984.

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**. Campinas, 2005. 295f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

IBGE/COPIS. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. **Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050**. Revisão 2004.